UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

TERENA SOUZA DA SILVA KOGLIN

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS: desafios e contribuições a partir de ações de economia solidária.

Pelotas
2021

TERENA SOUZA DA SILVA KOGLIN

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS: desafios e contribuições a partir de ações de economia solidária.

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos

Pelotas
2021

Koglin, Terena Souza da Silva
O Programa de Extensão Universitária nas universidades públicas federais brasileiras: desafios e contribuições a partir de ações de economia solidária**./** Terena Souza da Silva Koglin – Pelotas: UCPEL, 2021.
213 f.
Orientador: Santos, Aline Mendonça dos.
Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2021.

1. compromisso social. 2. formação acadêmica. 3. financiamento de extensão I. Santos, Aline mendonça dos, orient. II.Título.

Catalogação da Publicação
Ficha elaborada a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da UCPEL: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS: desafios e contribuições a partir de ações de economia solidária.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Aprovada em 25 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

_____
Professora Dra. Aline Mendonça dos Santos
(Orientadora/UCPel)

_____
Professora Dra. Lucia de Fátima Socoowski de Anello (FURG)

_____
Professor Dr. Renato da Silva Della Vechia (UCPEL)

_____
Professora Dra. Sandra de Fátima Batista de Deus (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Lorenzo; ao meu companheiro, maior incentivador, João; aos meus pais Sérgio e Andiara; e a minhas irmãs e irmão, por todo apoio durante essa caminhada.

A todos e todas que se dedicam e lutam por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres (Rosa Luxemburgo).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu filho Lorenzo por se esforçar em tentar compreender minhas ausências, por me acalmar constantemente com sua doçura e amorosidade durante esta caminhada que insistia em ser árdua e pesada. O que teria sido sem a alegria, o afeto e a doce esperança presente nos olhos de Lorenzo?!

Agradeço ao meu companheiro, João, que me estimulou a retomar os estudos, incentivando-me diariamente à realização deste trabalho, possibilitando que possível. Agradeço também aos meus pais pelo empenho e esforço que dedicaram à minha educação e minhas irmãs e irmão por me inspirarem a querer ser uma pessoa melhor.

Agradeço a minha mana Janaina e meu amado sobrinho Artur, pela compreensão de minha ausência e distância em um momento tão importante de suas vidas.

À professora Dra. Aline Mendonça dos Santos por ter aceito este desafio. Agradeço o carinho, apoio e compreensão que teve comigo ao longo desta trajetória, por acreditar que era possível e, pela aproximação à economia solidária.

Agradeço, de forma especial, ao Prof. Dr. Renato Della Vechia por seus ensinamentos e contribuições a este trabalho, às professoras Dra. Lúcia Anello e Dra. Sandra de Deus por sua disponibilidade em participarem da banca e aprimorar esta pesquisa com suas observações.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, por todo conhecimento compartilhado e construído coletivamente e, de forma carinhosa, agradeço a Rita de Cássia e ao Diego por todo auxílio e atenção.

A Universidade Federal de Pelotas, agradeço por me possibilitar a aproximação com a extensão universitária e por ter me permitido realizar esta pós-graduação. Agradeço aos colegas de trabalho, na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, pelo apoio, o que tornou minha dedicação ao doutorado possível.

Agradeço as pessoas incríveis e, suas histórias, que conheci durante a pesquisa, por terem disponibilizado seu tempo, atenção e conhecimento. Conhecê-los foi uma das realizações mais significativas deste percurso.

Aos meus colegas de grupo de Pesquisa, colegas de Pós-Graduação e a todos, que de uma forma ou outra, participaram desta trajetória.

Agradeço, de forma muito especial, minhas queridas colegas e amigas Aline Ávila, Fernanda Ollé Xavier, Flávia Jacques e Margarete Antunes, eternas ‘Madas’, por cada palavra de incentivo e carinho e, por compartilharem comigo suas angústias e conquistas, tornando esse caminho muito mais leve e prazeroso.

E por último, mas não menos importante, agradeço a Deus por me permitir viver este momento.

RESUMO

Esta tese tem como tema a política de financiamento da universitária e visa analisar as contribuições do Programa Nacional de Extensão Universitária nas universidades federais brasileiras, a partir da percepção dos sujeitos envolvidos nos projetos de economia solidária, entre os anos de 2009 a 2016. Ao longo da trajetória histórica da extensão no país, o PROEXT se constituiu como a principal política pública de apoio financeiro às ações de extensão. Para a realização da tese desenvolveu-se pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, apoiada em um estudo multicaso com três universidades federais do Rio Grande Sul, contempladas na linha Geração de Trabalho e Renda e Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária. Utilizou-se para a pesquisa de campo entrevista semiestruturada e observação. Os principais resultados da análise a par de alguns avanços, indicam a necessidade de continuidade na disputa por espaço e reconhecimento dentro das instituições de ensino, bem como a consolidação de política de financiamento, imprescindível ao desenvolvimento e estabelecimento de relações alicerçadas nas demandas sociais. As visões institucionais distintas quanto à relevância da extensão e a ausência de uma política de fomento torna os projetos de extensão vulneráveis. No âmbito das incubadoras universitárias, identificou-se que a escassez de recursos dificulta ainda mais sua manutenção. O PROEXT proporcionou uma maior participação de discentes em ações extensionistas, contribuindo significativamente à formação profissional e humana, ancorada na prática e no pensamento crítico. O trabalho conjunto, entre academia e comunidade, através da vivência extensionista, valoriza outros saberes, desperta o sentimento de pertencimento, de partilha e contribui para a construção de conhecimento e de alternativas às questões sociais. A descontinuidade da única política pública nacional de apoio à extensão impactou nas condições técnicas, operacionais e financeiras dos projetos e programas de extensão, refletindo-se na forma como universidade e comunidade se relacionam, e recolocando o debate sobre os riscos da mercantilização da extensão.

Palavras-chaves: Compromisso social; Formação acadêmica; Financiamento da extensão.

ABSTRACT

This thesis has as its theme the university funding policy and aims to analyze the contributions of the National University Extension Program in Brazilian federal universities, from the perception of the subjects involved in solidarity economy projects, between 2009 and 2016. During the historical trajectory of extension in the country, PROEXT was constituted as the main public policy of financial support to extension actions. In order to carry out the thesis, bibliographical, documental and field researches were carried out, supported by a multi-case study with three federal universities in Rio Grande do Sul, covered by the Work and Income Generation and Support for Solidarity Economy Enterprises line. Semi-structured interviews and observation were used for field research. The main results of the analysis, along with some advances, indicate the need for continuity in the dispute for space and recognition within educational institutions, as well as the consolidation of a financing policy, essential for the development and establishment of relationships based on social demands. Different institutional views regarding the relevance of extension and the absence of a development policy make extension projects vulnerable. Within the scope of university incubators, it was identified that the scarcity of resources makes their maintenance even more difficult. PROEXT provided a greater participation of students in extension actions, contributing significantly to professional and human training, anchored in practice and critical thinking. The joint work, between academia and community, through the extension experience, values other knowledge, awakens the feelings of belonging and sharing and contributes to the construction of knowledge and alternatives to social issues. The discontinuity of the only national public policy that supports extension had an impact on the technical, operational and financial conditions of extension projects and programs, reflecting on the way the university and the community relate, and repositioning the debate on the risks of extension mercantilization.

Keywords: Social commitment; Academic education; Extension Financing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 Evolução de ações de extensão financiadas através do PROEXT 99

Quadro 1 Programas/Projetos contemplados no PROEXT selecionados para a amostra 41

Quadro 2 Integrantes dos projetos selecionados para a pesquisa 42

Quadro 3 Número de questões para cada grupo de sujeitos da pesquisa 44

Quadro 4 Áreas temáticas presente nos editais PROEXT 95

Tabela 1 Universidades Federais com maior número propostas aprovadas nos editais PROEXT de 2009 a 2015 99

Tabela 2 Projetos contemplados no PROEXT, no período de 2009 a 2016, na linha temática Geração de trabalho e renda e apoio a empreendimentos econômicos e solidários 100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDES	Associação de Docentes de Ensino Superior
CAMEX	Câmara de Extensão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CETREISUL	Centro de Treinamento e Informação do Sul
CF	Constituição Federal
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DEDS	Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPEC	Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
FASUBRA	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular
ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INTECOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
ITECSOL	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários
MEC	Ministério da Educação

MINTER	Ministério do Interior
NEA	Núcleo de Economia Alternativa
NEGA	Núcleo de Gestão Alternativa
NUDESE	Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEX	Plano Nacional de Extensão
PNExt	Política Nacional de Extensão
PREC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
PROREXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RS	Rio Grande do Sul
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIEITS	Sistema Institucional de Estímulo à Inovação e à Tecnociência Solidária
SUPEXT	Superintendência de Extensão
TECSOL	Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPA	Universidade de Porto Alegre
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
URS	Universidade Rural do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 PERCURSO METODOLÓGICO 27

1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS 30

1.2. SOBRE O CORPUS DA PESQUISA E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS 33

1.3 SOBRE A ESCOLHA DOS CASOS: 34

1.3.1 Caso 1 - Fundação Universidade do Rio Grande 34

1.3.2 Caso 2 - Universidade Federal de Pelotas 37

1.3.3 Caso 3 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul 39

1.4 A DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA 41

2 UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: compromisso social 48

2.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 59

2.2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA: dilemas e desafios 69

2.2.1 Extensão universitária e economia solidária: aproximações 76

3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO NO BRASIL 82

3.1 PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO 85

3.2 POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO 88

3.3 O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: origem e trajetória 91

3.3.1 Linhas temáticas e financiamento 95

4 A EXTENSÃO FRENTE AO DESMONTE DAS UNIVERSIDADES E DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO: limites e desafios a partir dos diferentes sujeitos 102

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS, PROGRAMAS E SUJEITOS DA PESQUISA 103

4.2 FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO 111

4.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA 135

4.4 RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE 147

CONSIDERAÇÕES FINAIS 166

REFERÊNCIAS 172

APÊNDICES 184

INTRODUÇÃO

Inicia-se este trabalho com uma breve apresentação da trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora com o objetivo de compreender como surge o interesse pela temática e sob que contexto essa pesquisa foi desenvolvida.

A trajetória acadêmica teve início com a formação no curso de Administração na Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), seguindo para um curso de especialização em Gestão Empresarial, Mestrado em Política Social, e, por fim, o Doutorado em Política Social e Direitos Humanos. Todos os três últimos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

A graduação, realizada em universidade pública, em curso noturno, naquele momento, não oportunizou o contato com a pesquisa e muito menos com a extensão. Entretanto, durante o processo de formação acadêmica, anterior ao Mestrado, ocorreu uma mudança na carreira profissional, quando o local de atuação passa a ser uma universidade pública, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), havendo a partir dessa experiência o primeiro contato com o tema extensão universitária.

O despertar do interesse pelo tema passa pela trajetória desta pesquisadora, enquanto servidora técnica-administrativa da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Essa vivência despertou a paixão pela extensão, sendo que os estudos e observações realizados ao longo dessa experiência, discutindo na Instituição as concepções teóricas de extensão, acompanhando projetos, especialmente aqueles financiados pelo Programa de Extensão Universitária (PROEXT), originaram algumas inquietações que vieram a se transformar em objeto de pesquisa. Em um primeiro momento, foi desenvolvida a pesquisa de mestrado em extensão e direitos humanos, e agora, a pesquisa de doutorado.

O contexto em que esta pesquisa foi desenvolvida não foi tranquilo, e chegar até esta tese exigiu muita dedicação. Para além dos contratempos cotidianos, houve as dificuldades de uma formação prévia com enormes lacunas no que diz respeito ao fazer pesquisa e ser uma pesquisadora. Essas falhas tornaram o caminho muito mais inseguro e delicado, porém, ainda assim, e, talvez também por isso, singular percorrê-lo e encontrar pessoas e projetos especiais.

Feitas essas breves considerações, apresenta-se a seguir o objeto deste estudo e a contextualização do problema de pesquisa.

O presente trabalho atende à demanda do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas e foi desenvolvido dentro da linha de pesquisa Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas, sob a orientação da Professora Dra. Aline Mendonça dos Santos.

O tema desta tese é a política pública de financiamento da extensão universitária, passando por abordagens que envolvem o compromisso da universidade pública com o processo de formação acadêmica, e a forma como essa instituição se relaciona com a sociedade; a relação da economia solidária com a universidade e a extensão; e a importância de políticas públicas para a construção e efetivação destas relações.

A tese propõe-se a discutir as contribuições do PROEXT nas universidades públicas federais, a partir das ações de economia solidária e dos sujeitos envolvidos no período de 2009 a 2016[1], momento de maior investimento no Programa, com ampliação de linhas temáticas atendidas nos editais.

O PROEXT é uma política pública, regulamentada em 2008, a partir do decreto federal n° 6.495 de 30 de junho, destinada a apoiar financeiramente ações de extensão universitária desenvolvidas por instituições públicas federais de ensino superior, tendo incluído em alguns breves momentos, universidades estaduais, municipais e comunitárias.

O debate sobre política de financiamento da extensão tem origem anterior. Durante o período de democratização do Brasil na década de 1980, sob influência da organização de movimentos sociais, reorganização do movimento estudantil, organização dos servidores universitários com a criação da Associação de Docentes de Ensino Superior (ANDES) e da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) emoldurado pelo contexto político, econômico e social do país, o debate sobre o compromisso social das universidades passa a permear estes espaços institucionais (NOGUEIRA, 2013).

[1] Embora o período da pesquisa seja 2009 a 2016, é importante destacar que o último edital foi publicado em 2015 e os projetos contemplados tinham previsão de execução para 2016, e os programas para 2016 e 2017. Os editais eram publicados no ano anterior ao de execução, pois os recursos financeiros a serem disponibilizados estavam condicionados à promulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Observa-se ainda que a contemplação no edital não garantia a descentralização da totalidade dos recursos previstos, isto estava condicionado ao orçamento aprovado pelo Congresso.

Neste cenário, surge em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) com um importante significado na discussão sobre o papel da universidade, na defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no processo de institucionalização da extensão e na construção de uma política pública sobre o tema. Esta última, era o objetivo central do grupo que culminou na criação do Fórum (NOGUEIRA, 2013; 2019).

Com o reconhecimento do compromisso da universidade com as questões sociais[2] do país, naquele período, havia a necessidade de se criar condições para a efetivação dessa relação dialógica entre IES e comunidade. Neste sentido, o Fórum deu início a um processo de debates e proposições para a institucionalização da extensão e passou a defender e cobrar a criação de uma política de financiamento. A inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Constituição Federal de 1988 (CF) representou uma importante conquista, mas era necessário a criação de políticas que dessem conta da efetivação deste princípio.

Cumpre destacar, que se trata aqui, por questões sociais, os efeitos que o processo de acumulação, decorrente do capitalismo, provoca nas classes trabalhadoras. Para Iamamoto (2001; p. 16) “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do estado”, e essas disparidades econômicas, políticas e culturais são ainda mais agravadas por questões de gênero e étnico-raciais.

Nesta trajetória, após a criação do FORPROEX, houve ainda outras importantes conquistas: a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993, a previsão da extensão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a publicação do Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum, em 1998, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que avança ao prever pela primeira vez a curricularização da extensão (FORPROEX, 2012).

No período seguinte, após estes importantes avanços em termos de institucionalização da extensão e do reconhecimento da forma como ela deveria se

[2] Sobre questão social recomenda-se ver Iamamoto, Yasbeck, Neto e Pereira em Temporalis, revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), publicada em 2001, com textos proferidos nas conferências do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), cuja temática foi Questão social e serviço social.

relacionar com a sociedade, surge em 2003, uma proposta de retomada da política de financiamento da extensão, que havia sido interrompida em 1996. A partir de uma intensa interlocução entre o Fórum de Pró-Reitores e o Ministério da Educação (MEC), foi criado o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT)[3], a principal política pública de fomento da extensão universitária brasileira[4]. Cumpre ressaltar que o Programa apresentava limitações, mas no âmbito da extensão, ainda que fosse considerado um pequeno passo, era uma conquista importante.

Entretanto, já em 2016, esta política foi descontinuada e isto ocorre dentro de um contexto de políticas de austeridade já implementadas, com cortes de orçamentos das universidades públicas e um consequente agravamento das questões sociais do país, e de uma nova concepção de extensão. Estas questões reforçam ainda mais a importância de se debruçar sobre o Programa e as ações desenvolvidas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), contribuindo fortemente para o desejo de desenvolver esta pesquisa e buscar compreender a importância de uma política de financiamento da extensão.

O conceito de extensão não é unanimidade entre os teóricos, os extensionistas e as universidades, e, historicamente, as ações de extensão apresentam-se de formas diversas seguindo os pressupostos dos sujeitos de cada tempo e contexto. A academia não pode ser dissociada da sociedade, e, portanto, o contexto político, econômico e social é inerente a ambas. As IFES, ao longo de sua história, estiveram socialmente comprometidas e, em muitos momentos com a elite hegemônica, portanto, esta é uma reflexão que tem pautado os debates sobre a extensão e seu compromisso (SOUZA, 1995).

Entretanto, em alguns espaços, reconhece-se o compromisso social[5] das Instituições de Ensino Superior (IES) e o papel preponderante da extensão universitária no desenvolvimento desta função, que para Melo Neto (2001) se

---

[3] Em 1993, durante governo Itamar Franco, a política foi denominada de Programa de Fomento à Extensão Universitária representado pela sigla PROEXTE, já em 2003 foi retomada como Programa de Apoio à Extensão Universitária e renomeado como Programa de Extensão Universitária com a publicação do Decreto 6.495 de 2008. A partir de 2003 adotou-se a sigla PROEXT.

[4] As ações de extensão encontram algumas possibilidades de financiamento através de editais externos, de instituições privadas, órgãos públicos de fomento como FINEP e CNPQ e programas específicos como Programa de Educação Tutorial e Conexões de Saberes. Entretanto, não se configuram como uma política pública de extensão universitária com possibilidades de financiar ações de todas as áreas da extensão.

[5] No capítulo 2, aborda-se a relação entre universidade e sociedade, e o compromisso social da universidade e da extensão. Ainda sobre este tema, recomenda-se ver Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas de José Fagundes (1996).

concretiza quando a ação for desenvolvida pela universidade e pela comunidade sobre a realidade objetiva, e onde os objetos de pesquisa contribuem para a construção de novos conhecimentos e estes passam a constituir o ensino. Sob essa perspectiva, a universidade, aparelho de hegemonia, pode através da extensão transformar o caráter elitista da pesquisa e do ensino (MELO NETO, 2001).

Paulo Freire, nos anos 1960, foi um dos primeiros a criticar o modelo de extensão que era desenvolvido no Brasil, utilizando como referência a prestação de serviços para a área rural. A extensão rural teve início a partir dos modelos de extensão europeu e estadunidense e baseava-se, prioritariamente, na oferta de serviços de assistência técnica aos agricultores (NOGUEIRA, 2001).

Entretanto, na atualidade, esta é uma questão ainda presente e necessária nos espaços de debate sobre extensão, como as universidades, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, Movimentos Sociais, entre outros.

O modelo de extensão baseado na prestação de serviços, no treinamento, e no assistencialismo, passou a ser desenvolvido em todas as áreas das universidades, e historicamente, os extensionistas que defendem uma proposta ancorada na defesa da construção de conhecimentos, a partir de cada realidade, e na troca de saberes, valorizando a constante relação homem-mundo (FREIRE, 2006), travam uma luta diária para que as universidades, comunidade acadêmica e gestores públicos reconheçam o importante e necessário papel da extensão.

Para compreender a trajetória da extensão universitária brasileira e do desenvolvimento da política de extensão, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica e identificou-se que as primeiras experiências das universidades preocupadas com os problemas sociais surgem nos anos 1950 e 1960, influenciadas por movimentos sociais, estudantis e de educação popular, que vieram a ser violentados pela ditadura civil-militar de 1964 (GADOTTI, 2017).

Desse período, destaca-se o Projeto Rondon[6], criado em 1967, um modelo de relação das universidades com a sociedade, pensado e coordenado inicialmente pelos militares, e que propunha o desenvolvimento de uma extensão prioritariamente assistencialista.

[6] O Projeto foi interrompido na redemocratização do país, em 1989, dando lugar ao Programa Universidade Solidária no governo Fernando Henrique Cardoso, e reformulado em 2005, durante o governo Lula. Em todo este período o projeto nunca deixou de apresentar essencialmente características assistencialistas, com raras exceções.

A extensão universitária encontra-se registrada na legislação brasileira ainda na década de 1930[7] e posteriormente na década de 1960[8], porém caracterizada como oferta de cursos e prestação de serviços. Apenas com o surgimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão[9], já no período de redemocratização do país, e com a cobrança dos movimentos sociais, a universidade volta a debater o seu compromisso social e o papel da extensão. Neste sentido, uma importante conquista para o tema foi a inclusão da extensão universitária no texto da Constituição Federal de 1988, quando em seu artigo 207 prevê, além da autonomia das universidades, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Logo a seguir, a LDB de 1996 (BRASIL, 1996), estabelece, como uma das finalidades da educação superior, a promoção da extensão aberta à participação da população e prevê a possibilidade de apoio financeiro por parte do Poder Público. E a curricularização da extensão, um tema que andou muito presente nos espaços de debate do FORPROEX, nas instituições universitárias e no processo de interlocução com o Ministério da Educação, quando isso ainda era possível, foi formalizada no Plano Nacional de Educação 2014-2024[10]. O Plano estabelece como estratégia que as instituições devem garantir no mínimo 10% dos créditos curriculares da graduação em atividades de extensão, priorizando áreas de atuação com pertinência social (BRASIL, 2014). Este é um processo que ainda se encontra em debate e normatização nas IES[11].

Entretanto, apesar da importância destes documentos legais e institucionais, da luta pela construção de uma universidade enquanto espaço de reflexão, ação e resistência e da construção histórica da extensão universitária no ensino superior brasileiro, a efetivação do tripé, ensino pesquisa e extensão não é uma realidade

[7] Promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras com o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.
[8] Promulgação da Lei de diretrizes e bases da educação nacional em 1961- Lei 4.024.
[9] O Fórum surge a partir da realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em novembro de 1987.
[10] A curricularização da extensão já havia aparecido no Plano Nacional da Educação 2001-2010, lei Nº 10.172, de janeiro de 2001, com a meta de reservar 10% do total de créditos exigidos para a participação em ações extensionistas enquanto que o plano atual prevê a acreditação a partir da participação em projetos e programas. Para Nogueira (2019) este aspecto é um avanço pois prevê a integralização a partir de ações de extensão mais complexas e que podem contemplar melhor as diretrizes da extensão.
[11] Embora o PNE 2014-2024, tenha definido que as IES devem garantir no mínimo 10% dos créditos curriculares em extensão, a normatização e o prazo para cumprimento desta meta foram apresentados apenas em 18 de dezembro de 2018, através da Resolução nº7 do Conselho Nacional de Educação (MEC, 2018). O prazo para atendimento das universidades é de três anos e encerra em dezembro de 2021.

concreta nas IFES, principalmente em algumas áreas do ensino de graduação que priorizam a formação de capital humano, estimulada e demandada pelo contexto capitalista neoliberal brasileiro.

Os documentos legais pouco significam se na prática a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não se concretiza, e como alertado por Sandra de Deus (2020), os gestores de extensão precisam enfrentar administrações universitárias engessadas e a falta de recursos, ao mesmo tempo em que buscam atender aos preceitos da Política Nacional de Extensão e cumprir a obrigatoriedade da extensão nos currículos.

No entendimento do que defendia Florestan Fernandes (1989), para que a universidade cumpra sua essência, seu compromisso social, ela deveria se democratizar, se abrir à sociedade, romper o monopólio do saber e contribuir para a desconstrução do pensamento colonial. Para o autor a extensão universitária possibilita à comunidade universitária enxergar-se de maneira diferente e acompanhar o processo histórico de transformação da sociedade. Este processo contribui para a construção de uma nova mentalidade universitária.

Para Santos (2010) as universidades são consideradas como as únicas capazes de fornecer uma resposta comprometida e criativa para o enfrentamento aos desafios da responsabilidade social, entretanto, é importante salientar que o compromisso social da universidade não desresponsabiliza o Estado de suas atribuições.

Diante do exposto, parece evidente a relação social da universidade com o meio onde está inserida, mas é preciso definir a forma como esta relação será estabelecida. Para Freire (2006), a relação entre universidade e sociedade não pode ser autoritária, o conhecimento é constituído nas relações do homem com o mundo e passa pelo processo de aperfeiçoamento na problematização crítica destas relações e, portanto, não pode ser apenas transmitido. A realidade e a cultura da população, público alvo das ações de extensão, não devem ser ignoradas, a universidade precisa saber observar, escutar e aprender para que, em conjunto com a comunidade, possa trabalhar na construção de um novo saber. O povo é quem sofre a opressão, e somente a partir da valorização da sua palavra, do seu cotidiano, ele poderá sentir-se um sujeito político com direito a ser ouvido, e a extensão universitária quando desenvolvida sob a visão dialógica defendida por Freire, possui a capacidade de

estabelecer esta relação entre universidade e sociedade, saber acadêmico e saber popular.

A extensão, em um período recente, era considerada como atividade extracurricular dos cursos de graduação, reforçando o caráter acessório que ela representava e que ainda representa para algumas IES e para o próprio Estado.

Com a curricularização da extensão, o que significa incorporar atividades de extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação, cria-se a expectativa de que todos estudantes vivenciem essa experiência e que as universidades ampliem sua forma de relação com a sociedade. Entretanto, o processo de curricularização da extensão é responsabilidade de cada instituição e não há um entendimento consensual sobre de que forma isso deve ocorrer, como deve ser implementado e que visão de extensão irá nortear o processo[12].

O senso comum de que a universidade é uma mera produtora de conhecimento e de recursos humanos qualificados, precisa ser confrontado para que esta se torne efetivamente uma instituição social. Para buscar uma reforma alternativa à globalização e uma nova política nacional, Santos (2010) sugere a união da universidade, Estado e sociedade.

Para Nogueira (2013), o conceito de extensão construído pelo FORPROEX contribuiu significativamente com o processo de criação do PROEXTE durante o governo de Itamar Franco, assim como influenciou os debates que antecederam a elaboração do Plano Nacional de Extensão e a atual Política Nacional de Extensão Universitária, publicada em 2012.

Para o Fórum, a extensão deve ser capaz de articular o ensino e a pesquisa e de propiciar a relação transformadora entre universidade e sociedade. Esta relação é considerada como oportunidade de aprendizado para os docentes e discentes, e estes deveriam levar de volta à academia o saber aprendido e estabelecer uma reflexão teórica, para que se produzisse um novo conhecimento, baseado no confronto entre teoria e prática.

[12] O processo de curricularização da extensão era e ainda é uma pauta do FORPROEX e dos extensionistas, como forma de buscar garantir que todos discentes possam vivenciar a experiência da extensão durante seu processo de graduação e a institucionalização da extensão bem como a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, as condições políticas e econômicas das universidades exigem uma reflexão mais profunda a cerca deste tema, que será feita em outro momento e local.

A extensão universitária viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, através de um processo educativo, cultural e científico. A extensão possibilita à comunidade universitária a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico, e ao retornarem à instituição aquele conhecimento inicial passará por uma reflexão e transformação. Este processo que possibilita a troca de saberes, acadêmico e popular, permitirá, além do confronto da teoria com a realidade, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade na atuação da universidade (FORPROEX, 2001).

O processo, ainda que muito embrionário, de reconhecimento do compromisso social das universidades e da importância da extensão universitária para as questões sociais durante o processo de redemocratização do país sofre uma ruptura com a política do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Ao longo da década de 1990, até os anos iniciais da década de 2000, durante os dois governos do presidente Fernando Henrique, com a implantação das políticas neoliberais e a adoção de uma política ainda mais focada na contenção de gastos, a perspectiva em relação ao padrão e amplitude das políticas sociais previstas na Constituição de 1988, acaba sendo sepultada pelas medidas econômicas, privatistas do neoliberalismo (BOSCHETTI, 2007) antes mesmo de se tornarem uma realidade. Neste período, de defesa de estado mínimo, ocorre um abandono da educação superior pública e prioriza-se incentivos para o aumento da educação superior privada. O Estado brasileiro viveu, na década de 1990, um período de absoluta impotência diante dos ditames do capital financeiro (SAMPAIO Jr., 2012).

O ajuste econômico e financeiro praticado neste período e a reforma do estado, impuseram às universidades uma transformação política e social onde foram submetidas às orientações dos organismos internacionais[13]. Um dos objetivos destas ações era forçar a ampliação das fontes de financiamento das instituições, através da prestação de serviços e das pesquisas voltadas para o setor privado, desresponsabilizando o Estado, no que se refere à manutenção e a novos investimentos nas IFES. Como consequência a Secretaria de Educação Superior

[13] O Brasil enfrentava uma crise fiscal em virtude da dependência do mercado internacional, e em 1998, o país assinou um acordo de empréstimo com o Fundo Monetário Internacional, BIRD e BID e se comprometeu a adotar as clássicas medidas neoliberais como juros altos, redução do aparato estatal, privatização de serviços públicos e restrição do gasto público priorizando políticas focalizadas. O governo conseguiu conter a inflação, mas as implicações sociais e econômicas foram avassaladoras (BOSCHETTI, 2007; FAGNANI, 2005; 2017).

imediatamente suspende o PROEXTE, interrompendo o processo de construção de projetos e programas de extensão (NOGUEIRA, 2005).

O presidente Luis Inácio Lula da Silva – Lula – retoma o PROEXTE, ainda no primeiro ano do seu mandato, em 2003, a partir de um processo de interlocução entre o Ministério da Educação e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Neste mesmo ano, o governo lança edital para apoiar e financiar ações extensionistas a serem executadas no ano seguinte.

Naquele período, o programa foi denominado como Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas, ratificando a ideia de que as universidades podem ser um contributo para a implementação de políticas públicas e por consequência políticas sociais.

Em 2008, foi institucionalizado como Programa de Extensão Universitária (PROEXT), através da promulgação do Decreto n° 6.495 que o institui e o define como sendo: “destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos da Extensão Universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade” (BRASIL, 2008).

O PROEXT foi criado para apoiar as ações extensionistas, principalmente, aquelas voltadas para a inclusão social, e para consolidar a institucionalização destas ações nas IES. Além disso, o programa apresenta como propósito tornar mais eficazes os esforços empreendidos pelo Ministério da Educação para a área de extensão universitária e fortalecer, incentivar o apoio das instituições, no desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento social.

Cabe destacar que, a partir do edital PROEXT 2016, o Programa passou a incluir as instituições educacionais comunitárias[14], entretanto, o PROEXT volta a ter uma segunda interrupção neste mesmo ano, a partir do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, e com a consequente retomada de políticas de austeridade devastadoras, especialmente, para as políticas sociais, entre elas a educação e muitos projetos e programas, apesar de contempladas não receberam os recursos.

[14] Instituições educacionais comunitárias são organizações da sociedade civil brasileira constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público, com patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público e sem fins lucrativos. Não realizam distribuição de patrimônio ou renda e seus recursos são investidos de forma integral na manutenção de suas atividades e/ou no país (BRASIL, 2013).

O Programa já vinha enfrentando cortes orçamentários desde 2012, reduzindo a amplitude de ações apoiadas, e um corte no repasse de recursos previstos para o desenvolvimento das ações contempladas no último edital, publicado ainda no ano de 2015, para apoio a programas e projetos que seriam executados em 2016 e 2017.

No período de 2003 a 2014[15], o PROEXT apoiou 4.136 ações de extensão, realizando investimentos no montante de R$ 321,75 milhões. No ano de 2003, o investimento no Programa foi de R$ 4,5 milhões para o financiamento de 89 ações de extensão, já em 2009, o valor alcança a marca dos R$ 19,2 milhões distribuídos entre 414 propostas e, em 2014, os 826 projetos e programas de extensão contam com o aporte de recursos no total de R$ 84,23 milhões (MEC/SESu/DIFES, 2016).

Em 2015, foram contemplados 384 projetos e 274 programas, somando R$ 85,43 milhões, em 2016, foram 192 projetos e 137 programas, alcançando a soma de R$ 46,4 milhões e representando uma redução de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior.

Diante do crescente investimento realizado em ações de extensão universitária através do PROEXT, principalmente durante os dois governos de Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, percebe-se a ressignificação do tema, tanto para as IFES, quanto para o governo, através da descentralização de recursos para a execução do Programa.

O PROEXT, desde sua criação em 2003, até o momento de sua interrupção em 2016, foi o principal programa de apoio e financiamento das ações de extensão universitárias desenvolvidas em IFES. A política de financiamento da extensão universitária é ínfima para além do Programa de Extensão Universitária.

O novo contexto político, econômico e social vivenciado no Brasil, a partir de 2016, especialmente, no que tange a educação superior pública e os respectivos cortes orçamentários acabaram por reforçar a necessidade de se investigar e analisar as contribuições do Programa de Extensão Universitária nas Universidades Públicas Federais. Com a ampliação de áreas temáticas envolvidas no PROEXT, foi necessário desenvolver a pesquisa, a partir de uma das áreas financiadas ao longo do período de 2009 a 2016.

[15] O Ministério da Educação não disponibilizou, até o momento, relatórios oficiais com dados referentes aos recursos investidos em 2015 e 2016. Para os dados apresentados, referente aos dois últimos editais, utiliza-se as informações apresentadas na divulgação do resultado das seleções, disponível no sítio do MEC.

Ao mesmo tempo que a extensão passa por um processo de fortalecimento e algum reconhecimento com o surgimento de políticas públicas como o PROEXT, a economia solidária[16] começa a ser pensada também a partir de espaços acadêmicos com as incubadoras universitárias. Há que se observar que o PROEXT não era uma política pública direcionada especificamente para economia solidária ou para incubadoras, como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares[17] (PRONINC), entretanto, possibilitava o financiamento de programas e projetos de economia solidária.

O primeiro Plano Nacional de Economia Solidária elaborado a partir da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, em 2014, entendeu que entre os elementos que compõem as forças da economia solidária para seu desenvolvimento está a parceria com as universidades, por meio de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão. A articulação deste tripé com o movimento de economia solidária foi traçada como uma das diretrizes do Plano, tamanha a importância dessa relação (PNES, 2015).

A ação de extensão surge como uma importante oportunidade de ação mediada pelas necessidades concretas da comunidade onde ela está inserida. Para isso, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é possível articular os diferentes saberes, o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, para então produzir novos conhecimentos e soluções para as questões que se apresentam. Todo esse processo, em alguma medida, remete para os princípios de cooperação e coletividade encontrados na Economia solidária.

A presente tese tem como tema central a política pública de financiamento da extensão universitária no Brasil, e o problema de pesquisa que este trabalho buscou responder é: Quais as contribuições do Programa de Extensão Universitária nas universidades públicas federais brasileiras, no período de 2009 a 2016, a partir da percepção dos sujeitos envolvidos nos projetos de economia solidária?

---

[16] O movimento de economia solidária no Brasil surge ao final da década de 1980, como uma resposta ao desemprego e a crise social deste período. Segundo Paul Singer (2013), a economia solidária reviveu no Brasil sob a forma de cooperativa ou associação produtiva autogestionária.

[17] O PRONINC tem como finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários. Surgiu inicialmente em 1997, e a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi retomado com o objetivo de apoiar as incubadoras existentes e financiar novas incubadoras (BRASIL, 2010). No contexto atual, com a extinção da SENAES e reformulação da economia solidária na política do governo Federal o PRONINC, a exemplo de outros programas e políticas sociais, está sem qualquer previsão de investimentos.

As questões que nortearam o processo de pesquisa e o desenvolvimento deste trabalho foram as seguintes:

1) Qual a concepção de extensão para os sujeitos da pesquisa?

2) O que representa a existência ou ausência de uma política pública de financiamento da extensão?

3) Como se constitui a trajetória das ações de economia solidária[18] que obtiveram recursos do PROEXT?

4) Qual o significado destas ações extensionistas para os sujeitos pesquisados?

Considerando o problema de pesquisa e as questões norteadoras tem-se como objetivo geral analisar as contribuições do Programa Nacional de Extensão Universitária nas universidades federais brasileiras, a partir da percepção dos sujeitos envolvidos nos projetos de economia solidária, entre os anos de 2009 a 2016.

Cabe destacar, que a partir das vivências profissionais da pesquisadora como servidora da Pró-Reitoria de Extensão da UFPEL, e da percepção da importância de uma política pública, como o PROEXT, para a realização de projetos e programas de extensão universitária, desenvolveu-se o trabalho de pesquisa a partir das ações de economia solidária contempladas no Programa. No decorrer da pesquisa buscou-se identificar como as ações surgiram e/ou foram pensadas dentro das instituições pesquisadas e quais foram suas contribuições a partir dos diferentes sujeitos envolvidos como os coordenadores, os discentes, servidores técnicos administrativos e participantes da comunidade.

Para apresentação dos resultados deste estudo, este trabalho foi organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se as escolhas metodológicas que orientaram o trabalho de investigação. No decorrer do segundo capítulo, apresenta-se a história e contextualização da extensão universitária; reflete-se sobre a relação da universidade com a sociedade, o papel da extensão, a aproximação com a economia solidária e as políticas de extensão. No terceiro capítulo, aborda-se o Programa de Extensão Universitária, desde sua proposta inicial, passando pelo processo de transformação até sua descontinuidade no contexto atual. No quarto capítulo, expõe-se os resultados e análise da pesquisa considerando os diferentes

[18] A participação dos projetos de economia solidária foi uma escolha metodológica que será melhor apresentada na seção sobre o corpus da pesquisa e a constituição dos sujeitos.

sujeitos envolvidos e a forma como se relacionam com a extensão. Por fim, apresentam-se as considerações finais acerca do trabalho realizado.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado, realizou-se um estudo preliminar a partir de bases de dados reconhecidas pelo ambiente acadêmico (APÊNDICE I). Destaca-se a pesquisa realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Sistema de Biblioteca Brasileiras (SISBI), Portal Scielo, Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, sitio do FORPROEX e sites de buscas para tentar identificar outras produções sobre a temática.

Esta pesquisa exploratória foi fundamental para identificar os trabalhos realizados até o momento e contribuiu para a delimitação do problema de pesquisa e para a revisão teórica. A partir destas leituras, foi possível identificar a ausência de estudos que tivessem como centralidade a contribuição da política de financiamento da extensão sob a perspectiva dos diferentes sujeitos envolvidos no desenvolvimento de ações de economia solidária. Encontrou-se diversos trabalhos importantes que foram fundamentais para a construção epistemológica e teórica desta tese[19]. Destaca-se resultados de pesquisas[20] que abordam, principalmente, questões conceituais de extensão universitária e seu compromisso social, além de algumas reflexões sobre a política de extensão e sobre o Programa de Extensão Universitária, norteadores para a construção do percurso metodológico deste estudo.

O resultado da pesquisa preliminar, da pesquisa de campo, da coleta e análise dos dados possibilitaram uma reflexão sobre a política pública de financiamento da extensão e qual sua importância para o desenvolvimento das ações extensionistas nas universidades públicas federais, entretanto possibilitou, também, uma reflexão sobre os modelos de extensão universitária, que função é a ela atribuída pelos sujeitos que propõem, executam e participam das ações.

---

[19] (FREIRE, 2006; SANTOS, 2010; GURGEL,1986; FAGUNDES, 1986).
[20] Indicamos os trabalhos de (FARIA, 2001; MELO NETO, 2001; NOGUEIRA, 2019; SOUSA, 2010; ADDOR, 2015).

Além da pesquisa preliminar, a aproximação da pesquisadora com o tema extensão universitária e sua política de financiamento, a partir do trabalho desenvolvido enquanto servidora técnica-administrativa, contribuiu para a definição do problema de pesquisa. No processo de construção da caminhada do doutoramento, ocorreu a aproximação com o grupo de pesquisa Emancipação: trabalho, saberes, outras economias, movimentos sociais e democracia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação, no qual os docentes coordenadores do grupo, assim como demais pesquisadores, desenvolvem trabalhos relacionados à economia solidária, contribuindo para a trajetória desta pesquisa.

A construção metodológica compreende uma reflexão teórica epistêmica e, no caso desta tese, ela passa pelo esforço de inibir o reducionismo a partir da ciência moderna e, para empreender uma reflexão em torno disso, está pautada em autores como Minayo, Chauí, Santos.

Para Santos (1988), o dilema da ciência moderna é justamente a especialização do conhecimento que o acaba tornando restrito e o coloca em caixinhas, produzindo o que ele chama de ignorante especializado, ao se referir aos cientistas, e ignorante generalizado, referindo-se ao cidadão comum. O reducionismo da ciência moderna provoca a constante busca por novos conhecimentos e caixinhas que deem conta dos problemas gerados em decorrência da superespecialização. Neste sentido, o que se pretende é construir uma estratégia de produção do conhecimento diferenciada, que de fato tenha uma participação na transformação da realidade e, portanto, propõe um percurso metodológico que possibilite a construção de conhecimento social, a aproximação entre sujeito e objeto e a interação entre os diferentes tipos de saber.

Conforme Gil (2010), a pesquisa social pode ser definida como um processo que, através de métodos científicos, proporciona a descoberta de novos conhecimentos no campo social. O desenvolvimento do Programa de Extensão Universitária, no período 2009-2016, instigou a busca por novas descobertas e conhecimentos sobre este tema extremamente importante para as IFES que resultou no desenvolvimento desta tese.

As concepções iniciais sobre o tema e o objeto pesquisado, proporcionou uma aproximação à perspectiva teórica crítica que direcionou os caminhos percorridos durante o desenvolvimento desta pesquisa. O materialismo dialético, proposto por Marx, defende que a busca de explicação para os fenômenos que ocorrem tanto na

natureza, quanto na sociedade, tem como fundamento a história e a prática social, pois entende que os fenômenos não acontecem isoladamente e estão em constante transformação. A dialética[21] trabalha com a conexão, a interdependência e a interação dos fatos (TRIVINOS, 2010).

A ciência moderna se profissionalizou e institucionalizou, deixando, por vezes, de refletir sobre os problemas atuais, o que resulta no que Santos (2008) aponta como discrepância entre perguntas fortes e respostas fracas. Ainda sobre isso, o pensamento ortopédico e reducionista faz com que a ciência moderna questione apenas o que ela mesma pode responder e a sua relação com as forças produtivas do capitalismo levam a uma hegemonia epistemológica com um único conhecimento válido e rigoroso (SANTOS, 2008).

Para Marilena Chauí (2006), a disseminação de que há uma receita pronta para viver bem e a transformação do saber e da tecnologia em forças produtivas do capitalismo faz com que a pesquisa seja vista como uma estratégia de controle.

Diante destas questões e no esforço de desenvolver uma pesquisa comprometida em inibir o reducionismo da ciência moderna, buscou-se delinear caminhos metodológicos de pesquisa que permitissem conhecer a realidade concreta e a essência do fenômeno. Desta forma, optou-se por trabalhar com referências metodológicas que proporcionassem a construção desse caminho, levando-se em consideração o contexto do objeto de pesquisa e os objetivos do estudo.

Inicialmente definiu-se a abordagem metodológica da pesquisa que forneceu as diretrizes para a escolha dos métodos e técnicas adotados. Assim sendo, apresenta-se, a seguir, a abordagem metodológica da pesquisa, bem como a definição do corpus, amostra, técnicas e instrumentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

[21] As teses da dialética, resumidamente, são: a especificidade histórica da vida humana, ou seja, nada é estático e, portanto, sujeito a mudanças decorrentes das relações estabelecidas; a totalidade da existência humana decorrente da relação entre história, fatos econômicos, sociais e ideológicos, sem uma verdade absoluta; e a união dos contrários que defende ser impossível entender o todo sem analisar as partes, e vice-versa. O todo e as partes se relacionam, não há o ser humano sem a humanidade, e não existe humanidade sem o ser humano (MINAYO, 2010).

1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Para Minayo (2015), a metodologia ultrapassa o conceito de apenas técnicas de pesquisa, portanto, "ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade" (MINAYO, 2015, p. 15).

A cientificidade do conhecimento não pode deixar de ser reconhecida, entretanto, para pesquisas em ciências sociais a rigidez em relação a objetividade e a neutralidade são fortemente questionadas. De acordo com Gil (2010), os processos sociais são produzidos por seres que sentem, pensam e dão diferentes significados para suas ações e, portanto, não podem ser tratados como coisas estáticas. Estas características se aplicam ao próprio pesquisador que ao lidar com questões sociais pode não ficar totalmente neutro ao tema estudado. Eis aqui um dos pontos que suscita dúvidas em relação à validade das pesquisas em ciências sociais.

No entanto, como muito bem expressado por Cunha e Santos (2010), ainda que não se deva desconsiderar a importância da construção sistemática do conhecimento, a subjetividade e a experiência do observador precisam ser consideradas e contextualizadas. As autoras sinalizam a complexidade do real e indicam que é necessário refletir sobre novos aspectos metodológicos que dialoguem com outras formas de conhecimento.

Para a definição da abordagem metodológica considerou-se o tema central da proposta de pesquisa: política de financiamento da extensão universitária, suas inúmeras formas de desenvolvimento a partir das instituições, bem como as relações que se pretendia estudar, revelando-se fundamental seguir uma abordagem qualitativa com a utilização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Minayo (2010) salienta que o reconhecimento do valor da abordagem qualitativa não é uma unanimidade até mesmo para os cientistas sociais que, por vezes, defendem seu uso apenas para pesquisas exploratórias e, identificam como causa dessa resistência, um grande número de investigações mal elaboradas e/ou análises simplistas que não fazem jus a riqueza de informações que o método pode fornecer para a pesquisa.

A definição pelo método qualitativo levou em consideração o entendimento de que era essencial compreender e analisar a realidade do campo do objeto de estudo.

Gil (2010) considera que para a interpretação dos processos sociais não é suficiente analisá-los de forma isolada, desconsiderando suas influências políticas, culturais e econômicas.

O uso do método qualitativo tem demonstrado ser o mais apropriado para estudos de grupos e/ou segmentos focalizados, histórias sociais, estudos de relações e estudos que impliquem a necessidade do uso de técnicas como análise de discurso e/ou de documentos (MINAYO, 2010). Entretanto, embora a pesquisa quantitativa não possibilitasse o alcance dos propósitos deste estudo, os dados disponíveis[22] contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa (TRIVIÑOS, 2010).

Num primeiro momento desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é uma etapa extremamente importante para o desenvolvimento do projeto. Nesta etapa, deve-se buscar todo material existente sobre o tema e demais temas relacionados que trarão subsídios teórico e prático para a pesquisa. Neste sentido, Gil (2010) considera como uma das vantagens da pesquisa bibliográfica, a possibilidade de uma ampla cobertura de fenômenos e dados já estudados, principalmente para pesquisas que precisariam de longos percursos em busca destes dados diretamente. Como contraponto, o referido autor alerta para o necessário cuidado com as fontes secundárias, a serem devidamente verificadas para não ocorrer a reprodução de dados equivocados.

A pesquisa bibliográfica, ou revisão de literatura como denominado por Triviños (2010), foi fundamental, pois possibilitou uma maior familiarização com o objeto da pesquisa, possibilitando o suporte teórico necessário aos propósitos da investigação. Neste sentido, no que diz respeito às questões bibliográficas, a pesquisa pautou-se em dois eixos teóricos e epistêmicos: a universidade e sua relação com a sociedade e; a política de extensão universitária e o comprometimento do estado com a extensão.

Já à pesquisa documental, desenvolvida anteriormente ao trabalho de campo, permitiu à pesquisadora conhecer melhor a trajetória do objeto de pesquisa e, principalmente, auxiliar na definição do corpus da mesma e da amostra para a pesquisa de campo.

[22] Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se como referência dados quantitativos relativos ao PROEXT e às IFES disponibilizados em seus respectivos endereços eletrônicos e no site do Ministério da Educação.

A utilização deste método foi apoiada nas considerações de Gil (2010) sobre a importância de se apropriar de dados já consolidados em quantidade relativamente superior ao que seria possível se eles fossem coletados diretamente das pessoas durante a pesquisa. É evidente e imperioso que a verificação da natureza e a validação destes documentos seja realizada, de forma a garantir a fidedignidade dos dados utilizados. Para esta pesquisa foi crucial utilizar dados sistematizados dos valores investidos no Programa de Extensão, e as instituições contempladas.

Os documentos utilizados na pesquisa foram o Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária, os editais do PROEXT de 2003 a 2016[23], o Plano Nacional de Educação (PNE)[24], Plano Nacional de Extensão (PNEX), Política Nacional de Extensão (PNExt), Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (MEC/CNE, 2018), que estabelece as diretrizes para a extensão, documentos disponíveis no sítio do FORPROEX[25] e o Plano Nacional de Economia Solidária.

A partir da construção prévia da pesquisa exploratória, da pesquisa bibliográfica e documental, (APÊNDICE J), foi possível constituir e consolidar o corpus deste estudo. Através da análise prévia dos documentos referentes ao PROEXT, foi possível identificar a variedade de áreas temáticas e linhas abrangidas pelo Programa, indicando a necessidade de delimitar apenas uma das áreas para a pesquisa.

Considerando as muitas linhas identificadas na pesquisa documental, e os limites da pesquisa da tese, optou-se pela que está relacionada a linha de pesquisa da doutoranda no PPG e pela aproximação com esse debate a partir dos temas desenvolvidos pela orientadora e demais docentes do grupo. Essa foi, portanto, a opção para o desenvolvimento do estudo e, entre as áreas previstas no Programa de Extensão Universitária, selecionou-se investigar as ações contempladas na temática: Geração de trabalho e renda e apoio a empreendimentos de economia solidária. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa essa definição foi essencial para a posterior organização do seu corpus.

Ainda dentro desta estratégia foi preciso estabelecer uma dinâmica de pesquisa que atendesse o objetivo dentro dos limites do processo de investigação.

[23] Ver http://www.portal.mec.gov.br
[24] Referimo-nos ao PNE 2001-2010 e ao PNE 2014-2024
[25] Ver https://www.ufmg.br/proex/renex

Desta forma, optou-se por uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa de estratégia de multicasos.

Esta opção não representa a intenção de buscar representação de casos típicos, pois cada caso tem sua relevância, mas, sim, ampliar as possibilidades de novos conhecimentos (GODOY, 2007).

O estudo de casos múltiplos contempla mais de um caso em relação ao fenômeno estudado e, conforme apontado por Gil (2009), tem sido utilizado para testar teorias e estabelecer comparações, o que o torna mais convincente no estabelecimento de contrastes.

Para Roese (1998, p. 191), "[...] a utilização de estudos de caso, se feita com critério, pode contribuir para o avanço da teoria sociológica, desde que conheçamos suas limitações e em que aspectos esta técnica contribui para o avanço do conhecimento". Ainda segundo o autor, o estudo de caso propicia a obtenção de uma imensa gama de informações sobre determinado caso e, como consequência, uma análise intensa e a compreensão da realidade concreta, que é onde ocorre a transformação social (ROESE, 1998). Robert Yin (2010) a define como uma investigação empírica que analisa um determinado fenômeno de forma profunda e dentro de seu contexto de vida real; assim, ante estas considerações, entendeu-se ser esta a abordagem metodológica que melhor atenderia ao estudo de campo.

1.2. SOBRE O CORPUS DA PESQUISA E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS:

A partir da definição de uma linha, partiu-se para análise dos projetos contemplados no Programa de Extensão, entre 2009 e 2016. Considerando o quantitativo de projetos e programas aprovados neste período, assim como os valores investidos[26] por parte do Ministério do Planejamento e demais Ministérios e Secretarias integrantes do Programa, identificou-se que dentro do tema Programa de Extensão Universitária e sua contribuição teríamos uma grande variedade de ações a serem estudadas e diversas instituições[27]. Entretanto, por razões de viabilidade

[26] A Universidade como instituição social é imbuída de compromissos e responsabilidades para com a sociedade, e, portanto, entende-se ser importante destacar o entendimento de que todo recurso aplicado no desenvolvimento de suas ações de extensão universitária deve ser considerado como investimento e não como gasto público.

[27] O escopo de Instituições de Ensino Superior aptas a participar do PROEXT inclui Universidades Federais, Estaduais e Comunitárias, e os Institutos Federais.

técnica e econômica da pesquisa, elegemos três universidades públicas federais para a realização do estudo multicaso. A participação exclusiva das Instituições Federais nas primeiras edições do Programa, e a experiência profissional da pesquisadora, no âmbito destas Instituições, contribuíram para o estabelecimento deste critério na definição do corpus da pesquisa.

Na definição das instituições seguiu-se critérios prévios como a escolha do Estado do Rio Grande do Sul para demarcar uma única região geográfica e escolha de instituições contempladas na linha Geração de trabalho e renda e apoio a empreendimentos de economia solidária em mais de uma edição do PROEXT. Após esta definição preliminar, identificou-se três instituições com ações que se aproximavam em objetivos e características, contempladas na linha temática escolhida no período de 2009 a 2016:

- Universidade Federal de Pelotas (UFPEL);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e
- Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

1.3 SOBRE A ESCOLHA DOS CASOS:

As instituições que vieram a compor o corpus da pesquisa tiveram projetos e programas de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares aprovados no Programa de Extensão Universitária ao longo do período de 2009 a 2016. No entanto, para a seleção destas instituições, estabeleceu-se como critério a existência de ações de economia solidária e de incubação de empreendimentos de economia solidária contempladas no PROEXT que tiveram continuidade após a execução do programa.

As três universidades apresentam como ponto comum a participação no PROEXT e o desenvolvimento de projetos e programas na linha temática Geração de Trabalho e Renda e Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária, entretanto se constituíram e consolidaram sua estrutura com algumas distinções.

1.3.1 Caso 1 - Fundação Universidade do Rio Grande

A FURG foi criada em 20 de agosto 1969 a partir do Decreto-lei 774 que autorizou o funcionamento da Universidade pela fusão de quatro unidades de ensino superior em atividade no município de Rio Grande: Faculdade de Engenharia

Industrial e Faculdade de Ciências Econômicas, criadas em 1955, Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, criadas em 1959. Após a instituição da FURG novos cursos foram sendo criados e houve a incorporação da Faculdade de Medicina que já estava em funcionamento desde 1956. A condição de fundação pública foi conferida à Universidade somente em 1987, já em um contexto de redemocratização, pós ditadura militar. Hoje ela oferece 64 cursos de graduação, distribuídos em sua estrutura multicampi, com atuação em Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar. Possui 13 cursos de doutorado, 33 de mestrado, 24 de especializações, 14 cursos de residência médica ou multiprofissional e cursos a distância com polos em diversos municípios (FURG, 2021a.).

Para Pereira (2000), foi ainda no contexto de ditadura que a FURG deu início ao desenvolvimento da extensão universitária de forma mais efetiva a partir da participação do Projeto Rondon e da proposição de um Campus Avançado na cidade de Cáceres, no Mato Grosso.

A proposta dos Campus Avançados[28] e do Projeto Rondon[29] estavam articuladas e alinhadas com o projeto político do Brasil naquele período, entretanto para Pereira (2000) a participação da FURG nestas políticas, em conjunto com outras instituições, contribuiu para o desenvolvimento daquela região e para a proposição de ações que passaram a ser desenvolvidas na Universidade a partir da criação da Superintendência de Extensão (SUPEXT) em 1979, vinculada à Sub Reitoria de Ensino e Pesquisa (PEREIRA, 2000; GONÇALVES, 2013).

As ações desenvolvidas, identificadas no estudo de Pereira, eram direcionadas basicamente para a área da cultura, sendo criadas posteriormente, em 1982, ações na área da saúde e infraestrutura em diversos bairros do município através de parcerias com a prefeitura (PEREIRA, 2000). No ano seguinte, em 1983, impulsionada

[28] O Campus Avançado foi um programa do Projeto Rondon, criado em 1969 para auxiliar no processo de interiorização da cultura e da educação dentro dos princípios da política desenvolvida naquele período. O Programa era considerado pelo Ministério da Educação e Cultura como uma ação de extensão universitária a partir de um conceito de transmissão de conhecimento e caracterizava-se pela presença constante de universitários e docentes em regiões menos desenvolvidas.

[29] O Projeto Rondon surgiu a partir de uma experiência de estágio vivenciada por quatro discentes da Universidade do Estado da Guanabara, liderados pelo professor Wilson Choeri. A partir dessa experiência, em junho de 1968 o Governo Federal institui o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e em novembro de 1970 o Decreto n° 67.505 consolidou o Projeto Rondon como órgão autônomo, subordinado ao Ministério do Interior. Em dezembro de 1975, pela Lei n° 6.310, se constituiu como Fundação (MENDES et al.,1978).

pela amplitude das atividades desenvolvidas, a Universidade dá início ao debate sobre os rumos da extensão e sobre uma política que direcionasse as futuras ações extensionistas; desse modo, começava a surgir, na instituição, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o sentimento de compromisso com a comunidade (PEREIRA, 2000; GONÇALVES, 2013).

Em 1988 foi instituído o Comitê de Extensão, ligado à SUPEXT, com o objetivo de garantir maior atenção à extensão e incentivar o seu desenvolvimento em conformidade com a política da FURG (PEREIRA, 2000). Nos anos seguintes, houve uma reestruturação administrativa na Universidade e a Superintendência passou a integrar a nova Pró-Reitoria de Ensino nos anos 1990, permanecendo assim até 2008 quando em uma nova reestruturação, por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) 035/2008, de 05 de dezembro de 2008, foi instituída a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) (PROEXC/FURG, 2014).

Segundo Gonçalves (2013), ainda na década de 1990 a FURG aderiu a Campanha Nacional de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, quando também participou da criação do comitê da cidadania em Rio Grande e desenvolveu ações importantes como o Projeto Comunitário que deu origem a uma cooperativa de prestação de serviços. Neste contexto, a partir das ações já desenvolvidas, em 2002 foi institucionalizado o Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Social (NUDESE) e a FURG passou a ser referência em assessoria e acompanhamentos de grupos cujo objetivo era a cooperação (GONÇALVES, 2013).

A institucionalização do Núcleo ocorre em um período quando a política de educação superior e a extensão universitária ganham um novo contorno, durante os mandatos do governo Lula (2003 a 2010). Desta forma, ocorre a expansão e consolidação das ações extensionistas na FURG (GONÇALVES, 2013). A consolidação deste processo ocorre com a institucionalização da PROEXC, em 2008, objetivando contribuir para a promoção de uma formação acadêmica mais ampla, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para o desenvolvimento regional, tendo como princípio o intercâmbio de saberes científico e popular, o diálogo com a comunidade, a produção acadêmica e a integração com a sociedade (PROEXC/FURG, 2014).

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tem como missão:

> Promover o desenvolvimento institucional da extensão, da cultura e das artes, monitorando o planejamento, organização, supervisão e avaliação das atividades de extensão, em sintonia com as políticas definidas em pelos Conselhos Superiores, levando à sociedade seu potencial acadêmico e apreendendo os valores da cultura dessa sociedade, realizando a integração da Universidade com a Comunidade (PROEX/FURG, 2014; n.p).

No contexto atual[30], a Universidade dispõe de uma política de bolsas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (EPEC) para discentes que desejam participar de projetos e recentemente, em 2019, aprovou a Política de Inovação e Tecnociência Solidária que instituiu o Sistema Institucional de Estímulo à Inovação e à Tecnociência Solidária (SIEITS) do qual o NUDESE, vinculado à PROEXC, faz parte (FURG, 2019).

1.3.2 Caso 2 - Universidade Federal de Pelotas

A UFPEL foi instituída em 08 de agosto de 1969, pelo Decreto-Lei n° 750, e teve seu Estatuto aprovado, em 16 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei n° 65.881. A consolidação da universidade também ocorreu a partir da incorporação de faculdades e instituições já existentes como as Faculdades de Direito[31] e de Odontologia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul[32], o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (IPESSE) (SILVA, 2012).

Com a criação da Universidade Federal de Pelotas, o Centro de Treinamento e Informação do Sul[33] (CETREISUL) passou a coordenar as ações extensionistas que

---

[30] Em junho de 2021, respaldada em sua Política Institucional de Extensão, a FURG publicou um edital de fomento às ações de extensão, o qual previa a contemplação de no mínimo 20 projetos e 5 programas. Os recursos poderão cobrir despesas de custeio com material de consumo, contratação de pessoa física e seus encargos contratuais, bolsas para acadêmicos de graduação, contratação de pessoa jurídica (FURG, 2021b).

[31] O Instituto de Sociologia e Política foi criado em 1958 como um órgão autônomo da Faculdade de Direito, então vinculada à UFRGS. Nesse período, o Instituto era uma unidade destinada à promoção de cursos, seminários e debates sobre temas sociais (ISP/UFPEL, 2021).

[32] Em 1960 é criada a Universidade Rural do Sul (URS), vinculada ao Ministério da Agricultura, composta pela Escola de Agronomia, Escola de veterinária, Curso de Ciências Domésticas, Centro de Treinamento e Informação do Sul e o Curso de Sociologia Rural (SILVA, 2012). Em 1967, já vinculada ao Ministério de Educação passa a ser denominada de Universidade Federal rural do Rio Grande do Sul – UFRRS (UFPEL, 2006).

[33] O Centro de Treinamento e Informação do Sul foi criado em 29 de outubro de 1960, como um projeto técnico do Escritório Técnico de Agricultura – ETA – entre BRASIL e Estados Unidos e tinha como propósito levar os serviços da universidade à comunidade, alinhado com o conceito de extensão daquele período. O CETREISUL visava integrar o sistema de ensino e pesquisa composto pela Universidade Rural do Sul e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul e as

se intensificaram na universidade através de parcerias com municípios e organizações públicas e privadas (SILVA, 2012). Desta forma, o Reitor, Prof. Delfim Mendes da Silveira, firmou, na estrutura administrativa da instituição, a Pró-Reitoria de Extensão, em abril de 1971, e as atividades de extensão passaram a ser coordenadas pela Pró-Reitoria (UFPEL, 1996).

Nessa conjuntura, a UFPEL criou em 1970 o Projeto de Extensão Universitária e ação Comunitária (PUAC) que originou o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) proposto em âmbito nacional pelo MEC em 1972 com o objetivo de proporcionar vivência profissional aos acadêmicos e, na visão do MEC, integrar a universidade com as comunidades rurais da região (ROCHA, 2019; SILVA, 2012). A UFPEL participou ainda da organização do campus avançado em Cáceres, no Mato Grosso, em conjunto com a FURG, e participou do Projeto Rondon de 1968 a 1985. A política de extensão da Universidade, à época de sua criação, tinha como foco a oferta de cursos e assistência e prestação de serviços em diversas áreas, incluindo serviços odontológicos, médicos, médico-veterinários e assistência jurídica, serviços estes que ainda são oferecidos à comunidade (UFPEL,1996).

Na década de 1980 foi criado o Conselho de Extensão, formado por representantes das unidades acadêmicas, para definir a política de extensão e as normas reguladoras das atividades extensionistas. Ainda neste período foram instalados os museus Leopoldo Gotuzzo e Carlos Ritter, o Teatro Universitário, o Coral e a rádio, projetos de extensão que se consolidaram e passaram a integrar a estrutura da Instituição. Desta forma, em 1991, a Pró-Reitoria passou a ser nominada de Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) (UFPEL,1996). Ainda na década de 1990 a UFPEL participou do Programa Universidade Solidária, proposto durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, vinculado ao Programa Comunidade Solidária, criado pelo decreto nº 1.366 de 12 de janeiro de 1995. O Programa se constituía essencialmente por ações de caráter assistencialista.

Como apontado por Michelon (2020), o relatório de gestão da UFPel publicado em 2001, sinalizava uma mudança de concepção sobre o conceito de extensão, visando transformá-la efetivamente em um processo educativo, cultural e científico como defendido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Entretanto, Michelon

atividades conduzidas pelos serviços regionais de Extensão e buscava, através de cursos e treinamentos, habilitar pessoas para trabalhar nos Programas de Extensão Rural do País (UFPEL, 2006).

aponta que essa mudança estava restrita à criação de um programa de bolsa de extensão para discentes, única política de fomento à extensão vigente na Universidade.

Na atualidade, a PREC define como sua finalidade a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa desenvolvidas na Universidade, “propondo e implantando mecanismos de incentivo à produção extensionista, estimulando as ações de intercâmbio e formação de recursos humanos e promovendo o diálogo e a integração com a sociedade” (PREC/UFPEL, n. p), e define como sendo seu objetivo:

> [...] promover a interação dialógica e a integração transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, a difusão do conhecimento produzido e a capacitação dos cidadãos e profissionais comprometidos com a realidade social, sendo norteada pelas quatro diretrizes abalizadas pela Política Nacional de Extensão universitária (PREC/UFPEL, 2021; n. p).

A UFPel possui hoje 181 cursos de graduação, sendo 85 na modalidade a distância, distribuídos em diversos polos, e 122 cursos de pós-graduação, 33 especializações, 49 cursos de mestrado, 33 de doutorado e 11 cursos de residência médica (UFPEL, 2021).

1.3.3 Caso 3 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A constituição da UFRGS iniciou em 28 de novembro de 1934, inicialmente denominada Universidade de Porto Alegre (UPA), reunindo instituições isoladas existentes e seus respectivos cursos como a Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina, Direito, Agronomia e Veterinária, Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Belas Artes. Posteriormente denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), em 1947, quando passou a incorporar outros cursos instalados em Pelotas e Santa Maria, mas que, com a criação das respectivas universidades, foram dela desvinculados. Foi em 1950 que ocorreu a federalização e a denominação de Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sempre se destacando por ser um dos maiores orçamentos do Rio Grande do Sul (RS) (UFRGS, 2021).

Como destacado por Grivot (2012), foi somente após duas décadas de federalização da Universidade, ainda dentro de um contexto de ditadura militar que, em 1976, as ações de extensão passaram a ser coordenadas por uma Pró-Reitoria de Extensão (PROREXT). Anteriormente, em 1971, durante a reforma universitária, a

extensão foi organizada com a criação de um Programa de Extensão Universitária, mas ainda sob coordenação da Diretoria de Extensão.

Para Silva (2003), na UFRGS, assim como nas demais universidades, foi somente a partir de 1975 que a extensão começou a ser de fato estruturada. Ele destaca dois projetos criados em 1980: Projeto Itapuã que desenvolvia atividades no Distrito de Itapuã, em Viamão; e Projeto Uniarte que tinha a pretensão de tornar as manifestações culturais elitistas mais acessíveis. No entendimento de Silva (2003), o Projeto Itapuã, que encerrou suas atividades em 1988, se transformou em um laboratório da Universidade para experiências em diversas áreas.

No final da década de 1980, o momento de redemocratização pós-ditadura, e elaboração da constituinte, repercutiu no processo de luta da comunidade universitária, aproximando as IES à maioria da população para desenvolver pesquisas que atendessem às demandas sociais daquele contexto. Anteriormente a isso as atuações eram majoritariamente de caráter assistencialista (SILVA, 2003).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul teve uma importante participação na constituição do Fórum de Pró-Reitores, em 1987, quando a extensão começa a ser defendida a partir da interação entre o saber popular e o saber acadêmico, seguindo o conceito do FORPROEX. Entretanto, Silva (2003) destaca a não efetivação deste princípio inicialmente, bem como a manutenção de atividades assistencialistas, prestação de serviços, mas aponta o esboço de novas possibilidades extensionistas com a criação do Programa de Fomento à Extensão, em 1993, no governo Itamar Franco, com a oferta de bolsas e maior apoio administrativo para o desenvolvimento das ações. Neste período surgem outros projetos que se destacam como o Uniação e Unicultura[34].

No processo de institucionalização da extensão da UFRGS, há a criação da Câmara de Extensão (CAMEX), vinculada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), composto por representantes, discentes e docentes das unidades, eleitos, que têm a atribuição de articular, estimular, orientar, disciplinar matérias relativas à extensão universitária, conforme previsto no regimento e estatuto da Universidade publicado em janeiro de 1996. Uma das primeiras alterações após a constituição da CAMEX foi a possibilidade de servidores técnicos administrativos atuarem como coordenadores, além de todos os órgãos e unidades terem a

[34] O Unicultura é uma ampliação do Uniarte e engloba outros projetos culturais como Unimúsica, Unidança, Projeto Doze e Trinta (SILVA, 2003).

oportunidade de propor projetos, ampliando, assim, a participação da universidade na extensão (SILVA, 2003; UFRGS, 2015).

Além disso, em 2001, a Universidade passou a reconhecer as atividades de extensão como um indicador para o cálculo de alocação de vagas docentes, sob a condição de estarem registradas. Em 2003 já há o reconhecimento da extensão como atividade-fim da universidade (GRIVOT, 2012).

A UFRGS também possui programas, projetos e ações propostas pela própria PROREXT e por seus departamentos. Neste aspecto, Grivot (2012) destaca, entre eles, o Museu da Universidade, o Planetário José Baptista Pereira e algumas ações do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) que buscam a troca de saberes entre universidade e sociedade.

Em relação ao apoio à extensão[35] a Universidade tem uma política de bolsas de extensão para discentes extensionistas. A UFRGS possui hoje 89 cursos de graduação presencial, 04 na modalidade a distância; na pós-graduação possui 33 especializações, 80 cursos de mestrado, 68 de doutorado e 05 cursos de residência médica (UFRGS, 2021a).

No que se refere à relação dos três casos pesquisados com o PROEXT, na linha Geração de Trabalho e Renda, identificou-se algumas diferenças. No período pesquisado, de 2009 a 2016, a FURG inicialmente contemplou um número maior de propostas, totalizando 11 projetos e/ou programas aprovados e contemplados com recursos neste período, enquanto a UFRGS recebeu recursos para desenvolver 5 propostas. A situação da UFPEL diferencia-se das demais por ter sido contemplada somente a partir de 2011, com o ingresso de novos docentes na instituição e, por apresentar uma constância até a descontinuidade do Programa, tendo sido contemplada com 13 propostas (APÊNDICE G).

1.4 A DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Considerando a constituição do corpus da pesquisa, apresentada anteriormente, partiu-se para a definição da amostra, levando em consideração que ela deveria estar relacionada aos objetivos da pesquisa e apta a fornecer uma riqueza

[35] A UFRGS disponibilizou em 2021, através de edital, um programa para apoio de custeio aos projetos de extensão que não possuem arrecadação financeira. O Programa oferece bolsa auxiliar para alunos de graduação, auxílio para material de consumo e material gráfico, locação de espaço, Salão de Atos, apoio para a realização de eventos, entre outros (UFRGS, 2021b), entretanto esta é uma ação pontual.

de conteúdo e informações referentes ao propósito do estudo (AARTS & BAUER, 2005).

Reportando ao objeto de pesquisa, a definição da população ocorreu por amostra intencional (GIL, 2009), porque possibilitou à pesquisadora, com base nos objetivos do estudo, escolher os sujeitos que fariam parte da investigação sem fundamentação matemática ou estatística. Esta é uma condição que segundo Patton (1991), enriquece a pesquisa qualitativa.

Portanto, para esta etapa, a partir da definição de que a amostra seria intencional, estabeleceu-se como critério o desenvolvimento de ações de incubação de empreendimentos de economia solidária. Desta forma, com a análise prévia dos projetos contemplados no período de 2009 a 2016 (APÊNDICE G), identificou-se, em cada uma das três instituições que englobam esta pesquisa, projetos ou programas que desenvolveram ações dentro desta temática. A partir desta informação foram selecionados os projetos que participaram da pesquisa:

Quadro 1- Programas/Projetos contemplados no PROEXT selecionados para a amostra:

Instituição	Ano	Título do Programa
FURG[36]	2014	NUDESE – Núcleo de desenvolvimento Social e econômico: Fomentando empreendimentos econômicos solidários
UFPel[37]	2014	ITECSOL – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários
UFRGS	2014	NEGA - Núcleo de Gestão Alternativa – Apoiando os processos de constituição de redes de economia solidária NEA – Núcleo de Economia Alternativa[38]

[36] A Fundação Universidade Federal de Rio Grande aprovou no Programa de Extensão Universitária nove projetos na linha geração de trabalho e renda entre 2009 e 2016, todos são ações propostas a partir do Núcleo de Desenvolvimento Social que originou o programa de extensão aprovado no edital PROEXT/2014.

[37] No contexto da Universidade Federal de Pelotas, ao longo do PROEXT, foram aprovados seis projetos e três programas de incubação e economia solidária a partir do TECSOL. Especificamente com o título Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos e Solidários foram aprovados 1 projeto e dois programas, sendo o último aprovado em 2014.

[38] Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul houve dois projetos relacionados à incubação de empreendimentos de economia solidária aprovados no período pesquisado. Inicialmente selecionou-se para a amostra o Projeto Núcleo de Economia e Gestão Alternativa por ser vinculado a um núcleo ainda em atividade na instituição. Entretanto, para a definição dos sujeitos que participariam da entrevista foi necessário incluir um discente, bolsista do Núcleo de Economia Alternativa à época do PROEXT, e o único servidor técnico-administrativo da instituição que atuou na ITCP durante sua vinculação ao núcleo que encerrou suas atividades ao final de 2019, após a aposentadoria do TAE. Os dois núcleos desenvolviam atividades conjuntas, inclusive durante o período de PROEXT, e participaram de forma colegiada na constituição do Projeto de Extensão CONTRAPONTO.

Fonte: elaborado pela autora a partir das informações disponíveis no sítio do PROEXT/MEC

Alguns grupos de sujeitos foram fundamentais para a coleta de dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, dos projetos e/ou programas selecionados. Para enfrentar o problema de pesquisa e desvelar as contribuições do Programa de Extensão Universitária, a partir de ações de economia solidária e dos sujeitos participantes desses processos, fez-se necessário incluir na pesquisa de campo um membro da coordenação do projeto, um servidor técnico administrativo da universidade e membro da equipe técnica, um discente e um representante de empreendimento de economia solidária que houvessem participado do projeto, no período de contemplação no PROEXT. Os empreendimentos de economia solidária, os discentes e os técnicos administrativos participantes foram selecionados a partir das indicações dos coordenadores.

O projeto da UFPel apresentou uma proposta de incubação distinta dos demais: a constituição de uma feira virtual que contemplava grupos de consumidores e grupos de produtores. Nesta situação específica, entendeu-se que seria importante e necessário incluir na amostra, além de um membro de empreendimento solidário, um membro do grupo de consumidores. No quadro a seguir apresenta-se a composição da amostra de acordo com cada um dos três projetos integrantes da pesquisa:

Quadro 2 - Integrantes dos projetos selecionados para a pesquisa

Programa/Projeto	Forma de participação	Entrevistados
NUDESE	Coordenador(a)	1
	Técnico(a) Administrativo(a)	0[39]
	Discente	1
	Empreendimento	1
ITECSOL	Coordenador(a)	1
	Técnico(a) Administrativo(a)	1
	Discente	1
	Empreendimento	1
	Consumidor(a)	1
NEGA/NEA	Coordenador(a)	1
	Técnico(a) Administrativo(a)	1
	Discente	1

[39] A coordenação no projeto na instituição foi realizada pela servidora técnico-administrativa que participou da entrevista.

	Empreendimento	1
Total		12

Fonte: elaborado pela autora (2021).

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da amostra. Essa técnica foi utilizada na coleta dos dados, por ser uma pesquisa qualitativa e demandar a interação entre pesquisador e pesquisado, mostrando-se, assim, um instrumento mais adequado ao propósito da pesquisa (MINAYO, 2015).

As falas dos interlocutores, fundamentais no processo de elaboração e desenvolvimento das ações extensionistas e demais participantes destas ações poderia se perder com a adoção de outra técnica como o questionário, por exemplo. Tinha-se expectativa que estas falas revelassem aspectos como condições de vida, valores e crenças do interlocutor e do seu grupo de pertencimento e, realmente, algumas informações somente foram alcançadas a partir do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado.

Para Gaskell (2005), a escolha da entrevista qualitativa possibilita ao pesquisador a obtenção de dados básicos para que ele, possa construir sua forma de compreensão das relações entre os atores sociais envolvidos na pesquisa em maior profundidade. A entrevista qualitativa pode proporcionar informações contextualizadas que contribuam para a elucidação de detalhes específicos. O objetivo da entrevista na pesquisa qualitativa é obter "[...] uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos" (GASKELL, 2005, p. 65).

A entrevista semiestruturada, segundo Triviños (2010), é uma das principais formas de coleta de dados para alguns tipos de pesquisa qualitativa. Segundo o autor, "[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação" (TRIVIÑOS, 2010, p. 146).

Para a realização da pesquisa de campo foi necessário fazer algumas adaptações, de forma a respeitar os protocolos de segurança e saúde, em decorrência

da grave situação de pandemia COVID-19[40]. A conjuntura impossibilitou as entrevistas de forma presencial, impondo-se realizá-las de modo remoto, através de plataformas virtuais gratuitas, de acordo com a disponibilidade e preferência de cada sujeito.

Desta forma, foi realizado um contato inicial com os sujeitos, feita a apresentação da pesquisadora, prestados esclarecimentos sobre o objeto da pesquisa, sobre a escolha do entrevistado e suas possíveis contribuições (MINAYO, 2015) quando também foi solicitada a autorização para gravar as entrevistas e utilizar as informações para a pesquisa. Foi garantido o anonimato dos entrevistados e, portanto, nesta tese, eles estarão referenciados por letras aleatórias como por exemplo: coordenador A, discente B, servidor técnico administrativo C, empreendedor E, consumidor F.

As entrevistas foram realizadas de forma individual a partir de roteiros previamente estabelecidos e balizados pela revisão teórica do tema e hipóteses iniciais da pesquisadora. Considerando que a amostra era composta por sujeitos com funções distintas nos respectivos projetos, foram elaborados quatro roteiros (Apêndices B, C, D e E) de forma a considerar questões específicas para cada grupo:

Quadro 3: Número de questões para cada grupo de sujeitos da pesquisa:

Grupos de sujeitos da pesquisa	N° de Questões	Sujeitos
Coordenador (a)	18	03
Técnico Administrativo	17	02
Discente	16	03
Empreendedor(a) Solidário/Consumidor	10	04

Fonte: elaborado pela autora

Se de um lado a situação de pandemia exigiu um esforço no sentido de encontrar alternativas para o desenvolvimento da pesquisa empírica, de outro, possibilitou a inclusão da técnica de observação que foi desenvolvida a partir de espaços virtuais de encontro e debate da Rede Universitária de Incubadoras

[40] No início do ano de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde situação de Pandemia, e no Brasil, já a partir de março algumas condições foram se alterando. Universidades passaram a atuar de forma remota, serviços não essenciais foram suspensos, muitas atividades passaram a ser desenvolvidas de forma remota, via on-line. Essa pesquisa de doutorado, principalmente por ser uma pesquisa vinculada a um curso que prima pela garantia das políticas sociais dos direitos humanos, não poderia desconsiderar a gravidade da situação e os riscos decorrentes da manutenção da pesquisa de forma presencial. Portanto, optou-se pela realização da pesquisa de forma a garantir a segurança dos participantes.

Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), tanto em âmbito nacional quanto regional. Os projetos participantes da pesquisa são de incubadoras universitárias e, portanto, identificou-se ser importante fazer a observação a partir desses espaços.

A participação nesses encontros foi possível pela aproximação com o Grupo de Pesquisa Emancipação, sendo que os docentes coordenadores possuem vínculo com a coordenação estadual e nacional da Rede de ITCPs o que possibilitou a inserção da pesquisadora nesses espaços. A técnica utilizada foi a observação descritiva, realizada de forma totalmente livre e focada no objeto de estudo (MINAYO, 2010).

A partir da observação realizada no Encontro Estadual do Rio Grande do Sul e no Encontro Nacional da Rede de ITCPs foi possível uma maior aproximação com a realidade das Incubadoras Universitárias dentro de um espaço de debate político e de deliberações. Participam da Rede representantes de diversas Incubadoras vinculadas, tanto a instituições públicas quanto comunitárias; desta forma procurou-se focar a observação a partir das representações das IFES, mas compreendendo que apesar das particularidades de cada modelo de instituição, todas poderiam contribuir para o processo de pesquisa.

Após a finalização da coleta de dados, a partir das entrevistas e da observação, realizou-se a transcrição dos mesmos; a sistematização dos encontros da Rede, um regional e um nacional, e a respectiva análise. Para esta etapa da pesquisa optou-se pela análise de discurso, amparada no conceito de representação social.

Conforme destaca Gill (2005), a análise de discurso transita por distintas tradições teóricas, e existem diferentes tipos de análises, entretanto elas apresentam como ponto comum a crença no discurso como aspecto central na construção da vida em sociedade.

O discurso é construído a partir das vivências, desta forma, com a sua análise, buscou-se compreender o sentido das falas, as experiências vividas, as expectativas, crenças e a forma de se relacionar com o objeto de estudo. Neste sentido, compreende-se uma ligação entre a análise de discurso e a teoria das representações sociais que também apresenta como foco a relação entre sujeito e objeto (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH; 1995). A construção dos sujeitos está relacionada a sua realidade social.

Serge Moscovici (2015) introduz o conceito de representações sociais na psicologia social, e embora o ponto de partida tenha sido o conceito de representações

coletivas de Durkheim[41], ele defende que o conceito de representações sociais deve ser considerado sob um ângulo diferente de como ele é visto pela sociologia, ou seja, deve se preocupar com a estrutura e a dinâmica das representações. Para o autor "[..] o que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu (MOSCOVICI, 2015; p.173).

Minayo (1995), ao refletir sobre o conceito de representações sociais para a sociologia clássica conclui que estas enquanto imagens construídas sobre a realidade, palavras, sentimentos e condutas são um importante material para as pesquisas em ciências sociais: "[...] a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas (MINAYO, 1995; p. 109).

Neste sentido, realizou-se a análise dos dados a partir da análise de discurso e da teoria da representação social, buscando compreender as contribuições do Programa de Extensão Universitária a partir dos diferentes sujeitos.

[41] Durkheim foi um dos fundadores da sociologia moderna e distinguia o estudo das representações individuais, que deveria ficar com a psicologia, das representações coletivas, que ficariam sob o domínio da sociologia. Defendia que as representações coletivas traduzem como o grupo pensa e, portanto, não era necessário analisar as realidades individuais. Para Durkheim o indivíduo é produto da sociedade (FARR, 1995; MOSCOVICI, 2015).

2 UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: compromisso social

Para a compreensão acerca da extensão universitária, sua origem, concepções e trajetória, tornou-se necessária a reflexão sobre a história da universidade. Como expressado por Botomé (1996, p. 25), entende-se que *"*a extensão universitária, antes de ser extensão, é universitária".

A reflexão sobre a constituição histórica da universidade tem a pretensão de encontrar elementos centrais que contribuam para a compreensão desta instituição e de seus modelos e padrões na modernidade. O conhecimento do percurso histórico foi importante para compreender a contribuição do estado na constituição da universidade pública brasileira, assim como a atual condição do ensino superior público, o processo de constituição da extensão universitária e sua relação com a sociedade.

A instituição universitária, como apontado por Trindade (2000), apresenta quatro períodos temporais distintos. O autor delimita o primeiro período na Idade média, entre os séculos XII e XIV com a criação do modelo tradicional de universidade sob a tutela da Igreja Romana. Com as transformações comerciais do capitalismo e também do humanismo literário e artístico no século XV, tem início um novo período com a universidade Renascentista. Durante os séculos XVII e XVIII inaugura-se um novo período a partir das novas descobertas científicas, do iluminismo, da valorização da razão e do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosa e o início da Revolução Industrial Inglesa. Por último, já na Idade Moderna, surge uma nova proposta de universidade e uma nova forma de relacionamento com o estado, e esta característica percorre os modelos de universidade desde o século XIX até os dias de hoje.

O século XII é marcado pela institucionalização da universidade. Conforme aponta Fagundes (1986), as primeiras universidades eram organizadas sob a forma

de corporações de professores e estudantes. Eles realizavam todas as escolhas e tomavam as decisões em relação a currículo, professores e reitores, e o objetivo era defender os interesses de uma profissão ou categoria. Assim, elas apresentavam características como corporativismo, autonomia e liberdade acadêmica (TRINDADE, 2000).

Os campos de formação que marcam a origem das universidades medievais são a teologia, o direito e a medicina. Trindade (2000) destaca da concepção medieval de universidade, a sua ênfase em uma formação que busca responder às necessidades de uma sociedade dominada pelo catolicismo, sua organização corporativa e autonomia em relação ao poder político e aos poderes locais da Igreja.

As primeiras universidades, como Bolonha em 1088 e Paris em 1150, desenvolviam estudos em áreas como direito, filosofia e teologia, e ao longo dos séculos XII e XIII, as instituições foram se expandindo pela França, Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal. No entendimento de Fagundes (1986), elas desenvolveram uma importante função na sustentação da igreja e na consolidação da comunidade cristã, mas é preciso reconhecer que as instituições também tinham uma preocupação com o saber global deste período.

Com a chegada do renascentismo e humanismo, a partir dos séculos XIV, XV, e a partir da entrada das ciências nas universidades, as instituições passam por uma profunda transformação. A universidade passaria de um padrão fundamentalmente religioso, teológico-jurídico-filosófico, para uma instituição aberta às ciências e vinculadas ao Estado, contribuindo para os padrões de universidade moderna presentes no século XIX. Soma-se a estes fatores, a chegada da Revolução Industrial e o modo de produção capitalista, que vem exigir uma reformulação das funções da universidade (TRINDADE, 2000).

As universidades pelo mundo não seguem um padrão único, e enquanto as inglesas eram voltadas para atender apenas a nobreza e a elite, preparando-as para assumirem cargos governamentais; as universidades da França e da Alemanha trilham um caminho um pouco distinto (FAGUNDES, 1986). Verifica-se, neste período, uma tendência ao processo de estatização e nacionalização da universidade. Trindade (2000) defende que esta fase é o início do “papel social das universidades”. Cabe destacar que este papel social diz respeito ao surgimento de novas profissões como engenheiras, economia e diplomacia para dar conta deste novo estado capitalista. Fagundes (1986), também entende que o compromisso social da

universidade, no contexto Medieval se realizava apenas na forma de ensino, e a ideia de extensão então inexistia.

A partir da Revolução Francesa e o rompimento com o modelo de universidade medieval surge o monopólio estatal das universidades, um importante instrumento de formação dos quadros profissionais funcionais ao desenvolvimento do estado e da constituição da sociedade, dentro de uma ordem socialmente estabelecida por quem estava no poder. O governo francês nomeava os professores de forma que eles fossem garantir uma blindagem "às teorias perniciosas e subversivas da ordem social" (TRINDADE, 2000, p.17). Qualquer semelhança ao discurso de senso comum nos dias atuais, não nos parece mera coincidência.

Com o processo de industrialização de França e Inglaterra, a Alemanha precisou elaborar estratégias para acompanhar o desenvolvimento tecnológico e buscou se estruturar como uma nação autônoma, independente e nacionalista. Neste contexto, surge a moderna universidade alemã comprometida com "[...] as tarefas de integração nacional e de incorporação da cultura alemã à civilização industrial" (RIBEIRO, 1982, p. 60).

O propósito de doutrinação para uma unidade nacional na Alemanha foi relativamente exitoso na visão de Darcy Ribeiro (1982), e destaca Marx como exemplo de produto da nova universidade alemã que optou por seu exílio como forma de se permitir repensar a estrutura societária da época.

As universidades inglesas, criadas na Idade Média, também enfrentaram uma mudança na década de 1860 e passaram a oferecer, além da formação elitista para cargos governamentais, a capacitação técnica que atendesse ao novo contexto econômico pós Revolução Industrial. A partir deste momento a Inglaterra passa a diversificar as atividades desenvolvidas pelas universidades, e preocupa-se com a prática de prestação de serviços à comunidade, como forma de dar atenção às pressões que vinham das camadas populares. Aqui surge uma das primeiras manifestações de extensão universitária (FAGUNDES, 1986).

As instituições universitárias americanas herdaram a tradição universitária europeia, principalmente a alemã e a inglesa. Conforme assinala Darcy Ribeiro (1982, p.64), a universidade norte-americana "[...] estruturou-se como descendente das universidades inglesas. Entretanto, cresceu mais livre, mais democrática, mais fecunda". A primeira influenciou com o espírito de liberdade no ensino, e o interesse pela pesquisa livre e independente, e a segunda serviu de inspiração para a

diversificação das atividades como a preparação de técnicos, exigência da Revolução Industrial, e atividades voltadas às camadas populares.

Para Fagundes (1986), as universidades norte-americanas sofreram influência dos jovens americanos com formação em universidades alemãs. Isso inspirou o desejo pela formação livre, o pensamento independente, a valorização de instrumentos como bibliotecas e laboratórios e o desenvolvimento de extensão rural e urbana, a exemplo das universidades inglesas. Para o autor, "[...] a universidade americana, mais do que qualquer outra, interagiu com a sociedade através das atividades de extensão" (FAGUNDES, 1986, p. 33).

A partir de uma breve revisão da constituição histórica da instituição universidade na Europa e Estados Unidos da América, é possível identificar características diversas e que estas estão relacionadas ao modelo societário e à organização política e econômica de cada época. Entretanto, como ponto comum encontra-se o desejo de atender a determinadas classes de acordo com o interesse dos governantes.

A criação de universidades na América Latina está relacionada diretamente ao processo de colonização espanhola, inglesa e portuguesa. Seguindo a análise de Ribeiro (1982), a área de colonização espanhola teve contato com universidade muito anteriormente à de colonização portuguesa. As colônias espanholas tinham aproximadamente dezenove instituições no período da independência, a inglesa tinha nove, e o Brasil colônia apenas uma. Os colonizadores portugueses acreditavam que a inexistência de universidades facilitaria o processo de colonização e optavam por enviar para a corte os escolhidos, os que teriam direito a ter uma formação.

Esta característica, do processo de colonização, contribui de forma significativa para a diferença temporal em relação ao surgimento de universidades nos países da América Latina, assim como refletiu na ausência da formação de um quadro intelectual no período pós-independência (RIBEIRO, 1982).

A educação superior latino-americana teve seu início em 1538, com a criação da Universidade de Santo Domingo, na então República Dominicana, criação da Universidade de São Marcos em Lima, no Peru, em 1551, e da cidade do México neste mesmo período. Além do objetivo de difundir o cristianismo no território espanhol, as instituições tinham a função de preparar profissionalmente a aristocracia colonial (PEREIRA, 2008).

Para o professor Darcy Ribeiro (1982, p.90), embora a América Latina tenha tido um relativo histórico de instituições universitárias no período colonial, "[...] deixou-se recolonizar culturalmente pelo modelo francês de universidade, e mesmo este, só logrou implantar mediocremente". As universidades latino-americanas, ainda que baseadas no modelo francês, preocuparam-se com a erradicação da teologia e a profissionalização, contribuindo para a perpetuação do pacto oligárquico.

No entendimento de Florestan Fernandes (2010), em seu ensaio sobre a universidade em uma sociedade em desenvolvimento, as universidades da América Latina acompanharam os processos de transformação do contexto histórico-social em que estavam inseridas, atendendo às necessidades e valores resultantes do estilo de vida social dominante, provenientes da metrópole no período colonial e das nações que lançaram as bases do imperialismo na era pós-colonial:

> O que se queria delas não era que fossem núcleos de produção de saber original e centros de invenção criadora. Mas, que elas organizassem e mantivessem o fluxo mínimo de conhecimentos, técnicas sociais e valores, do qual dependia: a implantação e o florescimento da "civilização ocidental" no Novo Mundo; a preparação das elites de uma sociedade estratificada em castas e estamentos; a persistência e o refinamento dos padrões de "cultura letrada", que podiam ser cultivados e revalorizados socialmente (FERNANDES, 2010, p. 235-236).

As universidades da América Latina esboçam algum indício de renovação da estrutura universitária apenas nas primeiras décadas do século XX, após o processo de independência (FAGUNDES, 1986).

Na análise de Pereira (2008), as universidades latino-americanas sofreram alguma influência a partir da presença de ideias iluministas nas instituições europeias, no século XVIII. Para a autora, um reflexo importante foi a luta pela laicização do ensino público. Entretanto, mesmo após o processo de independência, as instituições não haviam se desvinculado do modelo formador de elite e de outorga de títulos para o exercício de profissões.

O processo de renovação da identidade das universidades latino-americanas tem como marco importante o Manifesto de Córdoba[42], de 1918, na Argentina. O inconformismo dos estudantes com o modelo conservador da universidade e o não

[42] Em 1918, ocorre o Movimento de Córdoba liderado e organizado pelo movimento estudantil argentino desconformado com o modelo arcaico e tradicional herdado do modelo francês. O Movimento reivindicava uma universidade aberta e democrática que assumisse seu compromisso social e para isso aliaram-se estudantes e trabalhadores, contribuindo para o surgimento das universidades populares (GURGEL, 1986)

reconhecimento do papel social da instituição impulsionou este grande movimento que veio propor uma reforma da universidade. Dentre os pontos propostos, destacam-se a exigência da participação estudantil na direção da universidade, a autonomia universitária, a própria extensão universitária, e uma universidade voltada para os problemas nacionais.

Para Gurgel (1986), embora a proposta do manifesto não apresentasse aspectos de transformação profunda, é reconhecida sua importância e significado para o surgimento de uma universidade mais crítica[43]. Os pressupostos de Córdoba serviram de inspiração para outras experiências[44].

A expansão do capitalismo e a supremacia norte-americana, a desigualdade e os conflitos sociais, suscitam o debate sobre o acesso e a distribuição do conhecimento produzido nas universidades. O movimento estudantil argentino contribuiu para que os excluídos do ensino superior pudessem demonstrar sua inquietação e reivindicar mudanças, tanto no aspecto de acesso quanto no modelo de formação de trabalhadores para o Estado. Este processo fomentou o debate sobre a relação da universidade com os problemas sociais (JEZINE, 2006).

Como assinala Fagundes (1986, p. 35), “em qualquer tempo, a universidade esteve sempre comprometida com alguém, seja esse alguém um papa, um rei, um Estado, um grupo ou uma classe social”. Surge então o desejo de que a universidade se torne mais democrática e seu compromisso social ampliado.

No Brasil, a política para educação era definida e realizada pelos padres jesuítas com o objetivo de auxiliar o processo de exploração e dominação por parte da metrópole. Quando o Brasil deixa de ser colônia e passa a ser sede da monarquia portuguesa ocorrem algumas transformações e as questões educacionais são transferidas para o Estado Nacional que estava surgindo, com o propósito de atender às demandas liberais da burguesia europeia (CUNHA, 2007).

---

[43] Característica que vem sendo fortemente combatida, tolhida nas IFES, em especial a partir da eleição de quem representa um projeto essencialmente conservador e elitista.

[44] O Manifesto de Córdoba completou seu centenário em 2018, justamente um período em que a democracia enfrenta ataques e as conquistas sociais são aniquiladas, em especial no Brasil. Na Declaração final da III Conferência Regional da Educação Superior para América Latina e o Caribe, os participantes reconhecem que as reivindicações dos estudantes àquela época são atuais e que “as dores que ficam são as liberdades que nos faltam”. As reivindicações da educação com humanismo e da tecnologia com justiça para o bem de todos, assim como a defesa da autonomia universitária sem imposições religiosas, interesses particulares e/ou de mercado estão em pauta na América Latina e Caribe (CRES, 2018).

Com a chegada da família Real, em 1808, tem início a criação de cursos isolados e profissionalizantes de medicina, engenharia e artes, sendo que apenas durante os períodos Imperial e Republicano começam a se desenvolver no país faculdades profissionais (FAGUNDES, 1986).

A Primeira República, de 1889 a 1930, vivenciou uma fase de expansão do ensino superior nos grandes centros e este momento foi influenciado pelos ideais positivistas e liberais. Durante este período houve algumas reformas, mas destaca-se aqui, pela questão do ensino superior, a Reforma Rivadávia Corrêa[45] de 1911, conhecida como Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, que desoficializou o ensino brasileiro, abrindo ainda mais espaço para a particularização e os princípios liberais, ocasionando um aumento de cursos superiores de baixa qualidade, preocupados apenas em fornecer diplomas de bacharéis. É considerada como uma Reforma que não deu certo.

Uma segunda reforma também relacionada ao ensino superior é a Reforma Carlos Maximiliano[46], de 1915, em que o também liberal, Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, se preocupou com o ensino secundário para melhorar a qualidade do ensino superior e manteve os exames de admissão posteriormente denominados vestibulares (CUNHA, 2007).

Neste período, o ensino se estabelece em formas de faculdades isoladas e escolas superiores como as primeiras Universidades Livres: Manaus de 1909 à 1920, São Paulo de 1911 à 1917 e Paraná de 1912 à 1915. Algumas escolas isoladas deram origem à criação de universidades como a do Rio de Janeiro em 1920, a de Minas Gerais, em 1927 e a da Universidade do Rio Grande do Sul em 1934 (FAGUNDES, 1986).

A expansão do sistema de ensino superior no Brasil continua e no período de 1930 a 1964, as instituições realizam um processo de abertura, porém ainda limitada à classe média. Foi em meio a este contexto, e após a Revolução de 1930, que surgiu

[45] O jurista Rivadávia Corrêa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil durante o governo de Hermes da Fonseca, ambos seguidores do positivismo de Augusto Comte, buscou terminar com o status oficial do ensino secundário e superior sob a justificativa de que o ensino outorgado pelo Estado poderia se transformar em uma religião. Em seu discurso de defesa da Reforma sugeriu que a desoficialização libertaria a consciência acadêmica da opressão dos mestres (CURY, 2009).

[46] Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, também Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, agora no governo de Venceslau Brás de 1914 a 1918, defendeu com sua proposta de reforma o reestabelecimento do sistema oficial de ensino mantendo as dimensões que ele considerava importantes para a manutenção de certa autonomia da gestão das instituições públicas (ROCHA, 2012).

a União Nacional dos Estudantes (UNE) com o objetivo de promover a defesa do ensino de qualidade[47] (UNE, 2018). Diante de um novo cenário de ampliação e diversificação das instituições de ensino, surgem os movimentos sociais que começam a reivindicar o debate sobre as melhorias necessárias como ampliação do acesso e melhor qualificação.

Ao longo do início da década de 1960 a UNE realizou seminários para debater a situação do ensino superior e sobre a realidade social e econômica do Brasil. Os estudantes defendiam a democratização da universidade, melhoria na qualidade do ensino e maior comprometimento com a realidade brasileira (NOGUEIRA, 2019). Gadotti (2013) acrescenta a isso o trabalho de Paulo Freire à frente do Departamento de Extensão da Universidade de Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, quando criou o Serviço de Extensão Cultural na Universidade além do trabalho que desenvolvia de alfabetização de adultos e o Centro Popular de Cultura da UNE.

Para Nogueira (2019) as reivindicações da UNE ainda apresentavam contradições em relação a propostas de relacionamento com a sociedade e não abandonaram totalmente a visão elitista da universidade[48]. Durante os encontros realizados nos anos 1960 produziram documentos visando contribuir com elementos para a reforma universitária que ainda vislumbravam a cultura popular como sendo inferior e a extensão enquanto cursos de aperfeiçoamento.

Entretanto, apesar das limitações, o movimento estudantil e os movimentos sociais apresentavam algumas conquistas, mas este período foi interrompido com o Golpe Militar de 1964, quando as instituições tiveram que se adaptar às funções desenvolvimentistas do Estado (GADOTTI, 2013). A UNE foi violentamente reprimida e passou a funcionar de forma clandestina após inúmeros ataques repressivos (UNE, 2018).

O regime militar, ao se deparar com um quadro de universidades que seguiam as bases políticas e ideológicas das classes dominantes e das instituições religiosas que as apoiavam, passa a trabalhar pela conformação da estrutura destas instituições

[47] Sobre a atuação da UNE, ora conflituosa e ora de negociação com o estado sugere-se a leitura da tese de Gil César Costa de Paula, “A atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao estado (1960 a 2009).

[48] A Greve Nacional do 1/3, ou greve do 1/3, como é conhecida, foi chamada pela UNE em 1962 e indicava o caráter elitista do movimento naquele período. Para Vechia (2001), a reivindicação de representação estudantil na proporção de 1/3 nas instâncias colegiadas das universidades era uma reivindicação elitista que excluía os trabalhadores não docentes e desconsiderava sua participação nos processos decisórios.

ao modelo existente nas universidades norte-americanas (CUNHA, 1989). A Reforma Universitária de 1968 foi então um ponto importante para a adequação das IES aos interesses econômicos dos militares e uma estratégia para controlar o movimento estudantil, mantendo as bases políticas e ideológicas das classes dominantes.

A Reforma Universitária iniciou um novo modelo de organização das universidades públicas; a formação acadêmica passou a considerar o tripé ensino, pesquisa e extensão. Foram instituídos os departamentos e as IFES passaram a ter autonomia financeira, didático-científica, disciplinar e administrativa. Entretanto, o regime ditatorial militar, visando manter a ordem e o controle das instituições, estabeleceu uma nova relação entre estado e universidade amparada em decretos leis que normatizavam o regime de terror daquele período (FÁVERO, 1997; KOGLIN, 2011).

Boaventura (1988), membro do Conselho de Reitores durante a década de 1970, acompanhou frequentemente o surgimento de uma questão que ficava sem resposta e ausente de debates mais profundos: qual era o papel da universidade pública. Em sua análise, ainda que reconheça o risco da simplificação, entendia que para o Conselho, naquele período, a universidade já havia nascido atrofiada e sob a tutela estatal, ou seja, sem a autonomia e recursos necessários ao desenvolvimento da pesquisa e da produção científica. Ao priorizar as questões econômicas o Estado não permitiu que as universidades acompanhassem o desenvolvimento do país e essa situação agravou-se mais ainda com o que ele chama de inchaço quantitativo, medida adotada pelos militares para tentar conter as reivindicações estudantis, e de transformar as universidades em fábricas de mão-de obra (BOAVENTURA, 1988).

A crise econômica e governamental que o país atravessava ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, o processo de luta pela redemocratização e os sinais de enfraquecimento que o regime militar apresentava, contribuíram para o fim da ditadura e a instalação da Nova República, em 1985. Embora essa luta tenha tido uma importante participação e contribuição dos movimentos sindicais e estudantis, o ensino superior continuou em um processo de estagnação e tendência à privatização nos anos seguintes (CUNHA, 1989), refletindo os verdadeiros acordos e concessões consolidados durante a constituinte.

As universidades foram prioritariamente, durante muito tempo, instrumentos de formação para cargos burocráticos, restritos a uma minoria e vivenciaram um contexto de profundas reformas neoliberais e de desmonte dos direitos conquistados com a

Constituição Federal de 1988. As políticas neoliberais iniciaram ainda no governo Fernando Collor de Melo e foram consolidadas no primeiro mandato de FHC quando as IFES enfrentaram o sucateamento de suas estruturas por cortes no orçamento, achatamento e desvalorização do quadro de servidores docentes e técnicos-administrativos. A universidade, dentro da lógica capitalista e neoliberal, precisava se tornar produtiva e se adequar à lógica de mercado.

Esse contexto, de redução da presença do Estado, de incentivo às privatizações e reforma nas políticas sociais, perdurou de forma mais consistente até o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Com sua chegada ao Planalto, 2003 a 2006, propõe uma série de mudanças, entre elas uma nova proposta de reforma universitária com o objetivo de devolver ao Estado o protagonismo na condução do ensino superior. Essa reforma se materializou a partir de programas e políticas específicas como a implantação da política de expansão e reestruturação das universidades públicas, interiorização e a criação dos Institutos Federais, que contribuíram, em alguma medida, com o processo de democratização do ensino superior, ampliando seus significados, principalmente em relação à pesquisa e extensão. Além disso criou uma política de internacionalização, com programas de mobilidade acadêmica, a política de cotas e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para inclusão social.

Houve também uma expansão de vagas nas instituições privadas, principalmente a partir de políticas de financiamento estudantil, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), além de grande expansão do ensino a distância. Estas medidas seguem a lógica do Banco Mundial e do capital internacional, evidenciando a não ruptura do modelo econômico neoliberal no Brasil.

Esse modelo que mesclou mudanças em alguns aspectos e manutenção em outros prosseguiu com os mandatos da presidenta Dilma, entretanto as políticas neoliberais ganharam mais espaço e força política a partir de seu segundo mandato iniciado em 2015 e, posteriormente, com o processo de impeachment em 2016. Deste então, houve a aprovação de um novo regime fiscal, consolidado com a Emenda Constitucional n° 95 de 2016 que limitou os valores a serem investidos em saúde e educação. As IFES que já vinham sentido os efeitos do aprofundamento do neoliberalismo, com a aprovação da Emenda, passaram a enfrentar redução nos orçamentos e um novo sucateamento, a exemplo do que se vivenciou na década de

1990, agravada com a eleição de Bolsonaro em 2018 e de um projeto político ultraconservador e neoliberal ao extremo.

A partir desta breve retrospectiva sobre as universidades em seu contexto histórico, onde as mazelas do capitalismo agravam-se pelo avanço das políticas neoliberais, pretendeu-se elencar alguns elementos e fatos que compõem o cenário onde se institui o movimento constitutivo da extensão universitária. Contudo, tem-se a clareza de que são elementos que precisam ser melhor analisados e compreendidos, como nas palavras do professor Darcy Ribeiro (1982, p. 78):

> Todos temos muito o que apreender da experiência alheia, sobretudo das nações desenvolvidas, em matéria de organização universitária. Mas, nossa capacidade de aproveitar esta experiência virá da compreensão que tivermos das condições em que se consolidaram, em nossas atuais universidades, os modelos que a inspiraram.

A afirmação de Ribeiro (1982) reforça a importância de compreender o papel do estado frente à trajetória de consolidação do ensino superior brasileiro. Ao assumirmos o pressuposto de estarmos sob a lógica de um estado capitalista que atua constantemente para sua imposição e manutenção na sociedade, é possível compreender a importância de propor e buscar desenvolver políticas que confrontem essa lógica. Embora esta trajetória tenha sido permeada de movimentos de resistência, foi a atuação do estado que se consolidou majoritariamente no âmbito da mediação de conflitos e manutenção de uma ordem social dominante.

Ao analisar as políticas desenvolvidas a partir do processo de redemocratização e de elaboração da constituinte, quando a sociedade civil conseguiu imprimir sua participação de alguma forma, percebe-se a fragilidade destas pequenas conquistas. Ao mesmo tempo que recuperava o regime democrático ao final dos anos 1980, o Brasil aproximava-se das políticas neoliberais, aprofundando-se neste processo a partir de 1994. Nos anos 2000, especificamente a partir de 2003 com a eleição do Lula, alguns avanços em políticas sociais foram identificados, entretanto não suficientes para realizar transformações estruturais; e, a partir do impeachment de Dilma, as poucas mudanças foram perdendo força e espaço dentro das ações do estado capitalista.

Assim, retomando o olhar sobre o ensino superior, percebe-se que embora as políticas desenvolvidas a partir de 2003 tenham contribuído, ainda que de forma limitada, para mudanças no cenário do ensino superior público, por não terem se

constituído em uma ampla reforma estrutural, hoje enfrentam as consequências da disputa política do estado e vivenciam a descontinuidade de políticas e programas sociais com base em medidas de ajuste fiscal, defendidas por organismos internacionais e pelo mercado. Entenda-se por medida de ajuste fiscal o desmonte dos direitos sociais e o fortalecimento do mercado financeiro e da economia capitalista.

2.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária era identificada como a mais nova função da história contemporânea da universidade. Entretanto, conforme destaca Gurgel (2001), algumas análises mais recentes indicam que atividades de extensão universitária possuem uma trajetória associada à origem das universidades europeias. O entendimento de extensão era distinto do que se construiu na modernidade, mas o ato de disseminar a cultura e o conhecimento adquirido na instituição de ensino é reconhecido como extensionista à época.

No entendimento de Gramsci (1995), o povo demonstrava algum interesse em se tornar melhor, crescer culturalmente e estabelecer uma nova concepção de mundo a partir da relação universidade e sociedade. Entretanto, para o autor, os intelectuais da época não obtiveram êxito na tentativa de integrar o conhecimento universitário com os problemas do povo. O processo de levar conhecimento até a sociedade, que se encontrava afastada dos bancos escolares, ocorria de forma dominadora sem consideração do contexto em que o povo estava inserido.

Participação em campanhas de saúde, de assistência à população carente e apresentação do que era aprendido na escola durante a realização da Semana Santa caracterizavam a relação da universidade com a sociedade. Esta relação se constituiu durante algum tempo, sob este ponto de vista, sendo possível, ainda que indesejável, encontra-se esta concepção em algumas ações extensionistas na atualidade.

Na história do ensino superior da Inglaterra, mesmo sob a influência de ideais positivistas e liberais, surgiram algumas expectativas de que era importante a universidade contribuir mais com os setores populares, através do conhecimento produzido. A partir desta perspectiva, em 1867, a extensão universitária apresenta sua primeira experiência na Universidade de Cambridge sob a forma de palestras.

As ações extensionistas começaram a surgir nos Estados Unidos a partir da década de 1860, inspiradas nas experiências inglesas. Os norte-americanos adotaram

duas vertentes: uma extensão rural e a outra extensão universitária, ambas dentro de uma lógica de extensão como prestação de serviços técnicos, difusão do conhecimento técnico-científico produzido nas universidades, oferta de cursos profissionalizantes, cursos noturnos e cursos a distância, entre outros (GURGEL, 1986).

A ênfase na extensão rural e a criação dos *Land Grant Colleges*[49] contribuiu para o surgimento das Escolas Superiores Rurais norte-americanas e consequentemente, para as práticas extensionistas. Este modelo de extensão influenciou a prática nos países latino-americanos, em especial no Brasil, onde começaram a ser desenvolvidas ações de extensão rural com o propósito de 'educar' os agropecuaristas e impulsionar o desenvolvimento rural do país (GURGEL, 2001).

A nova concepção de educação que surgiu a partir do século XIX, como resposta ao novo modo de produção e às demandas sociais, introduziu a modalidade de prestação de serviços que deveriam ser oferecidos à comunidade.

O surgimento das universidades populares[50], inspiradas nas críticas do operariado à universidade também contribuiu para a constituição da extensão na América Latina.

Inspirado no surgimento das universidades populares, em 1918, surge o já mencionado movimento de Córdoba, na Argentina, o qual tinha como objetivo, além de assumir o poder da Universidade Católica tradicional, afirmar a necessidade de uma universidade democrática, gratuita, com autonomia política e econômica, com processos de ingresso democráticos e comprometida com a sociedade.

A extensão universitária passa a compor as discussões e o movimento estudantil, com uma relativa importância política no contexto latino-americano, dando início a construção de um conceito para extensão universitária. Surgem na América-Latina várias universidades populares, e a extensão começa a ser considerada pelos estudantes como ação obrigatória de difusão da cultura recebida. Nas Universidades Populares os estudantes podiam colocar em prática novas metodologias e difundir

---

[49] Segundo Gurgel (2001), os Land Grand Colleges eram verdadeiras escolas de extensão rural originadas do modelo de extensão inglesa e associado aos ideais de Revolução Americana, que culminaram com a criação das Universidades Rurais nos Estados Unidos.

[50] As Universidades Populares surgiram na Europa no século XIX e apresentavam com o objetivo a disseminação de conhecimentos técnicos ao povo excluído das elitizadas universidades (GURGEL, 1986). Esta nomenclatura foi retomada a partir da concepção da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) no Fórum Social Mundial (FSM), em 2003. Para mais informações sobre a proposta das UPMS, ver: http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms/o-que-e-a-upms.php.

concepções de educação baseadas no amor pela luta por uma sociedade mais justa (GURGEL, 2001).

O movimento estudantil argentino questiona a universidade tradicional e reivindica sua abertura para uma sociedade que estava em busca de novos caminhos e da modernização do país.

A constituição da extensão universitária no Brasil ocorre a partir das Universidades Populares ou Livres e do modelo de extensão rural norte-americano. A primeira universidade livre brasileira foi a de Manaus, criada em 1909 e extinta em 1926. Em 1911, surge a Universidade Livre de São Paulo e a primeira formulação extensionista com cursos de extensão, prática presente nos dias de hoje (JEZINE, 2001).

Na escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, criada em 1922, realizou-se uma experiência de relação universidade-sociedade, através da prestação de serviços de assistência técnica a agricultores, seguindo o modelo norte-americano, e esta prática, denominada de Semana do Fazendeiro, foi realizada durante muito tempo sob a responsabilidade da então Universidade Federal de Viçosa (SOUZA, 2017). O pressuposto de que a universidade detém o verdadeiro conhecimento, desconsiderando o saber popular, foi enraizado nas instituições brasileiras e o ensino se perpetuou por algum tempo como a principal função da universidade brasileira, sendo está uma característica das faculdades[51].

A extensão universitária passa a ser institucionalizada, como uma das funções da universidade, a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Os cursos de extensão deveriam ter como função a divulgação das atividades técnicas e científicas das instituições universitárias para o benefício da coletividade (BRASIL, 1931).

Fagundes (1986) interpreta que o propósito de Francisco Campos era adestrar o povo para submeter-se à ideologia da classe dominante. Neste contexto, nascem duas importantes universidades do país: Universidade de São Paulo (USP) e Universidade do Distrito Federal (UDF).

[51] O Decreto 9.235/17 (BRASIL, 2017) define as modalidades de organização das IES em centro universitário, universidade e faculdade. Para seu credenciamento, o centro universitário e universidade precisam comprovar a existência de programas de extensão em suas áreas de conhecimento, já as faculdades, modalidade que obteve grande expansão no Brasil, não precisam realizar atividades de extensão e priorizam o ensino.

A USP, criada inicialmente com o propósito de recuperar a hegemonia perdida pela elite paulista, utilizando como estratégia a formação da elite intelectual em dirigentes e realizando a vulgarização das ciências (USP, 2012), e a UDF, surge com uma proposta de estrutura inovadora que defende a vocação científica e cultural da universidade, deixando um importante legado para a história da universidade no Brasil (FÁVERO, 2006).

A UDF[52] começa a pensar a extensão para além da formação profissional e inclui a propagação científica literária e filosófica, mas o alcance destas ações fica limitado às camadas privilegiadas da sociedade (FAGUNDES, 1986).

Enquanto isso, os estudantes brasileiros, influenciados pelo movimento já ocorrido na Argentina, dão início, ao final da década de 1930, a um processo de questionamentos e luta por uma universidade mais democrática.

Gurgel (1986) desenvolve algumas críticas às reivindicações do movimento estudantil brasileiro e à UNE, principalmente ao compará-lo com o Manifesto de Córdoba. Para o autor, o Manifesto argentino tinha como preocupação inicial os problemas da sociedade, enquanto o movimento estudantil brasileiro tencionou suas reivindicações para a solução de problemas econômicos dos estudantes. Ele justifica a crítica a partir do princípio de que naquela época o acesso à universidade era restrito a poucos privilegiados, entretanto reconhece importância da reivindicação de uma educação funcional para todos, da educação popular obrigatória.

Fávero (2006) aponta que ao final da década de 1940, as universidades sinalizam uma tentativa de luta por autonomia que na prática não se efetiva e que embora as instituições tenham sido ampliadas, o foco ainda permanecia sendo a formação profissional. Associa-se a isso o debate sobre a modernização do ensino superior e a questão da privatização. Neste contexto, o movimento estudantil retoma o processo de discussões políticas com a realização de seminários sobre a proposta de reforma universitária.

[52] A Universidade do Distrito Federal foi extinta em 1939, e teve que realocar alguns de seus cursos na Universidade do Brasil, criada pelo Governo Vargas, em 1937. O governo da época estabeleceu uma "caçada" à UDF, se utilizando de argumentos jurídicos para pôr fim a uma instituição que parecia incomodá-los, dando espaço à um modelo de instituição que representasse seus interesses (FÁVERO, 2006).

A UNE realizou dois importantes seminários sobre a reforma universitária, nos anos de 1961 e 1962, e indicou que o ensino era um importante instrumento de cultura (FAGUNDES, 1986).

Gurgel (1986) acredita que algumas das diretrizes presentes nos documentos destes dois seminários já eram colocadas em prática em algumas IES, porém a relevância dada à extensão era uma coisa nova.

O movimento estudantil brasileiro contribuiu imensamente para a instalação deste cenário de questionamentos e debates sobre o papel da universidade e, principalmente, da Extensão Universitária (NOGUEIRA, 2001), passando a percebê-la como uma forma de relação com a classe trabalhadora e as camadas populares. Neste período, surge a questão da interdisciplinaridade por ações que integravam estudantes de diversas áreas de formação.

Embora os estudantes se colocassem ao lado dos interesses populares e das classes trabalhadoras, o caráter elitista dos universitários não permitiu que o movimento reconhecesse desde sempre que as camadas populares, ainda que sem acesso à cultura difundida na universidade, constroem conhecimentos próprios e necessários a sua realidade. Estas considerações, porém, não desqualificam a importância do movimento, apenas realçam as ambiguidades dos processos de luta.

O conceito ampliado de extensão surge a partir da promulgação da LDB de 1961 com a ideia básica de abrir a universidade e aproximar os estudantes da realidade. Entretanto, em seu artigo 69, a LDB limita os cursos de extensão a quem atendesse a requisitos exigidos, mantendo a extensão com o status de atividade de divulgação cultural e destinada às classes privilegiadas (BRASIL, 1961).

Ainda na década de 1960, são instituídos, a partir do movimento dos estudantes universitários e, externamente, à estrutura universitária, os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs). Neste período nasce também o Movimento de Educação de Base (MEB) e uma grande campanha de alfabetização de adultos baseada no método Paulo Freire, o qual buscava propiciar aos indivíduos o poder de transformação social a partir do conhecimento e compreensão da realidade. A compreensão da realidade era aspecto central defendido por Freire (2010, p.50):

> A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização, implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. Faz dele, na feliz expressão de Marcel, um ser "situado e datado".

Os ensinamentos de Freire contribuem tanto para uma formação mais crítica e menos massificada de quem chega à universidade, quanto para a oportunidade de vivenciar, de alguma forma, a relação entre universidade e sociedade sem bloqueio a sua liberdade criadora por aquele que se julgam donos do saber.

A União Nacional dos Estudantes começa um trabalho de conscientização a partir das ações de teatro de rua, cinema, arquitetura, música, literatura, educação de adultos, realizadas no Centro Popular de Cultura. A arte e a cultura eram importantes instrumentos de conscientização e politização da sociedade, e levavam ao público a discussão e reflexão sobre sua condição social. No entanto, Fagundes (1986) destaca que apesar da amplitude que essas ações conquistaram com a participação de estudantes e professores, não havia vinculação institucional com a universidade.

O movimento estudantil continuava reivindicando uma reformulação da universidade e criticando seu descomprometimento com as questões culturais e sociais, além da formação profissional limitada e individualista. No entanto, a chegada da ditadura militar ao poder em 1964 interrompe, em certa medida, essa luta (ROCHA, 2005).

A partir de 1964, com os militares na presidência da República, a rotina universitária, tanto de estudantes, quanto de docentes, passou a enfrentar cotidianamente ações repressivas como a invasão de instituições, prisão de professores e intervenção administrativa (SANFELICE, 2015).

Ainda no fatídico ano de 1964, assim como a qualquer outra ação que fizesse oposição à ditadura, a perseguição ao movimento estudantil se intensifica e resulta na Lei 4.464, conhecida como Lei Suplicy, que passou a regulamentar a representação estudantil, através da proibição de greves, extinção da UNE e criação de entidades oficiais[53], em que o voto era obrigatório, mas não livre (SANFELICE, 2015; UNE, 2018).

[53] A Lei Suplicy extingue a livre organização estudantil e define um padrão de organização a ser seguido, inclusive com controle sobre o processo eleitoral das instâncias de representação estudantil.

A UNE, a partir de então, passa a agir na clandestinidade combatendo as posições do governo. O interesse pela extensão universitária, então é para atender a população desassistida e "[...] direcionar a sua organização e adequar as mudanças à nova ideologia do desenvolvimento" (FAGUNDES, 1986, p.62).

O governo militar adota a extensão como instrumento para tratar questões de segurança nacional, e, para acalmar os ânimos dos estudantes, cria o Projeto Rondon[54], em 1968, ligado ao Ministério do Interior, e também o CRUTAC[55] – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – produzido por uma iniciativa do Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte e baseado em ideais americanos. A base estruturante destes programas estava ancorada na segurança nacional e eles apresentavam em suas ações um caráter assistencialista e de voluntariado, características que perduraram por muito tempo no planejamento e na prática extensionista brasileira.

O governo militar também incentivou a realização de ações de extensão por instituições privadas como o Instituto Euvaldo Lodi, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) (GURGEL, 1986). Atualmente o Instituto e o CIEE são empresas que trabalham com a captação de vagas de estágios para estudantes.

Em 1966, durante a ditadura militar, foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) com a responsabilidade de tornar a extensão universitária uma peça importante das instituições. A partir da realização de seminários para debater o tema, surge a primeira Comissão Mista entre o MEC e o Ministério do Interior (MINTER). A Comissão Mista fez algumas recomendações como: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; a articulação da extensão com os estágios curriculares e com a assistência estudantil; a definição da carga horária dos docentes destinada à extensão; a necessidade de embasamento profissional dos estudantes para participarem das ações; o planejamento das atividades a serem desenvolvidas para que fosse garantido que a população poderia assumir os projetos

[54] A idealização do Projeto Rondon ocorre em meio a um Seminário de Segurança Nacional do Estado, em 1966. O projeto reunia estudantes para que atuassem por um período determinado em regiões menos desenvolvidas, principalmente através da oferta de serviços de saúde, higiene e meio ambiente. O Projeto Rondon integrava os Princípios Normativos de Segurança Nacional (GURGEL, 1986)

[55] CRUTAC foi um programa criado em 1965, durante a ditadura militar, e era financiado pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e tinha como objetivo a formação profissional para atuação na área rural do país. O programa recebia algumas críticas por desenvolver processos metodológicos descolados do processo de formação acadêmica e por priorizar o assistencialismo, seguindo a linha de mão-única tão contestada por Paulo Freire (GURGEL, 1986).

recomendando, ainda, a redução dos custos operacionais destas ações (GURGEL, 1986).

Em 02 de julho de 1968, foi instituído por Decreto Presidencial o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. O referido estudo deu seguimento ao processo de reforma do ensino superior organizado pelo governo militar, e em 28 de novembro de 1968, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 5.540, em que fica evidenciada a exclusão da participação política dos estudantes.

A LDB de 1968, foi o primeiro documento oficial a definir a extensão como uma das atividades-fim da universidade, entretanto manteve o perfil assistencialista durante o período de repressão política (SOUSA, 2001). A extensão ganha algum espaço para que possa se institucionalizar, no entanto ela é utilizada como instrumento de controle social por meio da prestação de serviços e de cursos.

Para Gurgel (1986), a LDB de 1968, teve uma importante contribuição na construção do perfil da universidade brasileira na atualidade. Ainda que as mudanças tenham sido idealizadas para colocar a universidade a serviço do Estado, foi possível, a partir do processo de comunicação com as classes subalternas, suscitar o debate sobre a relação universidade e sociedade.

O MEC contratou no ano de 1974, a Universidade da Bahia para a realização de um relatório sobre as ações de extensão que eram realizadas nas universidades brasileiras. O relatório evidenciou as áreas de artes, ciências agrárias e letras, como as que mais desenvolviam atividades como: cursos, seminários, difusão cultural, prestação de serviços e ações comunitárias.

Em 16 de maio de 1974, baseado no relatório gerado pela Comissão Mista entre MEC e MINTER, foi constituída pelo MEC a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) cuja finalidade era analisar e propor o entrosamento entre o CRUTAC e Campus Avançado, este último surgiu a partir do Projeto Rondon. Como resultado da criação da CODAE e uma maior responsabilização do MEC com a extensão universitária, foi divulgado o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, em abril de1975.

Para Sousa (2001) este processo ocorreu em um momento no qual o governo trabalhava para a construção de um ambiente que possibilitasse a abertura política. A autora entende que o Plano de Trabalho não produziu avanços em relação ao conceito de extensão universitária. Entretanto, as universidades buscaram nesse período discutir o processo de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e

começaram a ampliar o campo de atuação com projetos em áreas como saúde, educação, tecnologia, economia, entre outras.

A década de 1980, vivencia o processo de fortalecimento da sociedade civil, da categoria docente e enfraquecimento do sistema político vigente, tendo sido criadas neste período a FASUBRA, em 1978, e a ANDES, em 1981. Com a instalação de um período de democratização, os espaços para discussão começaram a ganhar algum fôlego. Com o fortalecimento da categoria dos docentes e a discussão sobre o compromisso social da universidade, em 1987, nasce o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, o qual começa a discutir extensão com o MEC, reagindo à imposição de programas e projetos elaborados em nível nacional, reivindicando autonomia e apoio financeiro (SOUSA, 2001).

Foi um momento de busca pela concepção de extensão que estivesse além do modelo tradicional de disseminação de conhecimentos e prestação de serviços, cujo eixo central fosse o comprometimento com a população e com o processo de transformação da sociedade.

O Fórum de Pró-Reitores nasceu do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e resiste até os dias de hoje como um espaço para debate acerca de novos conceitos e diretrizes para a extensão universitária.

O novo conceito de extensão estabelecido a partir do Fórum visa torná-la atividade indispensável à universidade, rompendo a forma secundária com que era tratada. Para Nogueira (2001), os debates travados pelo movimento estudantil na década de 1960, e o Plano de Trabalho da Extensão Universitária estavam presentes em alguns traços do novo conceito de extensão:

> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla com trânsito assegurador à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p.11).

Na década de 1990, com o apoio do movimento docente, em busca da democratização da universidade, a extensão volta a aparecer na estrutura do MEC com a criação do Departamento de Política de Ensino Superior, onde as atividades de extensão universitária passaram a ser coordenadas pela Divisão de Extensão e Graduação. Entretanto, neste período a extensão ainda apresenta características assistencialistas e enfrenta a falta de recursos financeiros, problema decorrente da ausência do Estado.

Durante os anos de 1993 e 1994, iniciou-se uma fase de diálogo e forte articulação entre o FORPROEX e a SESU do MEC, em especial por meio do Departamento de Política do Ensino Superior. Como consequência, em 1993, foi criada a Comissão de Extensão Universitária, a qual apresentava como objetivo a elaboração de programas que definissem princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão universitária, o resultado foi a criação do PROEXTE, que se constitui como uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras (MEC/SESU, 2007).

O primeiro PNEX foi aprovado em 1998, e trazia como conceito de extensão a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a relação entre universidade e sociedade (NOGUEIRA, 2000).

Durante a elaboração do Plano Nacional de Extensão, uma das questões defendidas foi a responsabilidade que a universidade tem em participar da transformação social brasileira. Ao assumir posição na transformação da sociedade, a universidade deve se abrir de forma a viabilizar o exercício da cidadania para superação da exclusão que impede grande parte da população de exercer seus direitos sociais, políticos e econômicos (NOGUEIRA, 2000).

Apesar do reconhecimento da importância da extensão universitária, algumas instituições recorriam a ela como forma de captação de recursos diante da falta de investimentos. A restrição orçamentária, imposta durante os governos pós reabertura do processo democrático, impôs às universidades a necessidade de encontrar formas alternativas de financiamento e, a venda de serviços através da extensão universitária tornou-se uma opção.

O investimento em Política de Educação, e neste caso, no sistema de ensino superior, é necessário para que as instituições possam usufruir de sua autonomia.

Isto se aplica para a extensão universitária, que assim como a pesquisa precisa ter formas de financiamento para que desenvolva suas ações.

2.2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESTRATÉGIA: dilemas e desafios

A relação universidade e sociedade sofre mudanças de acordo com o contexto histórico, político, social e econômico em que está inserida. A universidade é reflexo da sociedade, por isso, acompanha as transformações que nela ocorrem: “ora, a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte” (CHAUÍ, 2001, p.35).

Esta relação fica evidente ao se analisar a construção histórica do ensino superior no mundo e as transformações que foram ocorrendo no contexto político, econômico e social. As universidades foram sendo criadas para atender demandas das classes privilegiadas, sejam reinvindicações culturais ou econômicas, e foram se reestruturando em razão da pressão do ambiente externo e dos tensionamentos do ambiente interno (FAGUNDES, 1986; RIBEIRO, 1992; TRINDADE, 2000).

Althusser (1985), ao discorrer sobre a reprodução das condições de produção capitalista e força de trabalho destaca o papel da educação neste processo, mas que, para além da qualificação, tem o papel de ensinar as regras de bom comportamento, de forma a garantir a submissão dos operários à ideologia dominante. E ao falar de ideologia o autor pondera que os aparelhos ideológicos do estado veiculam, principalmente, através da religião, sindicatos, partidos, famílias, algumas escolas, imprensa, etc, a ideologia dominante. Mas ao mesmo tempo, essas instituições têm suas regras, formas de repressão, para garantir a reprodução dos seus valores. Seguindo esta lógica: “afirmamos que o aparelho ideológico de Estado que assumiu a posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar” (ALTHUSSER, 1985, p.77). O autor se referia inicialmente a educação básica e fundamental, como hoje se conhece, mas, intrinsicamente, as universidades também se enquadram como aparelhos ideológicos do estado dominante, apesar de nelas também existir o que Althusser chamou de heróis, que lutam contra o sistema vigente.

A partir da compreensão de universidade como aparelho ideológico ou de hegemonia “[...] onde se debatem forças permeadas de contradições, as mais

variadas, a extensão universitária pode ser entendida como trabalho social" (MELO NETO, 2002, p.18). O autor aborda a perspectiva de extensão como trabalho social quando ela é uma ação que gera um produto, a partir de uma realidade objetiva e em sua compreensão este vai transformar a natureza e criar cultura.

Ao reconhecer este processo, adota-se a entendimento de que a academia tem uma grande potencialidade, tanto na perspectiva de transformação, quanto de conservação social (FAGUNDES, 1986). A extensão, função mais recente da universidade, vem trilhando um caminho de reflexão e debate sobre o seu potencial, enquanto instrumento do compromisso social das IES.

Esta função vem sendo reconhecida por alguns autores do campo crítico, entre eles o professor Florestan Fernandes (1989), que, ao estabelecer este reconhecimento, defende que a universidade deve se democratizar e romper o monopólio do saber, de forma a contribuir para a desconstrução do pensamento colonial. Para o autor, a extensão universitária possibilita à comunidade universitária ver-se de maneira diferente e acompanhar o processo histórico de transformação da sociedade. Este processo contribui para a construção de uma nova mentalidade universitária.

Inicialmente, o compromisso social das universidades era o ensino, entretanto, com a Revolução Industrial e o novo sistema de produção, as instituições passaram a incorporar a formação de mão de obra com o propósito de servir aos interesses de grupos sociais dominantes. Neste período a pesquisa, outra função da universidade, começa a delinear seus primeiros traços com o objetivo de descobrir novos conhecimentos e a universidade assume a função de transmitir o saber produzido através da prestação de serviços e oferta de cursos para os excluídos dos bancos escolares. Este saber era produzido e disseminado de forma intencional em razão dos interesses das classes dominantes (FAGUNDES, 1986).

O século XIX foi marcado por mudanças sociais e por uma nova concepção de educação. As universidades começam a refletir sobre ampliar sua atuação com a prestação de serviços que pudessem dar conta de responder às novas demandas da sociedade. A extensão, na América Latina, surge neste contexto em que a universidade se percebe compelida a responder às necessidades sociais e ultrapassar a formação de elite como sua única função (SOUSA, 2001; DE PAULA, 2013).

A extensão universitária, hoje reconhecida institucionalmente, e no caso brasileiro, estabelecida via Constituição e demais leis, como o Plano Nacional de

Educação, tem sido idealizada como uma das formas de aprofundar a relação das universidades com a sociedade. Contudo, tanto a literatura, quanto a prática universitária apresentam a extensão com diferentes propósitos e conceitos.

Para Jezine (2001), a extensão universitária representa a dimensão social da universidade, a forma que esta encontra para tentar responder aos anseios e desejos das classes socialmente excluídas. Desta forma, é fundamental conhecer e analisar a universidade e sua relação com a sociedade, assim como debater para quê e para quem servem os produtos dessa relação.

A extensão universitária como compromisso social da universidade surge dentro de um contexto de política de educação enquanto política social. Saviani (1981) evidencia que a política social é própria do modelo capitalista e desempenha um importante papel em determinadas organizações sociais. As políticas sociais surgiram como uma forma de enfrentar o tratamento que o capitalismo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho, dedica às questões sociais (BEHRING; BOSCHETI, 2007).

Desta forma, assim como a política social surge para proteger, em alguma medida, as forças produtivas necessárias ao sistema capitalista e acaba se mostrando capaz de desvelar as contradições do capitalismo, nasce também a extensão com propósito de minimizar as demandas da sociedade em relação ao acesso à educação, principalmente o ensino superior. E esta também pode superar sua concepção inicial e se constituir como um importante instrumento de transformação social (FAGUNDES, 1986).

Ao analisar a trajetória histórica da extensão universitária, a partir dos modelos de universidades é possível encontrar três distintas propostas e contextos que vieram a servir de inspiração para o modelo brasileiro de extensão.

Retomando alguns aspectos vistos inicialmente, primeiramente surgem as Universidades Populares da Europa, com o objetivo de disseminar conhecimento e proporcionar formação; posteriormente, surge o modelo norte-americano, baseado na prestação de serviço e, a terceira proposta, considerada aqui a mais importante, origina-se do Movimento Estudantil de Córdoba na Argentina, que defende um modelo de universidade aberta e democrática, capaz de concretizar o sentido social das instituições (DUTRA; CASTIONI, 2017). É possível perceber que os modelos mencionados estão relacionados a um contexto político e ideológico. Para Gurgel (1986), no caso brasileiro, essa relação fica evidente a partir de uma concepção crítica

de extensão oriunda do movimento estudantil, da UNE e das experiências desenvolvidas pelo método de Paulo Freire.

Com a promulgação do estatuto das universidades brasileiras em 1931, surge o primeiro registro oficial de extensão no Brasil. O Decreto Lei 19.581 de 1931 (BRASIL, 1931), define a extensão universitária como um instrumento da vida social da universidade, apresentando como dever a difusão de conhecimentos filosóficos, culturais, científicos, artísticos e literários por meio de cursos e palestras.

Como já sinalizado, a proposta desta extensão era propagar os ideais da classe que mantinha o poder e contribuir para o controle social. O processo de modernização da educação brasileira se deu sob influência do liberalismo, e o primeiro estatuto das universidades reflete isso de forma concreta ao limitar a prática extensionista a cursos e palestras.

As práticas extensionistas pouco evoluíram em relação à aproximação entre teoria e prática. Os ideais presentes nas universidades populares e a extensão, como uma crítica ao isolamento da academia, não se concretizaram. Para Botomé (2001), a forma de manifestação da extensão, limitada à prestação de serviços que buscavam compensar a ausência do Estado, não contribuía para a transformação social esperada.

Conforme a contextualização histórica apresentada anteriormente, fica evidente a cultura autoritária que a permeou a universidade durante muito tempo. A academia precisa e deve ser espaço democrático; de produção de conhecimento e troca de saberes.

Paulo Freire ao defender sua proposta de alfabetização e de educação como prática de liberdade, estabelece brilhantemente a importância de se reconhecer que todo saber, independente de que realidade ele advenha, é um saber, é conhecimento, é cultura:

> O homem, afinal, no mundo e com o mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto. [...] descobriria que tanto ele, como o letrado, têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador. Que cultura é a poesia dos poetas letrados de seu País. Que cultura é a poesia de seu cancioneiro popular. Que cultura é toda criação humana (FREIRE, 2010, p.117).

Com o advento do século XX, as reformas sociais, os movimentos sociais e estudantis vão contribuir para uma quebra de paradigma na compreensão de universidade. O movimento docente latino-americano começou a se organizar e realizar encontros durante os anos de 1990, fortalecendo um novo viés do ensino superior.

A 1° Conferência Regional de Educação Superior foi realizada em 1996[56] em Havana, Cuba, com o título *Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe* (IESALC, 2018). Neste encontro a extensão é considerada como um importante instrumento de projeção social.

A partir destas importantes reflexões, as funções da IES precisam ser revisitadas e reformuladas. O senso comum de que a academia era destinada a uma elite intelectual e à formação de recursos humanos qualificados precisou compartilhar espaço com uma nova proposta que defendia a universidade como instituição social e apta a trabalhar de forma articulada às políticas públicas e sociais.

A educação superior pública brasileira foi duramente afetada com a falta de investimentos decorrentes da subordinação do público ao privado, especialmente, a partir do final dos anos 1980, até início dos anos 2000, como já assinalado ao longo da apresentação do tema. Partindo desta premissa a livre iniciativa é incentivada e acaba proporcionando a criação de faculdades e centros universitários que não possuem a obrigatoriedade da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (SGUISSARDI, 2009). São as faculdades exclusivamente de ensino.

Essa conjuntura desencadeou intensas discussões sobre o papel da extensão e o debate esteve centrado na definição de um compromisso social cuja responsabilidade é a de contribuir para a transformação da sociedade. As universidades se depararam com um tensionamento para que assumissem uma nova responsabilidade em relação às questões sociais emergentes (SOUSA, 2001).

A extensão universitária, dentro do contexto capitalista e da política neoliberal, pode ser utilizada para beneficiar grupos excluídos da universidade, mas também pode ser usada para o benefício dos interesses da classe dominante. Na visão de Fagundes (1986, p. 152):

---

[56] Em 2018, foi realizado a III Conferência em Córdoba, na Argentina com um significado especial em razão dos 100 anos do Manifesto de Córdoba.

> A perspectiva extensionista que colocar como horizonte de seu compromisso social as soluções efetivas dos problemas básicos da comunidade terá de partir do conhecimento da realidade objetiva em que esta vive, tendo em mente transformações substanciais.

A constituição do FORPROEX, ao final dos anos 1980, contribuiu para o debate sobre o papel da extensão, e este debate tem convergido para a definição de um compromisso social cuja responsabilidade é a de ajudar a transformar a sociedade. A instituição surgiu em 1987, no contexto de elaboração da Constituição Federal, que em seu artigo 207, retoma a extensão universitária em documentos legais e define como um princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que as universidades dispõem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (BRASIL, 1988).

O FORPROEX, surge a partir de um movimento nacional que discute, entre outros temas pertinentes, a relação da universidade com a sociedade. Para além de institucionalizar a extensão como uma diretriz acadêmica e reivindicar formas de financiamento, o Fórum entendia como sendo seu objetivo, através da extensão universitária, a luta pela democratização do conhecimento produzido e a concretização do compromisso social das IES. O grupo passa a ser uma importante ferramenta de interlocução com o MEC (NOGUEIRA, 2001).

Como já apontado, o trabalho do Fórum vai resultar na elaboração do I Plano Nacional de Extensão e posteriormente, a partir de sua intensa interlocução com o MEC, o Programa de Apoio à Extensão é retomado em 2003. Este foi ganhando relativo destaque nos anos subsequentes sendo reformulado para Programa de Extensão Universitária em 2008. O PROEXT é o principal programa de financiamento da extensão universitária desde então, tendo sido interrompido após a implementação de políticas de austeridade a partir de 2016.

Em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Extensão após um período de reflexão sobre os limites e potencialidades do Plano elaborado em 1998. O grupo de Pró-Reitores, que ali representavam suas instituições de origem, elaborou a Política e definiu estratégias que contribuíssem com a transformação da universidade em um instrumento de mudança social.

Tem-se clareza de que o desenvolvimento social do país é responsabilidade do poder público, e para isso o Estado realiza, ou deveria realizar, investimentos em

políticas públicas e programas sociais que exerçam um papel importante na vida da população mais vulnerável e na redução das desigualdades.

Behring e Boschetti (2007) reconhecem que as tradições político-econômicas e socioculturais presentes ao longo da história do Brasil tornam-se um obstáculo para a concretização dos direitos sociais estabelecidos no artigo 6° da Constituição Federal. Entretanto, entende-se que as IFES possuem um potencial intelectual[57] e estrutural e podem contribuir para o desenvolvimento social, para a melhoria das condições de vida da sociedade e a concretização de direitos.

A efetivação dos direitos fundamentais não é possível dentro da lógica de mercado defendida pelo neoliberalismo e pelos organismos internacionais. São necessárias políticas públicas sociais igualitárias e universais, e as IFES possuem o grande desafio de contribuir positivamente para a elaboração, acompanhamento e avaliação destas políticas, principalmente daquelas dedicadas à garantia dos direitos sociais: “tal como o Estado, a *intelligentsia* brasileira possui uma enorme dívida social para com o povo brasileiro, especialmente para com os pobres, marginalizados e excluídos” (BOFF, 2018, p.181).

Leonardo Boff (2018) salienta ainda que as universidades não devem ser encaradas como um meio de reprodução de uma sociedade que ele denomina discricionária e nem como uma fábrica de engrenagens para a manutenção do sistema que impera na atualidade. As universidades precisam retomar seu caráter de formação de um pensamento crítico, especialmente, diante da realidade brasileira e do intenso aprofundamento das desigualdades sociais.

A socialização do saber e a integração da universidade com a sociedade contribuem para proposição de alternativas antes ignoradas e desacreditadas para aqueles que pensam estar condenados a lutar apenas pela sobrevivência (BOFF, 2018).

O principal desafio dos que pensam a política de extensão, e dos que desenvolvem extensão universitária, tem sido refletir sobre a própria função da extensão e o compromisso social das instituições. Entretanto, repensar a extensão tem sentido se for para que ela possa contribuir com a desconstrução do paradigma

[57] O termo intelectual é utilizado no sentido de apontar que ali, naquela estrutura, há muito conhecimento que precisa ser compartilhado. Partilha-se do entendimento de Antônio Gramsci (1995) de que o intelectual tem uma função social e cultural.

de que universidade se resume a ensino e pesquisa, produção de conhecimento e aplicabilidade do saber produzido.

Neste processo de reconhecimento da necessária reflexão sobre o lugar que a extensão ocupa nas universidades e sobre sua relação com a sociedade, as professoras Sandra de Deus e Regina Lucia Monteiro Henriques (2017, p.86) ponderam que:

> [...] a relação universidade/sociedade não pode ser uma junção de duas importantes palavras. Um discurso competente e bem elaborado. Exige fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estaduais e municipais, visando a implementação de políticas públicas que integrem as universidades na superação da pobreza e promoção do desenvolvimento sociocultural; requer um exercício profundo de aceitação da realidade do outro, seja esse "outro" a comunidade ou a própria universidade.

Ainda segundo as autoras, as iniciativas de financiamento da extensão universitária, que se mantiveram constantes no período de 2003 a 2016, valorizaram a relação entre universidade e sociedade, e são fundamentais para a concretização do compromisso com pautas nacionais importantes. É neste sentido que as professoras sugerem que as IES precisam ver e ouvir as demandas da sociedade, para que no exercício acadêmico, ambos possam construir sua visão de mundo, transformar e reformar a si mesmos, constantemente (DEUS; HENRIQUES, 2017).

2.2.1 Extensão universitária e economia solidária: aproximações

As questões sociais no Brasil se agravam ainda mais na década de 1990, em decorrência do avanço da política neoliberal, da abertura do mercado interno, da reestruturação do sistema produtivo, do desemprego em massa, originando uma reação dos trabalhadores, dos movimentos sociais e sindicais, resultando no despertar do movimento de economia solidária no país e no surgimento de cooperativas de produção baseadas na autogestão. Para Paul Singer (2000; p.13), "A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo", mas este não é, e nem deve ser, seu único propósito; a economia solidária foi concebida para superar o capitalismo no sentido de que proporcione uma vida melhor e que vá além de aspectos econômicos: "A economia solidária foi concebida pelos utópicos como uma nova sociedade que unisse a forma

industrial de produção com a organização comunitária da vida social" (SINGER, 2013; p.115).

Em meio a este contexto, em 1993, surge também uma ação social direta direcionada ao combate à fome, um problema latente no Brasil. A campanha foi liderada pelo sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, apoiada por alguns setores da classe média e contou com a colaboração das universidades (VECHIA et. al, 2011).

Entretanto, em razão da gravidade da situação, as IES estavam sendo cobradas a dar alguma resposta mais concreta e transformadora à sociedade, apresentando alternativas aos problemas que estavam colocados e que ultrapassam os limites da filantropia. Um espaço de construção de conhecimento como as universidades precisavam, não só se comprometer com estas questões, como contribuir para a construção de alternativas e para a transformação social. Era preciso ir além, romper o paradigma da academia como aparelho ideológico do estado dominante e de reprodutor das condições capitalistas de produção (ALTHUSSER, 1985).

Neste processo de as universidades assumirem compromisso com questões sociais e necessidades econômicas da população, a extensão universitária, como um dos elementos do tripé ensino, pesquisa e extensão, passa a ser o de articulação para o desenvolvimento de ações de transformação social (DUBEUX, 2007). Para DUBEUX (2007), o processo interdisciplinar que se desenvolve em cada universidade, a partir desta perspectiva, é extremamente importante para o surgimento de debates ainda mais amplos e de questionamento das bases epistemológicas que estão em vigor ainda nos dias de hoje.

A luta do Fórum de Pró-Reitores, de movimentos sociais e dos extensionistas pelo reconhecimento da extensão universitária, pela construção de um conceito e prática mais uniforme nas instituições e por políticas de financiamento, confere uma maior visibilidade para a extensão e inicia um processo de construção de ações e políticas que contribuam para a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e para que a universidade esteja mais próxima de sua função social. Embora a institucionalização da extensão a partir desta nova concepção de ação dialógica, interdisciplinar, indissociável não tenha ocorrido de forma sistêmica e uniforme nas universidades, a economia solidária nas IFES e a criação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares acontece sob influência da nova proposta

conceitual de extensão, originária do trabalho desenvolvido pelo FORPROEX (DUBEUX, 2007).

As universidades desenvolvem uma série de ações, nas mais variadas áreas do conhecimento junto à comunidade; algumas amparadas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão e sua indissociabilidade, e outras, meramente assistencialistas, sendo dentro deste contexto, e a partir de problemas sociais dos anos 1990, que a academia começou a questionar o que poderia fazer para reverter aquela situação de extrema pobreza.

De acordo com Santos e Cruz (2008), a primeira incubadora tecnológica universitária surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro, justamente a partir dessa reflexão sobre como a instituição realmente poderia contribuir para reverter aquele contexto de extrema pobreza que circundava os campis da IES e de como as tecnologias ali produzidas poderiam contribuir neste processo de geração de renda e melhores condições de vida para os trabalhadores. Segundo os autores, os responsáveis por esta iniciativa, entenderam que uma incubadora tecnológica de cooperativas populares seria uma forma de tornar acessível, aos trabalhadores, a instrumentalização do conhecimento produzido na academia e possibilitar que eles se organizem a partir dos princípios do cooperativismo[58].

A união da economia solidária com as universidades, o surgimento e desenvolvimento das incubadoras universitárias faz total sentido sob a perspectiva de Paul Singer (2000) em relação à forma coletiva e autogestionária como os empreendimentos de economia solidária se estruturam e se qualificam. Singer acredita e defende que os empreendimentos solidários precisam de especialistas, de profissionais com formação e conhecimento da área de negócios, das novas tecnologias, às quais eles não têm acesso, pois na maioria das situações são constituídas por trabalhadores com baixa escolaridade que dominam apenas o processo produtivo.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são unidades acadêmicas universitárias ou programas de extensão que integram ensino, pesquisa e extensão, e contam com a participação de discentes, docentes e técnicos

[58] Santos e Cruz (2008) sinalizam que a expressão “populares” no nome das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares quer indicar que se destinam a empreendimentos que se apropriam de fato do caráter igualitário das origens do cooperativismo. A expressão busca garantir que não se tratam de organizações capitalistas forjadas na legislação das cooperativas para benefício de um único dono.

administrativos das instituições. Para Vechia et. Al (2011), as incubadoras universitárias têm como objetivo proporcionar a interação entre a comunidade universitária e os trabalhadores que buscam a formação de empreendimentos econômicos solidários.

As cooperativas e empreendimentos de economia solidária aconteceram, inicialmente, como uma alternativa ao desemprego da década de 1990, e foram construindo um movimento econômico, político e social que acabou resultando no surgimento das incubadoras universitárias (COSTA, 2018). Desta forma, a partir do final dos anos 1990, a economia solidária tem estreitado relações com a extensão universitária e de forma indissociável do ensino e da pesquisa, realçando o processo dialógico entre universidade e comunidade.

Segundo Schiochet (2018) a identidade das incubadoras sempre esteve relacionada à extensão e as mesmas passaram a ser exemplos práticos da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Addor e Larichia (2018; p.15), sugerem que as incubadoras são as raras exceções em que a universidade concretiza essa associação, “[...] pois partem de problemas concretos, envolvem estudantes na análise das demandas e buscas de soluções e, assim, geram conhecimento”. Além disso, fomentam a troca de conhecimentos acadêmicos e populares e a construção compartilhada de novos conhecimentos, aspectos importantes para que as IES possam se transformar e se aproximar das demandas da sociedade (VECHIA et. al, 2011).

Neste sentido, as incubadoras universitárias desempenham um papel estratégico. Os empreendimentos de economia solidária precisam garantir as condições mínimas de subsistência, como produção, consumo e financiamento e para Cruz (2011; p.14) “[...] a acumulação econômica só é possível a partir de uma excepcional acumulação social, cujas condições são dadas pelo grau de experimentação e de aprendizado dos sujeitos coletivos da economia solidária”. Para Addor e Larichia (2018), os empreendimentos solidários, como qualquer empreendimento econômico que deseja sobreviver, precisam ter uma geração de renda mínima, entretanto este não é o único objetivo:

> O bem-estar dos trabalhadores da economia solidária é um elemento de importância maior que a produtividade e a eficiência. Estas não são um fim em si mesmas, como costumam ser nos empreendimentos capitalistas, mas ferramentas para buscar esse bem-estar (ADDOR, LARICHIA; 2018; p. 11).

O compromisso da universidade com uma relação mais próxima às questões sociais e integrada à sociedade, a aproximação da economia solidária através da extensão, a criação e consolidação das Incubadoras universitárias e a interlocução com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) resultaram em um processo de reconhecimento da economia solidária e da importância de sua relação com as IFES. O PRONINC foi, então, reformulado e retomado pela SENAES no Governo Lula, sendo a principal política de financiamento das incubadoras universitárias, e o PROEXT surgiu como política de extensão, possibilitando o financiamento de projetos e programas voltados à geração de trabalho e renda e apoio a empreendimentos de economia solidária.

A partir de 2005 foi possível submeter propostas voltadas à temática geração de trabalho e renda em economia solidária, mas ainda como um subtema dentro da linha Políticas de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e, em 2006, como tema. No edital de 2009 a geração de trabalho e renda aparece como subtema da linha Educação, Desenvolvimento Social e Saúde e, a economia solidária, agora com foco na incubação de empreendimentos econômicos solidários, ganha status de linha temática e apresenta como subtemas: apoio técnico e financeiro para propostas de manutenção de incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários; assessoria a empreendimentos econômicos solidários incubados; articulação de políticas públicas de fomento à economia solidária e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; geração de trabalho e renda, através da incubação de empreendimentos econômicos solidários, dentro dos princípios de autonomia que possam influenciar transformações mais amplas; formação de docentes, técnicos e discentes em economia solidária; geração de trabalho e renda em saúde mental e economia solidária; construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários (PROEXT/MEC, 2009).

A pesquisa Avaliação Qualitativa, Quantitativa e Participativa do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares[59], realizada pelo Núcleo de

[59] A pesquisa Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, realizada sob demanda da SENAES, no período de 2016 a 2017, tinha como objetivo avaliar a política pública de apoio aos projetos e programas universitários de incubação em economia solidária em especial a partir de 2013, a partir da relação das incubadoras com a sociedade e com as instituições de ensino superior e centros de pesquisa (SOLTEC/UFRJ, 2017)

Solidariedade Técnica (SOLTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizada no período de 2016 a 2017 apontou que nas IFES apenas uma a cada três incubadoras eram institucionalizadas e, ao analisar o vínculo das incubadoras que participaram da pesquisa, verificou-se que 51,8% possuíam vínculo com a Pró-Reitoria de Extensão. A pesquisa de avaliação do PRONINC não é restrita às incubadoras das IFES, no entanto é possível perceber a relação do desenvolvimento das incubadoras com a política de extensão universitária. A pesquisa apontou ainda que 48% das incubadoras pesquisadas acessaram recursos do PROEXT e 66% contam com algum recurso da própria instituição de ensino superior (SOLTEC/UFRJ, 2017).

3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO NO BRASIL

Influenciado diretamente pelo contexto social e político de cada período, o desenvolvimento da extensão universitária nas instituições brasileiras, como já exposto, passa por períodos com distintas visões conceituais da extensão.

Nessa direção, ao discutir sobre o lugar da universidade e o papel da extensão em uma sociedade democrática, Souza (2017) recorda que a extensão universitária foi tradicionalmente reconhecida como o instrumento de transmissão do conhecimento produzido e organizado, dentro das instituições, para a sociedade, seguindo o modelo extensionista norte-americano.

Como contraponto o autor aponta que esta visão foi, e continua sendo, contestada e reformulada, e recorda o pensamento do professor Boaventura de Souza Santos, quando elege a extensão como uma das estratégias necessárias à reconquista da legitimidade da universidade e, anteriormente a isso, tem-se a reflexão proposta por Paulo Freire sobre a atuação do agrônomo extensionista de que sua prática deveria ser a comunicação ao invés da domesticação ou persuasão dos camponeses (SANTOS, 2010; FREIRE, 2006).

Embora o surgimento da extensão universitária no Brasil tenha ocorrido em 1931, por meio de Decreto, o debate conceitual em torno da extensão é permanente e ainda atual dentro das IFES e dos órgãos que as representam. Entretanto, a partir da constituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, ao final dos anos 1980, foi possível a construção de um processo de reconhecimento da extensão, sua institucionalização e a definição de uma política norteadora para as ações extensionistas.

Segundo Nogueira (2001), a primeira proposta de política de extensão foi articulada em 1975 pelo MEC com a elaboração do primeiro Plano de Trabalho de Extensão e representa uma tentativa do próprio MEC em reconquistar a garantia de protagonismo da política de extensão a ser seguida pelas universidades. Naquele período, o Ministério do Interior através do Projeto Rondon e do Programa Campus Avançado se ocupava de propor ações de intervenção na sociedade, rotulando essas proposições de extensão universitária (SILVA, 2012).

Este processo transcorreu em meio a conflitos ideológicos presentes no âmbito das universidades e do próprio Ministério da Educação, começando a perder sua força ao final da década de 1970. Entretanto, dentro daquele contexto, foi considerado como

um marco importante de reconquista de espaço por parte do MEC, responsável pela proposição de uma política de extensão (NOGUEIRA, 2001). Para Nogueira (2001) as ideias de relação entre ensino, pesquisa e extensão e da troca de saberes entre universidade e comunidade, presentes na proposta do Plano, foram disseminadas e retomadas com a criação do FORPROEX na década de 1980.

Havia necessidade de organização institucional da extensão e de estabelecimento de uma comunicação direta com o MEC, assim como já acontecia com as atividades de ensino e de pesquisa, áreas do ensino superior já consolidadas nas instituições e nas instâncias governamentais, com políticas próprias, incluindo financiamento. Na perspectiva do tripé acadêmico, a extensão era a única que não possuía uma política específica, com diretrizes e orientações para o desenvolvimento de suas ações e práticas; além disso, com a extinção da CODAE ao final da década de 1970, perdeu-se o elo de interlocução com o Ministério da Educação (NOGUEIRA, 2013).

O contexto político deste período era permeado por movimentos que desejavam a democracia política e alertavam sobre a necessidade de transformar as universidades, buscando garantir a autonomia universitária e o comprometimento social. Foi neste cenário, contando ainda com a criação da FASUBRA (1980), da ANDES (1981), e legalização da UNE (1985), que se constituiu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras com o objetivo de traçar as orientações e diretrizes para a institucionalização das ações extensionistas (NOGUEIRA, 2001; SILVA, 2012).

A Necessidade de um espaço para debater o compromisso social da universidade se somou às reivindicações estudantis, às dos servidores, passando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a ser defendida por estes coletivos (NOGUEIRA, 2013).

O Fórum de Pró-Reitores desempenhou um papel político fundamental na defesa da extensão universitária como integrante da formação acadêmica, além de constituir um percurso que conecta a universidade com a sociedade e contribui para que esta concretize seu compromisso social. Como resultado deste intenso movimento político em prol do reconhecimento da extensão como uma das funções da universidade, tanto como o ensino e a pesquisa, nascem conquistas importantes como o Plano Nacional de Extensão Universitária, publicado em 1999, o Programa de

Extensão Universitária, criado, inicialmente em 1993, e retomado em 2003, sendo reformulado em 2008, e a Política Nacional de Extensão aprovada em 2012.

O FORPROEX representou o movimento de fortalecimento da extensão universitária no Brasil na década de 1980, e a proposta desenvolvida por ele se tornou referência para as IFES, repercutindo nas ações governamentais. A política de financiamento para extensão se constituiu como uma de suas principais reivindicações ao longo de sua trajetória e assim o Fórum passou a fazer a interlocução entre as instituições e o Ministério da Educação na definição das diretrizes para a extensão e proposição de políticas.

Essa aproximação com as instâncias governamentais contribuiu para que a proposta do PROEXTE, vigente na década de 1990, assim como suas reformulações em 2003 e 2008 fossem construídas sob influência do Fórum, integrado por Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES).

Além da luta por uma política de apoio à extensão, o Fórum tem um importante papel em relação à institucionalização da extensão, propondo políticas e diretrizes que contribuam para o fortalecimento das ações extensionistas e dos órgãos responsáveis por sua gestão nas universidades. Para Diniz (2012), o Fórum tem se destacado ao propor políticas para a extensão; ao propor regulamentações em nível ministerial, e institucional, além de promover a divulgação científica extensão através de espaços consolidados como o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, entre outros seminários regionais. Todas ações importantes para o fortalecimento e institucionalização da extensão.

Durante este processo o Fórum pensou, debateu e produziu o Plano Nacional de Extensão que definiu as diretrizes para a extensão universitária com a expectativa de que este documento poderia fortalecer as atividades extensionistas no âmbito das IPES, com destaque à necessidade de uma política pública de financiamento para essa concretização (RODRIGUES, 2016).

Outra contribuição importante do trabalho do FORPROEX pode ser identificada a partir do Plano Nacional de Educação de 2001 ao apresentar como meta a implantação de um Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária nas IFES e dar início à proposta de curricularização da extensão (BRASIL, 2001). Para o Fórum era necessário assumir uma nova concepção de currículo, com uma dinâmica mais flexível onde fossem possíveis a interdisciplinaridade e a participação ativa do

discente, possibilitando-lhe ser protagonista de sua formação ao mesmo tempo que romperia com o processo linear e rotineiro das disciplinas (FORPROEX, 2006).

Destaca-se nessa retrospectiva de atuação do FORPROEX sua influência na criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária como política de extensão coordenada pelo MEC[60], em 1993, assim como no processo de retomada e reformulação durante os governos do Presidente Lula. Além disso, a partir do fortalecimento da extensão com a regulamentação do PROEXT em 2008, as IFES foram autorizadas a ofertar bolsas de extensão para discentes regularmente matriculados em cursos de graduação, tendo como referência os valores pagos pelas agências de fomento à pesquisa, conquista importante para a valorização da extensão dentro do tripé ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2009;2010).

Deste modo considera-se fundamental a participação do FORPROEX nos debates sobre Educação Superior e no processo de institucionalização e fortalecimento da extensão universitária como a consolidação da nova Política Nacional de Extensão, após um longo período de debates e reflexões, inspirada pelos princípios do Plano Nacional de Extensão e pela realidade brasileira.

3.1 PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO

O PNEX surge posteriormente à criação do PROEXTE, quando em sua primeira edição, e a Política Nacional de Extensão (PNExt) foi aprovada mais recentemente. Entretanto, por uma questão de organização, optou-se por trazer, inicialmente, uma breve descrição destes dois importantes documentos, que representam igualmente as políticas desenvolvidas para a extensão universitária. Posteriormente, será feita a apresentação do Programa de Extensão Universitária, tema central desse trabalho.

A proposta do PNEX nasce, como uma estratégia, no XII Encontro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1997, logo após as tentativas frustradas, de manutenção do PROEXTE junto ao MEC, que havia sido abandonado por esse ministério (NOGUEIRA, 2005). O documento é então publicado pelo MEC em 1999,

[60] Os dirigentes do Fórum integraram a Comissão de Extensão criada pela Sesu, Portaria n° 265 de 01 de agosto de 1994, com o objetivo de elaborar diretrizes políticas para o PROEXTE.

atualizado em 2001[61] e traz em seu escopo o reconhecimento de que a extensão é parte fundamental para o fazer universitário e o compromisso social da universidade:

> [...] ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (FORPROEX, 2001, n.p).

A elaboração do Plano ocorreu a partir de encontros semestrais e anuais dos representantes da área de extensão. Ao debaterem sobre o tema, um dos pontos indicados como essencial foi a responsabilidade da universidade no processo de transformação social. O processo de debate sobre o Plano contou com a participação de um representante da SESU do MEC, entretanto, como apontado por Nogueira (2003), era nítido o desinteresse do órgão governamental em implantá-lo como uma política de extensão para as IFES. O Fórum propôs o Plano na tentativa de suprir a ausência de uma política de extensão por parte do MEC, mas na prática ele acabou se transformando em um documento orientador que apresenta diretrizes e propostas de metodologias para as políticas de extensão das universidades (NOGUEIRA, 2003).

No XIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores, em março de 1998, foi apresentado um texto inicial como proposta de Plano, sendo aprovado no encontro seguinte com as alterações sugeridas. Somente no XIV encontro o texto final foi aprovado, sendo publicado em 1999 (NOGUEIRA, 2000; SILVA, 2012).

No Plano a extensão é reafirmada como processo educativo, cultural e científico, indissociável do ensino e da pesquisa e essencial para a formação profissional. O documento apresentava dentre seus objetivos a intenção de priorizar práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes em áreas como educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda e a criação de condições necessárias à habilitação da

[61] O Plano Nacional de Extensão teve sua redação atualizada em 2001. O FORPROEX julgou ser oportuno substituir o texto original do Plano, aprovado em Plenária em 1998, e passou a adotar as áreas temáticas definidas no documento do Grupo de Trabalho sobre Sistema de Dados e Informações e FORPROEX, aprovado pelo Fórum em dezembro de 1999. No lugar dos oito eixos temáticos constantes no Plano aprovado inicialmente que são: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural, passou a constar: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia; e Trabalho.

universidade para elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas (FORPROEX, 2001).

A versão atualizada do PNEX (FORPROEX, 2001; p.2) afirma que as universidades “sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação” e, portanto, são espaços privilegiados tanto no que se refere à produção de conhecimento quanto à formação de profissionais cidadãos. Diante desta premissa, o Fórum defendia, e registrou no texto do Plano, que as universidades devem ser partícipes dos processos de debate, elaboração e execução de políticas públicas.

Se, por um lado, o Fórum compreendia o papel primordial da extensão em relação à transformação social e às políticas públicas, por outro, ratificava, como uma de suas metas, a importância de fortalecer a extensão com a criação de um programa de fomento que desse conta, tanto do custeio das ações, quanto de bolsas estudantis, de forma a garantir e valorizar a participação dos discentes. Esta meta estabelece ainda que o programa de fomento deve ser norteado pelos conceitos e diretrizes de extensão defendidos pelo FORPROEX e pela sociedade civil.

No entanto, na análise de Nogueira (2003), o Plano tinha a intenção de garantir recursos financeiros para a extensão, mas a interlocução com o MEC sobre este ponto somente avançou com a troca de governo em 2003. Anteriormente a isso as negociações não avançaram. Portanto, embora a publicação do Plano tenha sinalizado o início do processo de interlocução entre o Fórum de Pró-Reitores e o MEC, foi somente a partir de 2003, com a retomada da política de financiamento da extensão, agora como Programa de Extensão Universitária, que a comunicação com o governo passou a se desenvolver melhor.

Embora o Plano não tenha atingido suas metas na totalidade, ele orientou as ações extensionistas nas universidades, consolidou o Fórum de Pró-Reitores como um importante ator na constituição de diretrizes conceituais e políticas para a extensão e deu início a um longo debate sobre a nova política de extensão (NOGUEIRA, 2003), publicada somente em 2012. Sem dúvida, a reformulação do documento que define e orienta as diretrizes para a extensão nas IFES pode ser considerada um importante avanço, entretanto não é possível deixar de observar o quanto a política de extensão permaneceu estática ainda dentro de princípios oriundos do início do processo de redemocratização do país.

Será apresentada a seguir a Política Nacional de Extensão, publicada em 2012 pelo Fórum.

3.2 POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO

Em meio ao processo de reconhecimento da extensão e dos debates proporcionados pelo FORPROEX junto ao MEC e às instituições de ensino, surge a proposta de Política Nacional de Extensão (PNEX). É importante observar que anteriormente não havia uma política nacional de extensão formalizada, documentada e sancionada pelos órgãos competentes, mas ela estava implícita nos documentos elaborados pelo Fórum ao longo de seus encontros desde sua criação em 1987 (SILVA, 2012).

A PNEX foi desenvolvida ao longo de três anos e de muitos debates entre os representantes da área de extensão das universidades públicas tendo como base o Plano Nacional de Extensão. O texto foi elaborado por representantes das instituições no FORPROEX e aprovado em maio de 2012, durante o XXXI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão em Manaus (FORPROEX, 2012).

O documento reafirma os objetivos pactuados no Plano Nacional de Extensão e mantém a expectativa de que a extensão possa contribuir e ser parte da solução dos problemas sociais do país:

> Sem as ações extensionistas, como já salientado, corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da universidade pública (FORPROEX, 2012, p.27)

Uma novidade no conceito de extensão estabelecido na Política em relação ao texto do Plano refere-se à interdisciplinaridade que passa a ser incorporada ao processo educativo, cultural e científico. Embora esta característica já estivesse presente no Plano, ela surge como novidade na Política ao passar a integrar a definição de extensão e se estabelecer como um princípio orientador das ações extensionistas.

A Política Nacional de Extensão reafirma as diretrizes da extensão pactuadas no âmbito do FORPROEX: interação dialógica cuja orientação é primar pelo diálogo e a troca de saberes entre universidade e sociedade; Interdisciplinaridade e

Interprofissionalidade com a pretensão de que modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento possam ser combinadas; indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão ratificando a extensão como processo acadêmico; impacto na formação do estudante a partir do enriquecimento da experiência discente, tanto em termos teóricos quanto metodológicos e; impacto e transformação social que reafirma o papel da extensão como o elo entre universidade e sociedade com vistas a realizar ações de interesse da maioria da população e contribuir para o aprimoramento de políticas públicas.

A PNEX tem como objetivo o fortalecimento da extensão e para isso estabeleceu estas diretrizes as quais as IES podem aderir de forma voluntária, corroborando a extensão como um processo fundamental na formação acadêmica, na reestruturação da universidade e na forma de produzir conhecimento e na interação com a comunidade e construindo alternativas para os problemas sociais.

O Fórum tem o entendimento de que as ações de extensão, quando desenvolvidas a partir das diretrizes estabelecidas na PNEX, podem se transformar em instrumentos “capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham” (FORPROEX, 2012; p.20). Mas ao mesmo tempo reconhece que, para isso, existem alguns desafios que precisam ser superados como garantir a dimensão acadêmica da extensão, contrariando a prática de mera prestação de serviços e de atividades isoladas da pesquisa e do ensino, estabelecer continuidade aos projetos e programas com o permanente financiamento, eliminar atividades reprodutoras de status quo e incentivar ações que contribuam para a mudança social (FORPROEX, 2012; SILVA, 2012).

A concretização da extensão como proposta pela Política está condicionada ao âmbito interno de cada instituição, às condições estruturais, aos recursos humanos e financeiros disponibilizados para a área da extensão. Neste sentido, a organização e regulamentação proposta pelo FORPROEX é uma importante conquista política, mas que também está condicionada ao reconhecimento e fortalecimento da extensão na prática das gestões universitárias e, consequentemente, na prática da comunidade universitária. Para Nogueira (2003), após a elaboração do Plano Nacional de Extensão, as universidades estavam empenhadas em organizar suas ações extensionistas seguindo as diretrizes propostas pelo Fórum.

A pretensa relação da extensão com as políticas públicas, em especial as sociais, está presente no documento apresentado, materializado na forma de um dos objetivos: “Criar condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas” (FORPROEX, 2012, p. 10).

Desta forma, a PNex destaca a importância desta articulação da universidade com as políticas públicas e declara as expectativas em relação a esta parceria: contribuição direta dos atores acadêmicos ao elaborar e implementar as ações que devem ser pautadas pela competência acadêmica, mas também pela autonomia universitária e espírito crítico, e a possibilidade de superar entraves das políticas públicas sociais como a “fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais” (FORPROEX, 2012, p. 43). Entretanto, ao elaborar o documento os membros do Fórum deixaram claro o reconhecimento que essa articulação também se constitui como uma importante ferramenta para o fortalecimento da própria extensão.

Para a concretização destas metas e o fortalecimento da extensão universitária o FORPROEX inclui no texto da Política de Extensão a importância da institucionalização de uma base concreta de financiamento para as ações extensionistas, como a inclusão no orçamento das instituições, a previsão de recursos nos planos plurianuais do governo, a criação de um Fundo Nacional de Extensão e a ampliação do escopo de editais das agências de fomento em âmbito nacional, que possibilitem a participação de projetos extensionistas, o que já acontece em alguns estados.

Destaca-se um aspecto importante em relação a estas proposições, elas foram debatidas em um período que a extensão contava com a publicação anual de um edital de apoio às atividades extensionistas, o PROEXT. No momento da aprovação e publicação do texto da Política Nacional de Extensão não se vislumbrava o corte no repasse de recursos a programas e projetos já aprovados[62], assim como a descontinuidade do Programa. Entretanto, um dos desafios para o fortalecimento da extensão, previstos no texto da PNEx, refere-se à conquista de bases sólidas de

[62] Em 2015 foi publicado o último edital do PROEXT com repasse de recursos para 2016 e 2017, no caso de programas. Entretanto com as mudanças no cenário político e econômico o repasse destes recursos foi comprometido com cortes no orçamento das universidades.

financiamento e a superar o caráter de eventualidade dos recursos destinados à extensão, tornando-se, desta forma menos dependente de conjuntura política e garantindo minimamente as condições para seu desenvolvimento.

Ao debruçar-se sobre os documentos produzidos pelo Fórum de Pró-Reitores ao longo de sua trajetória, identifica-se a permanente defesa por uma política permanente de financiamento da extensão e embora a reedição do PROEXT a partir de 2003 seja considerada como uma importante conquista, reconhece-se sua fragilidade, sendo sua manutenção condicionada à dotação orçamentária consignada ao Ministério da Educação.

3.3 O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: origem e trajetória

A SESU criou em 1993, a Comissão de Extensão Universitária para que esta instituísse programas específicos que definissem princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES. Esta Comissão, composta pelos coordenadores do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, pelo diretor do Departamento de Política de Ensino Superior, e pelo chefe da Divisão de Graduação e Extensão, propôs a criação do PROEXTE, que se constitui, de fato, como uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras (MEC/SESU, 2007).

Partindo do pressuposto de que a relação entre universidade e sociedade é importante, e de que a extensão deve acontecer de forma indissociável à pesquisa e ao ensino, defendido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, a criação de um programa de fomento foi uma importante conquista para os extensionistas naquele contexto.

A partir deste reconhecimento, vislumbrava-se um importante processo de abertura de interlocução do MEC, através da SESU, com as universidades. Entretanto, o PROEXTE foi interrompido já no início do governo Fernando Henrique, em 1995, dificultando o desenvolvimento das ações extensionistas e a institucionalização da extensão nas IFES.

Diante do posicionamento do governo à época, o FORPROEX seguiu em busca do processo de interlocução com as instâncias governamentais e da institucionalização da extensão universitária. O Fórum, ao longo deste período, produziu diversos documentos provenientes de debates sobre a importância da

extensão e sua concretização como um dos pilares do ensino superior, e foi neste contexto que surgiu o PNEX (FORPROEX, 2001; 2012).

Dentre os objetivos deste Plano encontra-se a reafirmação da extensão como um processo indispensável à formação dos discentes, à qualificação dos docentes e ao intercâmbio com a sociedade. Além disso, o Plano apresenta como um de seus objetivos a criação de condições para que as instituições possam participar da elaboração de políticas públicas, assim como acompanhar e avaliar a sua implantação (FORPROEX, 2001).

Para Nogueira (2001), a atuação do Fórum de Pró-Reitores, contribuiu para a definição de diretrizes conceituais e políticas em relação às ações extensionistas desenvolvidas nas IES, e para o rompimento da visão de extensão como atividade secundária.

O Programa foi recriado e reformulado no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, principalmente a partir da ampliação dos temas contemplados, que ultrapassaram a fronteira antes limitada à educação, ao processo de alfabetização, capacitação de professores e alunos. Desde então, o PROEXT passou a apresentar um edital por ano, com o objetivo de apoiar ações com ênfase na inclusão social, dotando as instituições de recursos financeiros para que contribuam com a implementação de políticas públicas, dentro das temáticas definidas pelo próprio documento, elaborado pelo MEC.

No que se refere ao formato das ações a serem contempladas, o PROEXT possibilitava o desenvolvimento de programas e projetos, sendo que os primeiros apresentavam a possibilidade de concorrer a valores superiores e deveriam apresentar cronograma de execução de até 24 meses[63]; os projetos que concorriam a valores inferiores, deveriam apresentar cronograma de até 12 meses.

A definição conceitual de programas e projetos aparece nos editais do Programa de Extensão Universitária, e embora tenha passado por algumas revisões textuais ao longo dos editais, a essência define os programas como um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar,

[63] Inicialmente, de 2004 à 2007, o prazo estabelecido para a execução das ações era de 8 meses, passando posteriormente para 18 meses em 2008, 12 meses de 2010 a 2014, e até 12 meses para projetos e 24 meses para programas em 2015 e 2016, última edição até o momento.

integrado ao ensino e à pesquisa[64] e com prazo de execução de médio e longo prazo. Todavia, a definição de projetos tem sido mantida, e estes são reconhecidos como um conjunto de ações contínuas que visam o alcance de seus objetivos em um prazo determinado.

Nas duas primeiras reedições do Programa, nos anos de 2003 e 2004, os editais abrangiam apenas as Universidades Federais, e a partir de 2005, passou a incluir nas possibilidades de contemplação as instituições estaduais e municipais.

Em 2008, com a promulgação do Decreto nº 6.495 de 30 de junho, o Programa foi institucionalizado legalmente como Programa de Extensão Universitária (PROEXT). O Decreto reafirma, em seu artigo 1º, que o objetivo do Programa é contribuir para a viabilização de atividades extensionistas nas instituições públicas de educação, e considera que estas ações são importantes para ampliar a interação entre universidade e sociedade (BRASIL, 2008).

Estas questões e preocupações passam a aparecer de forma mais clara nos editais, a partir da promulgação do Decreto, e da definição dos objetivos gerais do Programa, conforme estabelecido no parágrafo único de seu Art. 1º:

> Parágrafo único. São objetivos do PROEXT:
> I - centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação;
> II - dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo;
> III - potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de ensino superior;
> IV - fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas;
> V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;
> VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;
> VII - propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e
> VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno (BRASIL, 2008).

O programa foi criado para consolidar a institucionalização das ações de extensão nas IES e principalmente oferecer apoio para projetos e programas que

[64] A questão da integração com o ensino e a pesquisa, é uma característica que surge de forma mais recente na definição de programa, embora seja uma bandeira defendida a algum tempo pelos interlocutores da extensão universitária.

envolvam questões sociais. A partir da reedição do PROEXT, e com forte empenho do Fórum de Pró-Reitores, o edital do Programa passou a contar, a partir de 2009, com o apoio de outros ministérios e secretarias. Este processo foi importante no sentido de garantir recursos para a execução de ações extensionistas em áreas não contempladas anteriormente, pois o PROEXT inicialmente contemplava apenas projetos voltados à temática educação.

Com a reunião de outros importantes ministérios e secretarias, os editais do Programa tinham a pretensão de fortalecer e incentivar, nas IES, a realização de ações que contribuíssem para a concretização de políticas públicas de desenvolvimento social em áreas prioritárias para o governo. A partir das parcerias estabelecidas entre o MEC e demais órgãos participantes, era definido o volume de recursos a ser disponibilizado para o financiamento de programas e projetos de extensão.

Portanto, o Decreto 6.495/2008, estabelece que o MEC é o responsável pela dotação orçamentária dos recursos necessários para apoiar as ações de extensão no âmbito do PROEXT. Porém, para a contemplação de programas e projetos em áreas de atuação específica, definidas através da parceria com outros ministérios e secretarias, a dotação orçamentária destas ações é responsabilidade destes parceiros, sendo compatibilizada pelo MEC através da seleção das propostas a serem contempladas em cada chamamento (BRASIL, 2008).

Ainda sobre os recursos financeiros, referentes aos editais publicados, desde a retomada do Programa em 2003, estes tinham um valor total previamente definido no documento de convocatória das propostas. Porém, a partir de 2011, assim como nos anos seguintes, o documento passa a estabelecer um valor máximo a que cada projeto e/ou programa podem concorrer, sem apresentar o valor total de recursos orçamentários que seriam disponibilizados.

Todavia, no que se refere ao montante de recursos que as instituições podem obter a cada edição do PROEXT, já nos primeiros editais, desde sua reedição, há um número limite de propostas que cada instituição pode submeter em cada modalidade e, posteriormente, em cada área temática.

A inclusão de outros ministérios e secretarias nos editais do PROEXT, assim como a sua institucionalização por decreto, sinalizam o reconhecimento, principalmente durante o governo Lula, da importância deste Programa e da

participação das IES na elaboração de ações que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas com ênfase nas questões sociais.

Com estas parcerias, o escopo de linhas temáticas abrangidas pelo Programa de Extensão passa por uma grande transformação, e as instituições conquistam a possibilidade de obter apoio financeiro para o desenvolvimento de ações em diversas áreas consideradas como prioritárias para o governo. Como consequência, os recursos destinados ao Programa também apresentam uma importante evolução, principalmente no período de 2009 à 2014.

Diante do cenário de expansão de linhas temáticas contempladas nos editais do PROEXT, a partir de sua reedição, percebe-se a estreita relação com as políticas públicas sociais preconizadas, especialmente, no governo Lula. Importante destacar, que durante o governo de Dilma Rousseff (2011 a 2016) o programa de fomento à extensão teve continuidade e manteve o formato e características que vinham sendo praticados, no entanto os valores investidos já enfrentavam uma redução.

A interrupção de políticas e implantação de outras torna-se uma característica recorrente a cada novo grupo político que assume o governo do país. A evidência é que o PROEXT, a exemplo do que aconteceu em 1995, com Fernando Henrique Cardoso, foi novamente interrompido em 2016, quando Michel Temer assume a presidência da República em decorrência do processo de impedimento da presidenta.

As instituições que já desenvolviam ações extensionistas, apoiados com recursos do PROEXT, enfrentaram cortes no repasse dos recursos previstos para a execução do segundo[65] ano dos programas contemplados no edital de 2015. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores, o cancelamento de repasse de recursos inviabilizava o desenvolvimento das ações propostas e a efetivação das políticas fomentadas pelo Programa (FORPROEX, 2018).

3.3.1 Linhas temáticas e financiamento

Em relação às linhas temáticas apoiadas pelo PROEXT, ocorre uma mudança significativa a partir de 2009, quando o MEC passa a estabelecer uma relação com outros ministérios e secretarias de forma a ampliar significativamente a abrangência

[65] Os editais PROEXT contemplavam projetos e programas. O primeiro com prazo de 1 (um) ano e o segundo com prazo de até 2 (dois) anos. O repasse dos programas era realizado em 2 (duas) etapas conforme cronograma de execução financeira para cada ano.

dos editais. Os temas que estiveram presente nos editais do Programa ao longo de sua existência, conforme disponível no site do MEC, são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Áreas temáticas presente nos editais PROEXT

Item	Áreas
1	atenção integral à família
2	combate à fome
3	erradicação do trabalho infantil
4	combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes
5	juventude e desenvolvimento social
6	geração de trabalho e renda em economia solidária
7	promoção e/ou prevenção à saúde
8	violência urbana
9	direitos humanos
10	educação de jovens e adultos
11	atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas
12	atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado;
13	educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário
14	inclusão étnica
15	apoio à organização e desenvolvimento comunitário
16	inclusão social dos usuários de drogas
17	inclusão digital
18	apoio às atividades de escolas públicas
19	ensino de ciências
20	educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento
21	inclusão digital
22	apoio às atividades de escolas públicas

Fonte: elaborado pela autora com base no sitio do MEC.

Os dados referentes ao PROEXT, como projetos contemplados, números de projetos em cada linha temática, entre outros não são dados disponibilizados de forma organizada no sitio do MEC, entretanto, durante a pesquisa documental foi possível encontrar a pesquisa da Professora Maria das Dores Pimentel Nogueira, sobre a participação da extensão universitária na valorização dos saberes, em que ela organiza esses dados em um quadro que foi adaptado e disponibilizado nos apêndices

desta tese (APÊNDICE F). A partir destes dados é possível identificar que as linhas Educação e Saúde são as que possuem maior número de projetos e programas contemplados com recursos no período de 2009 a 2015.

Segundo dados publicados na Revista PROEXT MEC/SESU n°2[66] (MEC/SESu, 2007) e de acordo com os editais do Programa de Apoio à Extensão Universitária, o programa contou em sua primeira edição - 2003 - com o aporte financeiro de R$ 4,5 milhões, distribuídos entre 89 programas/projetos[67] de IFES. Em 2004, o MEC publicou dois editais, ampliando o programa às universidades estaduais e destinando um total de R$ 6 milhões para a execução de 159 programas/projetos de extensão, distribuídos entre 49 IFES e 14 universidades estaduais. O PROEXT de 2005, incluiu em um edital único as instituições federais e estaduais, mantendo o investimento de R$ 6 milhões em 178 programas/projetos de 53 instituições federais e 28 estaduais.

Em 2006, em razão da lei eleitoral - Lei 9.504 de 1997, o programa foi novamente disponibilizado apenas para as instituições federais. O investimento realizado foi de R$ 4,5 milhões para o desenvolvimento de 99 programas/projetos de 57 IFES. Neste mesmo ano, em uma ação articulada entre os Ministérios das Cidades e da Educação foi publicado edital dedicado a programas e projetos que apoiassem as políticas públicas, desenvolvidas pelo Ministério das Cidades. O investimento realizado foi de R$ 1,5 milhão em projetos destinados à implantação de sistemas de informação que auxiliassem estados e municípios no planejamento e desenvolvimento urbano. Este edital contemplou 34 programas/projetos de 27 instituições federais (MEC, 2016).

O edital PROEXT MEC/Cultura, proveniente da parceria entre MEC e Ministério da Cultura, em 2007, aprovou 50 projetos e investiu o total de R$ 1.219.761,48 milhão em projetos destinados à temática cultural. Neste mesmo ano, o MEC lançou edital PROEXT/2007/SESU onde investiu R$ 6 milhões em programas/projetos de extensão

[66] A Revista foi uma iniciativa do Ministério da Educação ainda durante as primeiras edições do Programa, mas sua edição foi interrompida. Ela foi desenvolvida com o objetivo de apresentar relatos de experiências e avaliações das ações desenvolvidas. Segundo Oscar Acserald, diretor do Depem/SESu em 2004, os relatos contribuiriam para o planejamento das novas iniciativas. (MEC, 2018)

[67] Programa é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por um ou mais professores da instituição. Projeto é o conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Cada programa pôde concorrer, no edital 2016, ao valor máximo de trezentos mil reais e cada projeto ao valor máximo de cem mil reais (MEC/ SESU, 2016)

distribuídos entre universidades federais e estaduais, passando para R$ 8 milhões em 2008, distribuídos em 122 projetos/programas. O edital PROEXT MEC/Cultura de 2008 aprovou 97 projetos e investiu, aproximadamente, R$ 3,5 milhões (MEC, 2016).

A partir de 2009, com o reconhecimento da importância do PROEXT, o aporte orçamentário alcançou a cifra de R$ 19 milhões, oriundos de uma ação conjunta entre os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Cultura e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Além desta opção para financiamento de projetos de extensão, foi publicado pelo Ministério da Educação e Ministério das Cidades edital para financiamento de ações que visassem à capacitação dos municípios, em relação ao uso de sistemas de informações geográficas fornecido pelo governo. O edital PROEXT MEC/SESU aprovou 411 programas/projetos e o edital MEC/Cidade investiu, aproximadamente, R$ 900 mil em 18 projetos (MEC, 2016).

Em 2010, o Ministério da Educação buscou apoio, do Ministério da Cultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para a publicação de edital com a previsão de investimentos no montante de R$ 30 milhões. O referido edital aprovou 473 programas/projetos de instituições federais e 77 de instituições estaduais. O edital MEC/Cidade de 2010 investiu, aproximadamente, R$ 1 milhão em projetos (MEC, 2016).

O governo seguiu a proposta de grandes investimentos no PROEXT, possibilitando que as IES concorressem, em 2011, com projetos e programas, ao total máximo de R$ 5 milhões para cada instituição. Nesta proposta, além dos Ministérios e Secretarias envolvidos em 2010, foram incluídos o Ministério da Ciência e Tecnologia e as Secretarias dos Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O edital aprovou 709 programas/projetos.

Segundo dados publicados pelo MEC[68], em relação à Gestão da Educação, no período de 2003 a 2011, o PROEXT apoiou, no referido período, 2.533 programas/projetos de extensão. O investimento realizado entre os anos 2003 e 2009,

[68] Os relatórios do Ministério da Educação, disponíveis no sítio e na rede internet, não apresentam dados completos e consolidados dos investimentos realizados através do PROEXT. Percebe-se ainda a ausência de dados das ações executadas através das instituições contempladas com recursos dos editais para financiamento de extensão universitária.

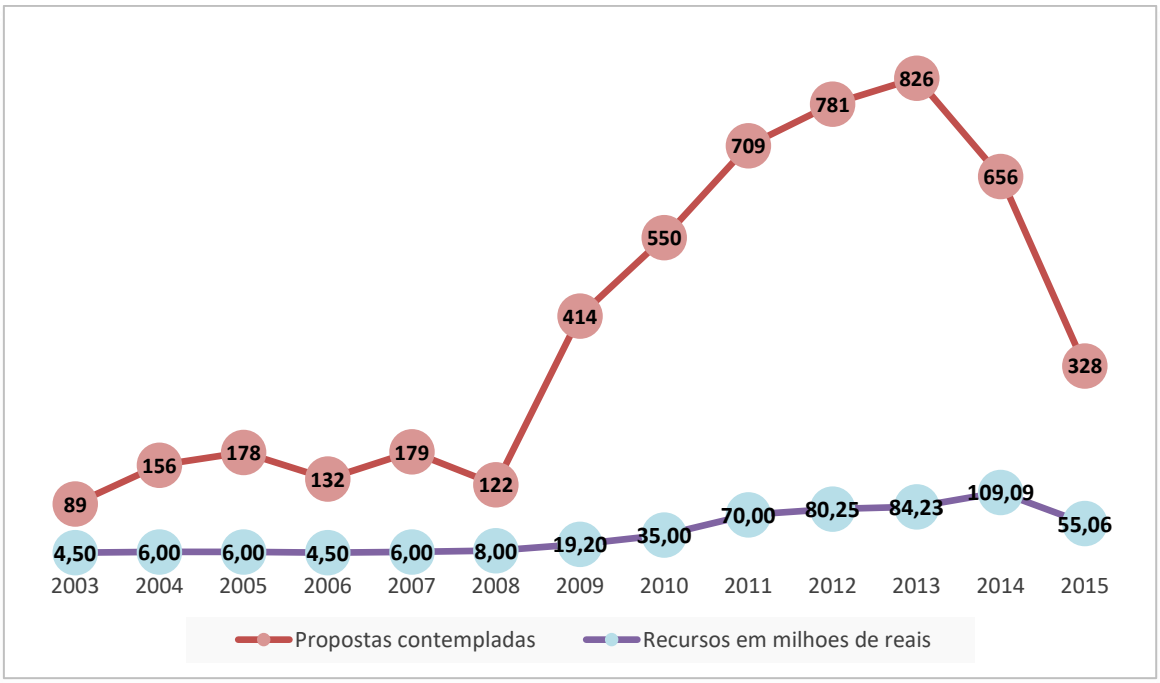
foi de R$ 41,7 milhões (MEC, 2010). Estes valores foram ultrapassados com um investimento de 35 milhões somente em 2010, e 70 milhões em 2011. Este aporte financeiro é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação e outros órgãos e ministérios com o objetivo de atender à agenda de políticas públicas e políticas sociais do governo à época (MEC, 2012).

Seguindo nesta proposta de parceria entre as áreas governamentais, o edital do Programa lançado em março de 2012, ampliou sua abrangência com participação de outros Ministérios como o da Integração Nacional, da Justiça, das Comunicações e dos Esportes. Cada Instituição de Ensino Superior teve a oportunidade de concorrer ao total máximo de R$ 6,4 milhões a serem aplicados em projetos e programas de extensão universitária. Em relação às áreas temáticas abrangidas pelo PROEXT, foram identificadas algumas variações ao longo de suas edições.

No período de 2014 a 2016, houve um acréscimo considerável em relação ao edital proposto em 2003. Para o ano de 2014, o edital do Programa possibilitava que cada instituição concorresse ao limite máximo de aproximadamente R$ 8 milhões distribuídos entre programas e projetos. Em 2015, este valor passou para aproximadamente R$ 15 milhões, e, em 2016, as instituições puderam apresentar propostas para concorrer até o valor máximo de aproximadamente R$ 16 milhões, em seu conjunto.

O gráfico abaixo representa o significativo crescimento nos investimentos realizados para o desenvolvimento de ações extensionistas nas Universidades Públicas Brasileiras após a retomada do Programa de Extensão Universitária, e por outro lado é possível perceber os efeitos das medidas econômicas: adotadas a partir de 2015, durante segundo mandato da Presidenta Dilma:

Gráfico 1 - Evolução de ações de extensão financiadas através do PROEXT:



Fonte: elaborado pela autora a partir da interpretação dos resultados dos respectivos editais do PROEXT divulgados no sítio do MEC.

É possível perceber, a partir dos resultados dos editais, no período de 2009 a 2015, a presença de duas das instituições que compõem o estudo multicaso desta tese entre as universidades federais que mais aprovaram propostas nos editais PROEXT, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Universidades Federais com maior número propostas aprovadas nos editais PROEXT de 2009 a 2015

IFES	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
UFPB	13	18	26	33	48	39	19	196
UFMG	8	26	19	32	29	25	8	147
UFRN	9	14	26	25	36	17	15	142
UFRJ	14	23	23	23	27	21	7	138
UFV	13	22	28	19	22	20	10	134
UFPEL	8	9	20	18	32	21	12	120
UFG	10	13	11	18	21	26	14	113
UFU	8	16	22	18	14	25	8	111
FURG	13	11	14	18	29	7	9	101
UFF	9	16	16	16	22	15	2	96

Fonte: Elaborado pela autora a partir de resultados dos editais PROEXT publicados no sitio do MEC entre 2009 e 2015.

A partir da análise dos resultados dos editais PROEXT de 2009 a 2015, publicados no sitio do MEC, foi possível identificar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul não está entre as dez universidades federais que mais contemplaram propostas no PROEXT, entretanto está entre as universidades que captaram maior volume de recursos, ao lado da FURG e da UFPEL.

Em relação à linha temática escolhida como objeto central desta proposta de projeto, Geração de Trabalho e Renda por meio do Apoio e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários, já em 2005, as instituições tiveram a possibilidade de propor ações extensionistas. Inicialmente a linha foi denominada por: Geração de Trabalho e Renda em Economia Solidária; Trabalho, Emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários; e Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Tabela 2 - Projetos contemplados no PROEXT, no período de 2009 a 2016, na linha temática Geração de trabalho e renda e apoio a empreendimentos econômicos e solidários:

Edital PROEXT	Projetos e Programas Aprovados
2009	67
2010	60
2011	58
2013	56
2014	35
2015	33
2016	18
TOTAL	327

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados dos editais PROEXT/MEC.

Percebe-se uma relativa constância nos anos de 2009 a 2013, e o início de um declínio na quantidade de propostas contempladas a partir de 2014, de forma similar ao que aconteceu em relação ao total de propostas contempladas nos respectivos editais. O corte nos orçamentos dos Ministérios e Secretarias envolvidas com o financiamento do PROEXT refletiu nas ações contempladas, e apontava indícios do caminho que se aproximava.

4 A EXTENSÃO FRENTE AO DESMONTE DAS UNIVERSIDADES E DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO: limites e desafios a partir dos diferentes sujeitos

Serão apresentadas neste capítulo as contribuições do Programa de Extensão Universitária nas Universidade Públicas Federais, a partir dos diferentes sujeitos participantes de projetos contemplados na linha temática Geração de Trabalho e Renda e Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária, em três universidades do Rio Grande do Sul.

Como apresentado na seção que descreve o percurso metodológico, as três instituições, contempladas nos editais do Programa de Extensão Universitária, no período de 2009 a 2016, na linha que apoiava ações de economia solidária participaram do estudo multicaso: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas e Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Os projetos selecionados para a pesquisa, apresentados no quadro 1: Programas/Projetos contemplados no PROEXT selecionados para a amostra, financiados pelo PROEXT, incluem a relação de participantes e integrantes docentes, discentes, técnicos administrativos e membros externos à universidade participantes de empreendimentos, ou propostas de empreendimentos de economia solidária. Portanto, apresenta-se neste capítulo as contribuições do Programa a partir de cada um desses grupos de sujeitos e a partir da observação realizada no Encontro Estadual do Rio Grande do Sul, Encontro Regional da Região Sul e Encontro Nacional da Rede de ITCPs.

Além das entrevistas foi desenvolvida a técnica da observação a partir de encontros da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no ano de 2020. Essa coleta de dados viabilizou-se durante o desenvolvimento da pesquisa, em decorrência da aproximação de membros do grupo de pesquisa, do qual a pesquisadora participa, com a Rede.

Inicialmente, serão apresentados os projetos que compõem a pesquisa a partir das propostas submetidas aos editais, posteriormente apresenta-se a caracterização dos sujeitos participantes das entrevistas, contextualizando o local de fala, suas vivências e perspectivas acerca do PROEXT, e ao final, apresenta-se a caracterização da Rede de ITCPs.

Cada um dos sujeitos tem sua própria experiência em relação à extensão universitária, ao Programa de Extensão e à economia solidária, e estes são elementos

importantes para o processo de análise dos dados coletados nas entrevistas e a partir da observação.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS, PROGRAMAS E SUJEITOS DA PESQUISA

Os programas selecionados para o desenvolvimento dessa tese apresentam características específicas, de acordo com as instituições às quais estão vinculados, como serão identificadas a seguir. Entretanto, apresentam um elemento comum: são Incubadoras Universitárias ou relacionam-se com uma, e desenvolvem ações de incubação. Por esta característica, os três casos pesquisados integram a Rede de ITCPs e participaram dos encontros observados.

O programa de extensão da FURG, Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico: Fomentando Empreendimentos Econômicos Solidários (NUDESE), aprovado no PROEXT em 2014, tinha como proposta desenvolver ações e realizar um acompanhamento sistemático com empreendimentos de economia solidária que tivessem foco na geração de trabalho e renda. Fizeram parte deste programa empreendimentos já acompanhados pelo NUDESE e que participaram de outros projetos do núcleo também aprovados no PROEXT, em anos anteriores. Note-se que o nome do núcleo deu título ao programa de extensão.

Na Universidade Federal de Pelotas foi selecionado o programa Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos e Solidários (ITECSOL), vinculado ao Núcleo Interdisciplinar Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL). A proposta submetida ao PROEXT apresentava como objetivo apoiar, através de assessoria técnica e formação continuada, o processo de constituição, consolidação e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, atuando em parceria com as incubadoras da Universidade Católica de Pelotas, já consolidadas e do Instituto Federal Sul-Riograndense, que estava em processo de criação. O TECSOL aprovou outros projetos ao longo do PROEXT, destacando-se especificamente, o ITECSOL em três edições.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul apresentou uma característica diferente das demais, pois o núcleo que deu origem a incubadora não estava mais em funcionamento quando se iniciou a pesquisa. Portanto serão aqui apresentados os dois projetos relacionados à Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular (ITCP)

da UFRGS: Núcleo de Economia Alternativa (NEA), que atualmente está extinto, e Núcleo de Gestão e Economia Alternativa (NEGA). Ambos os projetos refletem as ações desenvolvidas pelos núcleos.

O projeto NEGA apresentava como objetivo apoiar processos de criação de redes de economia solidária, tomando como base os desafios encontrados no trabalho que já era realizado junto aos empreendimentos. O projeto NEA foi aprovado anteriormente e também apresentava como objetivo a interação junto às comunidades mais pobres, visando encontrar novas perspectivas de geração de trabalho e renda para grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os núcleos trabalharam em conjunto para o desenvolvimento de ações de extensão e economia solidária como a criação e consolidação do Projeto de extensão CONTRAPONTO[69] que hoje se constitui, para além de um projeto de extensão, em uma associação de empreendimentos solidários. A Associação de Produtores da Economia Solidária Contraponto é uma loja-escola, autogestionária, de exercício democrático, localizada em um espaço de convivência da Universidade onde comercializa produtos da economia solidária e da agricultura familiar agroecológica (CONTRAPONTO/UFRGS; 2021).

Os programas pesquisados são vinculados às incubadoras universitárias, que consequentemente, estão ligados aos núcleos das instituições. Cabe destacar que, por estarem institucionalmente organizados desta forma, por vezes, torna-se difícil fazer a separação entre a proposta aprovada e o núcleo ou incubadora. As falas dos sujeitos entrevistados também nos permitem identificar que há uma fusão entre eles.

Os programas possuem em sua estrutura organizativa a coordenação e demais membros da equipe que inclui docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade. Dentre os coordenadores dos programas pesquisados, identificou-se que dois são docentes e uma é técnica-administrativa da universidade[70]. Nas

[69] O Projeto CONTRAPONTO - Entreposto de Cultura, Saúde e Saber - é um espaço de comercialização solidária de produtos de alimentação, artesanato e confecção, situado no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto teve início em 2010, a partir da demanda de comercialização dos produtos de empreendimentos de economia solidária que eram acompanhados pelo NEA e pela ITCP da universidade. Hoje, após o encerramento da ITCP e do NEA, é gerido coletivamente por representantes dos doze empreendimentos que integram o projeto e por membros do NEGA que já atuavam como colaboradores no projeto.

[70] As universidades públicas federais possibilitam que servidores técnico-administrativos, em geral com formação em nível superior concluída, proponham e coordenem projetos e programas de extensão. Entretanto, para fins de participação nos editais do PROEXT a coordenação deve estar a cargo de um(a) servidor(a) docente. Na situação da FURG, na instituição a coordenação do projeto pesquisado

próximas seções, serão identificadas outras semelhanças e diferenças entre os programas e como isso repercute nas ações desenvolvidas nas instituições.

É importante pontuar inicialmente que os coordenadores entrevistados, além da vivência com PROEXT, desenvolveram projetos financiados pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, o PRONINC, sendo este a principal política de apoio às incubadoras universitárias, por ser um programa governamental criado especificamente para apoiar e viabilizar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Caracterizando os sujeitos, a coordenadora A, técnica-administrativa da FURG, atuava na administração dos campis quando começou a participar em alguns projetos de extensão, como a retomada da coleta seletiva solidária na Instituição. Desta forma, em 2006, se aproximou do Núcleo de Desenvolvimento Social a partir da doação dos resíduos para a economia solidária. Em 2009, passou a integrar o quadro de servidores do NUDESE, iniciando sua participação em vários projetos. Posteriormente assume a direção de extensão por um período e permanece no Núcleo. A coordenadora já tinha relações com movimentos sociais, sindicatos, movimentos políticos, mas é através de sua atuação na extensão que ocorre uma aproximação maior com a economia solidária.

O coordenador B, docente, já tinha relação com sindicalismo, movimento operário e interesse por temas como as mudanças da classe trabalhadora brasileira, enquanto docente da Universidade Católica de Pelotas. Inspirado no surgimento da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na UFRJ em 1998, um grupo de pessoas decide montar uma incubadora na Universidade, que era necessariamente um núcleo de pesquisa aplicada à extensão. E assim se estabeleceu a sua relação de extensionista com a economia solidária. Posteriormente ingressou como docente na UFPEL e por sua experiência com o tema foi procurado por um gestor da Pró-Reitoria de Extensão, especificamente para dar conta de uma área que a Instituição não desenvolvia projetos e não conseguia submeter propostas ao PROEXT: área de economia solidária. A partir de seu conhecimento e experiência com economia solidária e incubadora universitária, foi então criado o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Tecnologias Sociais e Economia Solidária.

é desenvolvida pela técnica-administrativa e junto ao MEC a coordenação é efetivada por uma docente da universidade. Nesta pesquisa optou-se pela participação da técnica por ser quem de fato participou do desenvolvimento do projeto.

A coordenadora C, docente, também iniciou em outra instituição, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E foi lá, que a partir da participação em um projeto de pesquisa, vinculado ao UNITRABALHO[71], de mapeamento das experiências de economia solidária no Brasil que se aproximou do tema. Assumiu a coordenação da pesquisa no RS. Isso implicou, além da pesquisa, em um vínculo com o grupo da Universidade, o Cáritas[72] e a prefeitura, levando a uma relação mais intensa com a economia solidária. A partir desse grupo de pesquisa já desenvolvia ações de extensão; ainda não era um trabalho de incubação, mas de apoio ao movimento. Participou do processo de criação dos Fóruns de Economia Solidária[73] e do Fórum Social Mundial[74]. Esteve à frente da coordenação nacional, e representou a Rede Universitária de ITCPs[75] no Fórum Brasileiro e no Conselho de Economia Solidária, vinculado ao Ministério do Trabalho, com coordenação da SENAES. Em 2010, ingressou na UFRGS e começou a participar do Núcleo de Economia Alternativa e da Incubadora da Universidade. Com a participação de outros três docentes da administração foi criado o Núcleo de Economia e Gestão alternativa.

A técnica-administrativa B, se aproximou da extensão a partir de um convite para desenvolver atividades junto à Pró-Reitoria de Extensão da UFPel por questões de conjuntura política e alinhamento de pensamentos sobre a necessidade que a Universidade tinha de estreitar laços com a comunidade. Anteriormente a isso havia

---

[71] UNITRABALHO é uma fundação interuniversitária voltada ao movimento operário. Surgiu em 1996, e reuniu dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias, institutos federais de educação tecnológica e pesquisadores. Em 1997, criou um grupo de trabalho, coordenado inicialmente por Paul Singer, USP, e Cândido Vieitz, Unesp, e Niewton Briand, Unicamp (SINGER, 2000; UNITRABALHO, 2016).

[72] Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que apoiou projetos destinados a geração de trabalho e renda de forma associada, para moradores da periferia e da zona rural (SINGER, 2000).

[73] Fórum de Economia Solidária surgiu em 2001 (FBES), a partir de movimento organizado para conquista de reconhecimento, fomento e fortalecimento da economia solidária no Brasil e se consolidou como FBES em 2003, ano em que foi desencadeado o processo de constituição dos fóruns estaduais e regionais. O Fórum articula empreendimentos econômicos solidários e movimentos sociais que lutam pela construção da economia solidária, organizados atualmente em mais de 160 fóruns locais, redes e uniões de economia solidária (FBES, 2021; REIS e FILHO, 2016)

[74] O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e buscou se constituir como um espaço de busca de construção de alternativas em âmbito mundial. O principal objetivo era contrapor o Fórum Econômico Mundial de Davos que tinha como papel estratégico a defesa das políticas neoliberais no mundo (FSM POA, 2021)

[75] Com o surgimento de diversas incubadoras universitárias, a partir do segundo semestre de 1998, as ITCPS decidiram se organizar em uma rede para constituir um processo de troca de experiências e colaboração mútua: Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Um dos primeiros trabalhos da Rede foi a construção de uma identidade comum às incubadoras e o debate sobre a missão das ITCPs frente à conjuntura histórica do país naquele momento. Ainda em 1998, a convite, a Rede passou a integrar a UNITRABALHO (SINGER, 2000).

tido apenas um pequeno contato ao participar de um projeto de extensão quando discente, um projeto de curso pré-vestibular gratuito onde ministrava aulas de química. Com a atuação na Pró-Reitoria acabou se aproximando da economia solidária e do Núcleo, acompanhando algumas ações, entretanto considera que sua vivência está muito mais relacionada à condição de membro do Grupo de Consumo responsável Feira Virtual Bem da Terra[76], produto decorrente das ações desenvolvidas pelo TECSOL.

A relação do técnico-administrativo C com a UFRGS teve início com sua graduação e perdurou por 40 anos. Atuou como sindicalista, aproximou-se da extensão a partir do projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Instituição onde já “buscavam embasamento nos fundamentos de Paulo Freire” (TAE C), sendo possível identificar problemas estruturais e econômicos que inviabilizavam que a comunidade concluísse o curso. Ao final dos anos 1990, já desenvolvendo atividades na extensão e atuando em diversos projetos comunitários em assentamentos da reforma agrária, começou a estudar o tema economia solidária que surgia com mais força dentro do contexto brasileiro. No ano 2000, a ITCP da UFRGS foi criada e funcionava dentro da estrutura da Pró-Reitoria de Extensão até 2004, “quando a incubadora foi realocada na Faculdade de Economia por questões políticas internas”. Ele foi realocado junto (TAE C). Seguiu desenvolvendo atividades junto à incubadora por mais quinze anos, participando dos Fóruns de Economia Solidária, da Rede e dos espaços de discussão até o momento de sua aposentadoria, quando a incubadora foi desativada. Desenvolveu ainda projeto de extensão em economia solidária, financiado pelo PRONINC.

Os discentes apresentaram uma trajetória um pouco diferente. Apenas o discente C, tinha uma história de militância estudantil e política que acabou o aproximando-o da extensão e da economia solidária. Ele entrou na UFRGS no curso de economia e para o NEA quando já havia projetos financiados pelo PRONINC, participando da escrita do projeto proposto pelo Núcleo que foi contemplado no PROEXT. No núcleo desenvolvia atividades com agricultura familiar, assentamento e

[76] O Grupo de Consumo Ferira Virtual Bem da Terra é inspirado nas tradicionais cooperativas de consumo e incorpora novas tecnologias sociais como a utilização de uma plataforma para o desenvolvimento da Feira Virtual Bem da Terra. A Feira é um mecanismo de comercialização de produtos de empreendimentos de economia solidária para consumidores previamente organizados em núcleos de consumo responsável.

economia solidária. Hoje não desenvolve mais atividades relacionadas à economia solidária.

As discentes A e B não tinham contato com a extensão e com a economia solidária até o momento que ingressarem como bolsistas nos projetos aqui pesquisados. A Discente A ingressou na Universidade no curso de Engenharia de Alimentos e se aproximou da extensão e da economia solidária através de uma oportunidade de estágio que surgiu em um projeto contemplado no PROEXT, passando a atuar no NUDESE e em todos os projetos que eram desenvolvidos no Núcleo. Atuou como bolsista até concluir a graduação e hoje ainda atua prestando assessoria técnica.

Para a discente B, o contato com a extensão e com economia solidária ocorreu a partir do segundo semestre do curso de Psicologia, quando identificou um edital com vaga de bolsistas para atuar na incubadora da Universidade. Embora não tivesse conhecimento sobre economia solidária, o edital de bolsas falava em agricultura, trabalho e produção, tema que lhe interessou. Então atuou como bolsista até o final da graduação. Cursando pós-graduação na UFRGS, aproximou-se da ITCP da Instituição; no momento da entrevista atuava como professora substituta da UFPel, participava de algumas ações do TECSOL e integra o grupo de consumidores da Feira Virtual Bem da Terra.

A seguir serão apresentados os sujeitos que representam a participação da comunidade nos projetos e programas de extensão: integrantes de empreendimentos de economia solidária.

A empreendedora A já tinha algum conhecimento superficial sobre economia solidária e sobre extensão universitária, mas se aproximou quando foi participar de um curso de corte e costura oferecido pelo NUDESE. Ela estava iniciando trabalho como empreendedora na área de costura e aproveitou a oportunidade para se qualificar. A partir do curso, participou de formações sobre cooperativismo, economia popular solidária e autogestão. Não foi possível a formação de um empreendimento de economia solidária, mas formou-se uma rede de artesãs e trabalhavam baseadas nos fundamentos da autogestão, do cuidado ao meio ambiente, cuidados com a forma de produção. Entrou como discente da Universidade e atuou em diversos projetos de extensão. Hoje, com apoio do NUDESE, faz parte de um grupo que tenta constituir uma cooperativa ou associação de costureiras.

O empreendedor B, agricultor familiar que trabalha com produção orgânica a mais de 30 anos, investiu esforços na agricultura e na produção de leite. Aproximou-se da Rede Bem da Terra[77] (RBDT) e do TECSOL por intermédio da filha, discente da Universidade que atuou como bolsista no núcleo. Hoje integram a Associação de produtores da Rede e comercializam produtos na Feira Virtual.

A empreendedora C é assentada da reforma agrária e o vínculo com a Universidade se constituiu através do que eles produzem. Fazem parte de um movimento social que participou do processo de formação da ITCP e das articulações do projeto CONTRAPONTO. Possui experiência com organização de produtores e rede de comércio justo, na Argentina. Por seu conhecimento, passou a integrar o projeto, inicialmente contribuindo com o atendimento e, posteriormente, como produtora. Hoje é a presidenta da Associação Contraponto.

A consumidora da Feira virtual Bem da Terra quando estudante de graduação na UFPel começou a participar da incubadora da UCPel, na época INTECOOP[78]. Trabalhavam com grupo de pesquisa e de intervenção. Na pesquisa trabalhava com a área da educação e, na intervenção, foi trabalhar com a coleta seletiva com dois grupos que estavam tentando se constituir e dois já constituídos. Transitou por vários núcleos diferentes entre a UCPEL, UFPel e IFSUL e pesquisou as formas de saber a partir de uma cooperativa de reciclagem. De 2012 até 2015 atuou como técnica do NESIC e hoje é colaboradora. Desenvolveu atividades com a cooperativa de coleta e seleção de resíduos sólidos, RBDT, no núcleo de produção e na Feira Virtual.

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, surgiu ao final dos anos 1990, impulsionada pelo desejo de organização das incubadoras universitárias que surgiram naquele período. A primeira ITCP surgiu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, a partir do conhecimento desta

[77] A Rede Bem da Terra foi formalizada em 2009, a partir da constituição da Associação Bem da Terra, que representa oficialmente a RBDT. A Rede surge a partir de uma pesquisa-ação realizada pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas – NESIC – e 14 empreendimentos, urbanos e rurais (NUNES et. al, 2019). Hoje, transcorridos 10 anos de sua formalização como Rede e Associação, o Bem da Terra conta com aproximadamente 40 empreendimentos econômicos solidários e desenvolve ações em parceria e com apoio do NESIC e do TECSOL - Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária da Universidade Federal de Pelotas. A relação da Rede Bem da Terra com o TECSOL teve início a partir da consolidação do Núcleo na UFPel, entretanto, alguns membros já desenvolviam atividades anteriores com os empreendimentos a partir do NESIC.

[78] INTECOOP aqui representa a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UCPel, que por uma decisão da Reitoria da Universidade desvinculou-se da Rede UNITRABALHO e constitui-se como núcleo permanente de extensão: Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas, NESIC (VECHIA et. al, 2019).

proposta, outras universidades começaram a organizar e propor a criação de novas incubadoras. Na tentativa de se organizarem coletivamente e trocar experiências foi então criada a Rede, composta inicialmente por seis incubadoras, ligadas às Universidades Federais: do Rio de Janeiro, do Ceará, de São Paulo, Rural de Pernambuco e do Paraná e Universidade Estadual da Bahia. Algumas destas incubadoras puderam contar com recursos do PRONINC em sua primeira edição, de 1998 a 2000 (VECHIA et.al, 2011; SINGER, 2000).

O PRONINC proporcionou a consolidação de novas incubadoras que foram se integrando à Rede, hoje composta por 41 universidades e instituições de ensino superior de todas as regiões brasileiras (APÊNDICE H) que participam do processo de definição da coordenação da rede através de eleição (VECHIA et. al, 2011). A coordenação da Rede é colegiada e formada por um coordenador nacional e dois coordenadores regionais.

A Rede tem uma atuação acadêmica, social e política e atua em prol da formação e consolidação de empreendimentos de economia solidária. Em relação a sua atuação política hoje tem representantes em instâncias importantes como o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária; já em relação à atuação acadêmica e social, é um importante elo entre as universidades e a comunidade a partir da extensão, do ensino e da pesquisa desenvolvidos (INCOP/UFOP, 2021).

Ao longo de 2020, com a proposição de realização do Encontro Nacional da Rede Universitária que foi precedida pelos encontros estaduais no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e encontros regionais, que contemplam as regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Em virtude da situação de pandemia, os encontros foram realizados de forma remota, o que positivamente possibilitou um grande número de participantes. Segundo dados do relatório final destes encontros, (REDE/ITCPs, 2021) registrou-se a participação de 350 pessoas vinculadas às ITCPs. O tema do encontro Nacional foi a Economia Solidária no Contexto de Crise: Realidade e Desafios para a Rede de ITCPs e já nos encontros estaduais refletiu-se sobre a situação das incubadoras frente à crise universitária e da ciência e tecnologia. Um dos temas propostos para debate referia-se a como as ITCPs estão sendo afetadas pela crise nas universidades e que estratégias têm adotado para enfrentar este contexto.

A partir dos debates e reflexões realizados, os encontros estaduais definiram alguns temas a serem aprofundados no Encontro Nacional que acabaram por constituir cinco grupos de trabalho onde os presentes debateram e sistematizaram propostas e estratégias: extensão e curricularização da extensão; situação da Universidade Brasileira e as ITCPs; atuação dos estudantes e Rede de Jovens Estudantes; relação das ITCPs com movimento da economia solidária e outras economias e; a articulação entre ITCPs e o fortalecimento da Rede e relação com outras redes.

A partir da caracterização dos programas e sujeitos da pesquisa foi possível compreender que a institucionalização da prática extensionista tem um reflexo significativo no desenvolvimento das ações. A consolidação dos núcleos e incubadoras confere uma condição organizativa importante para a elaboração de projetos de extensão e contribui para a visibilidade e valorização das ações. No âmbito dos sujeitos, compreendeu-se que a extensão, à medida que se realiza, agrega diferentes sujeitos e saberes.

Desta forma, a partir das entrevistas realizadas e da observação, será apresentada a seguir a análise da percepção dos sujeitos sobre as contribuições do Programa de Extensão Universitária nas Universidades Públicas Federais. Para isso, organizou-se, a partir dos dados, três categorias de análise que serão apresentadas a seguir: o financiamento da extensão universitária, a formação acadêmica e a relação universidade e sociedade.

4.2 FINANCIAMENTO DA EXTENSÃO

A partir dos elementos identificados nas entrevistas realizadas com os coordenadores, discentes, técnicos administrativos e empreendedores de economia solidária buscou-se analisar a contribuição do Programa de Extensão Universitária como uma política de financiamento.

Além disso, diante do cenário que produzido com a pandemia de COVID-19, foi possível acompanhar e observar, no formato virtual, os espaços de debate da Rede de ITCPS, tanto no âmbito local, quanto regional e nacional, durante o segundo semestre de 2020. A observação, a partir destes espaços contribuiu para o processo de reflexão desta tese.

A criação de uma política específica de financiamento para a extensão era uma reivindicação antiga do FORPROEX. O Fórum compreendia ser necessário o fortalecimento de projetos sistemáticos que interagissem com a comunidade e contribuíssem para a mudança de foco da extensão, passando a constituir-se em um elo fundamental na formação do aluno e transformando a práxis da comunidade (INCROCCI e ANDRADE, 2018).

As estruturas das instituições públicas de ensino superior e as políticas públicas de educação superior acabam colocando o tripé ensino, pesquisa e extensão em um campo de disputas, onde cada um precisa se destacar em relação ao outro para demonstrar seu poder em relação ao conhecimento. O FORPROEX entendia que a criação de uma política de apoio à extensão possibilitaria o seu fortalecimento dentro do campo científico e reforçaria a defesa do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, característica essencial para a manutenção da comunicação e interação entre universidade e comunidade (FORPROEX, 2006; INCROCCI e ANDRADE, 2018).

Ao longo da história da extensão universitária no Brasil, é possível identificar uma disputa política e ideológica em que o assistencialismo sempre esteve presente, mesmo quando surgiram movimentos que tencionavam uma nova direção para a extensão, através do movimento estudantil e da defesa dos princípios freireanos[79] de educação popular. Entretanto, estes movimentos foram importantes para sinalizar que era possível uma outra forma de relação entre universidade e comunidade, e isto se comprova à medida que o Projeto Rondon surge como uma forma de impor uma barreira às propostas, de esquerda, que surgiam dentro do campo universitário (GURGEL, 1986).

Estas tensões e disputas políticas são constantes e permanentes e interferem nas políticas educacionais. Portanto, o FORPROEX sempre acreditou que a criação de uma política de financiamento para a extensão era urgente e necessária para que a autonomia universitária se estendesse até as ações extensionistas.

[79] A trajetória de Paulo Freire com a alfabetização de adultos e o estudo que fez junto a extensionistas rurais em seu exílio no Chile, ao final dos anos 1960, trouxeram reflexões acerca do conceito de extensão na América Latina. Freire contribui com seu pensamento pedagógico através de importantes obras que refletem sobre a defesa de uma educação libertadora, dialógica e popular. Recomenda-se ver A pedagogia do Oprimido, Educação como Prática da Liberdade, Extensão ou Comunicação (NOGUEIRA, 2018)

Ao final dos anos 1980, o Fórum reconheceu que a prestação de serviços era uma prática constante na maioria das universidades públicas, ao mesmo tempo que tiveram a preocupação de tentar redirecionar essa prática ao novo conceito de extensão, incorporando o ensino e a pesquisa. Havia a preocupação, que a ausência de uma política de financiamento e a escassez de recursos na realidade das universidades públicas federais, impulsionassem ainda mais a ideia de extensão universitária, por meio da prestação de serviços, como uma alternativa de captação de recursos para as instituições (FORPROEX, 1987; NOGUEIRA, 2000).

A universidade vista como uma prestação de serviços: “essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (CHAUÍ, 1999; p.6).

Sobre isso, Gurgel (2002), entende que é imperioso que a extensão seja cuidadosa com as propostas de apoio financeiro que possam surgir. Ainda que possibilitem condições técnicas e financeiras para o desenvolvimento da extensão, elas podem levar a caminhos diferentes do que se espera e se transformar, prioritariamente, em um modelo de captação de recursos financeiros.

No processo de observação do encontro da Rede, com incubadoras do Rio Grande do Sul[80], a ausência de recursos é um tema muito presente, neste sentido os representantes das incubadoras acabaram debatendo e sugerindo uma articulação no sentido de buscar recursos por meio de emendas parlamentares. Entretanto, no encontro da Região Sul[81] um dos participantes pontuou que seria importante articular isso a partir de editais “[...] de forma que os parlamentares abram mão de fazer essa escolha por aproximação ideológica” (PARTICIPANTE A), posição defendida por outros participantes no encontro regional: “Em relação às emendas, elas são janelas de oportunidades só temos que ter cuidado para que que as ações não se tornem utilitaristas” (PARTICIPANTE B).

[80] Participaram deste encontro ITCPs das UFPEL, FURG, UFRGS, IFRS Campus Osório e Campus Restinga, UFFS, UCPEL.

[81] No encontro da Região Sul participaram representantes de ITCPs do Rio Grande do Sul (UFPEL, UCPEL, UFRGS, FURG, UNISINOS, UNILASALE, IFRS Campus Osório, IFRS Campus Restinga), Santa Catarina (FURB, UNIVALI, Instituto Catarinense de Camboriú) e Paraná (UFPR, UTFPR, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UNIPLAC).

Neste processo pode-se observar uma aproximação das falas dos participantes, representantes das incubadoras universitárias, com o pensamento de Gurgel. É importante estar atento aos reais objetivos de toda e qualquer possibilidade de financiamento e, neste sentido o Fórum tinha a compreensão de que para a autonomia da extensão era necessária uma política de financiamento alinhada com o conceito de extensão indissociável do ensino e da pesquisa num processo dialógico.

Santos (2010), definiu a universidade como uma instituição que é capaz de contribuir com a sociedade no enfrentamento das questões sociais, mas reconheceu que as instituições enfrentam, constantemente, uma crise: de um lado a sociedade cobrando respostas da universidade e de outro, restrições financeiras nas políticas de educação pública brasileiras. Dentro deste contexto que a extensão se desenvolveu, e por um curto período, pôde contar com uma política de apoio financeiro à extensão.

Ao falar do financiamento da extensão, a partir do desenvolvimento de projetos de economia solidária, aqui especificamente de incubação, é necessário destacar inicialmente que a principal política de apoio financeiro às ITCPs foi o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares que se constituiu como uma das principais ações da Política Nacional de Economia Solidária, desenvolvida pela SENAES (ADDOR et. al, 2018).

Este elemento está presente nas falas dos sujeitos entrevistados, que compreendem a dimensão do PRONINC para a economia solidária, mas que também percebem a amplitude do Programa de Extensão Universitária. Portanto, apresenta-se nesta seção as percepções sobre o financiamento da extensão a partir do PROEXT que possui, dentro do seu escopo de temas, a linha Geração de trabalho e renda e apoio a empreendimentos de economia solidária.

Durante o encontro nacional[82] da Rede de ITCPs, na relatoria do encontro regional da Região Nordeste, ao relatarem sobre as dificuldades financeiras para o desenvolvimento das atividades e manutenção das incubadoras, apontaram a interrupção de editais federais como PRONINC e PROEXT como fatores críticos. Percebe-se o reconhecimento da relevância de ambas as políticas como apoio à extensão em economia solidária.

É importante salientar que a universidade não é o único centro de saber e a extensão é (deve ser) um processo de relação dialógica, de construção de

[82] No encontro nacional estavam presentes representantes de ITCPs da Região Nordeste, Região Sudeste e Região Sul.

conhecimentos e de compromisso com os grupos mais vulneráveis (FREIRE, 2006), ela ultrapassa a mera prestação de serviços e a socialização de conhecimentos. Diante desta premissa, compreende-se que a extensão tem ainda o compromisso de permitir que os discentes e docentes se vejam problematizando a realidade, desafiando-os a pensar ao invés de memorizar:

> A problematização é a tal ponto dialética, que seria impossível estabelecê-la sem comprometer-se com seu processo. [...] na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dado por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto de análise aos demais sujeitos (FREIRE, 2006; p.82).

Para Freire a problematização é necessária em um processo educativo, pois o conhecimento não tem fim, deve estar em constante processo de transformação “ao ritmo da realidade” (FREIRE, 2006; p.84).

Entretanto, como preconizado por Paiva (2018), a desvalorização da extensão universitária se destaca a partir da incompreensão do seu papel, da falta de reconhecimento, de investimentos, de instrumentos de avaliação precários que não valorizam as atividades extensionistas e da falta de vontade política dos gestores universitários em proporcionar minimamente condições estruturais para que a extensão possa se desenvolver dentro de uma concepção dialógica, de formação e transformação social.

Para analisar este elemento, torna-se importante pontuar em que contexto e condições estruturais, materiais, financeiras e de recursos humanos os projetos pesquisados se desenvolveram e continuam se desenvolvendo. Neste sentido, identifica-se, a partir das entrevistas, que estes projetos de incubação tecnológica e de economias alternativas enfrentaram situações um pouco distintas de acordo com a realidade de cada instituição e como cada gestão compreende a extensão universitária e a economia solidária.

A coordenadora A tem a percepção de que sua Instituição, FURG, reconhece a contribuição das ações de extensão desenvolvidas e valoriza as ações de economia solidária. Para ela, isto se concretiza com a consolidação da incubadora universitária dentro de um núcleo da Pró-Reitoria de Extensão que tem como enfoque a promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Mas há ainda, para a coordenadora, um outro elemento que dá notoriedade à extensão e aos projetos de economia solidária dentro da Instituição:

> Uma outra política que a gente aprovou agora foi a política de inovação tecnológica e tecnociência solidária. A gente conseguiu botar junto da inovação tecnológica no mesmo espaço e no mesmo patamar a tecnociência solidária. Essa já foi aprovada. E como a gente fez isso? Mesmo método. Vai, discute. E daí é correlação de força mesmo. [...]. Então, teve um acordo de cavalheiros. A correlação de forças era essa, mas o que se tem hoje é uma política de inovação e tecnociência solidária. Então, as duas estão no mesmo patamar. As duas estão na discussão do mesmo comitê (COORDENADORA A).

Entretanto, apesar deste reconhecimento e valorização, segundo a coordenadora, a universidade ainda depende de um orçamento federal que vem reduzindo drasticamente os recursos repassados às IFES. A situação vem sendo agravada a cada ano, principalmente a partir de 2016 com a radicalização do projeto liberal e uma asfixia financeira que ataca prioritariamente as políticas sociais. Para Fagnanni (2017), o objetivo dessa retomada de reforma do Estado, iniciada nos anos 1990, é privatizar o que for possível, inclusive tudo que está relacionado às políticas sociais, saúde e educação.

Nas falas dos outros dois coordenadores B e C, pode-se identificar diferenças em relação ao contexto de desenvolvimento dos projetos.

Segundo relato do Coordenador B, a UFPEL não desenvolvia projetos de economia solidária, e, portanto, quando ele ingressou na Universidade como docente logo foi convidado, por sua experiência com o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC) da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), a pensar e propor projetos nesta linha de forma que a Instituição pudesse disputar recursos no PROEXT: “Já no início submetemos projetos ao PROEXT e aprovamos todos os projetos. Em todas edições até 2016, aprovou-se ao menos um projeto ou quase todos os projetos. Captando algo em torno de 1,5 milhão com todos os projetos. Uns 50 bolsistas” (COORDENADOR B). Entretanto, nunca houve a disponibilidade de um técnico para acompanhar especificamente o desenvolvimento das ações do projeto e do núcleo que contempla a incubadora, mas para a execução do mesmo, houve apoio da Pró-Reitoria de Extensão e dos servidores que estavam lá. Havia uma preocupação da Universidade de que se utilizasse o recurso conquistado no edital do PROEXT, mesmo não havendo a designação de um técnico para atuar no projeto.

De acordo com o coordenador B, o TECSOL é formado hoje por cinco (05) professores, e mesmo após sua formalização dentro da UFPel, suas condições de existência e desenvolvimento são alteradas com a mudança na gestão da Instituição

e o Núcleo passa a ter que contar com o apoio de uma outra Pró-Reitoria e não mais a da Extensão. Apesar deste contexto, o reconhecimento da importância do Núcleo também aparece na fala da TAE B: “O protagonismo do TECSOL é que deu visibilidade ao núcleo e aos projetos”. Embora ela não tenha tido uma participação mais efetiva durante o desenvolvimento do PROEXT, hoje ela integra o grupo de consumidores vinculado à Feira virtual Bem da Terra, um dos produtos gerados a partir do trabalho desenvolvido entre o TECSOL e a comunidade.

No relato do coordenador C identificou-se a atuação de um servidor técnico-administrativo vinculado à incubadora tecnológica da Universidade, entretanto com a aposentadoria deste técnico a Instituição não disponibilizou outro servidor para auxiliar nos projetos:

> Na verdade, não tem um apoio especializado, a Universidade não tem. É uma das coisas que sinto falta não só em termos do PROEXT como em termos da própria unidade. [...] O projeto é do professor, então é o professor que se envolve, ele não é um projeto da Universidade, ele incorpora a medida que que o professor faz parte da Universidade e tal, mas ele não está institucionalmente integrado a uma estratégia da universidade nem da unidade. O que acontece é que quando o professor sai acabou o projeto (COORDENADOR C).

Percebe-se nas falas que os coordenadores compreendem essa falta de institucionalização como o não reconhecimento da importância da extensão e da economia solidária, e isto reflete na dificuldade de desenvolvimento das ações das incubadoras universitárias que são projetos ou programas de extensão: *“*O que se tem é algum apoio quando precisa de transporte para saída de campo, impressões, questões mais pontuais. Quando se consegue ter um espaço institucionalizado e com uma equipe mais permanente, isso dá uma outra dimensão” (COORDENADOR C).

A partir da fala dos coordenadores dos projetos identifica-se a precariedade da estrutura física, de recursos humanos e recursos materiais. As Pró-Reitorias de Extensão acabam fornecendo o suporte mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades das incubadoras e dos projetos de extensão. No decorrer dos encontros da Rede de ITCPs, os que foram aqui observados, identificou-se a partir das reflexões que os recursos humanos e materiais, com bolsas e a infraestrutura disponibilizada pelas próprias instituições são insuficientes em relação à demanda das incubadoras. Importante retomar que participaram destes encontros representantes de incubadoras de diversos estados e todas enfrentam estas dificuldades.

Portanto, compreende-se que quando havia a oportunidade de acesso a recursos provenientes de editais externos, abria-se uma possibilidade para desenvolver projetos de extensão. Está presente nas falas dos coordenadores o reconhecimento de que os recursos provenientes do PROEXT não são suficientes para dar conta de todas as demandas dos projetos de extensão, das incubadoras e dos empreendimentos vinculados a elas, reconhecimento também presente nos encontros da Rede, mas esse aporte torna-se ainda mais significativo no contexto de precarização da extensão universitária, realidade que, segundo Deus (2017) permanece latente.

Como foi possível identificar ao longo do capítulo 2, onde buscou-se apresentar a história da extensão universitária brasileira, houve alguns avanços no sentido de compreender e ressignificar o papel da extensão, principalmente na teoria. Entretanto, diante dos relatos dos coordenadores pode-se perceber que na prática a extensão continua tendo que disputar espaço e reconhecimento dentro das instituições e se afirmar enquanto uma proposta dialógica, que integra cultura e ciência, indissociável do ensino e da pesquisa.

Esta percepção reverbera nas falas durante os encontros da Rede de ITCPs ao sugerirem como alternativa de sobrevivência e resistência a busca pela institucionalização das incubadoras como projetos de extensão vinculados a um grupo de pesquisa. Essa vinculação daria uma maior legitimidade científica, envolveria discentes de graduação e pós-graduação e contribuiria para o compromisso das universidades com as incubadoras.

Compreende-se o contexto de fala dos coordenadores, a experiência extensionista com a pesquisa, o ensino, a gestão, militância política e social, mas esta mesma percepção surge nas falas dos discentes e técnicos administrativos entrevistados.

Os discentes percebem a extensão como um espaço de luta, em que é preciso batalhar para conseguir uma estrutura mínima e ter apoio institucional. Para a Discente A o fato de terem uma estrutura básica e contar com o apoio da instituição auxilia no desenvolvimento das ações e, a Discente B também aponta a conquista de um espaço físico como aspecto positivo para a organização e desenvolvimento do projeto, tanto em relação ao engajamento dos bolsistas como no apoio aos empreendimentos participantes:

> É sempre uma luta. A **coordenadora A** está sempre correndo atrás, mas no fim, querendo ou não sempre consegue apoio [...]é bem difícil conseguir as coisas quando a gente não tem financiamento, mas no fim a **coordenadora A** vai e corre atrás de um, de outro e acaba conseguindo. A gente tem uma estrutura mínima, tem um espaço, a gente consegue se virar...a gente tem esse suporte. [...]. É difícil, mas no fim a gente consegue (DISCENTE A, grifo nosso).

> No começo foi bem difícil porque a gente demorou para ter uma sala para poder trabalhar [...] não conseguia estabelecer uma rotina de vivência dentro do núcleo, o que fez demorar um pouco para os bolsistas se engajarem no trabalho de uma forma mais efetiva, entender o que estava acontecendo, pegar o método de incubação. Depois que a gente conseguiu uma sede, que foi com muita solicitação junto à universidade, melhorou muito, e isso facilitava, ela ficava aberta. Acontecia de integrantes dos grupos de economia solidária eventualmente precisarem de alguma coisinha e irem até a sede do Núcleo B [...] tinha espaço de troca e dentro dos projetos a gente tinha equipamentos[...]que fizeram possível a gente ter uma rotina coletiva interdisciplinar com estudantes de outras áreas que foi muito rico assim também (DISCENTE B).

A falta de institucionalização de uma política de apoio à extensão nas instituições a torna vulnerável e volátil a cada programa de gestão. Conforme relato do discente C: “Assumiu um pró-reitor profundamente conservador que achava que todas essas relações com cooperativa, com MST, essas coisas, era totalmente desnecessário[...] e o técnico que atuava no núcleo e na incubadora foi retirado da extensão” (DISCENTE C). Identifica-se que a implementação da política sofre forte influência dos gestores locais e conforme mudam as gestões as ações acabam tendo alterações.

Os técnicos administrativos apresentam percepções semelhantes em relação às dificuldades de não ter uma estrutura mínima e que os projetos de extensão dependem da boa vontade dos gestores e do reconhecimento da importância de projetos de extensão que priorizem a relação dialógica, a valorização de outros saberes, que busquem romper com a perspectiva de transmissão e doação de conhecimentos e da extensão como prática assistencialista.

Para os técnicos-administrativos, apesar de haver algum apoio administrativo no desenvolvimento das questões administrativas para a efetivação das ações dos projetos, a estrutura e apoio são importantes para a concretização do que foi proposto. Para além das dificuldades orçamentárias que as instituições atravessaram ao longo de sua história, existe ainda as disputas internas onde a extensão e os produtos da extensão precisam travar uma batalha para a conquista de espaço e para sua sobrevivência:

> [...] havia algum reconhecimento do trabalho desenvolvido, da extensão que não era só a transmissão de conhecimento, algumas pessoas viam o trabalho da incubadora como uma coisa bacana e a contraponto contribuía para essa visibilidade. O próprio contraponto é uma forma de resistência, pois a Instituição tentou barrar que ele ocupasse um lugar central, mesmo sendo um projeto de extensão e não um espaço meramente de mercado. A Pró-Reitoria de Extensão sempre foi parceira de 2005 a 2012, entretanto na Pró-Reitoria de Patrimônio Público nunca recebeu eles bem, o espaço deles (contraponto) não era bem visto. Tinham que lidar tanto com preconceito quanto com a disputa de interesses (TAE C).

Para Santos (2010), as crises orçamentárias das IES reforçam essas disputas por espaço, pois os cortes nos orçamentos acabam sendo seletivos e priorizando o discurso da produtividade. Para o autor, isto é um problema ao se considerar que "A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário" (2010; p 62).

A ausência de apoio institucional e de uma política permanente, dificulta sobremaneira o desenvolvimento da extensão e dos projetos. No contexto das incubadoras universitárias, principalmente, a não institucionalização destas como uma unidade da universidade dificulta ainda mais sua manutenção:

> Quando fomos saídos da Pró-Reitoria de Extensão, em 2004, dentro do corpo técnico, porque aquela coisa, mudaram as cabeças, mas o corpo técnico ficou ali e nos disseram: vocês vão sair daqui, mas nós vamos fazer tudo para Pró-Reitoria de Extensão sempre ficar apoiando vocês onde vocês estiverem. E de fato sempre apoiou. Até hoje a Pró-Reitoria é muito parceira do Contraponto, apoia a lojinha. A Extensão foi fundamental [...] Eu não posso falar também que a Faculdade de Economia não nos ajudou, embora fosse uma faculdade extremamente conservadora, com uma ideia bem estereotipada da direita sobre a esquerda, mas os seus diretores apoiaram a incubadora. [...] Tive mais problema no final com uma gestão de esquerda, que acabou com a incubadora, a incubadora foi liquidada uma vez que eu fiquei sozinho durante dois anos, resisti, mas senti a pressão cada vez maior para eu desistir do projeto porque não tinha professor, o **coordenador** tinha se aposentado, outros professores não quiseram mais se envolver, até que fui ameaçado [...] fui coagido a acabar com o trabalho e me aposentar. Minha esposa ficou doente e perdi um pouco a energia para resisti, tinha apoio da secretaria de desenvolvimento tecnológico, tinha perspectiva deles assumirem a incubadora, mas estava me sentindo muito sozinho e abalado mesmo. Então tive apoio sim da Faculdade de Economia, e muito da Pró-Reitoria, agora a Reitoria, a incubadora nunca foi institucionalizada, nunca foi aceita. Recursos financeiros a Universidade nunca colocou, só a extensão com a questão das bolsas e as diárias que recebi, porque era servidor (TAE C, grifo nosso).

Para o Coordenador B:

> Fora as bolsas, evidentemente não há nenhum outro recurso. Agora mesmo a gente está podendo auxiliar a Rede Rizoma Hoje estamos podendo auxiliar a Rede Rizoma com um recurso bem substancial, que veio por uma emenda

> parlamentar que não fomos nós que conseguimos. Foi resultado de um esforço coletivo da Feria Virtual Bem da Terra. O recurso vai possibilitar o desenvolvimento de um vídeo de divulgação, de um software que vai estar disponível para o Bem da Terra, da Feira Virtual, do Rizoma, então da Universidade é só o programa de bolsas, aliás um número bem reduzido em relação ao que era em 2013 (COORDENADOR B).

O Coordenador B relata ainda que:

> Em que pese todo boicote que o TECSOL sofreu **de uma gestão da Universidade**, especialmente, em termos de invisibilidade das suas ações, em que pese também, eu diria, a desconexão da PREC com o TECSOL durante **uma gestão da Universidade,** o TECSOL não é só um projeto, é um núcleo de extensão. [...] Por determinação da reitoria a gente deve se dirigir a PROPLAN, por uma injunção interna do grupo de gestão. Iniciamos a gestão apresentando as nossas demandas a Pró-Reitoria de Extensão, e lá pelas tantas disseram, não daqui para frente não falem mais com a Pró-Reitoria, falem com o Pró-Reitor. O problema é que tem uma resolução do COCEPE que coloca o TECSOL como um núcleo vinculado à PREC, mas em quatro anos de gestão nunca recebemos da PREC um convite para participar de evento de extensão.

Para a técnica administrativa B:

> Trabalhei ali no TECSOL, mas em uma situação super improvisada. Um técnico é uma demanda antiga do TECSOL, mas como não é uma estrutura da Universidade, não faz parte do organograma, embora agora seja um núcleo, mas ainda muito vinculado como um núcleo de extensão então, tá essa briga toda. O que se conseguiu foi [...] que eu trabalhando no núcleo de planejamento ambiental por sensibilidade do Pró-Reitor, dei um apoio por alguns meses para o núcleo, mas logo me desliguei, porque era uma situação informal e as demandas do meu Núcleo começaram a aumentar [...]
> E como apoio a Universidade tem somente edital de bolsas e disponibiliza verba para combustível (TAE B).

Para os sujeitos a falta de apoio institucional é um aspecto significativo para a valorização da extensão e para garantir seu lugar na universidade. Compreendem que a descontinuidade dos projetos também tem relação com a ausência de apoio institucional, disponibilidade de estrutura física, material e de uma política permanente de apoio ao desenvolvimento das ações que possibilite maior visibilidade da extensão e dos projetos e isso resulte em um maior engajamento dos sujeitos da universidade.

Segundo Mello (2008), as instituições não são homogêneas e vão apresentar movimentos distintos em relação à proposta de extensão, ações apoiadas e financiamento. Logo, a partir das falas identificou-se diferenças em relação ao lugar que a extensão ocupa dentro da universidade. Apenas uma das coordenadoras reconhece em sua instituição o cuidado e atenção em propor uma política de extensão e apoiar as ações propostas pela Pró-Reitoria de Extensão, como os projetos de economia solidária.

Como contraponto a esse contexto e realidade da extensão universitária nas instituições, os projetos e programas podiam se candidatar ao edital PROEXT, quando este ainda era publicado anualmente, com possibilidade de apoio a todas as linhas temáticas abarcadas pelo PNEX do FORPROEX. A necessidade de uma política de apoio à extensão torna-se evidente a partir da percepção dos sujeitos em relação ao que foi o PROEXT para a extensão, principalmente para os projetos aqui pesquisados, nas instituições públicas federais de ensino superior, conforme destaca a Coordenadora C:

> O PROEXT fortaleceu muito os grupos de extensão. Até projetos de pesquisa começaram a se travestir de extensão para disputar recursos nos editais PROEXT. Na avaliação geral o PROEXT foi muito produtivo para o desenvolvimento da extensão. O PROEXT tinha valores que hoje seriam fortunas diante da ausência de recursos. Tinha recursos nas mais variadas áreas. Conseguia capilarizar e ter projetos em todas as áreas da universidade (COORDENADORA C).

A descontinuidade do Programa a partir de 2016, é vislumbrada como um problema para a extensão universitária. Para os coordenadores, o PROEXT possibilitava o desenvolvimento de projetos de extensão da forma como eles entendem a extensão. Os valores são considerados baixos quando comparados a outros programas acadêmicos, entretanto, representam um fôlego para a sobrevivência da extensão dentro da universidade e têm um papel significativo para que as propostas possam ser desenhadas de forma a contrapor o assistencialismo e a transferência de conhecimentos produzidos na academia.

Em outras palavras, ter a possibilidade de acesso a uma política de financiamento para a extensão, cria oportunidades para que a universidade se redescubra como uma instituição social, que reconhece os saberes e culturas que estão para além da academia, e compreenda que juntas, universidade e sociedade, vão estabelecer o compromisso de construir vias alternativas à manutenção da estrutura social dominante.

A escassez de recursos, incluindo a descontinuidade do PROEXT, foi apontada nos encontros da Rede como um dos principais entraves ao desenvolvimento das atividades e isto reflete no processo de articulação e enfraquece as ITCPs e a extensão em economia solidária. Como relatado por representantes de incubadoras da Região Nordeste no encontro nacional da Rede, a falta de recursos, de apoio e

principalmente os ataques sofridos pelo atual governo brasileiro estigmatizam as ações de extensão e o processo de incubação em economia solidária.

Acompanhando Mello Neto (2002), compreende-se que a extensão é, ou poderia ser, um espaço de resistência, ainda que ela esteja dentro de uma estrutura que, por vezes, reproduz a lógica hegemônica. Entretanto, para que ela se concretize como espaço de luta e de formação, tanto para os discentes quanto para a comunidade com a qual se relaciona, é necessário a viabilização financeira dos projetos de extensão, compreensão também identificada nos participantes da Rede de ITCPs. Ao longo dos encontros, por diversas vezes, surgiu a preocupação com o desvio para o assistencialismo, utilitarismo e tecnicismo diante da ausência de uma política de financiamento para as ações das incubadoras, pois ao encontrarem possibilidades de recursos através de emendas parlamentares ou ainda para atenderem demandas de governos estaduais ou municipais o grupo reconhece o risco de perda de autonomia.

Na percepção da consumidora da Feira Virtual, que participa de projetos de extensão a algum tempo, e acompanhou a trajetória da Associação Bem da Terra até o momento de consolidação da Feira, a ausência de recursos é um elemento decisivo no rumo das ações:

> A feira foi um processo intenso de articulação entre TECSOL e NESIC mas com o desmonte de políticas e financiamento de projetos os núcleos foram sinalizando que não conseguiriam mais manter o aporte de técnicos e estudantes na feira, o NESIC foi o primeiro, e a feira começou a caminhar um pouco mais independente, assumiu um contorno diferente para poder sobreviver. [...] O TECSOL conseguiu permanecer um pouco mais apoiando a Feira porque ainda tinha PROEXT. [...] o TECSOL por força dos editais do PROEXT começou a trabalhar com outros projetos como o de transição agroecológica, tinha folego. O PROEXT, até mesmo pro TECSOL, ele foi esse propulsor, digamos assim, esse impulsionador de projetos em vários segmentos. [...]depois pelos professores se afastarem, provavelmente pela redução de recursos o TECSOL acabou se focando mais na feira (consumidora B).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista na constituição e demais normativas acerca de extensão universitária precisa dessa integração entre universidade e sociedade para se concretizar, ultrapassando o sentido de abrir as portas da universidade para a parcela da população que não tem acesso e acrescentando à sociedade, a partir da extensão, o papel de se constituir como ator

essencial no processo de formação do aluno e na própria produção de conhecimento com a valorização de outros saberes (SOUSA, 2001; 2010).

Para os coordenadores, o PROEXT, foi sim uma importante política de financiamento da extensão. Embora, para a economia solidária enquanto projetos e programas de extensão esta não seja a principal política, os aspectos apresentados pelos sujeitos demonstram a sua significativa relevância a partir de suas experiências:

> O PROEXT tinha essa característica peculiar: ele dava conta da gente fazer exatamente uma política de extensão universitária que a gente precisa fazer. Sem PROEXT perde-se qualidade de material, por exemplo e equipe. São projetos de pequenas montas, mas são exatamente o que a universidade precisa fazer. Internamente só temos recursos para bolsas. Tem que se fazer malabarismos para dar conta dos projetos (COORDENADORA A).

Para o Coordenador B:

> Quando aprovamos apenas um projeto no PROEXT as coisas ficaram um pouco apertadas, mas aí conseguimos recursos com PRONINC. Difícil dizer o que seria sem o PROEXT porque poderíamos conseguir PRONINC. [...] mas o PROEXT foi um programa muito importante para a extensão universitária brasileira. Pela primeira vez a extensão existe e é importante ter recursos para ela. Os valores não se comparam com qualquer outro programa acadêmico, mas nos governos do PT onde não havia nada, houve e isto acabou sendo maravilhoso. Quando tu não ganha nada o que se ganha é importante. É difícil imaginar a ausência do PROEXT, mas a presença dele foi decisiva. Permitiu a gente adquirir equipamentos, pagar os bolsistas, desenvolver os projetos. Sem sombra de dúvida o PROEXT para nós, do TECSOL, foi fundamental (COORDENADOR B).

Corroboram neste sentido as falas da Coordenadora C e do Técnico-administrativo C:

> Através dos recursos a extensão se torna alguma coisa mais presente, mais efetiva. O PROEXT permitia visualizar estrategicamente a extensão. O PROEXT estava iniciando, principalmente na linha de economia solidária, mas nos permitia visualizar estrategicamente a extensão. [...] não se restringia a ser um espaço para encaminhar um projeto qualquer. A extensão é isso, a possibilidade de intervir para mudar a realidade e o projeto quando ele tem os investimentos estratégicos ele pode ser mais efetivo. PROEXT contribui para que o projeto possa ser sustentável. Sem recurso temos menos bolsistas, não conseguimos atender todas as demandas dos grupos, problemas de deslocamento, encontros, processos de capacitação. O PROEXT é um início, mas que acaba. Isso restringe. O PROEXT vinha se consolidando como espaço estratégico, porque uma vez que se sabia que tinha os projetos podia pensar no médio prazo. Permite o amadurecimento (COORDENADORA C).

> Teve aquele momento que a gente teve articulação a nível de região metropolitana, em um momento de vacas gordas digamos assim, executando três projetos ao mesmo tempo, nós tivemos quase que 20 bolsistas, coisas que só incubadoras como NESIC e outras incubadoras que eu conhecia pela Rede tinham normalmente isso ou quase sempre isso. Nós não, sem recursos desses projetos a gente garantia bolsas de extensão, mas 2 ou três bolsas, às vezes uma bolsa evento de 2 ou 3 meses, bolsa temporária.[...] E por mais

> limites que a política pública que sempre foi pobre[...], nós hoje quase dá saudade daquele pouquinho que tinha porque hoje não tem nada (TAE C).

Os projetos e programas puderam concretizar ações que seriam inviabilizadas sem o apoio do PROEXT. Para a Consumidora B, ao fazer uma avaliação do trabalho realizado até o momento acredita que:

> o desenvolvimento ainda é incipiente, deveria estar mais avançado, integrado (consumidores e produtores). Ainda encontram dificuldades organizativas talvez devesse ter mais espaços de formação, [...] a ausência de mais processos de formação contribui com isso. A participação das incubadoras ela foi determinante. Se hoje a gente pode fazer crítica e auto crítica foi a partir desse laboratório, desse processo de erros e acertos.

Outro aspecto apontado pelos sujeitos que participaram do desenvolvimento e operacionalização dos projetos foi a possibilidade de manutenção de bolsistas durante a execução das propostas, e este tema será melhor aprofundado na próxima seção onde serão apresentadas as percepções dessa relação da extensão com os discentes. Neste sentido, Poder contar com uma quantidade significativa de bolsistas contribuía para o desenvolvimento das ações projetadas:

> [...] a quantidade de bolsistas fazendo a coisa girar. Quando saíram os bolsistas sentiram o baque na associação. O impacto de não ter isso agora é tremendo. A gente está meio que dependendo da boa vontade, não sei se é bem esse o termo, mas da gestão da universidade (TAE B).

No encontro nacional da Rede representantes da Região Sudeste apresentaram a relatoria do encontro regional onde apontam que a ausência de financiamento tem imposto muitas dificuldades como a redução de bolsas que acaba afetando a participação dos discentes nos projetos e nas ações e a crise das universidades afeta na participação docente, com sobrecarga de trabalho em sala de aula, desvalorização da extensão e falta de apoio para as incubadoras.

Na perspectiva da TAE B, para além dos bolsistas, que é um elemento bastante significante, a participação no PROEXT possibilitou a geração de alguns produtos importantes como o desenvolvimento da plataforma da Feira Virtual Bem da Terra, utilizada por grupos de todo país hoje.

A necessidade de pensar alternativas para a comercialização e consumo dos empreendimentos que participavam da Rede assessorada pelo TECSOL foi uma demanda que surgiu através de um trabalho de pesquisa, ensino e extensão anterior ao Programa de Extensão. Entretanto, identificou-se que a partir da contemplação nos

editais PROEXT foi possível pensar alternativas e desenvolver algumas ações que atendessem as demandas dos grupos. Os valores disponibilizados para cada projeto ou programa eram limitados, porém importantes.

Para os empreendimentos e para a consumidora, os produtos gerados a partir deste trabalho integrado entre universidade e comunidade é também muito importante. Embora tenha-se identificado que nem todos empreendedores possuem conhecimento mais aprofundado sobre o Programa de Extensão Universitária e os recursos repassados aos projetos para desenvolvimento das ações, eles apontam que a relação desenvolvida é importante para eles. Serão apresentados estes elementos em outra seção.

Outro elemento identificado como positivo a partir da participação nos editais PROEXT foi a possibilidade de adquirir equipamentos e materiais de consumo para o desenvolvimento das ações previstas nos projetos. Os equipamentos, que são materiais permanentes, ficam vinculados ao patrimônio das universidades, entretanto acabam sendo utilizados por vários empreendimentos. As discentes A e B tem a compreensão de que o PROEXT contribui neste sentido: “[...] porque nos projetos tinham além das bolsas valor para material de consumo e para material permanente” (DISCENTE B), e “com o PROEXT foi possível comprar equipamentos que ficam no NUDESE, mas os grupos utilizam e seguem utilizando até hoje. Muita coisa vai para os grupos e eles usam” (DISCENTE A).

Deus e Heriques (2017), consideram importante que a extensão universitária tenha um programa de financiamento satisfatório e contínuo, seja ele por meio de descentralização, através da matriz orçamentária das instituições, ou ampliação do aporte de recursos do MEC, entretanto, para as autoras esse financiamento gera algumas contradições como o desenvolvimento de ações pontuais para a superação de problemas sociais.

Ao ponderar a realidade das instituições e as questões em relação à estrutura e a falta de apoio institucional, é possível perceber que o contexto pode levar ao surgimento de projetos de extensão que obtenham recursos do PROEXT e que na prática sejam apenas ações pontuais e por vezes assistencialistas. Porém, os relatos das vivências dos sujeitos desta pesquisa permitem compreender que esse financiamento também proporciona o desenvolvimento de projetos de extensão que tem como eixo central a interação ao invés da intervenção.

Sobre a ausência de recursos, e de uma política de financiamento da extensão, os empreendimentos apontaram a redução no número de bolsistas envolvidos com o desenvolvimento das atividades, redução nos processos de formação, a carga excessiva dos professores que acaba implicando nas ações propostas e desenvolvidas e as limitações territoriais que surgem em decorrência da ausência de recursos. Elementos presentes nas falas dos representantes das incubadoras da Região Nordeste, Sul e Sudeste durante os encontros da Rede de ITCPs.

Para os empreendedores a ausência de financiamento torna as condições ainda mais desiguais:

> As tecnologias utilizadas para a produção de vestuários hoje são diferentes e sem novos projetos não é possível adquirir equipamento modernos que possibilitem atender as demandas atuais (EMPREENDEDORA A).
>
> Se sentiu com a não possibilidade por exemplo, de poder conhecer os diferentes territórios, isso já não existe mais. Os recursos seriam importantes sobretudo para dar continuidade aos espaços de formação feito por professores que praticamente estavam fazendo um trabalho voluntário e militante e também a periodicidade dos bolsistas para que consigam se integrar melhor ao processo (EMPREEENDEDORA C).
>
> Não existe nenhuma política pública, praticamente que eu tenha conhecimento de apoio à agroecologia, praticamente se luta contra tudo e contra todos. A gente é praticamente abandonado. Precisava ter apoio para esses grupos de produtores poderem ter acesso a alguma coisa, para poder evoluir, para poder crescer, poder atingir mais pessoas. [...] as pessoas não têm uma consciência ainda, precisava ter uma política pública e não se vê grande avanço nisso aí. O TECSOL e a universidade, é um trabalho brilhante que eles tão fazendo, que pelo menos essa pequena parcela que tá envolvida nesse processo ai assim vai deixar um marco, a gente é passageiro nesse mundo, a gente não vai durar para sempre, mas pelo menos o que a gente está fazendo vai ficar para história, vai ficar para frente que a gente está construindo isso ai e lutando contra tudo e contra todos praticamente (EMPREENDEDOR B).

Na percepção da consumidora (CONSUMIDORA B), o trabalho das incubadoras vai perdurando em decorrência das demandas que vão se modificando e tornando-se mais complexas. Essa mudança nas demandas implicaria na necessidade de manutenção das incubadoras e que elas tivessem condições de manter a relação com os empreendimentos. Para ela, os grupos vão se integrando a novos processos, a processos maiores e encontram dificuldades de se organizar dentro de um novo contexto e isto demandaria um trabalho constante das incubadoras e dos núcleos junto aos empreendimentos. A ausência ou redução de recursos

dificulta e até inviabiliza demandas como saídas de campo para conhecimento de processos que são necessários para o desenvolvimento de algumas ações:

> Infelizmente as incubadoras não têm mais condições de fazer isso. Nem todos os grupos conseguem acompanhar essa mudança, o que demanda a continuidade das incubadoras. Os núcleos hoje funcionam com recursos da própria universidade e com a carga horária disponível de cada professor, e as bolsas de extensão conquistadas nos editais internos são valores insuficientes para manter o discente na condição de bolsista na maioria das vezes e isto provoca um grande rodizio de bolsistas. A ausência de financiamento externo dificulta a organização, ou pelo menos a manutenção de um processo sistemático mais contínuo. Esse desmonte ou ausência de financiamento interfere diretamente nesse processo de manutenção e de apoio dos grupos aos empreendimentos (CONSUMIDORA B)

O aumento da dificuldade em manter as atividades dos núcleos e das incubadoras a partir da ausência ou redução de recursos é uma constante nos sujeitos pesquisados: [...]o fato é que a verba de combustível que sobra para o TECSOL hoje não dá para o trajeto que eles fazem todo mês" com os cortes orçamentários das universidades foi ficando cada vez mais difícil (TAE B).

O Programa de Extensão Universitária, concebido inicialmente como Programa de Fomento à Extensão em 1993, representa uma importante conquista histórica para a extensão universitária. A reivindicação de uma política que reconhecesse o papel da extensão e proporcionasse condições econômicas para que ela se desenvolvesse, tem sido uma pauta constante nos encontros dos Pró-reitores de extensão desde a criação do Fórum, em 1987. Para Gurgel (2002), o programa surge ancorado no conceito de extensão definido pelo Fórum, ainda que na prática o conceito de extensão não fosse um consenso, e ainda não é na atualidade, ele já apresentava como objetivo, em termos gerais, proporcionar a integração do ensino e da pesquisa com as demandas sociais, com os interesses e necessidades da sociedade organizada como sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, etc. E esta foi a principal política de apoio à extensão até os dias atuais.

Neste sentido, a descontinuidade da única política pública nacional de apoio aos projetos e programas de extensão nas universidades públicas federais e a ausência de uma política de apoio própria das instituições acabam refletindo nas condições técnicas, operacionais e financeiras de continuidade dos projetos e programas de extensão:

> O PROEXT permite uma visibilidade dentro da universidade. O fato do projeto acessar recursos públicos permite mostrar como esse é um campo significativo, chamar atenção, envolver alunos de diversas áreas. Permite perceber que é um campo de trabalho importante inclusive para a pesquisa acadêmica. Como é um processo de acompanhamento a gente vai tendo retorno dos grupos que participam e quando não tem os projetos e os recursos, muitas vezes inviabiliza porque as pessoas precisam dar conta de questões cruciais, necessidades básicas, precisam trabalhar (COORDENADORA C).

A partir das falas dos sujeitos entrevistados, pode-se identificar que para eles o financiamento da extensão, fundamentalmente precisa estar ancorado em uma política permanente para que a extensão possa se desenvolver junto à comunidade e, diante do estabelecimento dessas relações, propor ações que atendam as demandas sociais. Durante o encontro nacional da Rede de ITCPs foi relatado que algumas incubadoras foram desativadas ao longo dos últimos anos por falta de recursos e de apoio das instituições. É possível identificar que a falta de uma política de financiamento para a extensão, agravada pela crise das universidades, tem se afirmado com um fator extremamente crítico que precisa de maior atenção para que os projetos de extensão, a exemplo das ITCPs, possam ir além da sobrevivência.

Ante as discussões do FORPROEX, durante seus encontros, o financiamento da extensão e uma política de bolsas de extensão para discentes são constantemente apontados como prioritários para o fortalecimento, normatização e implementação da extensão universitária no âmbito das IFES. Santos (2010) alerta sobre o perigo da extensão ser transformada em uma alternativa de rentabilidade para as universidades, pois para o autor a universidade tem sido transformada em uma vasta agência a serviço do capitalismo global e sugere a necessidade de uma reforma universitária que confira uma nova centralidade às atividades extensionistas, mas para isso defende a necessidade de uma cooperação intragovernamental entre as áreas sociais, educação, ciência, tecnologia e cultura. Compreende-se a materialização desta proposta, ainda que de forma incipiente, com o PROEXT.

Para os coordenadores o trabalho do Fórum de Pró-Reitores foi fundamental e tem orientado as ações de extensão nas universidades. Entretanto, dentro de um contexto de crise no orçamento das IFES, de ausência de recursos do PROEXT e da crise orçamentária, as instituições precisam encontrar alternativas para minimamente conseguir manter o desenvolvimento de atividades de extensão.

Esta inviabilização da extensão, por falta de recursos financeiros, acaba levantando outro elemento: a mercantilização[83] da extensão. Uma prática já conhecida na política de educação brasileira e que faz parte da história da extensão universitária (MACIEL, 2010; NOGUEIRA, 2005; SGUISSARDI, 2009; SOUSA, 2010) e que volta a estar em destaque diante da falta de recursos financeiros das instituições e da extensão, como identificado na fala da Coordenadora C:

> Universidades com excelência na pesquisa, produtivismo, a extensão fica com dificuldades. Deveriam ter análises mais concretas para identificar quais os caminhos. Por outro lado, há um avanço de articulação de professores que vem avançando, então já é reconhecido dentro da progressão, por exemplo. Um problema é o orçamento da universidade para uma extensão comunitária, como a desenhada a partir do PROEXT. Requer um outro olhar sobre o orçamento universitário e uma outra maneira de pensar a extensão. Muitos colegas olham a extensão como uma oportunidade de captar recursos: extensão paga. Isso é um desafio. Temos que pensar no atual contexto e identificar as alternativas para seguir avançando (COORDENADORA C).

A Coordenadora C percebe a extensão em um campo de disputa desigual por espaço e valorização, principalmente quando desenvolvida em uma instituição referência em pesquisa. Para ela, o fato das atividades extensionistas serem hoje incluídas nos currículos e conferirem um certo valor para a progressão da vida acadêmica, é um aspecto significativo, mas quando reflete sobre o orçamento da universidade destinado à extensão pondera que é inválido ter uma política governamental de apoio à extensão se a universidade não se compromete em prover condições para concretização de uma extensão como a prevista na política.

Neste sentido, para Santos (2010; p. 74), é essencial que as atividades de extensão universitária priorizem “o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados”, resistindo assim ao que ele denomina de não tão discreta privatização da universidade pública. Sobre a valorização da carreira docente, referida como progressão, na fala da coordenadora C, Santos (2010) acredita ser fundamental conferir uma maior valorização da extensão nos currículos e nas carreiras docentes para ela ocupar de fato seu lugar na relação com a sociedade e alcançar um

[83] Para Sguisssardi (2009), a mercantilização da educação superior é compreendida pela perspectiva da educação como produto a ser comercializado dentro da lógica capitalista e pela produção de mão-de-obra para atender o mercado. Neste sentido, a mercantilização da extensão aqui refere-se a transformar a extensão em um produto ou serviço a ser comercializado como objetivo de obter recursos financeiros para as IFES.

significado especial na “construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (2010; p.73).

Em relação as ações de apoio das respectivas IFES, segundo a coordenadora A, a política de extensão da FURG surge orientada pela Política Nacional de Extensão e a universidade tem defendido uma extensão dialógica que ultrapasse os conceitos de assistencialismo e ativismo. Dentro deste contexto, a universidade possui um programa de Inclusão Sócio Produtiva que possibilita que o NUDESE consiga manter uma equipe mínima de duas consultoras. Além desta alternativa, a universidade foi contemplada com recursos de uma emenda parlamentar, que acaba fornecendo condições mínimas para continuar com as ações de extensão e de economia solidária (Coordenadora A).

Na UFRGS, segundo a coordenadora C, atualmente o apoio que se tem oportunidade de obter é em relação a algumas bolsas para discentes e recursos para participação em eventos: “Isso permite continuar funcionando” (COORDENADORA C). Na percepção da coordenadora todo o trabalho de valorização e reconhecimento da extensão acaba esbarrando na questão do financiamento. A Política Nacional de Extensão foi desenhada em um momento de valorização da extensão e hoje ela se transforma mais em um manifesto do que uma política, pois não tem condições de ser desenvolvida diante do cenário de ausência de recursos.

Essa realidade é percebida também na UFPEL, onde não há uma política própria de financiamento à projetos e programas de extensão para além de editais de bolsas para discentes e que também tem sido impactada com os cortes orçamentários das universidades.

No tripé ensino, pesquisa e extensão, ainda que se tenha uma Política Nacional de Extensão, e que as universidades tenham uma política de extensão, ela é o elo mais frágil e isto está relacionado ao modelo de universidade vigente. Não há uma unanimidade em relação ao conceito de extensão, conforme já apresentado ao longo deste trabalho, e por mais que em alguns momentos da história tenha havido algumas conquistas, elas se tornam obsoletas ou impraticáveis diante das condições financeiras, físicas, estruturais e humanas das instituições.

Encontra-se uma unanimidade entre os coordenadores, TAES e discentes sobre a ausência de recursos para a extensão, especificamente extensão em

economia solidária, que é a manutenção das atividades dos núcleos e das incubadoras ainda que em condições mínimas:

> O NUDESE continua funcionando e dando apoio aos grupos que participam. Quando não tem financiamento externo o NUDESE precisa usar o orçamento próprio para bolsas para conseguir atender o mínimo os grupos, as demais demandas ficam comprometidas. Quando tem financiamento a gente acaba tendo mais bolsista, mais pessoal, a gente consegue desenvolver um trabalho melhor com os grupos, fazer um acompanhamento melhor e quando não tem o financiamento acaba que se mantém o mínimo de pessoal e a gente não consegue trabalhar com todos os grupos da melhor forma e da mesma forma. Então a gente mantém uma assessoria mais básica assim quando necessário, quando a gente consegue dar esse suporte. Quando tem projetos como o PROEXT se consegue fazer mais formações, capacitações e outras coisas (DISCENTE A).

Para a Discente B " A ausência de financiamento não impede que a economia solidária se desenvolva, mas dificulta muito. Embora haja o reconhecimento de que a extensão em economia solidária continua se desenvolvendo dentro de um contexto de grandes limitações, é preciso apontar que os sujeitos compreendem que isso tem implicações:

> É bem complicado quando não temos esse financiamento. A ausência de recursos influencia no processo de formação dos participantes, dificulta participação em eventos, espaços de debate político e teórico. "[...] eu lembro que pessoal assim que nos procurou para fazer uma assessoria que era bem longe que era na palma, em outros lugares e a gente não tinha recursos e não pode atender. Essa falta de recursos faz com que a gente não consiga atender nem da melhor forma os nossos grupos e nem ampliar para outros grupos" (DISCENTE A).

> [...] e isso tem reverberações importantes, assim no tipo de concepção que as pessoas tem sobre o trabalho inclusive, porque acho que o empreendimento de economia solidária quando ele consegue se organizar e quando ele consegue se organizar inclusive com a ajuda da universidade, do espaço de incubação que é educativo e de assessoramento, isso muda a vida das pessoas que tão implicadas nesse trabalho mas isso muda um pouco que tá em volta que consegue ver que existem outras formas de organização de trabalho que não só a forma hierárquica de relação patrão e empregado que é uma forma de exploração assim das empresas capitalistas, então isso muda as condições que a universidade tem de ajudar setores sociais importantes, significativos de se desenvolver, tem a ver com desenvolvimento social, mas isso muda também as nossas possibilidades de sonhar com outro mundo assim, dificultam a gente a cuidar desse sonho digamos assim. Com a falta de financiamento para projetos explicitamente políticos como o TECSOL a gente tem o empobrecimento do que se considera conhecimento, para onde direcionamos o saber produzido na universidade, implica no que se entende por universidade (DISCENTE B).

Sem o financiamento externo o apoio da universidade é ainda mais crucial (DISCENTE A). Na UFRGS, a partir da fala do discente do NEA, a ausência de

recursos externos contribuiu para que o Núcleo encerrasse suas atividades. O Núcleo de Economia Alternativa, que deu origem à incubadora da UFRGS, já vinha perdendo seus membros com algumas aposentadorias, e, diante da falta de recursos e da falta de apoio institucional, como já apresentado no início desta seção, não conseguiu se manter. Na fala do discente, assim como na fala do TAE é possível identificar que para o contexto da incubadora e do Núcleo, o PROEXT foi uma política de pouca expressão. Importante relembrar, retomar que a UFRGS possuía dois Núcleos que atuavam com economia solidária e ambos tiveram projetos aprovados no decorrer do PROEXT, entretanto, com a informação de que o NEA não estava mais em funcionamento a algum tempo, optou-se por incluir na pesquisa a coordenadora do Núcleo de Gestão Alternativa, que por um período desenvolveu ações em parceria com o NEA. O NEGA ainda se encontra ativo e permanece desenvolvendo ações de economia solidária, embora não sejam prioritariamente atividades de incubação, e continua colaborando com o projeto CONTRAPONTO, um dos produtos da incubadora universitária da UFRGS.

Embora a situação da UFRGS seja diferenciada, pois havia a existência de dois núcleos e a incubadora, no decorrer desta pesquisa, não estava em funcionamento, pode-se compreender que é necessário ter uma política de financiamento para a extensão e que além da manutenção de uma proposta como o Programa de Extensão, este precisaria ser ampliado e se configurar como uma política perene, especialmente em relação à economia solidária que é um processo de construção.

Addor & Larichia (2018), acreditam que a construção de uma relação duradoura de apoio é tão importante e necessária quanto a orientação para que os grupos e empreendimentos de economia solidária assessorados conquistem autonomia. Neste sentido, parece-nos evidente que seria de extrema importância a continuidade do PROEXT para que os projetos e programas de extensão das ITCPS e dos núcleos consigam seguir com o processo de assessoria e apoio em condições um pouco melhores, pela compreensão que o PROEXT tinha sim suas limitações, principalmente em relação à capacidade de financiamento.

A ausência de uma política governamental de apoio à extensão e os cortes nos orçamentos das universidades públicas federais são fatores cruciais para aumentar ainda mais a desvalorização da extensão. A ausência de recursos, a precariedade na estrutura, nos recursos humanos e materiais dificulta o desenvolvimento de algumas ações e inviabiliza outras; e isto dificulta a visibilidade da extensão e desqualifica

aqueles que para ela se dedicam. Dentro dos orçamentos universitários, a extensão é a que mais enfrenta limitações e perde espaço a cada intensificação das políticas de austeridade.

O Programa de Extensão Universitária não chegou a alcançar a amplitude que se desejava, e muito antes disso começou a enfrentar redução de orçamento até o momento de sua descontinuidade. Conforme foi possível observar no Gráfico I, capítulo 3, entre 2003 e 2014, houve um importante aumento em relação aos valores investidos em projetos e programas de extensão a partir de 2015, sob influência da crise financeira, os recursos foram reduzidos e, ao final de 2016, o Programa foi descontinuado (KOGLIN & KOGLIN, 2019).

Não por acaso, quando um edital era publicado, nele não constava o valor total a ser investido, pois isto estava condicionado ao que seria aprovado no orçamento da União. Ao analisar os resultados dos editais, este é um elemento evidente, pois nem todos os projetos aprovados, reconhecidos como uma ação importante que deveria ser colocada em prática, são contemplados com recursos. As linhas temáticas conseguiam financiar mais ou menos projetos e programas de acordo com as condições orçamentárias do Ministério ou Secretaria correspondente.

Tomando por base o pensamento de Santos (2010) sobre a crise de hegemonia da universidade pública e o fato dela se tornar um alvo a ser destruído, quando não estiver totalmente alinhada aos objetivos da globalização neoliberal[84], compreende-se o ataque à Política de Extensão Universitária através da interrupção do PROEXT. Para o autor, é nesse cenário de precarização que os cortes nos orçamentos das IFES são vistos como incentivo à procura de financiamento privado, de modo que produtos sejam gerados e comercializados, transformando o conhecimento em um bem privado e alerta que a interação da universidade com o mercado poderia ter sua utilidade, com a condicionante que ela não se encontrasse em situação de dependência para minimamente sobreviver. Aqui o autor refere-se a ter condições financeiras e institucionais adequadas para desempenhar suas funções.

Um outro elemento que surge a partir das entrevistas refere-se à visibilidade da extensão universitária. Este tema surge nas falas, principalmente de quem coordena

[84] Globalização neoliberal refere-se ao modelo de desenvolvimento econômico imposto em âmbito mundial e para as universidades públicas isto significou sua abertura à exploração comercial, sob a justificativa de que suas fraquezas não tinham solução. A opção foi pelo desinvestimento por parte do Estado e a consequente mercadorização que implica na universidade pública recorrer a geração de receitas próprias através da parceria com o capital (SANTOS, 2010).

os projetos e vivencia diariamente as dificuldades de minimamente conseguir concretizar as ações propostas, mas também surge na fala dos discentes. Quando a relação entre universidade e comunidade ocorre de forma dialógica, em um processo de construção coletiva, ambos se reconhecem como parte essencial daquele processo e esse sentimento vai sendo compartilhado na comunidade universitária e na comunidade em geral. A participação nos editais PROEXT e a possibilidade de ser contemplado com recursos fortaleceu a extensão nas universidades.

O projeto e os programas de extensão pesquisados na FURG, UFPEL e UFRGS apresentam algumas características distintas em relação a sua trajetória dentro da instituição, mas todas as ações têm reverberações e acabaram sendo propulsoras de novas ações, ainda que hoje o PROEXT tenha sido descontinuado. As ações em economia solidária, as incubadoras e os núcleos, por serem um movimento de resistência, de sobrevivência, como referenciado por uma empreendedora, se mantiveram em funcionamento apesar das restrições orçamentárias, entretanto é central a redução na capacidade organizativa e de desenvolvimento das ações junto aos grupos e empreendimentos em economia solidária.

O Fórum de Pró-Reitores já vem a algum tempo debatendo sobre o reflexo da redução e posterior descontinuidade do PROEXT nas políticas de extensão das universidades públicas federais, e a situação se agrava ainda mais com a redução dos orçamentos das instituições. Como já mencionado, por mais que a extensão tenha conquistado um novo espaço e algum avanço em relação ao modelo de extensão, na ausência de recursos ela é o primeiro elo da universidade a ser alcançada, portanto sobrevivem e persistem aqueles que acreditam quem sem extensão a universidade não se realiza, a formação acadêmica não se completa.

Entretanto, para garantir a continuidade dos projetos de extensão universitária em sua plenitude e proporcionar a sustentabilidade das políticas de extensão das IFES, na percepção dos sujeitos entrevistados é preciso ter a garantia de fontes perenes de financiamento.

4.3 FORMAÇÃO ACADÊMICA

O conhecimento passou a desempenhar um papel central na sociedade moderna, chamada de sociedade do conhecimento. Bernheim e Chauí (2003) o definiram como o novo paradigma econômico e produtivo. Neste sentido, as

economias que detêm maior disponibilidade de conhecimento são as nações mais ricas que, de posse das informações, estabelecem uma relação desigual com os países periféricos. As universidades, centro deste conhecimento, perdem sua autonomia ao se curvar à produção de um produto que busca atender as necessidades e à lógica do capital para obtenção de financiamento e reconhecimento acadêmico no âmbito internacional, tornando-se, assim organizações administradas em busca de alcançar bons indicadores de produtividade, do ponto de vista do capitalismo (BERNHEIM, CHAUÍ, 2003).

Neste processo, a formação é encarada como a transmissão de conhecimento do professor para o estudante, confrontando uma das principais contribuições de Paulo Freire sobre o processo pedagógico de ensino-aprendizagem e a relação não dicotômica entre educador e educando. Para o autor não era possível apenas transmitir conhecimentos, pois, isto não se constituía de fato em um processo educativo de produção de conhecimento (FREIRE, 1970; 2006).

Para Jara (2017), o processo de aprendizagem deve ser um momento de criação, de revisitar, reafirmar, reformular ou refutar os conhecimentos já existentes, é um processo ativo e constante:

> É por isso que desde a educação popular concebemos a aprendizagem como uma tarefa criativa onde se constrói e reconstrói conhecimentos, mas principalmente onde nos formamos e formamo-nos de novo como pessoas, como sujeitos capazes de pensar, de sentir, de fazer, de transformar. E, como tal, não se pode reduzir o ensino a um simples tratamento de conteúdos, pois este leva a cabo todo um rico e completo processo onde se produzem as condições para que possamos aprender criticamente. [...]reconhecer que não se tem todas as respostas e estimular o sentido crítico de pesquisa, de preocupação, de não conformismo (p.3).

Neste sentido, a extensão universitária, no âmbito dos projetos aqui pesquisados, é compreendida como um processo de indissociabilidade acadêmica entre extensão, ensino e pesquisa e que busca promover o encontro de saberes entre universidade e comunidade, priorizando o apoio às demandas populares e o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades em situação de vulnerabilidade. Há uma compreensão dos sujeitos de que a universidade tem um compromisso com as pessoas e com a sociedade a qual é parte.

Nas falas de todos os sujeitos entrevistados foi possível identificar que a formação discente ganha um novo significado quando, durante o processo e a trajetória na academia, o discente tem a oportunidade de vivenciar projetos e

programas de extensão que têm como pressuposto o compromisso da universidade com a comunidade e que possibilitam o processo de formação a partir de outros saberes, aqueles que a vida e experiência ensinam.

Neste sentido, identificou-se a partir das falas dos discentes presentes no encontro nacional da Rede de ITCPs o reconhecimento do processo de formação que ocorre com a participação nos projetos de extensão, especialmente nas incubadoras. Um dos aspectos observados foi a iniciativa de um grupo de discentes, diante da grave crise que afeta as incubadoras e a extensão universitária, em organizar uma Rede de Jovens de ITCPs e Economia Solidária[85] com objetivo de construir uma rede de referência que possibilite o fortalecimento do movimento de economia solidária.

Mészáros, em Educação para além do capital (2015), aborda a educação em um sentido amplo como o processo de existência do sujeito. Entretanto, esse processo de existência e de consciência é acompanhado pelo processo de internalização e legitimação de perspectivas e valores do sistema capitalista que se concretiza nos modelos formais de educação. Por outro lado, ele defende a tese de que é possível pensar em uma proposta educacional que tome por base a emancipação humana: “Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (2015, p. 48).

Tem-se a compreensão de que as práticas extensionistas não podem ser consideradas a alternativa para essa mudança educacional, até mesmo porque Mészáros se refere ao sistema educacional de uma forma ampla, que inclui os processos formais, mas também os princípios orientadores dominantes que são reproduzidos pela própria sociedade e ele entende que para uma mudança efetiva seria necessário que as mudanças abarcassem a totalidade das práticas educacionais do modelo de sociedade estabelecido. Entretanto, a intenção aqui é tentar estabelecer uma relação com a tese dele sob a ideia de que é possível uma alternativa, é possível desafiar o processo de internalização da hegemonia dominante e é possível considerar que ações de extensão universitária podem fazer parte deste processo.

[85] A Rede de Jovens de ITCPS e Economia Solidária começou a ser organizada em julho de 2020 diante do cenário de crise das universidades, das incubadoras e da economia solidária. A proposta é que seja constituída por discentes e bolsistas com vínculo às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Núcleos de Economia Solidária.

Para os coordenadores, a participação nos projetos de extensão possibilita aos discentes uma formação acadêmica diferenciada. Para a coordenadora A:

> As metodologias adotadas e os processos de extensão capacitam muito os discentes. Não gosto muito do termo capacita, mas permite que eles tenham outras experiências, permitem que eles tenham uma outra visão da vida. Sempre lembro muito de uma bolsista, até nada jovem, que participava de uma ação com a Cooperativa Santa Rita, cooperativa de coleta coletiva para que conseguissem o registro, e quando fomos ver tudo veio a etapa das assinaturas e a maioria era analfabetos. Tinha uma que chorava e pedia para esperar porque o nome dela era pequeno e ela queria tentar assinar. A bolsista se escondia para chorar e dizia que não conseguia acreditar que a gente estava a cinco quadras da universidade e essas pessoas passando por isso. E hoje ela relata muito isso: eu comecei a viver de novo e aprender de novo depois que eu passei pelo processo de extensão. E isso acontece na segunda graduação dela aos cinquenta e poucos anos depois de ter sido excluída pelo mercado de trabalho.

Neste sentido, a perspectiva da coordenadora corrobora o pensamento de Demo (2001) quando critica a didática instrucionista das universidades. Para o autor, em virtude da herança colonizadora, na maior parte do tempo da vida acadêmica os discentes são submetidos ao processo de reprodução automática de conhecimentos já elaborados, sem qualquer questionamento, reduzindo a capacidade de crítica e do discente pensar por si mesmo na busca de respostas às suas dúvidas. Para Demo este modelo de educação anula a capacidade do ensino de se efetivar em um processo de construção, como defendia Paulo Freire (2010), e se constituir como fenômeno político: “a aprendizagem está tão vinculada ao conhecimento, que representa, no ser humano, a capacidade de revolta e confronto, não aceitando o que está dado. [...] Aponta para a capacidade emancipatória, bem como para as peripécias da colonização imbecilizante” (DEMO, 2001; p.149).

Desta forma, quando as universidades perdem o PROEXT, para a Coordenadora A, isto impacta fortemente na condição de bolsas e interfere no processo de formação dos discentes, interrompe a oportunidade de vivenciarem a prática de forma relacionada ao ensino e à pesquisa. Para ela, os discentes precisam minimamente de recursos para se locomover, ou então precisam desenvolver algum outro trabalho para se manter e com isso não conseguem vivenciar experiências de extensão. “A exclusão do PROEXT deve impactar na exclusão de aproximadamente 100 bolsas” (COORDENADORA A).

Para Ristoff (2014), a criação e implementação de políticas como a Lei de Cotas[86] (BRASIL, 2012) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais[87] (REUNI) (BRASIL, 2007), ampliou o ingresso de estudantes provenientes de escolas públicas e de grupos sociais excluídos da academia. Segundo o autor esse processo está muito longe de alcançar o esperado, entretanto houve alguns pequenos avanços em relação à inclusão de discentes trabalhadores, de baixa renda, negros, indígenas, e isso ocasionou uma mudança no perfil dos discentes universitários. Neste sentido, compreende-se a fala da Coordenadora A sobre os reflexos da ausência de bolsas de extensão provenientes do PROEXT para o desenvolvimento dos projetos e consequentemente para a formação dos discentes.

Na percepção do Coordenador B:

> Eu acho que, na experiência que eu tive, os estudantes que passaram pelo TECSOL tiveram uma formação acadêmica superior". E fácil da gente identificar o porquê. Em primeiro lugar eles tem uma relação direta com a comunidade. Quando eles estão em uma sala de aula qualquer, na medida do possível, na medida que o conteúdo permite, eles estabelecem uma relação direta daquilo que eles estão fazendo na extensão. Se eles não conseguem construir essa relação eles questionam os professores do TECSOL sobre isso e questionam os professores da sala de aula sobre isso. Portanto, a ancoragem subjetiva que eles fazem dos conteúdos de sala de aula, ela está garantida pela experiência que eles têm na relação cotidiana, na relação que eles têm com os grupos de produtores ou de consumidores.

É possível identificar que, na percepção dos coordenadores, os discentes extensionistas vivenciam uma experiência que vai ao encontro do pensamento de Santos (2010) quando diz que o conhecimento predominantemente disciplinar, autoritário e absoluto precisa conceder espaço para o conhecimento contextualizado, produzido a partir de sua aplicação, extramuros e da troca entre pesquisadores e utilizadores. Conhecimento que ele entende ser transdisciplinar e obrigatoriamente se

[86] A Lei 12.711 de 2012, chamada Lei das Cotas, estabelece que as Instituições Federais de Ensino Superior e as Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio devem reservar cinquenta por cento (50%) de suas vagas para as cotas sociais. As cotas são destinadas a estudantes provenientes de escola pública, sendo metade das vagas destinadas a estudantes de baixa renda. As cotas raciais serão proporcionais à composição étnico-racial de cada estado, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (UNE, 2021; MEC, 2021).

[87] O Programa REUNI está entre as medidas propostas pelo governo Lula (2003-2007), para a expansão da educação superior. Foi destinado às instituições federais com o objetivo de aumentar o número de vagas, elevar a taxa de conclusão nos cursos de graduação e garantir a permanência dos estudantes (KOGLIN, 2018; BRASIL, 2007).

constitui a partir do diálogo e do confronto entre o conhecimento acadêmico e o popular. Prática reconhecida na percepção dos sujeitos.

Desta forma, voltando novamente a Demo (2001), quando se refere às práticas de ensino, torna-se essencial conjugar as questões sociais com os currículos universitários e com a formação profissional para que, ao se deparar com as consequências do neoliberalismo e de políticas assistencialistas, se rompa a premissa de que transmitir conhecimento basta e para isso, políticas como o PROEXT e uma política de apoio interna são consideradas essenciais, como identificado nas falas dos sujeitos na seção sobre financiamento.

O coordenador B acrescenta ainda, que nos projetos de extensão em economia solidária os discentes vivenciam uma experiência rara dentro das universidades que é trabalhar de forma coletiva e cooperativa.

> Essa vivência, digamos do coletivo, do trabalho coletivo, do trabalho em equipe, da necessidade de manter os conflitos em um nível administrável do ponto de vista coletivo, e essa relação direta entre prática cotidiana de um lado e sala de aula de outro, produziu, na minha opinião um conjunto de estudantes que quase todos aqueles que preferiram fazer pós-graduação, fizeram pós-graduação, aqueles que preferiram buscar empregos, se empregaram, e aqueles que preferiram constituir negócios próprios, constituíram. [...] então tenho para mim que quase todos eles consideraram sua experiência no TECSOL, uma experiência fundadora, digamos assim, nas suas vidas (COORDENDOR B).

Para Santos (2010), essa relação entre as instituições e a comunidade precisa se estabelecer a partir de articulações cooperativas, baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo, de forma a realocar a universidade pública no processo de resolução dos problemas sociais. A construção de uma alternativa deve ser baseada na coletividade considerando sempre a contextualização do problema.

A experiência na UFRGS, com o NEGA, torna-se uma experiência marcante para os estudantes na percepção da coordenadora C. Para ela, essa relação repercutiu na forma de se relacionar com o ensino. “Principalmente porque estamos dentro da faculdade de administração, de gestão de empresas, então para nós a criação do NEGA foi importante porque assim temos outros espaços. [...] tivemos alunos de diversas áreas”. Para a coordenadora:

> A extensão em economia solidária é uma experiência marcante na formação do estudante, mesmo que eles não continuem na área da economia solidária, é uma experiência diferente na vida dos estudantes, que abre horizontes e

> transforma suas relações. Alguns trabalhos de conclusão de cursos surgem a partir da vivência na extensão (COORDENADORA C).

Esta relação e a nova forma de se relacionar com o ensino também produziu alguma transformação na academia. Conforme o relato da coordenadora, naquele espaço, onde o Núcleo está vinculado e de onde surgiu o Projeto, as vivências com a extensão em economia solidária levaram à criação de cursos de introdução à economia solidária, propuseram saídas de campo vinculadas à economia solidária. Desta forma, pode-se perceber que a relação decorrente dessa experiência extensionista proporciona também uma transformação no ensino e na pesquisa. Transforma a forma de perceber o conhecimento e de produzir novos conhecimentos, a extensão, o ensino e a pesquisa constituem-se um ciclo indissociável e a universidade torna-se mais democrática (SANTOS, 2010).

Os técnicos administrativos compartilham a percepção de que os discentes que têm a oportunidade de vivenciar a extensão universitária têm uma formação diferenciada:

> Claro que estou falando vendo estudantes que trabalham no TECSOL, que é um núcleo que incentiva muito a formação. É uma qualificação da formação dos estudantes assim tremenda. Eu acho que abre outros horizontes na cabeça dos alunos que atuam com a extensão, saem com uma formação muito mais comprometida e a interdisciplinaridade permite que estudantes de vários cursos possam ter essa vivência (TAE B).

Neste sentido, conforme Thiollent et. al (2015) a interdisciplinaridade e o envolvimento de discentes de diversas áreas do conhecimento no desenvolvimento do projeto de extensão propiciam uma formação mais ampla e profunda em relação aos aspectos sociais e técnicos, inerentes à profissão. Para os autores este é um processo, que por conta da reflexão sobre a realidade, acaba impactando na maioria dos discentes participantes e muitas vezes instigando a uma ação: “uma metodologia dialógica que permita o respeito e o intercâmbio entre os diferentes conhecimentos favorece a instauração de um espaço amplo de aprendizagem” (2015. p.22).

Para o técnico administrativo C, ainda que a política materializada na forma do PROEXT tenha sido, para ele, insuficiente para o que eles acreditavam ser necessário em relação às transformações sociais necessárias à economia solidária, ainda assim ele reconhece que a atuação dos discentes é muito importante. Mesmo em um contexto de precariedade para o desenvolvimento dos projetos, na percepção dele o fato de os estudantes estarem, às vezes, à frente da condução das ações, pela falta de apoio institucional, proporciona-lhes uma vivência muito rica. E acrescenta:

> Tem estudantes que hoje são empreendedores de economia solidária. Mais do que os empreendimentos, nesses projetos, quem saiu ganhando foram os acadêmicos. A prova clara disso é como isso repercutiu na sua formação. Tem estudantes que desenvolveram trabalhos de TCC, de mestrado, enfim, sobre economia solidária. O processo para formação foi importantíssimo e às vezes a realidade não cabe num manual. A realidade te dá um choque e aí tu começa a fazer relações e há uma evolução (TAE C).

Considerando as experiências dos estudantes nos projetos de extensão que acompanhou durante o período no núcleo e na ITCP da universidade, o técnico-administrativo C acredita que: “quem mais saiu ganhando nestes anos de economia solidária e de incubadora foram os acadêmicos”. Na fala dele aparecem relatos de discentes que foram bolsistas e relataram ter aprendido muito mais no processo de relação com a comunidade e com os grupos do que em sala de aula.

Refletindo sobre os relatos e considerando o pensamento de Demo (2001) sobre colocar a sala de aula em seu devido lugar para que ela não seja um instrumento de força do professor, um espaço exclusivamente para tirar dúvidas, observa-se que embora a concepção assistencialista ainda esteja presente na prática extensionista (JEZINE, 2004) há uma mudança na forma como a comunidade universitária pensa a extensão.

Para Jezine (2004) essa mudança está amparada no princípio educativo de relação entre teoria e prática de Gramsci e proporciona a constituição de sujeitos críticos, capazes de construir conhecimento, pensar e agir. Sobre isso Freire também contribui significativamente ao refletir sobre educação versus massificação quando, para ele, a consciência crítica é elemento fundamental para a democracia. Em suas palavras:

> Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático. Quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. A formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos (FREIRE, 2010; p,103)

Os discentes entrevistados foram bolsistas dos programas e projetos de extensão durante o PROEXT. Não foi possível identificar se durante toda sua participação a bolsa foi proveniente do Programa, pois as incubadoras se

candidataram à bolsas de extensão das respectivas universidades e por alguns períodos desenvolveram projetos financiados pelo PRONINC que também garantia bolsas para discentes. Entretanto, participaram como membros dos programas aprovados no PROEXT que integram esta pesquisa.

Para eles a participação em ações de extensão e de economia solidária especificamente foi fundamental para o processo de formação acadêmica, mas também para sua construção enquanto seres humanos. Na visão de Freire (2010), era preciso superar o dilema humanismo-tecnologia, que se fortaleceu a partir da busca por profissionais capazes de atender às transformações econômicas, e interromper a formação de técnicos ingênuos e acríticos, tornando-os aptos a contribuir diante dos problemas das diferentes realidades alicerçados em uma visão humanista. Ao mesmo tempo que Freire dizia compreender ser necessário acompanhar a formação de técnicos em todos os níveis, defendia ser essencial harmonizar os avanços tecnológicos com a visão verdadeiramente humanista.

Neste sentido, é possível identificar na fala dos discentes o reconhecimento de uma formação ampla e dotada de criticidade. Eles evidenciam o sentimento de orgulho e satisfação de terem participado de um processo que consideram importante, mas reconhecem que essa relação é tão importante para eles quanto para a comunidade.

O discente C, com uma história de militância política e social anterior ao NEA e NEGA, participava das ações de extensão e projetos de economia solidária do núcleo e da incubadora quando o PROEXT foi executado, tem a compreensão que:

> [...] os empreendimentos fizeram muito mais por nós do que nós por eles. Não só os projetos mas a realidade da economia solidária mudou minha vida. As visões de mundo que eu tenho, a possibilidade de não ser um estudante de economia meramente teórico[...], tu chega no empreendimento tem problema real para resolver. Esse processo nos tornou estudantes muito mais críticos e muito mais capacitados. Inclusive do ponto de vista do mercado (DISCENTE C).

Nessa linha de pensamento, a percepção do discente corrobora a afirmação de Jezine (2004) sobre a necessidade da extensão efetivamente fazer parte da formação do aluno para que se consolide como função acadêmica da universidade e como alternativa à desfragmentação e superação do tecnicismo dos currículos. Para o discente, ainda que o projeto não tenha atendido suas expectativas no que tange a relação da universidade com a comunidade e com a transformação pretendida, para

a formação acadêmica ele tem a percepção de ter sido uma experiência importante para a formação crítica e prática a partir da realidade concreta.

As discentes A e B ingressaram como bolsistas a partir da contemplação das propostas de extensão no Programa de Extensão Universitária e para elas a oportunidade de participar deste processo foi muito importante e transformador. A discente A relatou que encontrou algo com o que se identificou dentro da academia e para a vida:

> Para mim, acho que esses projetos de extensão são fundamentais e conforme eu já comentei, qualquer aluno deveria passar em algum momento da formação por um projeto de extensão para ver como funciona e como é na comunidade. É a união da teoria e da prática. Temos o conhecimento acadêmico e conhecimento popular. Na minha visão, no meu curso, todo mundo deveria ter uma participação dessas assim na comunidade.[...] enquanto está na formação, tá aprendendo com a comunidade e não ficar só em projetos que ficam trancados em laboratórios e não chegam até a comunidade (DISCENTE A).

A discente B entrou na primeira turma de bolsistas da ITECSOL. Inicialmente a incubadora e o núcleo trabalhavam com discentes voluntários e continuam contando com a participação de discentes nesta modalidade até hoje. Com a aprovação da Incubadora no PROEXT ela ingressa como bolsista e embora não tenha participado do processo de escrita da proposta acompanhou relatos dos discentes voluntários que o processo sempre foi colegiado e conjunto com os docentes. Para ela, um ponto importante foi que:

> Durante a o meu tempo de atuação no TECSOL a gente tinha uma experiência muito forte disso, assim. Na escrita dos projetos não, quem escrevia eram os professores, mas assim na execução, nas decisões era feito bastante coletivamente assim. Acho que isso era uma experiência pedagógica muito interessante para os estudantes, experiência de autonomia coletiva mesmo.

Em sua percepção, a ausência de experiência com extensão e o desconhecimento sobre economia solidária, não permitiu que ela tivesse a dimensão e a importância de tudo aquilo que ela iria participar. O período em que ela ingressou como bolsista havia vinte e dois bolsistas no Núcleo, e hoje são apenas dois: “e é pouco para tudo que o núcleo se propõe a fazer” (DISCENTE B). Na percepção dela a redução de investimentos e a descontinuidade do PROEXT acarreta a redução da participação discente e reflete no trabalho que é desenvolvido.

Ter a oportunidade de participar de projetos de extensão traz reverberações na formação profissional e na vida das pessoas que participam e os discentes

reconhecem essa importância, apesar das resistências e das dificuldades decorrentes da ausência de uma política de apoio permanente e ampla:

> Até às vezes meu pai fica falando assim, e eu digo o pai, o mundo seria muito melhor se tu olhasse para o próximo, se tu ajudasse o próximo, se tu conseguisse ver a situação que ele tá. E às vezes ele me fala essas questões de ir para indústria, de ter um emprego melhor, mas assim, nossa, eu me encontrei. Trabalhar com os grupos assim, ter essa relação com a comunidade para mim acho que foi fundamental. Depois que a gente conhece essa outra forma de economia e vê que pode dar certo, que tem grupos se desenvolvendo a gente só quer continuar. Tu vê essa transformação neles tu acaba se transformando também. E todo mundo participa de todas as etapas do projeto na verdade. A gente participa tanto da construção do projeto, a gente participa das formações junto com nossos grupos atendidos. Muito importante. Tanto que estou lá até hoje (DISCENTE A).

Como Paulo Freire (1989) sabiamente defendia o foco principal deve ser a formação humana possibilitando que seus membros tenham uma compreensão da realidade, consigam identificar os desafios e apontar alternativas para seu enfrentamento. Nessa perspectiva e a partir das falas dos discentes é possível compreender a participação nas ações de extensão como um contributo para essa formação humana:

> “[...]a participação no TECSOL ela foi muito importante também na minha formação em psicologia sabe, de levar os conhecimentos do TECSOL para forma como eu entendia as minhas relações com os professores, com os colegas, o modo de pensar a profissão também assim. Então foi muito transformador, eu avalio que para além da importância da extensão com o contato da universidade com a sociedade assim, para os estudantes é muito importante assim em termos formativos, de transformação dos sujeitos e dos futuros profissionais. Onde se encontra teoria e prática, universidade e sociedade. Para universidade ficar menos encapsulada numa bolha (DISCENTE B).

Não ficar encapsulada em uma bolha representa a percepção de que é possível e necessário o ensino e a pesquisa saírem da sala de aula e dos laboratórios. Significa reconhecer que o conhecimento e o homem são inacabados e estão sempre em transformação mútua. Os três discentes passaram a se relacionar com os grupos de empreendimento solidário ou com pessoas que desejavam constituir um empreendimento solidário somente a partir do momento que ingressaram nos projetos e programas de extensão. Não havia vínculo anterior. Este é um processo importante para a formação profissional. A universidade tem um compromisso com as questões sociais, (CHAUÍ, 2001; MELO NETO, 2001) e o que, quem e como ela forma está

relacionado aos processos que são estabelecidos durante a caminhada na academia, que vínculos e relações são constituídos, apresentando para estes discentes a qual sociedade esta instituição, que é social, pertence.

Fica evidente na fala dos coordenadores que eles tinham a constante preocupação de pensar que o ensino e a pesquisa deveriam estar presentes nos projetos de extensão. Para a Coordenadora A as atividades extensionistas estavam "[...] sempre considerando a questão da formação para que a universidade possa participar efetivamente do projeto" (COORDENADORA A), enquanto para o Coordenador B "A extensão deveria ser uma atividade central, tanto ensino quanto pesquisa deveriam se referenciar na extensão".

Esta concepção de extensão universitária aproxima-se da ideia observada por Botomé (1996), quando ele defende sua tese de que para uma pesquisa não alienada e um ensino não alienante a extensão não pode ser a única responsável por colocar os alunos em contato com a comunidade. Neste sentido, o processo de formação acadêmica deve aproximar-se cada vez mais da extensão a ponto de que as práticas extensionistas desenvolvidas, a partir do diálogo com a comunidade, exerçam influência tanto na pesquisa quanto no ensino e esse processo reflita na transformação da universidade e na formação de profissionais mais conscientes do seu papel (THIOLLENT et. al, 2015).

Partindo dessa abordagem, tem-se a expectativa de ver a formação do profissional, nas mais diversas áreas, sendo repensada a ponto de compreender o quanto isso reflete no compromisso da universidade com as questões sociais e nas demandas da comunidade.

Entretanto, se de um lado tem-se a compreensão deste não ser um ideal fácil de ser alcançado, de outro vislumbra-se uma atuação profissional que propicie a comunicação entre os saberes e a construção de novos conhecimentos, dando continuidade ao ciclo permanente de aprendizado como defendido por Freire (2010). Relembrando, para o autor nenhum conhecimento é estático ou permanente, ele está sempre em construção.

Durante o processo de interação com a comunidade, através da prática extensionista, o futuro profissional tem a possibilidade de contextualizar o conhecimento formal com as demandas reais e diante disso contestar, contrapor e refletir sobre seu próprio processo de formação.

4.4 RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE

Os editais PROEXT buscavam direcionar os projetos e programas para o desenvolvimento de políticas públicas de interesse governamental, mas sinalizavam ainda que tinham como objetivo a articulação dos saberes no sentido de buscar solução para as questões sociais. O fato do Programa ter sido ampliado, tanto em questões econômicas, quanto em relação a ampliação das linhas temáticas abrangidas, reafirma essa intenção, principalmente no período de 2009 a 2016. Neste sentido, a partir das entrevistas foi possível identificar como os extensionistas e a comunidade, integrantes dos projetos, percebem essa relação entre universidade e sociedade tendo a extensão como elo.

Compreende-se que seria importante identificar como os projetos foram pensados, propostos e desenvolvidos buscando verificar a partir destes aspectos qual a percepção dos sujeitos sobre o papel do projeto desde sua concepção.

Neste sentido, a fala dos coordenadores torna claro que, para eles, os projetos são pensados a partir da premissa de extensão como eixo central entre o ensino e a pesquisa, e suas ações devem ser propostas a partir de demandas da comunidade para que juntos busquem a construção de um novo conhecimento e alternativas para as questões sociais, econômicas, culturais e políticas.

Ao analisar as propostas pesquisadas e as falas dos coordenadores foi possível perceber que para este grupo de sujeitos, que atuam com economia solidária, a relação entre universidade e comunidade deve ocorrer dentro de um processo dialógico, de construção conjunta. As propostas do NUDESE, do TECSOL, do NEA e do NEGA foram pensadas a partir de demandas que a comunidade já trazia para os núcleos e incubadoras através de pesquisas e da vivência de militância na área da economia solidária.

Santos (2002), classifica a monocultura do saber e o rigor do saber, ao conferir à ciência moderna o status de única verdade, se transforma na principal ferramenta do processo de exclusão da sociedade, que ele denomina de ausência. Portanto, este processo de escuta e acolhimento das demandas da comunidade sinaliza a capacidade de romper com esta lógica e estabelecer o processo de “transformar as ausências em presenças” (p. 10). Questionar essa lógica do modo de produção de ausências, significa transgredir a hegemonia do saber científico e superar esse

processo excludente, de desperdício de experiências sociais que podem contribuir na construção de alternativas à lógica neoliberal (SANTOS, 2002; SANTOS, 2010).

A partir da fala do coordenador B é possível identificar que, em sua percepção, o desenvolvimento de uma pesquisa com empreendimentos de economia solidária, anterior ao PROEXT, e o estabelecimento de uma relação com estes grupos permitiu a identificação das demandas e novos projetos foram sendo propostos. A partir desta relação surgem as propostas de programas e projetos de extensão no TECSOL e surge então o programa ITECSOL para o Programa de Extensão:

> Quando fui para UFPel a Associação Bem da Terra estava ainda em processo de consolidação[...] já eram agora aproximadamente 22 grupos, hoje são uns 34 ou 35, e esses 22 grupos tinham demandas das mais diversas, demanda de organização interna, de estrutura de comercialização de financiamento, etc. Então a gente começou a atender basicamente os grupos da Associação, especialmente os grupos de origem rural [...] enfim fomos desenvolvendo projetos e atendendo demandas que a gente conseguia (COORDENADOR B).

Para a Coordenadora A, a relação que já existia entre o NUDESE e incubadora da Universidade, a INTECOOP[88], forneceu elementos para que a partir da inclusão da economia solidária no Programa de Extensão Universitária, pudessem desenhar propostas de projetos visando atender às prioridades apontadas pelos próprios grupos. Para a coordenadora no desenho dos projetos e programas: “O que prevalecia era o que era discutido a partir dos grupos. Se fosse possível se enquadrar ao que era proposto pela política pública não havia problema, mas os projetos não eram desenhados totalmente para se enquadrar à política” (COORDENADORA A).

Na percepção da coordenadora A as propostas priorizavam as demandas dos grupos de economia solidária, ainda que não estivessem totalmente alinhadas com a política pública estabelecida nos editais.

No Núcleo de Economia e Gestão Alternativa, as propostas aprovadas no PROEXT também eram pensadas a partir do que já se desenvolvia, a partir das demandas que surgiam:

[88] Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. A incubadora é um dos projetos do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da FURG. A Incubadora, enquanto projeto de extensão, já foi contemplada com recursos do PROEXT nos anos de 2009 e 2010, integrando as ações propostas no Programa de Extensão Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico: Fomentando Empreendimentos Econômicos Solidários (FURG, 2021).

> [...] apareciam os editais e a partir disso começávamos a pensar como daríamos conta disso a partir dos projetos que já se tinha. Desenhamos o PROEXT para dar conta dos desafios que nos colocamos como NEGA e aí desenhamos em vários eixos. Trabalhamos territórios e as redes que naquele momento eram vinculadas ao governo do Estado, então era as cadeias produtivas que estavam sendo organizadas, então pensamos, vamos apoiar a cadeia produtiva da lã. O projeto era para fortalecer o que a gente já tinha como linhas estratégicas e o PROEXT nos permitiu dar corpo a isso. Já tínhamos o desenho e o PROEXT veio nos garantir essa capacidade de atuação. As diretrizes do projeto são discutidas com os grupos (COORDENADORA C).

Entre os discentes entrevistados somente o discente C já atuava com extensão e economia solidária na universidade quando projetos foram submetidos ao PROEXT. Na percepção dele, havia uma característica marcante que eram as decisões colegiadas: “[...] inclusive porque os empreendimentos que a gente incubava participavam amplamente, e não só participavam amplamente como estavam nos espaços de decisão e discussão, das feiras, nos fóruns, etc” (DISCENTE C).

Os técnicos administrativos B e C, embora com vivências um pouco distintas, principalmente em relação ao tempo de atuação nos projetos dos núcleos e incubadoras, compartilham a compreensão de que as propostas surgiram em decorrência das demandas identificadas e pontuadas pelos empreendimentos a partir da relação já existente entre a universidade, representada pelas incubadoras, e a comunidade: “Quando saia o edital tinha-se que adequar a proposta ao que o edital oferecia. Nesse sentido a política, o PROEXT tinha a sensibilidade de compreender as peculiaridades de cada trabalho. A gente propunha o que entendia ser o mais indicado” (TAE C).

Identifica-se nas falas a percepção de que era importante ter aquela política, mas que não podiam deixar de priorizar as demandas reais daqueles grupos e eles, por já desenvolverem essa relação com a comunidade, conseguiam identificar e propor ações necessárias. Ele ainda acrescenta:

> Procurávamos manter o foco na comunidade, especialmente porque a gente procurava que os empreendimentos dissessem o que eles queriam. [...]dentro da rede tinha muito essa ideia Paulo Freireana da autonomia, a gente não era os arautos da salvação dos pobres que iríamos levar solução, porque nós questionávamos esse tipo de extensão antes já. Não negávamos que éramos vanguarda, que tínhamos estudado e tínhamos material para discutir com a comunidade, mas a decisão em última análise era da comunidade. E isso entrava em choque muitas vezes com o edital (TAE C)

Para os sujeitos que vinham de uma vivência com militância em economia solidária, ou com experiência em extensão universitária, ainda que a política materializada nos editais do PROEXT não contemplasse exatamente o que eles defendiam e o que os empreendimentos demandavam, eles desenhavam e submetiam projetos que priorizassem o atendimento dessas demandas. Ou seja, na percepção deles era importante ter a oportunidade de alcançar recursos para o desenvolvimento dos projetos, entretanto era primordial que estes projetos reafirmassem a função social da universidade.

Como nas palavras de Sousa (2010), as universidades não foram criadas com o propósito de ter um compromisso social com as classes mais desfavorecidas e menos privilegiadas, entretanto no decorrer de sua trajetória e do contexto social em que elas estavam inseridas, esse compromisso passou a ser cobrado e a extensão universitária é então percebida como o instrumento capaz de efetivar esse compromisso.

Em cada momento da história da extensão depara-se com um modelo e prática extensionistas distintas, e, mesmo em momentos em que o conceito de extensão conquista um amplo debate, o assistencialismo nunca deixou de estar presente nas práticas das universidades. Para Gadotti (2017), o ranço conservador e elitista, ainda muito presente nas estruturas universitárias, impõe limites à prática da extensão universitária que busca se efetivar como instrumento de relação transformadora entre universidade e comunidade, seguindo os princípios defendidos pelo FORPROEX.

Neste sentido, a partir da compreensão da forma como os sujeitos entrevistados percebem a importância de propor ações que tenham a preocupação de corresponder ao que a comunidade está demandando, pode-se dizer que ter uma política de financiamento da extensão como o PROEXT, apesar de suas limitações orçamentárias, é um elemento importante para oportunizar a concretização da extensão universitária, com compromisso com a comunidade, como os projetos e programas aqui pesquisados.

Na visão dos empreendedores que participaram dos projetos e programas de extensão do NUDESE, do TECSOL, do NEA e NEGA, a relação com a universidade é muito importante para eles e para a economia solidária. Paulo Freire já dizia que ninguém liberta ninguém e que o processo de libertação não ocorre na individualidade e sim através do diálogo, da comunicação, do ato de educar, de constituir o pensamento crítico (FREIRE, 1970). Os empreendedores expressam ter a

compreensão, a partir da prática e de suas vivências, que aquele processo de interação, de integração, de trocas e construção é um momento muito significativo para ambos.

Para o empreendedor B, ainda que não tenha uma compreensão nítida sobre estar incluído em um projeto financiado pelo PROEXT, tem o conhecimento de participar de uma ação de extensão da universidade, percebendo esta como positiva e importante: “No momento que a gente conseguiu entrar para a feira virtual foi onde alavancou bastante. A nossa produção aumentou e as vendas também aumentaram e a gente começou a desenvolver”.

Em condições um pouco distintas, pois ainda não se consolidou como um empreendimento de economia solidária, a empreendedora A acredita que a oportunidade de se envolver com um projeto de extensão e de economia solidária melhorou a sua condição de empreendedora e proporcionou algumas possibilidades de estabelecimento de relações e redes de trabalho que ela não esperava:

> Meu marido disse, olha tão oferecendo um curso de corte e costura na FURG, tu tá sempre reclamando que tens que te especializar. Aí fomos lá, fiz a inscrição. Eu não sabia que se tratava de um projeto de economia solidária. Já tinha ouvido falar da economia solidária, mas não sabia nada muito aprofundado. Quando o curso iniciou entendi que o curso era voltado para a economia solidária e a partir desse curso fizemos várias outras formações. O curso melhorou visivelmente a qualidade dos meus produtos. Acabamos fazendo curso de cooperativismo, de economia popular solidária e de autogestão. A gente passou um ano na FURG estudando. O NUDESE até tentou que a gente nos organizássemos para fazer uma cooperativa, mas tínhamos outras atividades na época e não tivemos maturidade para isso. [...] mas através dessa formação da economia solidária nós fizemos um grupo de artesanato. Não fizemos exatamente a proposta que nos foi sugerida, mas nos organizamos enquanto artesãs e trabalhávamos com a proposta da economia solidária, na autogestão, no cuidado com meio ambiente, no tipo de produção que a gente fazia (Empreendedora A).

O papel da universidade, e aqui especificamente da extensão universitária, para os empreendedores representa direitos, oportunidade e reconhecimento: Para a empreendedora C:

> Os projetos de extensão estão relacionados à função social que tem a universidade para toda a sociedade, e sobretudo a universidade pública, a universidade pública e gratuita. E nós como sobreviventes (risos) acredito que temos consciência da importância, do que significa um projeto de extensão, que nasce na universidade, mas que chega aos grupos que não tiveram acesso a essa universidade. Então é importantíssimo esse trabalho de extensão porque para nós a universidade tem essa função social [...] o conhecimento é para a sociedade, não é para as empresas. O conhecimento não pode ser vendido e privatizado.

Os coordenadores, identificam no PROEXT uma alternativa de concretizar propostas de extensão que estejam alinhadas às demandas da comunidade e dos empreendimentos de economia solidária. Embora todos os três coordenadores também tenham executado os projetos, em algum momento, com recursos do PRONINC, reconhecem que o aporte de recursos oriundo do Programa de Extensão Universitária colaborou para o desenvolvimento das ações propostas pelos núcleos e incubadoras universitárias.

Para a coordenadora A, o PROEXT possibilitou a compra de alguns materiais como: tecidos, insumos básicos, maquinário e etc, sendo considerado “[...] um projeto que contribui para o desenvolvimento dos grupos. E o não dar certo também contribui para que os grupos identifiquem o que é viável economicamente”. Na percepção dela o PROEXT permitiu que os recursos públicos, através de ações dos projetos, chegassem até a comunidade: “Se esse recurso viesse através da prefeitura por exemplo, será que isso iria acontecer? Claro que temos o cuidado de nos colocarmos no papel de universidade e não nos transformarmos em mero executores da política pública” (COORDENADORA A).

A preocupação em não ser meramente executor da política de governo está presente nas falas dos coordenadores, técnicos e discentes que participaram da elaboração das propostas submetidas ao PROEXT. A concepção de extensão e do compromisso da universidade com as questões sociais deste grupo contribui para que a extensão universitária se efetive dentro de uma perspectiva de compromisso social.

Se por um lado há a percepção positiva em relação as ações desenvolvidas, financiadas pelo PROEXT, identifica-se também que há a compreensão de que esta é uma política insuficiente para a extensão em economia solidária, para a economia solidária e para a transformação que acreditam ser necessária: “para os empreendimentos não basta o conhecimento, precisa ter uma política maior de Estado” (TAE C).

A percepção mais crítica em relação ao PROEXT aparece nas falas do técnico-administrativo C, principalmente quando se refere à economia solidária:

> A política de financiamento tinha que ser estatal, não tinha que dar recursos para as universidades. O estado deveria comprar da economia solidária. As ações foram precárias, para que houvesse resultado os projetos teriam que durar mais tempo, a falta de continuidade sempre foi a principal crítica da rede. Para ter um resultado teria que ser uma política maior.

Esta crítica também surge nas percepções dos demais entrevistados, na visão deles o PROEXT não é uma política direcionada para a economia solidária e, portanto, é limitada, entretanto, oportunizou o desenvolvimento de ações que puderam ser propostas a partir de demandas da comunidade que está ali, na ponta.

Se por um lado o TAE C tece críticas mais firmes ao Programa, enquanto política para a economia solidária, de outro acredita que para a extensão, e em alguma medida para os empreendimentos, foi uma proposta positiva:

> Para a extensão acho demais significativo, claro que para os empreendimentos também, mas para extensão é muito importante. Porque, primeiro da corpo e da base e ampara a concepção de extensão que a universidade conquistou, que a gente batalhou, que está baseada na relação dialógica, em que a comunidade demanda. Tenho a convicção de que foi muito positivo para os empreendimentos. A gente podia perceber a evolução da compreensão do trabalho e dos objetivos a serem alcançados. E o fortalecimento do que já se tinha, o resgate de conhecimentos, conhecimentos populares e a organização dos empreendimentos também foi importante. O exemplo melhor disso, do ponto de vista concreto[...] esse projeto do entreposto, essa loja de economia solidária, o contraponto, porque hoje[...] basicamente não requer assim um acompanhamento mais sistemático do trabalho de incubação (TAE C).

O PROEXT tinha como propósito apoiar o desenvolvimento de políticas públicas, estando descrita no Decreto de sua criação e acompanha o escopo dos editais. Entretanto, ele surge para atender a uma demanda de financiamento da extensão universitária, a partir da interlocução do FORPROEX e do Ministério da Educação, conforme visto na seção 3.1. Embora o Programa tenha se desenvolvido e ampliado as áreas temáticas abrangidas, contando com a participação dos ministérios e secretarias correspondentes (APÊNDICE A), não chegou a conquistar o patamar desejado, individualmente, para cada área temática.

Este ponto é evidenciado nas falas dos sujeitos da mesma forma como o reconhecimento de que o Programa de Extensão, durante sua existência, foi uma importante política de financiamento para a extensão e para a extensão em economia solidária.

Para os coordenadores A, B e C, os projetos e programas apoiados pelo PROEXT contribuíram para o desenvolvimento de uma série de ações que continuam sendo desenvolvidas, assim como contribuem para a proposição de novas ações que surgem a partir das demandas dos grupos participantes e da comunidade. A ITECSOL, incubadora vinculada ao TECSOL, na percepção do coordenador do

programa desenvolveu uma série de ações que tem reverberações importantes, como a incubação de novos empreendimentos de economia solidária, o assessoramento a grupos já existentes, a constituição de uma feira virtual e a incubação de grupos de consumo responsável e de uma rede que reúne os grupos de consumo. Existem ainda, em sua percepção, os projetos colaterais, como a criação de uma metodologia de creditação de agroecologia e economia solidária de empreendimentos vinculados ao Bem da Terra, que possibilitam aos produtores garantir aos consumidores que os produtos são de economia solidária, e que os produtos rurais são de economia solidária agroecológicos.

Este processo de creditação também aparece na fala do empreendedor B, quando comenta suas percepções acerca da relação da universidade com os produtores, através dos projetos de extensão:

> [...]eu acho que é uma relação muito harmoniosa porque a partir dai que começa a surgir os projetos e começa a ser executado. Um projeto novo que surgiu foi a acreditação dos produtores rurais. Os consumidores queriam ter a certeza de que os produtores estavam fazendo um processo sério e tivesse confiabilidade nesse processo aí de produção e então a gente, produtores e consumidores e toda essa rede toda, a UFPel e a FURG [...]então assim foi uma coisa construída por todo grupo , discutido e a gente foi assim uma coisa inédita para os pequenos agricultores que nem a gente de chegar a esse nível de ter a mesma oportunidade que os demais,[...] na mesma posição, dialogando para poder fazer, construir uma coisa que ganhe todo mundo. Uma relação positiva. Havia uma demanda dos consumidores em relação a qualidade e saúde dos animais em virtude dos produtos derivados e a universidade disponibilizou esses testes e foram executados em todos produtores, na água de consumo dos produtores.

Para a coordenadora A, as ações desenvolvidas a partir da incubadora e as relações que se constituíram, inclusive pelo financiamento do PROEXT, permitiram a identificação de deficiências em cada segmento e grupo que possuíam vínculo com a INTECOOP e com o NUDESE, e a partir dessas deficiências, o núcleo propunha novas ações como a rede de comercialização de pescados. Embora a comercialização não tenha se concretizado de forma coletiva na época, como o planejado, o relato dos pescadores era: “[...] diziam que o mais importante era o momento deles poderem discutir as dificuldades e as oportunidades que eles tinham entre eles, a comercialização surgia depois. E de fato surgiu e hoje eles conseguem trabalhar em conjunto” (COORDENADORA A).

Além disso, houve uma outra ação, desenvolvida com apoio do TECSOL, que foi a criação de dois grupos de consumo responsável em Rio Grande e São José do

Norte, que na percepção da coordenadora A apresentaram resultados importantes para a economia solidária e para a agricultura familiar, com mais de cem por cento de aumento na produção dos produtores participantes e a produção de novas culturas. Para ela, esse processo inicia “uma transformação, pequena, mas que cria perspectivas para estes grupos a longo prazo, e sem os processos de organização, assessoramento e rede de apoio da universidade, através dos projetos de extensão, as condições seriam outras” (COORDENADORA A).

De acordo com a técnica administrativa B, os recursos provenientes do PROEXT tiveram grande importância em relação aos pequenos produtores e ao processo de organização em empreendimento de economia solidária. Em sua percepção, por falta de formação e como consequência não ter a compreensão de que trabalhando juntos as possibilidades se ampliam, eles não conseguiriam se estruturar e constituir uma organização espontaneamente. Ela acrescenta como resultado importante o processo de escoamento da produção destes produtores:

> Hoje escoam a produção não só através da feira virtual, tem outros espaços, mas até para terem essa condição de produzir mais o TECSOL foi importante. As feiras presenciais na universidade mostravam a concretização dessa relação. A universidade deixa de ser intocável.

Entretanto, para ela, o desenvolvimento de projetos e programas de extensão em economia solidária com apoio financeiro do PROEXT repercute também na universidade, nas mudanças em relação à pratica do ensino e no modelo de extensão:

> [...] a economia solidária casa muito bem com a temática da extensão [...] tem tudo a ver porque nessa lógica do papel social da universidade para fora dos muros da universidade, então eu acho que é uma pauta assim que é super importante para extensão e onde a extensão deveria atuar muito. É um exemplo clássico de onde a extensão está se efetivando nessa dialógica de ensinar e aprender nos dois lados. Isso enriquece muito a universidade.
> [...] quando a gente fala em extensão, no papel da extensão de formação, na ação e tu ensina e aprende, eu acho que na essência da ES ambas se fortalecem. Tanto a questão do grupo do empreendimento que tá se organizando numa logica colaborativa que aprende com o saber, a experiência e com os estudos dessa temática de pessoas que estudam isso, quanto os pensadores estudiosos dessa temática que vão lá se enriquecer da vivencia diária dessas pessoas (TAE B).

No entanto, esse momento de transformação percebida por quem participa dos projetos de extensão, especificamente aqueles financiados pelo Programa de Extensão Universitária, encontra um significativo entrave diante da atual conjuntura da educação brasileira. Como apontado por Vechia et al. (2019), o Ministério da

Educação tem atuado a partir de um discurso religioso fundamentalista, tentando através de um contexto de repressão, impor um controle ideológico nos espaços de ensino e um modelo privatista, principalmente no que se refere às universidades públicas. Neste cenário, as instituições públicas “tem se transformado numa arena de disputa por verbas[...]” (VECHIA et al., 2019, p.25). E as relações constituídas a partir da extensão são comprometidas quando há a ausência de uma política de financiamento da extensão.

A universidade tem a chance de transformar sua forma de se relacionar com a comunidade através da extensão. Tem-se a compreensão de que esta ideia de extensão a partir de um processo dialógico não ocorre em totalidade nas práticas extensionistas das universidades, entretanto, para que este modelo possa se desenvolver e captar cada vez mais extensionistas é preciso uma política permanente. A coordenadora C apresenta essa percepção quando afirma que o PROEXT “vinha se consolidando como espaço estratégico, porque uma vez que se sabia que tinha os projetos podia pensar no médio prazo. Permite o amadurecimento. No caso dos bancos comunitários permitiu apoiar vários processos concretos na comunidade”.

É importante trazer a percepção dos empreendedores de economia solidária que participam dos projetos de extensão, sobre a relação entre universidade e comunidade, pois a consideram como de grande relevância. Parte-se com o sentimento de pertencimento evidenciado na palavra da empreendedora C: “então se estabelece um vínculo com um espaço que de certa forma é negado a esses grupos[...] mas esta é uma outra forma que o projeto de extensão possibilita nos inserir no espaço acadêmico”.

Para o empreendedor B, a relação com a universidade traz também um sentimento de orgulho pelo reconhecimento da importância do que eles fazem:

> [...] considero uma coisa muito boa para pequenos agricultores que nem a gente assim o ter esse contato e a gente vai trocando ideias vai crescendo no conhecimento tanto para gente também como para os próprios estudantes que tão se formando que no futuro vão estar no mercado de trabalho para eles conhecerem um pouco a realidade do pequeno agricultor. [...] foi um orgulho para gente poder receber a universidade que quer conhecer a realidade do pequeno agricultor.

Parcela significativa da sociedade tem o direito à educação universitária negado, sendo, muitas vezes, excluídos dos espaços políticos, não conseguindo ter o seu direito de fala garantido, tornando-se reféns daqueles que estão na condição de

hegemonia e ficando reféns de uma educação bancária (FREIRE,1970), prática também presente na realidade das universidades. Para Freire, a relação entre educador e educando, dentro dessa perspectiva bancária objetiva anular a criticidade dos sujeitos, impedindo que se enxerguem enquanto agentes capazes de participar do processo de transformação, satisfazendo apenas os interesses daqueles que ele denomina opressores.

A universidade, historicamente, legitima e reproduz a ideia de que o conhecimento ali produzido é hegemônico, concretizando-se a partir do momento que as universidades periféricas internalizavam e reproduziam modelos criados pelas universidades centrais, como as norte-americanas e as europeias (SOUSA, 2010; SANTOS, 2010).

Pode-se dizer que a reprodução de conhecimento têm sido a base de constituição das universidades brasileiras (SILVA, 2001), e quando ela chega até a ponta da pirâmide, dizendo para eles que gostaria de construir alguma coisa de forma coletiva, como os sujeitos sinalizam que tem acontecido nestes projetos de extensão em economia solidária, as pessoas passam a se sentir pertencentes a um mundo que antes era inalcançável e saber que o que eles fazem e pensam é importante e deve ser validado, reconhecido é muito significativo para eles.

Na percepção destes sujeitos, a relação com a universidade a partir dos projetos de extensão inicia sem muitas expectativas, pois não conheciam os projetos. A empreendedora C, por ser vinculada a um movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), teve uma aproximação com a universidade, anterior ao PROEXT, e, portanto, conseguia de alguma forma vislumbrar que dessa relação poderiam se concretizar ações coletivas e significativas para eles.

Entretanto, com o desenvolvimento dos projetos, à medida que foram compreendendo os objetivos das ações, as adaptações necessárias, compartilhando valores, como expressou uma das empreendedoras, todos passaram a visualizar essa relação com novas perspectivas e vivenciaram algumas transformações. Quando a comunidade externa à universidade, excluída do sistema pelo modelo societário atual, passa a ser um dos protagonistas do processo de construção de conhecimento. Thiollent (2003) entende que há um avanço na tomada de consciência em relação ao compromisso social da universidade, do conhecimento e de quem produz esse conhecimento. Para a empreendedora A, cada um dos grupos participantes vivenciou

essa experiência de maneiras distintas, mas como grupo ultrapassou qualquer expectativa:

> O debate no interior no coletivo, da associação, foi crescendo. Foi mudando os objetivos e estava mais relacionado em compartilhar certos valores e também uma outra possibilidade de renda. Acredito que o projeto em si transformou a vida de muitos grupos justamente porque atingiu muito além dos objetivos economicistas. Éramos um grupo diverso e isso ajudou no crescimento do coletivo. Hoje os grupos já não se enxergavam só a eles mesmos, se enxergavam como grupo. A relação com a universidade é de extrema importância porque o projeto nasceu no interior da universidade e foi se desenvolvendo a partir de ser um projeto de extensão. Então sem essa ideia inicial, sem esse pontapé inicial não existiria o coletivo.

Para ela isso é o mais valioso. Apesar da situação da empreendedora A ser um pouco diferente, pois ainda não conseguiram se constituir como um empreendimento solidário ou enquanto cooperativa, ter vivenciado todo o processo de formação e de ações coletivas proporcionou a criação de uma rede de artesãs, que hoje, com a situação da pandemia voltou a pensar de forma coletiva com o NUDESE alternativas ao enfrentamento deste contexto:

> A iniciativa da universidade é importante para proporcionar a formação e o maquinário já que todas integrantes dispõem do maquinário em casa. É uma oportunidade ímpar da gente poder fazer a formação, poder ter o espaço de comercialização, poder ter o capital que muitas vezes é por parte de projetos, então isso é uma oportunidade que sei lá podia ser até mais espraiado, ter mais oportunidades [...] eu acho que é uma oportunidade que abre o horizonte para gente, até a tua forma de produzir (Empreendedora A).

Este é um resultado positivo de um projeto de extensão que recebeu financiamento. Pôde investir em equipamentos e hoje consegue buscar a construção de alternativas neste contexto de profunda crise econômica, política e social que o Brasil atravessa: "As tecnologias utilizadas para a produção de vestuários hoje são diferentes e sem novos projetos não é possível adquirir equipamento modernos que possibilitem atender as demandas atuais. É um processo desigual" (Empreendedora A).

Na percepção do empreendedor B, uma ação leva a outra, e assim vão surgindo novos projetos conforme as demandas. Eles conheceram o projeto através da filha enquanto bolsista, passaram a integrar o coletivo, são um empreendimento de economia solidária e participam da Associação Bem da Terra e da Feira Virtual. Ainda que ele reconheça que sempre tiveram uma boa comercialização dos produtos

onde residem e sem intermediação, entretanto, para ele após ingressarem na Feira Virtual Bem da Terra: “A nossa produção aumentou e as vendas também aumentaram e a gente começou a desenvolver [...] até chegar ao ponto que estamos, produzindo bastante e tudo que se produz se vende” (Empreendedor B).

Nos relatos da discente A, ela trouxe informações sobre uma pesquisa que foi realizada na FURG, com os grupos que participam dos projetos de extensão, onde eles apontam não se enxergar mais trabalhando de outra forma que não seja a coletiva. Ou seja, ocorreu um processo de transformação que foi possível a partir da relação da universidade com a comunidade e essa relação foi possível, em alguma medida, pelo financiamento do PROEXT. Para a discente, o desenvolvimento dos grupos acaba dando retorno para a universidade e “o trabalho desenvolvido dá visibilidade ao núcleo. A maioria dos grupos são ao redor da universidade, o retorno é para ambos os lados, grupos e universidade. É o reconhecimento do papel da universidade no espaço onde ela está inserida” (DISCENTE A).

O discente B, em um tom um pouco mais crítico, tem a percepção de que em alguns momentos havia muito discurso, mas que para além disso, acreditava que algumas coisas de fato mudaram a partir do desenvolvimento dos projetos e da criação da Contraponto:

> [...] o restaurante universitário estava comprando de agricultores familiares voltados à economia solidária. Conseguiram criar um espaço de economia solidária dentro da universidade, conseguiram fazer uma reunião da reitoria com MST e ela passou a comprar produtos do MST, mas não sei se comprava tudo. A reitoria até se admirou porque não tinha conhecimento de tudo que era produzido. Mudaram algumas realidades operativas e alguns empreendimentos tiveram acesso ao mercado por conta da contraponto e de clientes que vieram a partir da relação com a universidade (DISCENTE B).

Na perspectiva da discente B, o processo de incubação auxilia os grupos no ponto de vista organizativo, de viabilidade, de formação a partir dos saberes que até então circulavam apenas dentro da universidade e os discentes conseguem aprender com eles. Entretanto, ela destaca que em alguns momentos os grupos têm maior autonomia em relação à incubadora, mas em outros dependem do apoio para conseguir continuar.

Sobre este aspecto, a coordenadora A também reconhece que alguns processos demandam um pouco mais de tempo e outros menos, e este era um dos problemas do PROEXT, as propostas deveriam ter um prazo previamente

estabelecido onde contavam com o financiamento e posteriormente tinham que contar com recursos próprios da universidade. Esta condição em um contexto de cortes nos orçamentos universitários torna-se um agravante na capacidade de desenvolvimento de projetos de extensão. Para a coordenadora, os projetos não podem ser eternos, mas seria necessário respeitar o tempo de cada um.

A limitação temporal do Programa de Extensão Universitária, seja limitando em até 12 meses para projetos ou 24 meses para programas, compromete a continuidade das ações e impossibilita o respeito ao tempo de cada um, como observado pela coordenadora A. Segundo Freire (2006; p.77), a educação para que possa ser humanista precisa ser libertadora e ter como uma de suas preocupações centrais "[...] o aprofundamento da tomada de consciência que se opera nos homens enquanto agem, enquanto trabalham", e, portanto, como destacado pela coordenadora A e amparado em Freire, para que a tomada de consciência se efetive é necessário haver o confronto com a realidade e cada processo tem o seu tempo e necessita de condições para sua concretização.

Seguindo nessa linha, Freire (2006) diz ainda que a conscientização se verifica em homens concretos e em estruturas sociais, portanto ela não pode se dar em nível individual, de forma isolada. Para Mészaros (2015), definir a educação formal como a única atividade intelectual é uma estratégia de preservar os princípios da lógica centrada no capital e isto acaba excluindo as pessoas da condição de sujeitos e os transforma, permanentemente, em objetos. O autor concorda com o argumento de Gramsci, que todo ser humano contribui de alguma forma com a concepção de mundo, seja para sua manutenção ou para sua mudança e sinaliza que a dinâmica da história é uma consequência da intervenção dos seres humanos.

A descontinuidade do PROEXT, e anteriormente a isso, as suas limitações de financiamento e de tempo para desenvolvimento dos projetos e programas, interferem na relação entre universidade e comunidade, interrompem o processo de tomada de consciência dos sujeitos envolvidos e impõem barreiras ao desenvolvimento das ações.

Pode-se perceber com a fala dos empreendedores, que na percepção deles essa relação com a universidade, a forma como foi construída e como os processos se estabelecem tem um significado importante e representa uma possibilidade de mudança:

> [...] fazer essa formação assim, ter a oportunidade de fazer essa formação dentro de uma universidade eu acho muito importante, muito bom. Considero a relação com a universidade muito importante, deveria ter mais (EMPREENDEDORA A).

> Começamos com duas ou três famílias e chegamos a fazer reuniões com mais de 30 famílias antes da pandemia. O movimento está crescendo, as pessoas estão vendo as mudanças que ocorre e a juventude já está vendo isso aí. Eu fico feliz de ver os jovens se envolvendo nessa questão, porque a mudança só vem assim. No momento que os jovens assimilarem essa questão ele vai começar a passar para os pais, irmãos. A gente fica feliz de poder contribuir, me emociono até. .[...] o TECSOL, e a universidade, é um trabalho brilhante que eles tão fazendo que pelo menos essa pequena parcela que está envolvida nesse processo ai assim vai deixar um marco. A gente é passageiro nesse mundo, a gente não vai durar para sempre, mas pelo menos o que a gente está fazendo vai ficar para história, vai ficar para frente que a gente está construindo isso aí e lutando contra tudo e contra todos praticamente (EMPREENDEDOR B).

> É importante estabelecer um vínculo entre a universidade e a sociedade para que a universidade cumpra sua função social. A nossa ideia, o nosso projeto futuro não muito longe é escrever, sistematizar a história deste projeto da Contraponto. Então queremos retribuir, sobretudo porque precisamos não sei se de replicar, mas pelo menos dar conhecimento dessa experiência. Porque claro que nem tudo é cor de rosas. Nesse caminho tivemos um milhão de dificuldades, inclusive para que o projeto e o espaço fossem construídos. Mas esse projeto demonstra que ao longo dos anos houve uma transformação grande e que isso não poderia ter sido construído só com um grupo ou com dois. A nossa história demonstrou que é fundamental o papel da universidade, que é fundamental a participação dos movimentos sociais e dos grupos que fazem de sua vida cotidiana, isto que são os valores da economia solidária (EMPREENDEDORA C).

Nas falas dos empreendedores, foi possível identificar que para eles a relação com a universidade, desenvolvida a partir de um programa de extensão, trouxe reverberações importantes, tanto para eles, enquanto indivíduos, quanto para a sociedade como um todo. Na percepção deles, o trabalho desenvolvido em conjunto com a universidade através de uma experiência extensionista traz sentimento de esperança de que é possível buscar alternativas de enfrentamento ao modelo econômico, mas também desperta um sentimento de pertencimento de algo maior e que pode ser compartilhado. O empreendedor B reconhece que o que está sendo feito pode parecer pouco, mas tem um significado importante para as gerações futuras, já a empreendedora C apresenta a dimensão de que esta experiência, apesar das dificuldades, precisa ser compartilhada para que a sociedade e a universidade reconheçam o significado dessa relação.

> As experiências da feira e da rede engendram outras relações que estão num universo do coletivo, de uma experiência mais horizontal de uma organização

> da sociedade como um todo, ainda que percebam que nem mesmo no universo da economia solidária e outras economias as pessoas tenham uma consciência tão estruturada desse problema de mundo. É um debate em construção as pessoas compreenderem porque estão nessa outra economia. Mas teve um trabalho muito forte das incubadoras, e na minha opinião ele foi determinante (CONSUMIDORA B).

A percepção dos sujeitos encontra sentido no pensamento de Jara (2017), quando defende que as experiências são processos únicos, essenciais, de uma riqueza imensurável ao ponto de não poderem ser repetidas de forma exatamente igual. Portanto é necessário extrair os conhecimentos ali produzidos, apropriar-se criticamente deles e comunicá-los a outros sujeitos e, para isso, como percebido pela empreendedora C, é importante registrar os acontecimentos a partir de um olhar crítico e partilhar.

Identificou-se nas entrevistas que os empreendedores não têm um conhecimento mais amplo sobre o financiamento dos programas de extensão a partir do PROEXT, não identificam se os recursos são provenientes do Programa ou de outra fonte de financiamento. Entretanto, eles compreendem os processos que se constituem a partir desta relação entre universidade e empreendimentos, e são estes processos que eles estão reconhecendo como importantes, necessários, tanto para eles quanto para aqueles que venham a se aproximar da universidade através destas ações de extensão.

A questão que fica é como fazer isso sem uma política de financiamento para a extensão, com os cortes orçamentários das universidades, em meio a um cenário de crise econômica, política e social? Para a extensão em economia solidária, identificou-se que os sujeitos entrevistados (coordenadores, técnicos e discentes) têm a percepção de que algumas ações sobrevivem e conseguem ser mantidas com muito trabalho e dedicação deles próprios, extensionistas e comunidade, entretanto a capacidade de desenvolvimento fica comprometida e com muitas limitações.

A ausência de uma política para a economia solidária, principalmente no contexto atual de desmonte das políticas sociais, reforça a percepção dos empreendedores de que a relação com a universidade é necessária:

> Está muito difícil. Nas reuniões do Fórum sempre comentam que nos últimos anos se recortaram os subsídios e a possibilidade de ter uma política pensada para estes pequenos grupos que buscam outra forma de relações, de trabalho e outra economia. Desapareceram políticas públicas, fontes de financiamento, possibilidades para continuar (EMPREENDEDORA C).

> Tudo que é coisa popular mesmo o governo parece que está colocando uma pedra em cima. A política para os grandes, destruir tudo que é projeto nacional. [...] o cenário é cada vez mais difícil, por isso a gente tem que aproveitar aquelas formações lá e colocar em prática de forma organizacional. [...] colocar em prática e lutar contra esse governo (EMPREENDEDORA A).
> Não existe nenhuma política pública, praticamente que eu tenha conhecimento de apoio a agroecologia, praticamente se luta contra tudo e contra todos. A gente praticamente abandonados pelos governantes. [...] precisava ter apoio para esses grupos de produtores poderem ter acesso a alguma coisa, para poder evoluir, para poder crescer, poder atingir mais pessoas [...] (EMPREENDEDOR B).

Identificou-se nestas falas a existência de uma perspectiva da comunidade em relação à universidade. Para este grupo de sujeitos, o momento atual é devastador e eles percebem a universidade, através das ações de extensão, como uma alternativa que soma forças na busca pela resistência e sobrevivência. Projetos de extensão, especificamente em economia solidária, continuaram sendo desenvolvidos dentro das limitações de recursos financeiros, materiais e humanos, entretanto, considerando o significado dessas ações para o processo de institucionalização da extensão, da formação acadêmica e pessoal e principalmente para a relação da universidade com a comunidade, identificou-se a necessidade de uma política de apoio à extensão que viabilize o desenvolvimento dos projetos e programas propostos.

A descontinuidade do PROEXT e a ausência de uma política de apoio financeiro à extensão, retoma o debate travado por Marilena Chauí (2011) sobre a transformação da universidade em uma organização social a qual passa a ser regida pela ideia de gestão, planejamento e controle para que forneça resultados, dispute posições em rankings. Neste sentido, a autora defende que a universidade precisa rever as suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, e voltar a se enxergar como uma instituição social, “questionar sua existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes” [...] e ter a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa (p,4).

Para que a extensão possa se desenvolver e ir além de cursos de formação, eventos, prestação de serviços, é primordial que as IES, através de sua prática extensionistas, tenham o cuidado e interesse em escutar as demandas da comunidade e lembrar que ali existe uma trajetória que não pode ser desconsiderada, invalidada. Desenhar ações de Extensão a partir do olhar da universidade como instituição social, como defendido por Marilena Chauí (2001), implica conhecer e

reconhecer o contexto social, político e econômico do espaço onde ela será desenvolvida.

Compreende-se, a partir das falas dos sujeitos, que os projetos e programas de extensão do NUDESE, TECSOL, NEA (extinto) e NEGA foram pensados e desenvolvidos a partir dessas prerrogativas, propondo um conjunto de práticas orgânicas entre docentes, TAES, discentes e comunidade, representada pelos empreendedores. Soma-se a isso, um outro aspecto identificado nas falas sobre a defesa da extensão enquanto uma prática acadêmica interligada à pesquisa e ao ensino, que em conjunto podem trabalhar para a efetivação do compromisso social da universidade. Nas falas dos coordenadores fica muito nítido, que não existe extensão sem pesquisa e vice-versa e a partir da fala dos discentes compreende-se que esta relação também transforma o processo de ensino. É importante que o tripé ensino, pesquisa e extensão seja fortalecido tendo como princípio a indissociabilidade e a visão que a universidade tem de saber e de conhecimento possa passar por um processo de reflexão, ao ponto de compreender que a instituição está vinculada à sociedade da qual faz parte.

As ações propostas nos programas e no projeto pesquisado têm relação com pesquisas já realizadas, e a partir delas surgem novas propostas de pesquisas que, por vezes, acabam se tornando trabalhos de conclusão de curso dos discentes que tiveram a oportunidade de atuar nos projetos de extensão como bolsistas.

Conhecer as propostas desenvolvidas e como elas são percebidas pelos sujeitos, permitiu compreender que há espaço nas universidades para propostas de extensão cuja premissa seja o compromisso social da universidade com a comunidade. Entretanto, mesmo diante dessa pontinha de esperança, não se pode deixar de pontuar que a extensão universitária tem um caráter heterogêneo, e que, ainda em suas práticas, as instituições priorizam a oferta de cursos de qualificação, formação, eventos acadêmicos, palestras, dedicados, muitas vezes, à sua comunidade interna.

Neste sentido, o Programa de Extensão Universitária que se ampara no conceito de extensão definido pelo FORPROEX, a partir do Plano de Extensão e da Política Nacional de Extensão, tem como requisito que as propostas devem ter relação com a sociedade, que se entende como comunidade (externa).

A universidade como uma instituição social (CHAUÍ), tem o dever de desenvolver um trabalho útil (MELO NETO) e de garantir que não fará a domesticação

(PAULO FREIRE), mas irá atuar em conjunto com a comunidade a qual faz parte em prol do processo de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese se constituiu em um trabalho de pesquisa que procurou investigar a contribuição do Programa de Extensão Universitária para o desenvolvimento da extensão, a partir dos projetos e programas da linha temática Geração de Trabalho e Renda e Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária contemplados nos editais de 2009 a 2016.

Para tentar compreender as concepções de extensão debruçou-se sobre a constituição histórica dessa atividade, a partir do surgimento das universidades, onde identificou-se a centralidade do Estado neste processo. A extensão brasileira passou por diversas fases, estando sempre sob a influência do contexto histórico, político e econômico do país, e do modelo de universidade adotado, que já no seu surgimento, no século XX, atendia às demandas do extrato social dominante: formação profissional para a elite e outorga de títulos para o exercício das profissões prestigiadas.

Um marco importante para as universidades Latino Americanas foi o Movimento Estudantil de Córdoba na Argentina, em 1918. Descontentes com o modelo social vigente e a forma como as universidades a ele estavam comprometidas, a inquietação estudantil, iniciou um movimento a partir de reivindicações locais que repercutiu na ponderação de que era necessário um novo modelo de universidade que reconhecesse seu compromisso com a sociedade. Ainda que as propostas do Movimento não contemplassem transformações mais profundas, postulavam a extensão universitária como um dos aspectos do ensino superior que precisava ser melhor apropriado em prol das mudanças sociais que defendiam.

Naquele momento, a extensão ainda era entendida como um processo de transmissão e transferência de conhecimento, no entanto, o Movimento contribuiu para o surgimento das universidades populares e, no Brasil, o reconhecimento do compromisso social surge, a partir da segunda metade do século XX, impulsionado por movimento sociais e pelo movimento estudantil, onde defendiam ampliação do acesso, melhorias na qualidade do ensino e comprometimento com a realidade brasileira.

O golpe civil-militar de 1964 interrompe esse processo e utilizou a condição elitista das universidades para adequá-la a interesses alheios, apoiados pelos militares que propõem uma reforma universitária onde a extensão é basicamente

assistencialista, idealizada a partir de cursos e serviços e desvinculada do ensino e da pesquisa. Este período teve uma grande influência no modelo de extensão desenvolvido até hoje, principalmente com a proposta do Projeto Rondon.

Com a redemocratização do país, a retomada do movimento estudantil e de trabalhadores e o surgimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão deu-se início a um novo debate sobre extensão, onde a defesa de uma fonte de financiamento, como garantia de autonomia, aparece constantemente nas reflexões e materializa-se com a criação da primeira proposta do Programa de Fomento à Extensão Universitária.

Ao analisar as propostas para o ensino superior e para a extensão ao longo do período pós-ditadura civil-militar percebe-se que as políticas de apoio à extensão não conseguem se estabelecer de forma permanente. Ao primeiro sinal de crise econômica, a extensão é considerada não essencial e sofre rupturas, como verificado ao longo da trajetória do Programa de Extensão Universitária, inclusive no governo da Presidenta Dilma, até sua descontinuidade, a partir de 2016 no governo de Michel Temer.

Entretanto, durante o governo do Presidente Lula a política de extensão, com grande contribuição do Fórum, esboça alguns avanços que repercutem nas ações extensionistas das universidades e na própria concepção de extensão. Não se pode afirmar que a sua tendência assistencialista deixou de ser praticada, no entanto identifica-se que a existência de uma política de financiamento possibilita a proposição de ações extensionistas comprometidas com a realidade local, com a sociedade e com uma formação acadêmica crítica, que valoriza outros saberes e os considera importante ao processo de construção do conhecimento, como foi possível identificar a partir dos casos pesquisados.

No percurso da pesquisa observou-se que apesar de alguns avanços a extensão continua tendo que disputar espaço e reconhecimento dentro das instituições de ensino, principalmente em momentos de crise e de redução de orçamentos. Neste sentido, a política de financiamento da extensão, o PROEXT, é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento das atividades extensionistas.

O PROEXT foi a conquista de uma pauta histórica para a extensão universitária. O FORPROEXT reivindicava uma política de financiamento que proporcionasse condições econômicas para o desenvolvimento das ações extensionistas, e com isso, o reconhecimento da extensão no contexto da política de

educação para o ensino superior. Entretanto, como apontado no decorrer da pesquisa, o financiamento da extensão, fundamentalmente, precisa estar ancorado em uma política permanente para que possa se desenvolver junto à comunidade e estabelecer suas relações, a partir de demandas sociais.

Cada um dos casos estudados apresenta singularidades em relação à estrutura e apoio da instituição, principalmente em relação as propostas de economia solidária, e isto ratifica a necessidade de uma política de financiamento para as atividades de extensão. As incubadoras e os núcleos de economia solidária nos casos pesquisados possuem realidades institucionais distintas e, neste sentido, terem sido contempladas com recursos do PROEXT contribuiu para o seu desenvolvimento e reconhecimento na comunidade universitária e além dela.

A ausência de institucionalização de uma política de fomento, como identificado a partir desta pesquisa, torna os projetos de extensão vulneráveis e dificulta o reconhecimento institucional e o desenvolvimento da extensão nas IFES. No contexto das incubadoras universitárias, principalmente, identificou-se a partir das entrevistas e da observação que a não institucionalização destas como uma unidade da universidade e a escassez de recursos dificultam ainda mais sua manutenção. A ausência de recursos é um elemento decisivo no rumo das ações das incubadoras e define até onde conseguem desenvolver a proposta de extensão.

A pesquisa possibilitou identificar que o PROEXT não foi a principal política de apoio às ações de extensão em economia solidária, que durante um período contou com o PRONINC. Entretanto, o Programa de Extensão foi importante para o desenvolvimento e fortalecimento da extensão nas instituições, enquanto existiu, e mesmo para quem teve acesso a recursos do PRONINC, o PROEXT é considerado fundamental, principalmente ante do contexto recorrente de falta de uma política de apoio institucional.

O Programa impulsionou o surgimento de projetos de extensão em economia solidária, possibilitou a manutenção de estrutura de incubadoras e projetos já existentes, proporcionou uma maior participação de discentes na condição de bolsistas, e vinha se consolidando como uma estratégia de planejamento e desenvolvimento da extensão. Neste sentido, a descontinuidade da única política pública nacional de apoio à extensão nas universidades públicas federais reflete nas condições técnicas, operacionais e financeiras de continuidade dos projetos e

programas de extensão, e retoma o debate sobre os riscos da massificação do processo de mercantilização da extensão.

Diante deste contexto de crise das universidades públicas federais e a descontinuidade do PROEXT torna-se necessário resistir e encontrar alternativas para que a extensão não seja transformada em um instrumento de captação de recursos para as universidades. Além das disputas internas, inerentes à trajetória da extensão, é fundamental refletir e construir estratégias de enfrentamento e resistência ao desmonte das políticas públicas sociais e da política de educação.

A proposta de curricularização da extensão, idealizada inicialmente pelo FORPROEX, regulamentada e normatizada recentemente também enfrenta o risco de ser reformulada na prática das instituições. Para a curricularização da extensão o Fórum já alertava que era preciso o estabelecimento de uma política perene de financiamento à extensão, correndo o risco de impulsionar ainda mais propostas meramente mercantilistas, porém agora sendo incorporadas aos projetos políticos pedagógicos.

A viabilização da extensão universitária, quando proposta e desenvolvida sob o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão, de compartilhamento de saberes possibilita uma formação acadêmica mais ampla e a concretização do compromisso social da universidade. Para os discentes, que participaram da pesquisa, a formação adquiriu um novo sentido, a partir da possibilidade de participar de um projeto ou programa de extensão, onde vivenciaram uma formação construída por diferentes saberes sem estar descolado da realidade brasileira, contribuindo para uma formação crítica.

Refletindo o processo de formação a partir de Paulo Freire compreende-se que é indispensável a construção de uma relação dialética entre o conhecimento e a prática para que os discentes desenvolvam uma postura crítica e reflitam sobre suas ações. Neste sentido, compreende-se a extensão universitária como fundamental para esse processo de formação. Os programas de extensão agregaram discentes dos mais variados cursos de graduação, fornecendo condições para uma formação além das caixinhas, provenientes de uma universidade historicamente tecnicista e utilitarista. Discentes de cursos de graduação focados apenas na pesquisa e no ensino encontram nos projetos de extensão a oportunidade de uma formação mais ampla e uma visão de mundo que lhes permite compreender o real significado de sua formação.

A relação dialógica e o respeito aos outros saberes, possíveis na extensão, ampliam o espaço de aprendizagem e proporcionam a constituição de sujeitos capazes de construir conhecimento, pensar e agir criticamente em relação aos aspectos sociais e técnicos. E por mais que as universidades permaneçam elitistas e não tenham se democratizado totalmente, elas têm compromisso com as questões sociais, e quem ela forma, para que forma, como forma é um debate extremamente necessário.

A extensão desenvolvida a partir dos programas pesquisados está alinhada ao pensamento de Paulo Freire, onde o conhecimento e o homem são processos eternamente em construção. Na relação entre universidade e comunidade, estabelecida com as ações extensionistas, o futuro profissional tem a possibilidade de contrapor o conhecimento formal às demandas reais e diante disso ponderar, e refletir sobre seu processo de formação, assim como a comunidade e os sujeitos que participam de projetos de extensão têm a possibilidade de contribuir para a construção de conhecimentos, refletir sobre suas práticas e serem reconhecidos pelo que fazem.

Construir um relacionamento entre universidade e comunidade, a partir das ações de extensão, e reconhecer que o conhecimento formal não é o único válido se contrapõe aos princípios da lógica capitalista que é excludente e transforma indivíduos em objetos.

Outro aspecto importante, que precisa ser considerado, está relacionado ao processo de conscientização, constituído a partir da coletividade, do trabalho conjunto desenvolvido entre universidade e comunidade, e os sujeitos que participaram desta pesquisa reconhecem isso. A partir dos casos analisados têm-se a percepção que com a extensão universitária o ensino pode ser muito mais reflexivo e menos tecnicista, a pesquisa pode enxergar os indivíduos muito mais como sujeitos do que como objetos e a universidade pode enfim compreender que precisa passar por uma mudança estrutural e reconhecer que não pode estar descolada da realidade se quiser, de fato, ser uma instituição com compromisso em relação as questões sociais.

Entretanto, para a concretização deste processo é necessário uma política permanente de apoio e de financiamento para a extensão universitária ou não conseguirá sair da condição de fragilidade e vulnerabilidade que se encontra quando comparada ao ensino e a pesquisa.

Ao reconhecer o papel fundamental da extensão, espera-se que isto se reflita em políticas que proporcionem condições para seu pleno desenvolvimento.

Entretanto, é possível constatar que o financiamento da educação superior não tem sido uma prioridade no orçamento federal e as despesas financeiras superam os investimentos em políticas sociais.

Os interesses das diferentes classes sociais orientam as disputas políticas, econômicas e ideológicas que ocorrem no âmbito do estado, capitalista, onde o modelo societário é fundamentalmente desigual e excludente.

Neste sentido, a descapitalização das IFES tem consequências severas. A transformação da universidade em uma mercadoria, para atender os princípios do neoliberalismo, levam à constituição do que Boaventura Santos chama de capitalismo universitário, representado pela precarização das IFES, ênfase na formação profissional para atender as demandas do mercado, privatização do ensino superior público e a gestão funcionalista, cujo objetivo é a eficiência econômica e o topo dos ranqueamentos das universidades. Estas condições inviabilizam a formação de consciência crítica e a produção de conhecimento autêntico, livre e independente.

Assim, a extensão universitária, quando se concretizar, a partir da verdadeira busca compreensão da realidade, pode contribuir para o enfrentamento às demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

AARTS, Bas; BAUER, Martin. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos.** In BAUER, Martin W; GASKELL, George: tradução Pedrinho Guareschi. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.* Petrópolis: Vozes, 2005.

ADDOR, Felipe et. al. PRONINC 2017: **O Contexto das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária**. In: Economia solidária em debate: relatos do encontro goiano de economia solidária – vol. 2. SEVERINO, Maico Roris (Org.) – Goiânia, gráfica UFG, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/economia_solidaria2.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim. **O conceito Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária.** In: Incubadoras tecnológicas de economia solidária / organizadores Felipe Addor e Camila Rolim Laricchia (org.). – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Disponível em: < https://base.socioeco.org/docs/incubadoras-tecnologicas_v1_1ed2018_web.pdf> Acesso em: 30 jun. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2° edição.

BARROS, F. et al. **Manifesto de Córdoba** [on-site] 1918. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em: 15 set. 2018.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman; Chauí, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília : UNESCO, 2008.

BEHRING, Elaine, e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOAVENTURA, Elias. **Universidade e Estado no Brasil.** Campinas, SP: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação (Tese de Doutorado), 1988.

BOFF, Leonardo. **Brasil: Concluir a refundação ou prolongar a dependência?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **O futuro das políticas sociais no governo Lula.** Editorial da Revista Katálysis. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 13-14 jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179613964002.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante - o equívoco da extensão universitária.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

_____. **Extensão Universitária: Equívocos, Exigências, Prioridades e Perspectivas para a Universidade**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. P. 159-175.

BRASIL. **Decreto N° 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931- 505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Lei N° 10172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf >. Acesso em: 19 set. 2021.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 15 de maio de 2021.

_____. **Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. **Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12155.htm#art10> . Acesso em: 15 set. 2021.

_____**. Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm> Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. **Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm>. Acesso em: 14 set. 2021.

_____**. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____**. Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1647 7-lei-12881-2013&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm . Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 01 out. 2018.

CHAUÍ. Marilena. **Universidade Operacional**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, *[S. l.]*, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 1 ago. 2021.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Intelectual engajado: uma figura em extinção?** In: NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais.* São Paulo: Cia das Letras, 2006.

COSTA, Reinaldo Pacheco da. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.** In: Incubadoras tecnológicas de economia solidária / organizadores Felipe Addor e Camila Rolim Laricchia (org.). – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Disponível em: < https://base.socioeco.org/docs/incubadoras-tecnologicas_v1_1ed2018_web.pdf> Acesso em 30 jun. 2021.

CRES. **III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe**; Córdoba, Argentina, 2018. Disponível em: <http://cres2018.org/noticias/noticias-cres2018/educao-superior-no-pode-continuar- sendo-percebida-como-privilegio>. Acesso em: 10 set. 2018.

CRUZ, Antônio. A acumulação solidária – os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital. In: Revista Cooperación & Desarrolo, n. 99. Bogotá, Indeco/UCC, 2011. P. 101-121.

CRUZ, A.C.M.; SANTOS, A. M. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitár**.. E-cadernos CES (Online), v. 1, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio Cunha. **Qual universidade. Coleção polêmicas do nosso tempo**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1989.

_____. **A universidade temporã:** o ensino superior da colônia à era de Vargas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

_____. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado**. Educ. Soc.: Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 set. 2018.

CUNHA, Gabriela; SANTOS, Aline Mendonça. **Economia solidária e pesquisa em ciências sociais:** desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, Pedro. SANTOS, Aline Mendonça (orgs.). Economia Solidária: Questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A desoficialização do ensino no Brasil:** a Reforma Rivadávia**.** Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108. Acesso em 01/10/2018>. Acesso em: 20 set. 2018.

DELLA VECHIA, R. et al. **A REDE DE ITCPs:** Passado, Presente e alguns desafios para o futuro. Diálogo, Canoas, v. 1, n. 18, p.115-144, jan/jun, 2011.

DEMO, Pedro. **Lugar da extensão.** In FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 141–158.

DE PAULA, J. A. **A extensão universitária:** história, conceito e propostas. Interfaces (UFMG), v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

DE PAULA, Gil César Costa. **A atuação da União Nacional dos Estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao estado (1960 a 2009).** Disponível em: **<**https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Tese%20Gil%20Cesar.pdf >.

DEUS, Sandra de e Henriques, Regina Lucia Monteiro. **A Universidade Brasileira e sua Inserção social.** In: CASTRO, Jorge Orlando e TOMMASINO, Humberto. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe - 1a ed . - Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf Acesso em: 24 jun. 2021.

_____. **A valorização da extensão universitária no Brasil**. Revista Brasileira de Extensão Universitária/ Brazilian Journal of University Extension. v. 8, n. 2, p. 121-124, 2017.

Deus, Sandra de. **Extensão universitária:** trajetórias e desafios. Ed. PRE-UFSM: Santa Maria, RS, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf Acesso em: 15 set. 2021.

DINIZ, Flávio Pereira. **A extensão universitária como instrumento de política pública** – 2012. 142f. Dissertação (Mestrado em ciências Humanas) Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1614> . Acesso em: 20 set. 2021

DUBEUX, Ana. **O papel das universidades na construção da economia solidária**. Revista trimestral de debate da FASE, 2007. P. 4-15

DUTRA, Norivan Lisboa; CASTIONI, Remi. **A reforma de Córdoba e os projetos de universidade na América Latina** – a proposta de Anísio Teixeira para o Brasil em que se assemelham? Integración y conocimiento. N°7, vol. 2, 2017. Disponível em:

<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/.../19044>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FAGUNDES, JOSÉ. **Universidade e compromisso social:** extensão, limites e perspectivas. Campinas: Unicamp, 1986.

FAGNANI, Eduardo. **Política social no Brasil (1964-2002):** entre a cidadania e a caridade. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, agosto/2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285940?mode=full>. Acesso em: 18 mai. 2021.

_____. **O fim de um ciclo improvável (1988-2016)** - A política social dos governos petistas e a derrocada da cidadania pós-golpe- Maio 2017: Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 300, maio 2017. Disponível em: <https://fagnani.net/periodicos/> Acesso em: 11. Mai. 2021.

_____. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Texto para Discussão. Unicamp. Instituto de Economia, Campinas, n. 308, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3537/TD308.pdf> Acesso em: 18 mai. 2021.

FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARR, Robert M.. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2° edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Autonomia universitária: desafios históricos políticos**. In**:** *Revista Universidade e Sociedade*, nº 12, fevereiro, 1997.

_____. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** *In: Revista Educar*. Curitiba, Editora UFPR, n°28, 2006, p.17-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf. Acesso em 19/07/2018>. Acesso em: 10 fev. 2019

_____. **UDF: construção criadora e extinção autoritária.** In MOROSINI, Marília. A universidade no Brasil: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006a, p. 53-70.

FBES [on-site], 2021. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. Editora Cortez, 1989. São Paulo.

_____**. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. São Paulo: Globo, 2010.Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/330958537/Circuito- Fechado-Quatro-ensaios-sobre-o-poder-institucional-Florestan-Fernandes- epub#t_search-menu_204614>. Acesso em: 27 set. 2018.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **I Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras: Conceito de extensão, institucionalização e financiamento.** Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Plano Nacional de extensão**. 2001. Brasília. Disponível em: <http://www.renex.org.br/ documentos/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada Brasil 2000 / 2001 – FORPROEX, 2001. Disponível em: <https://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf> . Acesso em: 12 set. 2021.

_____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEX/SESu, 2006.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012**.** Brasília. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FSM. [on-site], 2021. **Fórum Social Mundial.** Disponível em: <http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>. Acesso em: 29 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.

_____. **Educação e Mudança**. 11ª. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1989.

_____. **Extensão ou comunicação?**. 13ª. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PROEX/FURG. [on-site] 2014. Apresentação Pró-Reitoria de Extensão FURG. Disponível em: https://proexc.furg.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

FURG. [on-site] 2019. **Resolução Nº 026/2019 Conselho Universitário, em 06 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a Política de Inovação e de Tecnociência Solidária. Disponível em: https://proiti.furg.br/arquivos/Resoluo_026-2019.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

FURG. [on-site] 2021a. **Apresentação Fundação Universidade Federal de Rio Grande**. Disponível em: https://www.furg.br/a-furg/apresentacao. Acesso em: 15 jul. 2021.

FURG. [on-site] 2021b. **Edital Proexc Nº 01/2021. ProExtensão Edital De Fomento Às Ações de Extensão Universitária da FURG.** Disponível em: https://proexc.furg.br/images/Edital_ProExtensao_-_Fomento_2021.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

FURG. [on-site] 2021c. **História do NUDESE.** Disponível em: https://nudese.furg.br/historia. Acesso em: 15 jul. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In BAUER, Martin W; GASKELL, George: tradução Pedrinho Guareschi. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso: Fundamentação científica - subsídios para coleta e análise de dados - como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso**. In: In BAUER, Martin W; GASKELL, George: tradução Pedrinho Guareschi. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2005.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles. **Extensão Universitária e Associativismo Popular:** um estudo a partir da educação ambiental crítica. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação ambiental – Instituto de Educação, Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Rio Grande/RS, 2013.

GODOY, Arilda Schimidt. **Estudo de caso qualitativo**. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA- DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Orgs.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRIVOT, Nara Cabral. **Saberes em Extensão Universitária**: Contradições, tensões, desafios e desassossegos, 2012.Tese de doutorado PPG Educação/UFRGS.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2° edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária – Comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

_____. **A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 13-29.

_____. Extensão Universitária e saber popular. In: MELO NETO, José Francisco de (Org.). **Extensão universitária: diálogos populares**.2002. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-di%C3%A1logos-populares-Jos%C3%A9-Francisco-de-Melo-Neto.pdf> Acesso em: 25 jul. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo:** In: Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS , publicada em: 2001. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-20180413124527670585O.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

IESALC. **CRES.** UNESCO 2018. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=401&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2018.

INCROCCI, L. M. de M. C.; DE ANDRADE, T. H. N. **O fortalecimento da extensão no campo científico**: uma análise dos editais ProExt/MEC. Sociedade e Estado, *[S. l.]*, v. 33, n. 01, p. 189–214, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18357. Acesso em: 1 ago. 2021.

INCOP/UFOP. **Rede de ITCPs**. 2021.Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/rede-de-itcps> Acesso em: 21 ago. 2021.

ISP/UPEL. **O Instituto de Sociologia e Política da UFPel.** 2001. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/isp/apresentacao.htm> Acesso em: 25 nov. de 2021.

JARA, Oscar H. **O desafio e a paixão de aprender**. 2017. Disponível em: <http://new.institutofonte.org.br/wp-content/uploads/2017/12/O-desafio-e-a-paixao-de-aprender-2.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

JEZINE, Edineide Mesquita. **Multiversidade e Extensão Universitária**. In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 127-138.

_____. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf> Acesso em 22 jun. 2020.

_____. **A extensão universitária como prática social**. Temas em Educação, v. 15, p. 118-129, 2006.

KOGLIN, João Carlos de Oliveira. **Proposta de avaliação econômico-financeira do programa de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras na UFPEL**. Pelotas, RS: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Dissertação de Mestrado). 2011.

KOGLIN, T. S. da S.; KOGLIN, J. C. de O. **A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 10, n. 2, p. 71-78, 2019. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658/pdf. Acesso em: 18 out. 2020.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** um balanço do período 1988-2008. Piracicaba, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. (Tese de Doutorado). 2010.

MEC. [on-site] 2018. **Programa de apoio à extensão universitária lançará publicação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/180-estudantes- 108009469/pos-graduacao-500454045/1876-sp-1735051658>. Acesso em: 23 set. 2018.

_____. **Texto de referência para audiência pública sobre as diretrizes para a política de extensão na educação superior brasileira: minuta de projeto de resolução.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9568 1-texto-referencia-audiencia-publica-diretrizes-politica-de- extensao&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. 2021. **Cotas.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html . Acesso em: 10 ago. 2021.

MEC/CNE. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1042 51-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MEC/SESU. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Coleção Extensão Universitária v.3. Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilhéus(BA): UESC, 2001.

_____**. Revista PROEXT n°1**. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/proext/revista_proext_05.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **Revista PROEXT n°2**. 2007. Disponível em: <http://www.ic.uff.br/~celso/artigos/proext.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais PROEX. COOPMED Editora, 2007.

_____. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004** / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. – 2ª ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

_____. Edital PROEXT 2009. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Edital PROEXT 2010. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Edital PROEXT 2011. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Edital PROEXT 2012. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso 27/11/2018.

_____. Edital PROEXT 2013. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Edital PROEXT 2014. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Edital PROEXT 2015. Programa de extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. Edital PROEXT 2016. Programa de apoio à extensão universitária. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891. Acesso em: 27 nov. 2018.

MEC/SESu/DIFES. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MELLO, Roseli Rodrigues de. **Metodologia Comunicativa-Crítica:** avanços metodológicos e produção de conhecimento na extensão universitária. In: Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão. FILHO, Targino de Araújo; THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008. Disponível em: <https://www.comunidadedeaprendizagem.com/uploads/materials/208/58ccdbd131c42ed6515fa1df582e24d7.pdf> Acesso em: 23 mai. 2021.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária: uma análise crítica.** Editora Universitária, UFPB, 2001. Disponível em: <https://issuu.com/praticasintegraisnutricao/docs/pa_l_2001_extensao_universitaria_-_>. Acesso em 30 jul. 2021.

MELO NETO, José Francisco de (Org.). **Extensão universitária: diálogos populares**.2002. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-di%C3%A1logos-populares-Jos%C3%A9-Francisco-de-Melo-Neto.pdf> Acesso em 25 jul. 2021.

MENDES, I. A. C et. al. **Revista Brasileira de Enfermagem - RBEn**, 31: 32-38, DF, 1978 – Campus Avançado como extensão universitária.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. – 3° reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2015.

MICHELON, Francisca Ferreira (org). **A Extensão na Universidade Federal de Pelotas**: retrospecto. In: A extensão universitária nos 50 anos da Universidade Federal de Pelotas pág. 17-56. [recurso eletrônico] . Pelotas : UFPel. PREC; Ed. da UFPel, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11° edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1997-2000. Belo Horizonte: Proex/UFMG; O Fórum, 2000.

NOGUEIRA, Maria Das Dores Pimentel. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Contextual.** In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 57-72.

_____. **Onde falha o plano nacional de extensão?** Interagir: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n , p. 9-13, ago./dez. 2003.

_____. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção.** *In: Interfaces - Revista de Extensão*, vol. 1, n° 1, jul./nov. 2013, p. 35-47.

_____. **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão.** Belo Horizonte**:** FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

_____. **A reforma universitária de 1918 e a extensão universitária na perspectiva da descolonização do pensamento latinoamericano**. E+E: Estudios De Extensión En Humanidades, 5(6). 2018. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/EEH/article/view/21888> Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na América Latina.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30545/1/Tese%20-%20vers%c3%a3o%20final-15-08-2019%20-%20NSS-%20pdf.pdf > Acesso em: 20 jul. 2021.

NUNES, Tiago de Garcia et. al. **REDE BEM DA TERRA**: Produção solidária, consumo responsável e autogestão a partir da perspectiva extensionista no NESIC/UCPEL **.** In: VECHIA, Renato da Silva Della; SANTOS, Aline Mendonça dos; NUNES, Tiago de Garcia (Org). Autogestão e extensão universitária 20 anos de história. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

PAIVA, Cláudio Cesar de (Org.). **Extensão universitária, políticas públicas e desenvolvimento regional.** 1.ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/images/PROEX/ForProex/coletaneas/Politicas_publicas_web.pdf> Acesso em: 19 abr. 2021.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. 2nd Ed. Newbury Park: Sage Publications; 1991.

PEREIRA, Darlene Torrada Pereira. **O Compromisso Social da Universidade: um estudo sobre a extensão na Fundação Universidade Federal do Rio Grande**. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Pelotas – Mestrado em Desenvolvimento Social – UCPEL, Pelotas/RS, 2000.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da Reforma de córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira**. Políticas Educativas – Campinas, v.2, n. 1, p.54-75, dez. 2008 – ISSN 1982- 3207. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/download/18352/10806>. Acesso em: 25 out. 2018.

PNES. **Política Nacional de Economia Solidária.** 1º Plano Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PREC/UFPEL, 2021. **Extensão Universitária**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prec/sobre-a-prec/extensao-universitaria/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PROEXT/MEC, 2009. edital proext 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/editalproext2_2009_6.pdf> . Acesso em: 18 ago. 2021.

REDE/ITCPs, 2021. **A Economia Solidária no Contexto de Crise:** realidade e desafios para a Rede de ITCPs. Encontro Nacional Rede Universitária ITCP - Rede De Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas Populares - Relatório Final / 2021.

REIS, Tatiana Araújo, FILHO Milton Barbosa de Almeida. **Institucionalização e Instrumentos da Política de Economia Solidária:** reflexões à luz da experiência da Bahia – In: Rev. Mundo do Trab. Cont. v.1 n. 1, p. 1-199 julho/dezembro, 2016.

RIBEIRO, Darci. **A universidade necessária.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Nov. 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/?lang=pt#>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ROCHA, Dário do Carmo. **A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2005. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2005-Dario_Rocha.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **A Lei Brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): paradoxo de um certo liberalismo**. Educ. rev. vol.28 no. 3 Belo Horizonte Sept. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 46982012000300011>. Acesso em: 12 out. 2018.

ROCHA, Heloísa Helena. **A extensão na Universidade Federal de Pelotas:** estrutura administrativa e políticas institucionais (1969 - 1992). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/files/2019/04/A-

extensao-na-Universidade-Federal-de-Pelotas-estrutura-administrativa-e-politicas-institucionais-1969-1992.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RODRIGUES, V. M. **O Fórum de Pró-Reitores de Extensão e sua contribuição no debate sobre a Extensão Universitária.** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 4, n. 2, maio 2016.

ROESE, Mauro. **A metodologia de estudo de caso. Cadernos de sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v.9 p. 189-200, 1998.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SANFELICE, José Luís. **A une na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar.** Revista Simbio - Logias, São Paulo, v. 8, n. 11, p.127-143, dez. 2015. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/a-une-na- resistencia-ao-golpe-de-1964-e-a-ditadura-civil.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, Aline Mendonça dos Santos. **O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular.** Tese Doutorado. Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/aline_tese_sem_apendices_e_anexos.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** Revista Estudos Avançados – Agosto de 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/YgSSRgJjZgtbpBLWxr6xPHr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 13 ago. 2021.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista crítica de ciências sociais, outubro de 2002: 237-280. Disponível em: < http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF> Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal.** In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 11-43. Disponível em:<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/A_filosofia_a_venda_RCCS80_Marco2008. pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 13ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista**. In: Educação e sociedade. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SCHIOCHET, Valmor. **Prefácio.** In: Incubadoras tecnológicas de economia solidária / organizadores Felipe Addor e Camila Rolim Laricchia (org.). – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Disponível em: < https://base.socioeco.org/docs/incubadoras-tecnologicas_v1_1ed2018_web.pdf> Acesso em: 30 jun. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI – Desafios do presente.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria das Graças Martins da. **Extensão universitária no sentido do ensino e da pesquisa**. In: FARIA, Doris Santos de (org.). Construção conceitual da extensão na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 91-105.

SILVA, Enio Waldir da**. Extensão Universitária no Rio Grande do Sul** – concepções e práticas Tese Silva, 2003. PPG em Sociologia/UFRGS.

SILVA, Terena S. da. **Extensão Universitária, Direitos Humanos e Cidadania:** reflexões sobre a proposta de política de extensão e a prática na Universidade Federal de Pelotas. Dissertação Terena/UCPel, 2012. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/TERENA.SILVA_Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-Direitos-

Humanos-e-Ciddania-%E2%80%93-Reflex%C3%B5es-sobre-a-Proposta-de-Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o-e-a-Pr%C3%A1tica-na-Universidade-Federal-de-Pelotas.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: contexto, 2000.

_____. **Incubadoras universitárias de cooperativas:** um relato a partir da experiência da USP. In: A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 5° reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **Concepção de extensão universitária. Ainda precisamos falar sobre isso?** In: FARIA, Doris Santos (Org). Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 107-126.

_____. **A história da extensão universitária**, Editora Alínea, 2010. 2° Edição - revisada.

SOLTEC/UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. **Avaliação do PRONINC – Relatório Final 2017**/ Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, Diogo Tourino. **90 anos, e depois? O lugar da universidade e o papel da extensão numa sociedade democrática.** In: Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais. Ed. UFV, 2017.

THIOLLENT, M. **A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária**. In: THIOLLENT, M.; ARAUJO FILHO, T.; SOARES, R.L.S. (coord.). Metodologias e experiências em projetos de extensão. Niterói: EDUFF, 2003. p. 19-28.

TRINDADE, Hélgio (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 2° Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2010.

UNE. **Memória. 2018**. [on-site], Disponível em: <http://www.une.org.br/memoria/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Sobre a Lei de Cotas. Disponível em: <https://www.une.org.br/2012/09/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/> Acesso em: 15 ago. 2021.

UNITRABALHO, COMITÊ EDITORIAL. Rev. Mundo do Trab. Cont. v.1 n. 1, p. 1-199 julho/dezembro, 2016.

UFPEL, 1996. **Revista Expressa Extensão. Seminário 25 anos de extensão na UFPEL**. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Volume 1 - Número 1, 1996 (fotocópia).

_____. 2006. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2014/02/PDI2006_1330083509_pdi.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

UFPEL, 2021. **Cursos da UFPEL**. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

UFRGS, 2015. **Estatuto e Regimento da UFRGS**. Publicado em janeiro de 1996, atualizado com as alterações de 1996, 1997, 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011 e 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/estatuto-e-rgu-2015>. Acesso em: 14 jul. 2021.

UFRGS, 2021. **Histórico da UFRGS**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico. Acesso em: 14 jul. 2021.

UFRGS, 2021a. **Cursos de graduação.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial. Acesso em: 14 jul. 2021.

UFRGS, 2021b. **Programa de Fomento à Extensão**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/apoio-a-extensao/fomento/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

UFRGS; CONTRAPONTO [on-site], 2021. **Contraponto – entreposto de cultura, saúde e lazer.** Disponível em: <https://contrapontoufrgs.wordpress.com/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário Gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985).** UFRGS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32809/000786827.pdf >

VECHIA, Renato da Silva Della et. al. **A Rede de ITCPs – passado, presente e alguns desafios para ao futuro. Revista Diálogo**, n.18. Canoas, 2011. P 115-144.

VECHIA, Renato da Silva Della et. al. **INTECOOP e NESIC: 20 anos de incubação de cooperativas populares na UCPEL. In:** VECHIA, Renato da Silva Della; SANTOS, Aline Mendonça dos; NUNES, Tiago de Garcia (Org). Autogestão e extensão universitária 20 anos de história. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Relação de Ministérios e Secretarias que aderem ao Programa de Extensão Universitária a partir de sua expansão em 2009:

PROEXT	Ministérios e secretarias parceiros do Ministério da Educação
2009	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
2010	MINISTÉRIO DA CULTURA MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
2011	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA MINISTÉRIO DA CULTURA MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
2013	MINISTÉRIO DA CULTURA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO MINISTÉRIO DOS ESPORTES INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
2014	MINISTÉRIO DA CULTURA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA MINISTÉRIO DOS ESPORTES INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
2016	MINISTÉRIO DA CULTURA MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA MINISTÉRIO DA SAÚDE MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO MINISTÉRIO DO ESPORTE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COORDENADORES DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO

1. Há quantos anos você está na Universidade, qual sua história com a instituição? Qual sua relação com a extensão?
2. Há quanto tempo você desenvolve atividades relacionadas com o tema Economia Solidária?
3. Qual seu ponto de vista sobre a política de extensão universitária? E a visão da universidade sobre extensão?
4. Qual sua relação com o projeto?
5. Quanto tempo coordena (atua) projetos de extensão relacionados ao tema Economia Solidária?
6. Já tinha vínculo com as comunidades e/ou grupos de Economia Solidária antes do desenvolvimento do projeto financiado pelo Proext? Qual o vínculo?
7. Como o projeto foi pensado? Houve participação da comunidade externa, discentes, servidores? Como se deu o envolvimento deles no processo?
8. Qual a relação do projeto com as políticas de economia solidária no Brasil?
9. Como se deu o processo do PROEXT? Quem participou do desenvolvimento do projeto? Comunidade acadêmica e externa? grupos/empreendimentos?
10. Quais eram as ações desenvolvidas no projeto?
11. Quais os grupos participantes do projeto? Quais foram as potencialidades e desafios que os grupos encontraram?
12. Quem são estes grupos?
13. Houve apoio da sua Universidade para o desenvolvimento do projeto?
14. O projeto teve continuidade após a conclusão do financiamento? Como tu relaciona o financiamento do PROEXT a isso?
15. Qual o significado da existência de uma fonte de financiamento externa a Universidade para o desenvolvimento das ações de extensão em Economia Solidária? o que significa a ausência desta fonte de financiamento?
16. A Universidade financia projetos de extensão com recursos próprios?
17. Qual a importância e significado destas ações para a extensão? e para a os grupos participantes?
18. Em relação a participação de discentes no projeto, qual o significado desta relação?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

1. Há quantos anos você está na Universidade, qual sua história com a instituição? Qual sua relação com a extensão?
2. Há quanto tempo você desenvolve atividades relacionadas com o tema Economia Solidária?
3. Quanto tempo atua projetos de extensão relacionados ao tema Economia Solidária?
4. Qual sua relação com o projeto?
5. Como o projeto foi pensado? Houve participação da comunidade externa, discentes, servidores? Como se deu o envolvimento deles no processo?
6. Já tinha vínculo com as comunidades e/ou grupos de Economia Solidária antes do desenvolvimento do projeto financiado pelo Proext? Qual o vínculo?
7. Qual a relação do projeto com as políticas de economia solidária no Brasil?
8. Quais eram as ações desenvolvidas no projeto?
9. Quais os grupos participantes do projeto? Quais foram as potencialidades e desafios que os grupos encontraram?
10. Quem são estes grupos?
11. Houve apoio da sua Universidade para o desenvolvimento do projeto?
12. O projeto teve continuidade após a conclusão do financiamento? Como tu relaciona o financiamento do PROEXT a isso?
13. Qual o significado da existência de uma fonte de financiamento externa a Universidade para o desenvolvimento das ações de extensão em Economia Solidária? o que significa a ausência desta fonte de financiamento?
14. A Universidade financia projetos de extensão com recursos próprios?
15. Qual a importância e significado destas ações para a extensão? e para os grupos participantes?
16. Em relação a participação de discentes no projeto, qual o significado desta relação?
17. Qual seu ponto de vista sobre a política de extensão universitária? E a visão da universidade sobre extensão?

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DISCENTES

1. Qual o seu vínculo com a Universidade à época do projeto? Qual sua relação com a extensão?
2. Qual a sua história com o tema Economia Solidária?
3. Quanto tempo atua projetos de extensão relacionados ao tema Economia Solidária?
4. Qual sua relação com o projeto?
5. Como avalia a participação discente nas etapas do projeto, desde a concepção ao desenvolvimento?
6. Já tinha vínculo com as comunidades e/ou grupos de Economia Solidária antes do desenvolvimento do projeto financiado pelo Proext? Qual o vínculo?
7. Qual a relação do projeto com as políticas de economia solidária no Brasil?
8. Quais os grupos participantes do projeto? Quais foram as potencialidades e desafios para os grupos?
9. Quem são estes grupos?
10. Houve apoio da sua Universidade para o desenvolvimento do projeto?
11. O projeto teve continuidade após a conclusão do financiamento? Como tu relaciona o financiamento do PROEXT a isso?
12. Qual o significado da existência de uma fonte de financiamento externa a Universidade para o desenvolvimento das ações de Economia Solidária? o que significa a ausência desta fonte de financiamento?
13. A Universidade financia projetos de extensão com recursos próprios?
14. Qual a importância e significado destas ações para a extensão? e para os grupos participantes?
15. Em relação a participação de discentes no projeto, qual o significado desta relação?
16. Qual seu ponto de vista sobre a política de extensão universitária? E a visão da universidade sobre extensão?

APÊNDICE E: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMUNIDADE

1. Conte um pouco sobre você
2. Qual é sua história com a economia solidária? O que te trouxe para a economia solidária?
3. Qual sua relação com o projeto de extensão? Há quanto tempo participar do processo de incubação?
4. Como se dá a relação da com a incubadora? E com a universidade?
5. O que essa relação significa para você?
6. Quais eram/são suas expectativas em relação a universidade, a incubadora e o trabalho ali desenvolvido?
7. Como é sua relação hoje com a economia solidária? Como forma de renda e como modo de vida?
8. Qual o significado da ausência financiamento, tanto para as incubadoras universitárias quanto para os empreendimentos de economia solidária? Tinha conhecimento do PROEXT?
9. Qual a importância e significado destas ações para a sociedade, para os empreendimentos que participam do processo de incubação?
10. Como é para você a política pública de economia solidária no Brasil? Quais as principais dificuldades e as possibilidades e como enxerga a universidade neste contexto?

APÊNDICE F: PROJETOS E PROGRAMAS APROVADOS NO PROEXT DURANTE O PERÍODO DE 2009 A 2015, POR LINHA TEMÁTICA:

Ano de publicação	Linha temática	Nº projetos aprovados	Total projetos aprovados
2009	Educação, Desenvolvimento Social e Saúde	262	414
	Gestão Cultural, Economia da Cultura e Desenvolvimentodas Linguagens Artísticas	62	
	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	23	
	Trabalho, Emprego e Incubação de EmpreendimentosEconômicos Solidários	67	
2010	Educação	137	550
	Cultura e Arte	54	
	Promoção da Saúde	119	
	Desenvolvimento Urbano	33	
	Desenvolvimento Agrário	33	
	Pesca artesanal e aquicultura familiar	46	
	Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva	17	
	Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários	60	
	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	41	
	Garantia dos Direitos das Mulheres em situação deviolência	10	
2011	Educação	98	710
	Cultura e Arte	51	
	Promoção da Saúde	83	
	Tecnologias para o Desenvolvimento Social	60	
	Desenvolvimento Urbano	59	
	Desenvolvimento Rural	47	
	Pesca artesanal e aquicultura familiar	25	
	Redução das desigualdades sociais e combate à extremapobreza	31	
	Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários	58	
	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	74	
	Direitos Humanos	51	

	Promoção da Igualdade Racial	23	
	Mulheres e relação de gênero	50	
2012	Educação	116	781
	Cultura e arte	72	
	Pesca e aquicultura	30	
	Saúde	116	
	Desenvolvimento urbano	39	
	Desenvolvimento rural	66	
	Redução das desigualdades sociais e combate à extremapobreza	40	
	Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários	56	
	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	44	
	Direitos Humanos	46	
	Promoção da Igualdade Racial	28	
	Mulheres e relações de gênero	24	
	Esporte e Lazer	36	
	Comunicação	37	
	Inclusão produtiva e desenvolvimento regional: Rotas deIntegração Nacional	14	
	Justiça e direitos do indivíduo	17	
2013	Educação	91	826
	Cultura e arte	60	
	Pesca e aquicultura	23	
	Promoção da saúde	103	
	Desenvolvimento urbano	35	
	Desenvolvimento rural	61	
	Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social	68	
	Comunicação	38	
	Esporte e lazer	40	
	Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários	35	
	Inclusão produtiva e desenvolvimento regional: Rotas deIntegração Nacional	13	
	Meio Ambiente e Recursos Naturais	54	
	Preservação do patrimônio cultural Brasileiro	37	

	Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade	5	
	Direitos humanos	36	
	Juventude	18	
	Promoção da igualdade racial	16	
	Mulheres e relações de gênero	26	
	Articulação e Participação social	30	
	Redução das desigualdades sociais e combate à extremapobreza	37	
2014	Educação	66	656
	Cultura e arte	50	
	Pesca e aquicultura	19	
	Promoção da saúde	62	
	Desenvolvimento urbano	27	
	Desenvolvimento rural	34	
	Redução das desigualdades sociais e combate à extremapobreza	26	
	Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários	33	
	Preservação do patrimônio cultural Brasileiro	41	
	Direitos humanos	39	
	Promoção da Igualdade Racial	17	
	Mulheres e relações de gênero	21	
	Esporte e Lazer	29	
	Comunicação	26	
	Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil eacesso à água	19	
	Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade	14	
	Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social	52	
	Meio ambiente e recursos naturais	45	
	Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude	36	
2015	Educação	35	328
	Cultura e arte	27	
	Pesca e aquicultura	8	
	Promoção da saúde	32	
	Desenvolvimento urbano	11	

	Desenvolvimento rural	15	
	Redução das desigualdades sociais e combate à extremapobreza	10	
	Geração de trabalho e renda por meio do Apoio e Fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários	18	
	Preservação do patrimônio cultural Brasileiro	21	
	Direitos humanos	14	
	Promoção da igualdade racial	12	
	Mulheres e relações de gênero	10	
	Esporte e lazer	15	
	Comunicação	13	
	Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil eacesso à água	8	
	Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade	7	
	Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social	26	
	Meio Ambiente e Recursos Naturais	27	
	Relação entre Estado e Sociedade, Promoção da Participação Social e Políticas para a Juventude	13	
	Modernização da Gestão Pública	6	
TOTAL			**4265**

Fonte: Quadro adaptado de Maria das Dores Pimentel Nogueira (Nogueira, 2019).

APÊNDICE G: PROJETOS E PROGRAMAS CONTEMPLADOS NO PROEXT DE 2009 A 2016 NA LINHA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA POR MEIO DO APOIO E FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

EDITAL PROEXT	FURG	UFRGS	UFPel
2009	Empoderar para transformar: gestão compartilhada e territorial da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos	Oportunidades para a geração de empregos por meio do desenvolvimento sustentável de uma cidade no Rio Grande do Sul	
	Implementação da Normativa 51 nas práticas de produção leiteira no assentamento Conquista da Liberdade		
	A fabricação de tijolos ecológicos como uma alternativa para reduzir o desemprego e a melhoria das habitações populares na cidade de Rio Grande		
	Incubadora tecnológica de cooperativas populares - INTECOOP		
	Linhas e letras		
2010	Incubadora tecnológica de cooperativas populares - INTECOOP	Empresa Júnior e Incubadora de Empreendimentos em nutrição	
	Linhas e letras		
2011	Grupo de artesãs da Barra - GAB: Construindo espaços para comercialização de produtos da Economia Popular Solidária	Núcleo de Economia Alternativa 2011	Bem da Terra-UFPEL: parceria para o comércio justo e solidário
			Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários
			Encontros dos saberes: 'pós-incubação' e 'pré-graduação' em sustentabilidade, tecnologias sociais e economia solidária
			Reciclar Pelotas - assessoramento a uma rede de cooperativas na implementação da política nacional de resíduos sólidos
2013			Reciclar Pelotas - consolidar a rede de cooperativas

			Incubadora tecnológica de empreendimentos econômico solidários
2014	Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico: Fomentando Empreendimentos Econômicos Solidários	Núcleo de Gestão Alternativa - Apoiando os processos de constituição de redes de economia solidária	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFPEL - Etapa 2014
			Parceria Bem da Terra/UFPEL - transição para a produção agroecológica através da economia solidária
2015		Apoio a redes e territórios da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local Núcleo de gestão alternativa – NEGA – reedição 2016-2016	Arranjo produtivo local (APL) Doces da cidade de Pelotas: promovendo melhorias por meio da inovação de produtos e processos
			Parceria Bem da Terra UFPel- transição para a produção agroecológica através da economia solidária
2016			Construção de Bases da Agricultura Ecológica pela Economia Solidária
			Bem da Terra: rede de redes' num circuito local de comércio justo e solidário (CLCJS)

APÊNDICE H: UNIVERSIDADES QUE INTEGRAM A REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

Centro Federal de Educação Tecnológica/BA - CEFET/BA
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ
Centro Universitário Cerrado - Patrocínio - UNICERP
Centro Universitário Feevale - FEEVALE
Centro Universitário Fundação Santo André - FSA
Centro Universitário La Salle - UNILASALLE
Faculdade Frassineti do Recife - FAFIRE
Fundação Getúlio Vargas/SP- FGV
Universidade Federal de Rio Grande - FURG
Univerisdade Católica de Salvador - UCSAL
Universidade Católica de Pelotas - UCPEL
Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ
Universidade de São Paulo - USP
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – Franca
Universidade Estadual de São Paulo – UNESP – Assis
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS/ Dourados
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
Universidade Federal de Juíz de Fora - UFJF
Universidade Federal de Lavras - UFLA
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ
Universidade Federal de Viçosa - UFV
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPe
Universidade Regional de Blumenau - FURB
Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS - UNIJUI
Universidade Salvador - UNIFACS

APÊNDICE I - RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES UTILIZADAS PARA DEFINIÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

Ano e Local de publicação	Autoria	Título	Objeto	Tipo de publicação
1995 Ministério da educação e Desporto – Secretaria de Educação Superior	Ministério da Educação e desporto	Perfil da Extensão Universitária no Brasil	Apresenta a trajetória da extensão universitária no Brasil e os dados sobre as instituições públicas de ensino superior	Livro
1995 Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação – Mestrado em Educação Escolar Brasileira	Ana Luiza Lima Sousa	A história da extensão Universitária a partir de seus Interlocutores	Concepções de extensão universitária que vem construídas historicamente por diferentes interlocutores nos vários períodos de sus presença no cenário da História da Educação no Brasil	Dissertação
2003 Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-graduação em Ciência Política	Marisa Oliveira Natividade	Entre a política e a academia: a extensão universitária numa perspectiva comparada (UFRGS/BRASIL - UDELAR/URUGUAY)	resultado de uma pesquisa sobre a relação Universidade - Sociedade, através da Extensão Universitária, em duas importantes instituições de ensino superior	Tese
2003 Interagir: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro	Maria das Dores Pimentel Nogueira	Onde Falha o Plano Nacional de Extensão?	Contextualiza as questões sobre as três propostas políticas para a Extensão: o Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975; o Programa de Fomento extensão Universitária (PROEXTE) de 1993; e o Plano Nacional de Extensão de 1999.	Ensaio
2003 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Sociologia	Enio Waldir da Silva	Extensão Universitária no Rio Grande do Sul – concepções e práticas	Resultado de um trabalho de pesquisa centrada nas dimensões atuais das atividades de extensão desenvolvidas em três universidades gaúchas	Tese
2005 Revista da Faced, nº 09 –	Olga Suely Soares de Souza	A extensão universitária e as universidades populares	Apresenta um olhar sobre alguns pontos importantes que marcaram a criação das universidades populares no Brasil, e	Artigo

Universidade Federal da Bahia			também da importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes de graduação	
2006 Porto Alegre : UFRGS ; Brasília : MEC/SESu	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão	Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: retrospectiva histórica e aspectos legais	Livro
2007 MEC/SESu	MEC/SESu	Revista do PROEXT - MEC/SESu Volume 2	Informação sobre o Proext	Revista
2008 Universidade Federal de São Carlos – São Carlos: Cubo Multimídia	Targino Araújo Filho e Michel Jean-Marie Thiollent	Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão	Apresenta e discuti as questões metodológicas envolvidas na execução de projetos de extensão	Livro
2008 Extensão em Foco, Curitiba, n. 2, p. 133-142, jul./dez. 2008. Editora da UFPR	Silene de Moraes Freire	Extensão universitária e direitos humanos: desafios na contemporaneidade	a discutir a relação necessária entre Direitos Humanos e a Extensão Universitária, entendendo esta última, no estabelecimento da relação Universidade-sociedade, como instrumento privilegiado na luta pela garantia dos Direitos Humanos enquanto expressão mais ampla da cidadania.	Artigo
2010 Revista de Desenvolvimento Econômico	Carlos Eduardo c. de Oliveira e Saulo José dos Santos Rocha	Estado, políticas públicas e extensão universitária	evidencia os elementos constitutivos da ação extensionista da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS	Artigo
2011 Universidade Estácio de Sá – Programa de Pós-Graduação em Educação	Romário Geraldo	Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT na UFJF: Um Estudo sobre o Planejado e o Realizado	compreender as diretrizes específicas de natureza acadêmica contidas nos Editais do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) foram adotadas pelos seis programas/projetos da UFJF contemplados nos editais de 2007, 2008 e 2009	Dissertação
2011 Universidade Federal do Rio Grande – FURG - Revista Eletrônica	Daniela Biondi e Gabriela Cardozo Alves	A extensão universitária na formação de estudantes do curso de	avaliou a contribuição da extensão universitária na formação de estudantes do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná	Artigo

do Mestrado em Educação Ambiental		engenharia florestal – UFPR		
2012 Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Sociologia	Flávio Pereira Diniz	A extensão Universitária como instrumento de política pública	Discute o processo de construção e desenvolvimento de uma determinada concepção de extensão universitária, definida e requerida como potencial instrumento de políticas públicas sociais	Dissertação
2012 Universidade Católica de Santos – Programa de Pós-Graduação em Educação	Franciele Jacqueline Gazola da Silva	Extensão Universitária: aproximações em tempos de mercantilização da Educação	Reuni dados que explicitam a trajetória da extensão universitária e a forma como sua incorporação ou secundarização impactam na afirmação de determinado projeto de universidade	Dissertação
2012 Revista Momento, Rio Grande - RS	Gionara Tauchen, Maria Cecília Madruga Monteiro e Tatiane Vedoin Viero	Políticas, concepções e ações de extensão na educação superior brasileira	analisa as concepções e políticas de extensão no Brasil e investiga os impactos do Programa de Extensão Universitária (ProExt) para a institucionalização da extensão universitária	Artigo
2012 Manaus - AM	Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras	Política Nacional de Extensão Universitária	Apresenta um breve histórico das mudanças dos conceitos da extensão universitária, tanto no Brasil como em nível internacional; apresenta uma análise da conjuntura atual, propondo estratégias para a consolidação da Extensão.	Livro
2012 Filosofando: Revista De Filosofia Da UESB	Alexandre Garcia Araújo	Ensaio sobre a universidade e sua função social	reflexões acerca do atual modelo universitário e do seu papel frente à sociedade.	Artigo
2012 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação	Nara Grivot Cabral	Saberes em Extensão Universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos	Compreensão das concepções e práticas de extensão universitária, na perspectiva do encontro de saberes	Tese
2013 Revista Extensão & Cidadania - Vitória da Conquista	Lucas Batista Pereira	Extensão universitária e políticas públicas	discuti a relação entre extensão universitária e políticas públicas. Tendo como referência o documento elaborado pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das	Artigo

			Universidades Públicas Brasileiras, discute a concepção de extensão utilizada nas universidades	
2013 Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador	Alcides Leão Santos Júnior	A Extensão Universitária e os entre-laços dos saberes	indica que a produção de conhecimentos oriundos das/nas práticas de extensão tem sua gênese a partir de um processo de intervenção social, que tem como ponto fundamental propiciar aos sujeitos que interagem com as comunidades o acesso a diferentes referências de leitura de mundo e das relações com este mundo	Tese
2013 Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG	Maria das Dores Pimentel Nogueira (Organizadora)	Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão	contribuição/sistematização de um grupo de estudiosos da extensão universitária, com o objetivo de qualificar e fortalecer a área.	Livro
2013 Revista Extensão & Cidadania	Lucas Batista Pereira	Extensão universitária e políticas públicas	discutir a relação entre extensão universitária e políticas públicas. Tendo como referência o documento elaborado pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, discute a concepção de extensão utilizada nas universidades	Artigo
2013 Interfaces - Revista de Extensão	Maria das Dores Pimentel Nogueira	O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção	analisa a trajetória do Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX) das Universidades Públicas Brasileiras	Artigo
2014 Universidade Federal de Uberlândia	Valéria Maria Rodrigues	O programa de extensão universitária – proext – no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012: uma análise a partir da experiência da Universidade	o Programa de Extensão Universitária – Proext, no contexto das políticas de educação superior e suas implicações na extensão universitária no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação

		Federal de Uberlândia		
2014 Universidade Federal da Bahia - Instituto de Humanidade, Artes e Ciências Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	Gezilda Borges de Souza	Extensão universitária em campo: possibilidades para a formação dos estudantes da Universidade Federal da Bahia	Analisa os resultados ocorridos na formação dos alunos participantes da ACCS: Ações Interdisciplinares para a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida da População em Situação de Rua do Centro Histórico de Salvador	Dissertação
2014 Universidade Federal do Ceará - Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	Humberto Correia Lima Filho	Análise da adequação das instituições de ensino superior localizadas na região metropolitana de fortaleza ao plano nacional de extensão universitária – 2011/2020.	propôs identificar a percepção dos gestores das instituições de ensino superior na cidade de Fortaleza sobre o que devem ser as ações de extensão para que se oferte ensino superior de qualidade.	Dissertação
2015 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	Geyza Alves Pimentel	Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula: período de 2003 e 2010	Aborda as universidades como ente do estado responsável pela implementação de políticas públicas no período referente ao governo Lula	Tese
2015 Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação	Romário Geraldo	A Extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	analisa o processo de construção da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Apresenta o histórico da extensão universitária, sua consolidação na legislação e reformas educacionais, as concepções que a influenciaram e sua luta em prol da conceituação, institucionalização e financiamento	Tese
2015 Historiæ, Rio Grande, 6 (2): 281-307, 2015	Leonardo Dorneles Gonçalves; Conceição Paludo e Carlos Roberto da	Extensão universitária no contexto de crise do capital: uma crítica a partir da educação	Aborda o tema da extensão universitária no contexto de crise do capital, partindo do campo da Educação Ambiental e Popular	Artigo

	Silva Machado	ambiental e popular		
2015 Revista Educação e Políticas em Debate – v. 4, n.2 – ago./dez.	Valéria Maria Rodrigues	O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária	analisa a contribuição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex) no debate sobre a extensão universitária no contexto das políticas de educação superior no país ao longo dos anos 2000	Artigo
2016 Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal	Humberto Tommasino e Agustín Cano	Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controvérsias	la situación, desafíos y perspectivas de la extensión universitaria en las universidades latinoamericana	Artigo
2016 Revista Eletrônica de Extensão – Universidade Federal de Santa Catarina	Alfredo Almeida Pina-Oliveira e Anna Maria Chiesa	Boaventura de Sousa Santos e suas contribuições para a extensão universitária no século XXI	discuti a extensão universitária na perspectiva do "conhecimento pluriversitário", que se apresenta de forma contínua, complementar e contraditória ao conhecimento universitário	Artigo
2016 Rev. Cult. Ext. USP, São Paulo	Dennis de Oliveira	Extensão como Dimensão Singular da Construção do Conhecimento	reflexão crítica da concepção de extensão apenas como uma socialização do conhecimento e propõe a sua ampliação para dimensão singular da construção do conhecimento	Artigo
2017 Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	Bárbara Zilli Haanwinckel	Serviço social na gestão da extensão universitária: caminhos percorridos em instituições públicas de educação superior brasileiras	analisou a atuação dos assistentes sociais, técnico-administrativos, a partir de suas requisições e competências profissionais na gestão da extensão universitária	Tese
2017 Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Centro de Educação Mestrado Profissional em Gestão nas	Lorena de Melo Borges	Programa de Extensão Universitária: uma análise das dificuldades da execução	analisa as causas que dificultam a execução do recurso do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) destinado à aquisição de material no âmbito da Universidade Federal da Paraíba	Dissertação

Organizações Aprendentes				
2017 Universidade do Extremo Sul Catarinense - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico	Fabrizio Guinzani	Limites e possibilidades da extensão universitária popular: uma análise a partir do programa território Paulo Freire	O objeto de estudo foi o Programa de Extensão Território Paulo Freire (TPF), constituído na cidade de Criciúma, em Santa Catarina (SC). O Programa foi desenvolvido pela UNESC, por intermédio do PROPEX	Dissertação
2017 Universidade Federal de Pernambuco Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Curso de Doutorado em Educação	Luciano Flávio da Silva Leonidio	História do fórum de pró-reitores de extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras – FORPROEX (1987- 2012)	Análise de como se constituiu e desenvolveu o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FOPROEX) ao longo de 25 anos de história (1987-2012)	Tese
2017 Universidade Estadual do Centro-Oeste - Guarapuava: Ed. da Unicentro	Ana Lúcia Crisostimo e Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira (Org.)	A Extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades	Aborda sobre conceitos e práticas da extensão universitária	Livro
2017 Revista Brasileira de Extensão Universitária	Sandra de Fatima Batista de Deus	A valorização da extensão universitária no Brasil	Traça algumas considerações relevantes sobre o momento da Extensão Universitária no Brasil, destacando o que ela mudou nestas últimas décadas.	Entrevista em periódico
2017 Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017	Jorge Orlando Castro; Humberto Tommasino	Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe	En este trabajo se encontrarán con experiencias significativas de gestión de la función en la que se pensó una segunda reforma universitaria como es el caso de la UdelaR, ejemplos de la universidad al servicio de un proyecto político como el caso cubano, o de un nuevo proceso que comienza a desarrollarse en Paraguay.	Livro
2017 Interfaces - Revista de Extensão da	Geraldo Ceni Coelho	A extensão universitária e sua inserção curricular	são discutidas as conexões entre as transformações históricas e conceituais na extensão universitária, se apresentam suas	Artigo

UFMG, v. 5, n. 2, p.5-20, jul./dez. 2017			implicações pedagógicas e as experiências institucionais relevantes em termos de inserção da extensão universitária na estrutura curricular das universidades latino-americanas, como uma forma de aprendizagem baseada na experiência	
2017	Moacir Gadotti	Extensão Universitária: Para quê?	Esse estudo objetiva refletir sobre as oportunidades que a nova centralidade da Extensão Universitária oferece para pensar a universidade como um todo, tendo a Educação Popular como referencial.	Artigo
2018 Revista e+e - Córdoba, V.5 No 6	Maria das Dores Pimentel Nogueira	A reforma universitária de 1918 e a extensão universitária na perspectiva da descolonização do pensamento latino-americano	Aborda a Reforma de Córdoba de 1918 na perspectiva da descolonização das universidades latino americanas	Artigo
2018 Revista Lusófona de Educação, 39, 147-159	Maria Ivete Basniak, Antônio Charles Santiago Almeida & Sani de Carvalho Rutz da Silva	Universidade e sociedade: diálogos silenciados	discuti possibilidades e desafios da extensão universitária ser um meio para aproximar o conhecimento produzido na universidade da sociedade, para que seja relevante socialmente, acessível e pronto para ser utilizado	Artigo
2018 Interfaces - Revista de Extensão da UFMG	Declaración de la III Conferenci a Regional de la Educación Superior	Declaración De La Iii Conferencia Regional De La Educación Superior	Presentada en la asamblea de la III Conferencia Regional de Educación Superior celebrada en la Universidad Nacional de Córdoba	Artigo
2018 Espaço Pedagógico v. 25, n. 3, Passo Fundo, p. 624-633	Sandra de Fátima Batista de Deus	A extensão universitária e o futuro da universidade	Estudo propõe uma reflexão sobre o papel da extensão universitária no futuro da universidade brasileira.	Artigo
2018 Conexão UEPG – UERJ - RJ	Silene de Moraes Freire	Desafios da extensão universitária na contemporaneidade	objetiva discutir os rumos contemporâneos da extensão universitária no Brasil, através da análise da atual centralidade do tema do empreendedorismo neste espaço acadêmico e sua relação com as	Artigo

			propostas derivadas da lógica mercantilista.	
2019 III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos	Raiane Chagas da Silva e Rosilea Clara Werner	A contribuição da Extensão Universitária para a formação acadêmica no serviço social e sua aproximação com a metodologia da Educação Popular	analisa a contribuição da Extensão Universitária na formação de assistentes sociais e a sua aproximação com a Educação popular, visto que esta constitui um espaço de troca de saberes e amadurecimento, otimizando o processo ensino aprendizagem desses profissionais	Artigo
2019 Revista ELO - Diálogos em Extensão	Emerson Alcides da Silva1 e Edgard Leite de Oliveira	Extensão universitária e formação discente: características do processo educativo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	identifica as características do processo educativo da ITCP-UFV e verificar de que forma elas podem contribuir para formação de profissionais aptos a atuar na Economia Solidária	artigo
2019 Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação	Maria das Dores Pimentel Nogueira	A participação da extensão universitária no processo de descolonização do pensamento e valorização dos saberes na américa latina	Apresenta contribuições para a compreensão de como a extensão pode resistir e desconstruir a lógica da colonização, colaborando para a descolonização do pensamento latino-americano e a valorização dos saberes locais e regionais.	Tese
2020 Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM	Sandra de Fátima Batista de Deus	Extensão universitária: trajetórias e desafios	discussão epistemológica, ao registro e às reflexões sobre trajetórias e rumos da Extensão Universitária tanto no Brasil quanto na América Latina	Livro
2020 Research, Society and Development	Carla Pinotti	Extensão universitária: cenário e financiamento	analisa de forma crítica o papel do projeto CLAC/UFRJ, verificando sua conformidade com as diretrizes institucionais extensionistas	artigo
2020 Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 26	Ione Gomes da Silva; Bruno Oliveira de Botelho; Pedro José Santos Carneiro Cruz e Aline Maria Batista Machado	A dimensão da autonomia nas práticas de extensão em educação popular	analisa a dimensão da autonomia como um dos elementos teórico-metodológicos orientadores dos projetos de extensão em educação popular	artigo

2020 Revista Conexão UEPG	Laiane Frescura Flores e Débora Teixeira de Mello	O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul	Analisa quais contribuições/impacto da extensão para a formação acadêmica e profissional dos discentes participantes destas ações no Campus de são Borja, pertencente ao Instituto Federal Farroupilha	Artigo

APÊNDICE J - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSULTADOS

Ano e Local de publicação	Autoria	Título e Tipo de publicação	Objeto
1987 - Universidade de Brasília - Brasília/DF	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- I encontro Nacional FORPROEX - Documento final	Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
1988 - Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte/MG	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- II Encontro Nacional FORP ROEX - Documento final	Estratégia de articulação com o ensino e a pesquisa Extensão, pesquisa e compromisso social Conceito de sala de aula Extensão, estágio e crédito curricular Projetos e atividades de extensão
1989 - Belém/PA	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- III Encontro Nacional FORP ROEX - Documento final	A relação universidade e sociedade: a questão da prestação de serviços. A interdisciplinaridade
1990 - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis/SC	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- IV Encontro Nacional FORP ROEX - Documento final	As perspectivas da extensão universitária nos anos 90 Educação e alfabetização Metodologia em extensão universitária
1991 - Universidade Federal do Maranhão - São Luís/MA	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- V Encontro Nacional FORP ROEX - Documento final	A institucionalização da extensão no contexto da autonomia universitária e sua gestão democrática
1992 - Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria/ RS	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- VI Encontro Nacional FORP ROEX - Documento final	Universidade e cultura

1993 - Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá/MT	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- VII Encontro Nacional FORPROEX - Documento final	Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária
1994 - Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória/ES	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- VIII Encontro Nacional FORPROEX - Documento final	Universidade: a construção da cidadania e a afirmação da soberania nacional
1995 - Universidade Federal do Ceará - Fortaleza/CE	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- IX Encontro Nacional FORPROEX - Documento final	Articulação da extensão universitária com os projetos estratégicos de desenvolvimento regionais e nacionais
2011 - Maceió/AL	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXIX Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Maceió	A expectativa dos Pró-Reitores de Extensão neste contexto de diálogo e negociação é a possibilidade de ampliação do debate e a concretização de iniciativas que produzam mudanças nas políticas, na organização, na gestão e no cotidiano acadêmico, como forma de estreitamento dos laços que nos unem às organizações sociais, aumentando a contribuição da Universidade pública na promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira
2011 - Porto Alegre/ RS	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXX Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Porto Alegre	Dando continuidade à pauta já estruturada, em Encontros anteriores, reafirmamos a necessidade do FORPROEX atuar em duas dimensões: uma interna com a finalidade de fortalecer a institucionalização da extensão universitária no interior de nossas IES e outra externa com parceiros e mantenedores
2012 Manaus/AM	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	Política Nacional De Extensão Universitária	
2012 -Manaus/AM	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-	- XXXI Encontro Nacional FORPROEX	No contexto atual entendemos que a extensão universitária pode contribuir na formulação e desenvolvimento de políticas através de sua ação e reflexão nos espaços

	Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- Carta de Manaus	sociais e particularmente em âmbito acadêmico, articulando-se com o Ensino e a Pesquisa, coerente com o princípio da indissociabilidade, facilitando a interação e o diálogo com as organizações da sociedade civil com vistas ao fortalecimento do compromisso social da Universidade. Reiteram os compromissos manifestos nas cartas de Maceió e Porto Alegre, considerando o objetivo precípuo do FORPROEX que é o fortalecimento da Extensão Universitária como prática acadêmica. Nesse sentido, a agenda estratégica desenvolvida no ano de 2011 exige a continuidade das ações e a inclusão de novas pautas necessárias para desenho e redefinições nas políticas públicas para apoio e fomento de ações acadêmicas no âmbito das agências governamentais, do MEC, e das próprias Instituições de Educação Superior
2012 - Brasília/DF	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXXII Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Brasília	[...] durante o XXXII Encontro Nacional, comemorando as Bodas de Prata (25 anos) do FORPROEX, no marco dos 50 anos da Universidade de Brasília. Por fim, nós, atuais pró-reitores de extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras expressamos nossa homenagem aos seus ex-presidentes do FORPROEX. É sob a inspiração daqueles que nos antecederam nas pró-reitorias e Coordenação do Fórum que nos preparamos para os desafios dos próximos anos.
2013 - Rio de Janeiro/RJ	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXXIII Encontro Nacional FORPROEX - Carta do Rio de Janeiro	Os Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras debateram os desafios e as perspectivas da extensão universitária frente aos desafios contemporâneos e à superação das desigualdades, com foco especial para as políticas de juventude, educação superior e extensão universitária
2014 - Belém/PA	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXXV Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Belém	No marco do 6º CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, com o tema "A Extensão Universitária e os Processos de Formação", os Pró-Reitores de Extensão debateram alguns desafios e perspectivas para a Extensão Universitária Brasileira, com atenção especial para as políticas governamentais de fomento e apoio ao desenvolvimento da Extensão Brasileira e parcerias possíveis com o terceiro setor respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública
2014 -Goiânia/GO	Rede Nacional de Extensão -	- XXXVI Encontro	Com o tema "Extensão em Territórios", os Pró- Reitores de Extensão debateram alguns desafios e perspectivas para a

	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	Nacional FORPROEX - Carta de Goiânia	Extensão Universitária brasileira, com atenção especial para o Programa Nacional de Extensão Universitária – PROEXT; o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Extensão Universitária; Extensão em Territórios como Estratégia para Desenvolvimento e Cidadania; Territórios Criativos: Programa Nacional de Formação Musical e a Extensão e Programa Mais Cultura nas Universidades, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública
2015 - Gramado/RS	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXXVII Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Gramado - RS	Discussão dos temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira
2015 - João Pessoa/PB	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXXVIII Encontro Nacional FORPROEX - Carta de João Pessoa, PB	Reunidos para discutir os temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira, os Pró-Reitores de Extensão debateram alguns desafios e perspectivas, com atenção especial para os novos desafios da inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação, os modelos de financiamento da Extensão, a criação de indicadores de avaliação da Extensão no contexto da avaliação geral da universidade, a educação popular e os desafios da construção de uma política cultural, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública
2015 - Belo Horizonte - Universidade Federal de Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	Relatório dos programas/projetos de extensão contemplados pelo edital proext/mec 2014: perfil e alguns resultados - Relatório	sistematização dos dados dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Fomento à Extensão do Ministério da Educação - Edital PROEXT/MEC/SESu 2014.
2016	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	NOTA TÉCNICA Nº 01/2016	Elaborada pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão – FORPROEX

2016 - São Bernardo do Campo/SP	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XXXIX Encontro Nacional FORPROEX - Carta de São Bernardo do Campo	Os Pró-Reitores de Extensão debateram alguns desafios e perspectivas para a Extensão Universitária brasileira, com atenção especial para as Políticas Públicas para a Extensão Universitária no Contexto da Diversidade; Extensão e Desenvolvimento territorial; Grupo de trabalho sobre Indicadores da Extensão; Agenda sobre Revistas da Extensão e Proposta de uma Política Cultural para as Universidades Brasileiras, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública
2016 - Ouro Preto/MG	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XL Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Ouro Preto-MG	Com o tema Extensão e conjuntura, os participantes discutiram em primeiro momento, a função social da extensão. A função social enquanto estimuladora para melhoria das condições de vida e trabalho de segmentos da população brasileira dando significado à formação universitária no contexto das necessidades locais e regionais.
2017 - Porto Seguro/BA	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XLI Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Porto Seguro/BA	Os Pró-Reitores e as Pró-Reitoras de Extensão debateram modos de fortalecimento e ampliação da integração social das instituições públicas de ensino superior (IPES) com a sociedade, considerados enquanto táticas de resistência, de defesa e compromisso com o modelo de IPES no país diante da atual crise econômica, política, institucional e da democracia
2017 Florianópolis/SC	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XLII Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Florianópolis/SC	Durante o XLII Encontro Nacional do Fórum de Pró- Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) para discutir os rumos da Extensão Universitária brasileira, diante do avanço de agendas desestabilizadoras do campo e do compromisso social da educação superior pública
2018 - Natal/RN	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- XLIII Encontro Nacional FORPROEX - Carta-Manifesto de Natal	No marco dos 100 anos da Reforma de Córdoba e da III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRES 2018), reuniram-se as(os) Pró-Reitoras(es) das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (Forproex) para discutir os principais focos de ação coletiva no ano de 2018 e estratégias de atuação para enraizamento das atividades acadêmicas de extensão no ensino superior brasileiro, diante da tentativa política de desmonte da educação superior no Brasil
2018 - Vitória/ES	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de	- XLIV Encontro Nacional FORPROEX	No 44º Encontro Nacional do Fórum de Pró-reitoras e Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras com o objetivo de discutir as diretrizes da Extensão, na

	Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	- Carta de Vitória/ES	defesa da Educação Superior pública brasileira, autônoma, gratuita, crítica e com liberdade na construção e socialização de conhecimento científico, saberes e práticas alinhados com as demandas sociais. O Encontro coincide com o marco histórico de 50 anos de promulgação do AI-5 em contraponto aos 70 anos de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Fórum comemorou a aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, documento cujos princípios e definições expressam a maturidade alcançada por longo processo de ampla discussão sobre cada conteúdo, nas diversas instâncias representativas e participativas do FORPROEX
2018 - Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior	Ministério da Educação	-Texto referência para a Audiência Pública sobre as Diretrizes para a Política de Extensão na Educação Superior Brasileira - Minuta de Projeto de Resolução	Minuta de Projeto de Resolução
2018	Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação	Portaria n° 1.350, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 34.	Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira
2019 - Brasília/DF	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	XLV Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Brasília/DF	A partir do tema: "Os 50 anos da publicação de Paulo Freire: Extensão ou Comunicação". O Fórum ocorre no momento em que há uma grave fragilização da democracia no Brasil; o aprofundamento das desigualdades sociais, produto do congelamento dos investimentos nas políticas sociais, possibilitado pela Emenda Constitucional 95; o grave ataque à autonomia universitária; a ameaça concreta da desconstitucionalização da Previdência, além dos cortes no orçamento das IPES, implementado pelo MEC, na ordem de R$ 5,8 bilhões, o que vem ameaçando a continuidade das atividades da educação pública brasileira, tanto na esfera estadual, como na federal. Além disso, o Fórum acontece no momento em que a política ambiental do país vem sendo

			desestruturada, a exemplo dos últimos desastres ambientais que ocorreram no Estado de Minas Gerais, a partir do rompimento de barragens, e demais estados, que estão sendo atingidos pela problemática da extração mineral
2019 - São Luís/MA	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	XLVI Encontro Nacional FORPROEX - Carta de São Luís do Maranhão	Em seu 46º Encontro Nacional do FORPROEX, realizaram discussões sobre o tema: "Extensão Universitária para a transformação social: protagonismo docente, discente e da comunidade". A partir dessa temática, reafirmaram a importância da consolidação da Extensão Universitária no Brasil, no dia em que se comemora o nascimento do educador Paulo Freire, 19 de setembro, referência teórica para a construção do pensamento extensionista, bem como para a continuidade da defesa de uma sociedade com equidade social, cujos princípios democráticos devem sustentá-la.
2021 - Unifal/UFMG	Rede Nacional de Extensão - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	XLVII Encontro Nacional FORPROEX - Carta de Alfenas/Belo Horizonte	A partir dessas reflexões mais amplas e daquelas decorrentes dos debates realizados nas reuniões específicas por segmentos (federal, estadual e municipal), as pró-reitoras e os pró-reitores indicaram os seguintes desafios a serem encaminhados pela gestão 2021-2022